



Tribunal de Contas da União

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2015

Data da conclusão: 31/05/2016

Hora da conclusão: 16:24:24

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2015 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 28/09/2016



Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2015

Data da conclusão: 31/05/2016

Hora da conclusão: 16:24:24

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2015 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 01/06/2016



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Secretaria - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília, DF, em 28 de abril de 2016



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Secretaria - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à Sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD).

Brasília – DF

2016

Lista de siglas e abreviações

AAAc	Artilharia Antiaérea
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABINDE	Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Autoridade Certificadora
ACMD	Administração Central do Ministério da Defesa
ADS-B	Automatic Dependent Surveillance-Broadcast
AEB	Agência Espacial Brasileira
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AO	Ação Orçamentária
APAIM	Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira
APLIM	Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
Bda	Brigada
BdaBld	Brigada Blindada
BCB	Banco Central do Brasil
Bia	Bateria
Bia AAAc	Bateria Antiaérea
BID	Base Industrial de Defesa
Bld	Blindada
BPEN-500	Bomba de Penetração, categoria 500 kg
BPEN-1000	Bomba de Penetração, categoria 1.000 kg
BxAltu	Baixa Altura
C InstrMslFgt	Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes
C Log MslFgt	Centro Logístico de Mísseis e Foguetes
CAE	Chefia de Assuntos Estratégicos
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CC-PR	Casa Civil da Presidência da República
CCI	Câmara de Comércio de Paris
CCONV	Coordenação de Controle de Convênios
CDMB	Comissão Desportiva Militar do Brasil
CDS-UNASUL	Conselho de Defesa Sul-Americano-União de Nações Sul-Americanas
CEA	Centro Experimental ARAMAR
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CENSIPAM	Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia
CEORF	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CGU	Controladoria-Geral da União
CHELOG	Chefia de Logística
CHOC	Chefia de Operações Conjuntas
CIAMA	Centro de Instrução Almirante Átila Monteiro Aché
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo
CISSET	Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
CITEx	Centro Integrado de Telemática do Exército

CMP	Comando Militar do Planalto
CMS	Comando Militar do Sul
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAAe	Centro de Operação Antiaérea
COAAeElt	Centro de Operação Antiaérea Eletrônico
COANA	Coordenação de Análise de Convênios
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
COGESN	Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear
COLOG	Comando Logístico
COLIC	Coordenação de Licitações e Contratos
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONJUR	Consultoria Jurídica
COPAC	Comissão Coordenadora do Projeto Aeronave de Combate
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COTEC	Coordenação de Análise Técnica
COTER	Comando Terrestre
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREA-RJ	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
CSC	Carta de Serviços ao Cidadão
CSIC	Comitê de Segurança de Tecnologia e Comunicações
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CTEX	Centro de Tecnologia do Exército
CTMSP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
DA Ae	Defesa Antiaérea
DAdM	Diretoria de Administração da Marinha
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DCAS	Documento de Consolidação da Arquitetura do Sistema
DCNS	Direction des Constructions Navales e Services
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DDM	Departamento do Desporto Militar
DEADI	Departamento de Administração Interna
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEX	Departamento de Ensino e Cultura do Exército
DEORF	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DEORG	Departamento de Organização e Legislação
DEPTI	Departamento de Tecnologia
DGePEM	Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha
DGMM	Diretoria-Geral do Material da Marinha
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação

DIAF	Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira
DICONV	Divisão de Convênios
DIENG	Divisão de Engenharia
DIVAS	Divisão de Assistência Social
DLR	Centro Aeroespacial Alemão
D Mat	Diretoria de Material
DOAMEPI	Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Emprego, Pessoal e Infra-estrutura
DOU	Diário Oficial da União
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
DVOR	<i>Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range</i>
EB	Exército Brasileiro
EGTIC	Estratégia de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EMS	Estação Meteorológica de Superfície
END	Estratégia Nacional de Defesa
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
ESC	Estaleiro de Construção
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
ESM	Estaleiro de Manutenção
FAB	Força Aérea Brasileira
FHE	Fundação Habitacional do Exército
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMD	Fundo do Ministério da Defesa
FOGTREIN	Foguete de Treinamento
FRO	Fundo de Rações Operacionais
FSB	Forte Santa Bárbara
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GAA Ae	Grupo de Artilharia Antiaérea
GAP-BR	Grupamento de Apoio de Brasília
GEORI	Gerência de Orientação e Avaliação
GEPARD	Viatura Blindada de Combate Antiaérea
GEPES	Gerência de Gestão de Pessoas
GEPOS	Gerência de Patrimônio Obras e Serviços
GGIF	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GIA-SJ	Grupo de Infraestrutura e Apoio de S. J. dos Campos
GMF	Grupo de Mísseis e Foguetes
GOOS-Brasil	Sistema Global de Observação dos Oceanos e Clima
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
HFA	Hospital das Forças Armadas
IAE	Instituto de Atividades Espaciais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBQN	Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear
ICC	Índice de Conformidade Contábil
ICRH	Índice de Capacitação de Recursos Humanos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IE	Iniciativa Estratégica
IFI	Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
IN	Instrução Normativa
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IRC	Índice de Restrição Contábil
IREX	Indenização de Representação no Exterior
ISC	Índice de Satisfação do Cidadão
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ITMR	Índice de Tempo Médio de Resposta
JMM	Jogos Mundiais Militares
LAAD	Feira Internacional de Defesa e Segurança
LABGENE	Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica
LATEP	Laboratório de Testes de Equipamentos da Propulsão
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEP	Motor Elétrico de Propulsão
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTC	Missil Tático de Cruzeiro
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NC	Norma Complementar
NSPA	<i>NATO Support Agency</i>
NUSIC	Normativos de Segurança da Informação e Comunicação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCI	Órgão de Controle Interno
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OE	Objetivo Estratégico
OFSS	Orçamento Fiscal da Seguridade Social
OM	Organização Militar
ON	Orientação Normativa
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCN	Programa Calha Norte
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PEE	Projeto Estratégico do Exército
PEE DA Ae	Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PLAMENS BR	Plano de Missão de Ensino no Brasil
PLAMENS EXT	Plano de Missão de Ensino no Exterior
PLAMTAX	Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PMI-DF	<i>Project Management Institute</i> - Distrito Federal
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNC	Política Nacional de Catalogação
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PO	Plano Orçamentário
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicação
PPA	Plano Plurianual
PRODE	Produto de Defesa
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil
PSD	Política Setorial de Defesa
PTRES	Programa de Trabalho Resumido
Qtde	Quantidade
RBJID	Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa
RECOP	Recuperação da Capacidade Operacional
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de gestão
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SARP	Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada
SCM	Sistema de Controle da Máquina
SD	Sistema de Defesa
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SecAAAeMsl	Seção de Artilharia Antiaérea de Míssil
SEF	Secretaria de Economia e Finanças do Exército
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEORI	Secretaria de Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto

SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SG	Secretaria-Geral
SIADS	Sistema de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIRHU	Sistema de Recursos Humanos
SisADE	Sistema de Apoio à Decisão Estratégica
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISCOVEL	Sistema de Cadastro de Veículos
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISMICAT	Sistema Militar de Catalogação
Sisped	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMR	Sistema de Monitoração de Radiação
SOC	Sistema OTAN de Catalogação
SOUTHCOM	<i>U.S. Southern Command</i>
SPIUnet	Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TA	Termo Aditivo
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TGA	Turbogeradores Auxiliares
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações
TLP	Taxa de Limpeza Pública
UDMSA	União Desportiva Militar Sulamericana
UFEM	Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFEI	Universidade Federal do Itajubá
Univap	Universidade do Vale do Paraíba
UO	Unidade Orçamentária

UPC	Unidade Prestadora de Contas
USEXA	Usina de Conversão de Gás de Urânio
USP	Universidade de São Paulo
VOR	<i>Very High Frequency Omnidirectional Range</i>
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Lista de Organogramas, Figuras e Quadros

ORGANOGRAMAS

Organograma 1- Ministério da Defesa	18
Organograma 2 - Secretaria-Geral	19
Organograma 3- Organograma funcional referente ao Projeto PROSUB	54
Organograma 4- Organograma funcional referente ao Programa SISGAAZ	63
Organograma 5- Organograma funcional referente ao Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego.....	65
Organograma 6- Organograma funcional referente ao Projeto Protótipo de Reator Nuclear.....	67
Organograma 7 - Organograma funcional referente ao Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton	70
Organograma 8 -Organograma funcional referente ao Subprojeto PROSUPER	72
Organograma 9 - Organograma funcional referente ao Projeto ASTROS 2020	87
Organograma 10- Organograma funcional referente ao Projeto SISFRON.....	94
Organograma 11- Organograma funcional referente ao Projeto de Defesa Antiaérea	98
Organograma 12- Organograma funcional referente ao Projeto Guarani	105
Organograma 13- Organograma funcional referente ao Projeto OCOP.....	108

FIGURAS

Figura 1- Cadeia de Valor da Administração Central do MD.....	19
Figura 2- Grupos de interesse do Programa SisGAAZ.....	63
Figura 3- Estrutura Analítica do Processo (EAP) de Desenvolvimento e o fluxo de processos	160
Figura 4- Fluxo de processos da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.....	161

TABELAS

Tabela 1- Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral.....	32
Tabela 2 - Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral.....	33
Tabela 3 - Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral.....	35
Tabela 4 - Despesas por modalidade contratação	39
Tabela 5 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	41
Tabela 6- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	44
Tabela 7 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	44
Tabela 8 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	45
Tabela 9 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	45
Tabela 10 - Termo de Cooperação formalizado.....	46
Tabela 11 - Concessão de suprimento de fundos	47
Tabela 12- Utilização de suprimento de fundos	48
Tabela 13- Classificação dos gastos com suprimento de fundo no exercício de referência.....	49
Tabela 14- Despesas por grupo e elemento de despesa.....	51
Tabela 15 - Resultado dos Indicadores de monitoramento	52
Tabela 16- Resultado do Índice de Restrição Contábil	53
Tabela 17 - Resultado do Índice de Conformidade Contábil	53
Tabela 18 - Valor Global estimado do Programa PROSUB	56
Tabela 19 - Fontes de Financiamento do Programa PROSUB.....	56
Tabela 20 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa PROSUB.....	56
Tabela 21- Concessão de Créditos de Offset do Programa PROSUB.....	58
Tabela 22 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa SisGAAZ (R\$ milhões)	64

Tabela 23 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego (R\$ milhões)	66
Tabela 24 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Protótipo de Reator Nuclear (R\$ milhões).....	68
Tabela 25 - Valor Global estimado do Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton.....	70
Tabela 26 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton (R\$ milhões).....	71
Tabela 27 - Valores empenhados, liquidados e pagos no FX-2 (R\$ milhões)	74
Tabela 28 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto F-X2	74
Tabela 29 - Valores empenhados, liquidados e pagos no H-XBR (R\$ milhões)	76
Tabela 30 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto H-XBR/EC-725.....	76
Tabela 31 - Valor Global estimado do Projeto KC-390.....	79
Tabela 32 - Valores empenhados, liquidados e pagos no KC-390 (R\$ milhões).....	79
Tabela 33 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto KC-390	79
Tabela 34 - Valores empenhados, liquidados e pagos no AM-X/A-1M (R\$ milhões)	82
Tabela 35 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave AM-X/A-1M.....	82
Tabela 36 - Valores empenhados, liquidados e pagos no P-3BR (R\$ milhões).....	84
Tabela 37 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR.....	84
Tabela 38 - Valores empenhados, liquidados e pagos no VLM-1 (R\$ milhões).....	86
Tabela 39 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto ASTROS 2020 (R\$ milhões)	89
Tabela 40 - Variação de custos no Projeto ASTROS 2020.....	89
Tabela 41 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto SISFRON (R\$ Milhões).....	95
Tabela 42 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto SISFRON.....	95
Tabela 43 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Defesa Antiaérea 2020 (R\$ milhões).....	100
Tabela 44 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70).....	100
Tabela 45 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea – Plano de Compensação do Sistema GEPARD.....	100
Tabela 46 - Indicadores de Monitoramento (Tipo Eficácia) do Projeto de Defesa Antiaérea.....	101
Tabela 47 -Parâmetros de Desempenho para o Projeto de Defesa Antiaérea.....	102
Tabela 48 - Indicadores de Monitoramento (Tipo Efetividade) do Projeto de Defesa Antiaérea	104
Tabela 49 - Fontes de Financiamento do Projeto Guarani (FINEP).....	105
Tabela 50 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Guarani (R\$ milhões).....	105
Tabela 51 - Indicador de Desempenho do Projeto Guarani	106
Tabela 52 -Faixa de Aceitação - valores desejáveis alcançados e vinculados às metas propostas do Projeto Guarani...	106
Tabela 53 - Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani.....	106
Tabela 54 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do OCOP (R\$ milhões)	109
Tabela 55 - Evolução do Percentual de Execução do Projeto OCOP	110
Tabela 56 - Somatório das UG.....	121
Tabela 57 - Resultado Patrimonial	122
Tabela 58 - Patrimônio Líquido	123
Tabela 59 - Ativos e Passivos (Circulante e Não Circulante)	123
Tabela 60 - Softwares	125
Tabela 61 - Conformidade contábil de UG - maiores ocorrências	126
Tabela 62 - Conformidade contábil de órgão - maiores incidências	127
Tabela 63 - Conformidade contábil de órgão superior - maiores incidências	127
Tabela 64 - Força de Trabalho do MD (Posição 31/12/2015).....	130

Tabela 65 - Distribuição da Lotação Efetiva (Posição 31/12/2015).....	131
Tabela 66 - Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Posição 31/12/2015)	131
Tabela 67 - Fatores que reduzem a força de trabalho no MD (Posição 31/12/2015)	132
Tabela 68 - Demonstrativo das despesas com pessoal (Posição 31/12/2015).....	133
Tabela 69 - Quantitativo Máximo de Vagas de Estágio.....	135
Tabela 70 - Contratação de Estagiários.....	137
Tabela 71 - TED ESAF nº 03/2015.....	139
Tabela 72 - TED ENAP nº 02/2015	139
Tabela 73- Cancelamento de Cursos	140
Tabela 74 - Metas previstas no PAC/2015	140
Tabela 75 - Projetos de TI desenvolvidos no período (Desenvolvimento de Software)	162
Tabela 76 - Plano de aplicação orçamentária do FMD	166
Tabela 77 - Plano de aplicação orçamentária do FRO	167
Tabela 78 - Contratos de Serviços de Engenharia.....	174

QUADROS

Quadro 1– Comparativo PPA12/15 e 16/19.....	22
Quadro 2- Planos da Unidade e suas respectivas competências institucionais	31
Quadro 3- Situação do Contrato de Offset do Programa PROSUB	57
Quadro 4- Estrutura de gestão e controle do Programa PROSUB	60
Quadro 5- Cronograma global de entregas do Programa PROSUB.....	61
Quadro 6- Projetos componentes do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea	97
Quadro 7- Registro de Manifestações Ouvidoria	118
Quadro 8-Origem das Manifestações Ouvidoria.....	118
Quadro 9- Natureza das Manifestações Ouvidoria.....	119
Quadro 10- Temática das Manifestações Ouvidoria	119
Quadro 11- Tempo de Resposta Ouvidoria.....	119
Quadro 12- Unidades Gestoras que realizam execução orçamentária.....	121
Quadro 13- Restrições contábeis.....	127
Quadro 14- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	134
Quadro 15- Meta Física.....	141
Quadro 16 - Meta Física.....	141
Quadro 17- Meta Orçamentária	141
Quadro 18- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Contrato nº001/2014-MD)	142
Quadro 19- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Contrato nº006/2014-MD)	143
Quadro 20- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Cessão de Uso nº006/2014-MD).....	144
Quadro 21 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	144
Quadro 22- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	145
Quadro 23- Alcance dos objetivos do PDTIC.....	149
Quadro 24- Sumário de Pessoal	157
Quadro 25- Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	169

ANEXOS E APÊNDICES

Relatórios, pareceres e declarações

- Anexo 1 Quadro de Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas
- Anexo 2 Quadro de Macroprocessos Finalísticos

Anexo 3	Quadro de Objetivos do Exercício
Anexo 4	Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC OFSS
Anexo 5	Quadro de Ação Subtítulos OFSS
Anexo 6	Quadro de Ações não Previstas LOA do exercício Restos a Pagar OFSS
Anexo 7	Quadro de Indicadores de monitoramento do desempenho da gestão
Anexo 8	Quadro de Cálculo da depreciação
Anexo 9	Quadro de Unidades e Subunidades da ACDM
Anexo 10	Quadro de Custos Programa 2058
Anexo 11	Quadro de Custos das Ações Orçamentárias do Programa 2058
Anexo 12	Quadro de Custos por unidade Administrativa Programa 2058
Anexo 13	Balanço Financeiro - 2015
Anexo 14	Balanço Patrimonial - 2015
Anexo 15	Demonstração das Variações Patrimoniais - 2015
Anexo 16	Balanço Orçamentário - 2015
Anexo 17	Demonstrações do Fluxo de Caixa - 2015
Anexo 18	Plano Anual de Capacitação 2015
Anexo 19	Matriz de Planejamento da Capacitação
Anexo 20	Cursos e treinamentos realizados
Anexo 21	Projetos de TI desenvolvidos no período

Sumário

APRESENTAÇÃO	16
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	18
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	18
1.2 ORGANOGRAMA.....	18
1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	19
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTARIO E OPERACIONAL.....	21
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	21
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	22
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	31
2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	32
2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	32
2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	38
2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	39
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas.....	39
2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	52
2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	52
2.4.1 Resultados dos indicadores no exercício.....	52
2.4.2 Análise do desempenho a partir dos indicadores.....	52
2.5 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MINISTÉRIO DA DEFESA	53
2.5.1 PROSUB	53
2.5.2 SisGAAz	62
2.5.3 AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MULTIEMPREGO.....	65
2.5.4 PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR (Programa Nuclear da Marinha).....	67
2.5.5 CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL - SUBPROJETO: NAVIOS-PATRULHA DE 500 TON	70
2.5.6 CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL - SUBPROJETO: PROSUPER	71
2.5.7 F-X2	72
2.5.8 H-XBR/EC-725.....	75
2.5.9 KC-X2.....	77
2.5.10 KC-390.....	78
2.5.11 Modernização de Aeronave AM-X/A-1M.....	81
2.5.12 Modernização de Aeronave P-3BR	83
2.5.13 VLM-1.....	85
2.5.14 ASTROS 2020.....	86
2.5.15 SISFRON	91
2.5.17 DEFESA ANTIAÉREA.....	96
2.5.18 GUARANI.....	104
2.5.19 OCOP	107
3. GOVERNANÇA.....	111
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	111
3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	111
3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	113
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	115
4.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	115
4.1.1 Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)	115

4.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	117
4.3	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	118
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	121
5.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	124
5.1.1	NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão.....	124
5.1.2	NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.....	124
5.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	125
5.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	126
5.3.1	Informações sobre a conformidade contábil.....	126
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	129
6.1	GESTÃO DE PESSOAS	129
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	130
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	132
6.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	134
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	134
6.1.5	Programa de Capacitação dos servidores e militares.....	138
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	142
6.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	142
6.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	146
6.3.1	Principais sistemas de informações.....	146
6.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	149
6.3.3	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.....	149
6.3.4	Força de trabalho.....	157
6.3.5	Plano de capacitação do pessoal de TI.....	158
6.3.6	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade.....	158
6.3.7	Projetos de TI desenvolvidos no período	162
6.3.8	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas	164
6.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	164
6.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	164
6.5	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	166
6.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	166
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	169
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	169
7.2	TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	172
7.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	173
7.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	173
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	174

APRESENTAÇÃO

Parte integrante do processo de prestação de contas anual da Secretaria-Geral no ano de 2015, a estrutura deste relatório, consolida informações relevantes sobre a gestão das unidades da estrutura do Ministério da Defesa, excetuando o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e o Hospital das Forças Armadas (HFA), uma vez que tais unidades apresentam relatórios específicos, conforme Anexo I da DN TCU 146/2015).

Afora a obrigação de informar aos órgãos de controle sobre dinheiros, bens e valores públicos, tem o intento de evidenciar o indiscutível papel estratégico da SG e o volume de iniciativas afetas a sua estrutura, razão pela qual o órgão prioriza a busca constante do aperfeiçoamento de seus mecanismos de planejamento e coordenação e a implantação de novos instrumentos de gestão, harmônicos com a dimensão dos desafios presentes e futuros.

Marcada principalmente pelo enfrentamento dos efeitos relativos aos problemas orçamentários e financeiros do Governo Federal e pela incomum troca de gestores, sobretudo em um período adverso como foi, a gestão da SG em 2015 iniciou sob a condução do Sr. Ari Matos Cardoso. Com a sua saída, decorridos apenas quatorze dias do ano, assumiu em seu lugar a Sra. Eva Maria Cella Dal Chiavon que, em meio a carência de recursos, decorrentes do, hoje sabido, desajuste fiscal do Governo Federal, teve que se dedicar integralmente à tentativa de preservação, ao máximo, dos projetos estratégicos das Forças Armadas inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adiante, no início do último trimestre do exercício, por ter sido chamada a assumir um novo cargo na Administração Federal, foi substituída pelo Exmo. Sr. General Joaquim Silva e Luna que permanece até este momento.

Para a condução dos empreendimentos planejados, no exercício de 2015, a SG pautou seus trabalhos no aprimoramento do diálogo institucional e de promoção de mecanismos que favorecessem a unidade, o profissionalismo, a efetividade e a transparência, atitudes fundamentais para tornar a instituição ainda mais capaz de oferecer resultados concretos em benefício do Estado. Nessa perspectiva, sempre racionalizando os parcos recursos disponíveis e atuando de forma coordenada com os seus órgãos subordinados, as suas prioridades foram, no plano externo, articular o prosseguimento dos projetos estratégicos de defesa afetos às Forças, e, no âmbito interno, dar continuidade aos processos finais de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e da Autoridade Certificadora de Defesa (AC-DEFESA) e a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão Estratégica (SisADE), que possibilitarão a completude necessária para a gestão da informação institucional.

Também foi dado foco à governança da tecnologia da informação da administração central, derribada no exercício anterior e sendo reerguida com o sustentáculo valioso do controle interno.

No que se refere aos produtos de defesa, a implantação, com êxito, do projeto de apoio institucional do MD para a execução da LAAD Defence & Security 2015 (Feira Internacional de Defesa e Segurança), teve grande sucesso e repercussão internacional. Ainda nessa linha, avançou-se nos procedimentos decisivos para a reestruturação da catalogação militar, estruturando a sua governança e implantando um novo e integrado sistema de informações gerenciais para o Sistema Militar de Catalogação Militar (SISMICAT).

Os avanços institucionais para promover a proteção da Amazônia Legal, por meio da geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente, prosseguiram por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), destacando-se a continuidade aos projetos de implantação do Sistema de Alerta de Riscos Hidrometeorológicos e Cartografia da Amazônia, visando, respectivamente, obter a capacidade de gerar boletins e alertas que auxiliem os órgãos públicos na preparação e mitigação dos impactos de alagamentos e inundações em áreas urbanas e cartografar 1,8 milhões km² em área de floresta da Amazônia Legal.

Igualmente importante, o Projeto Amazônia SAR foi iniciado, visando implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia por meio do uso de imagens de radar orbital para gerar alertas no período de alta cobertura de nuvens, de forma complementar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (IMPE). Além de tudo isso, avançou a iniciativa estruturada para organizar o processo de regramento da pesquisa aplicada no CENSIPAM.

No tocante ao apoio às políticas públicas, a participação das Forças Armadas nos 6º Jogos Mundiais Militares, na República da Coreia, apesar das fortes restrições orçamentárias, foi coberta de êxito, reflexo do intenso planejamento e coroada ao final, com 84 medalhas. Este desempenho colocou o país como a segunda potência mundial no desporto militar.

A aproximação com o cidadão também se fortaleceu com o início do projeto João do Pulo, voltado para o desenvolvimento de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos militares com deficiência e a expansão do Programa Forças no Esporte, a fim de ampliar os resultados sociais já alcançados.

Por fim, corroborando com a busca da eficiência dos gastos públicos em saúde e a melhora dos índices, outra inovação do período foi iniciar a estruturação de uma iniciativa para aprimorar a qualidade da gestão e da prestação dos serviços médico-hospitalares militares, por meio da interoperabilidade, complementaridade, racionalidade, otimização e padronização entre os sistemas de saúde das Forças Armadas e o HFA.

Este relatório, estruturado completamente de acordo com os itens preconizados no sistema E-Contas para esta UPC, representa mais do que uma rotineira prestação de contas de um exercício marcado por um ambiente de severas restrições orçamentárias, que obrigaram a um recrudescimento das atividades de monitoramento e controle, de forma a atingir o máximo de resultados esperados possíveis.

Busca expressar o esforço da SG para aglutinar a atuação de seus diversos órgãos subordinados, todos fundamentais para o desempenho institucional, em prol do ganho de maturidade no desempenho da gestão, em busca de maior eficiência e de resultados efetivos, apesar da sua curta existência como órgão central de direção do MD.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

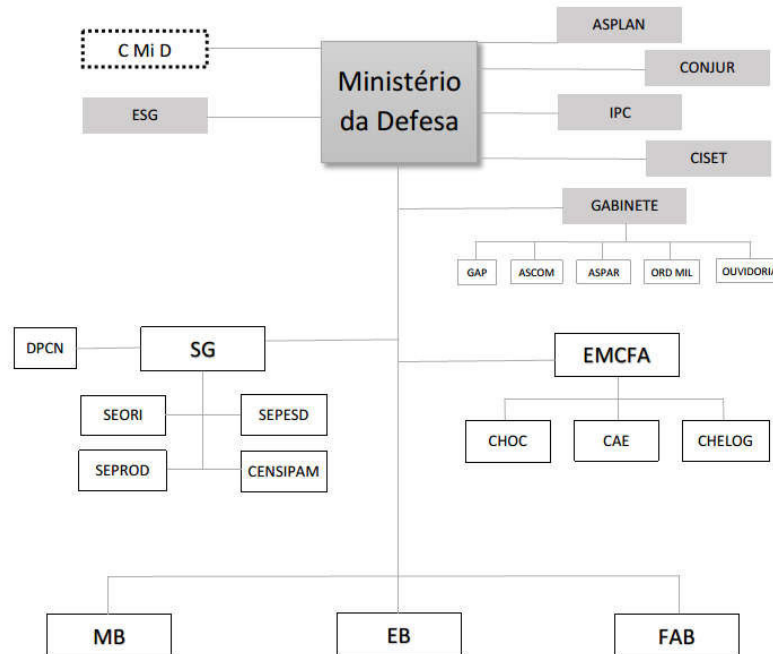
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral foi criada há tão somente 3 anos visando cooperar na coordenação do esforço integrado de defesa, a fim de contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

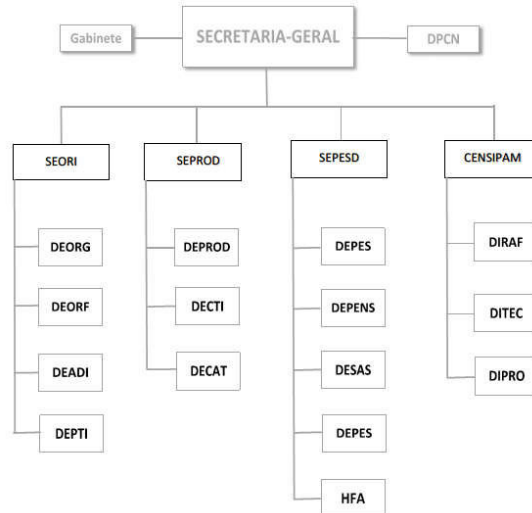
No que se refere a finalidade e competências, conforme o disposto no art. 1º da Portaria Normativa nº 564, de 12 de março de 2014, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional, a Secretaria-Geral é o órgão central de direção do Ministério da Defesa e a ela compete, segundo o art. 24 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013: assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes; coordenar as atividades das Secretarias, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados; e planejar e coordenar as atividades do Programa Calha Norte.

1.2 ORGANOGRAMA

Organograma 1- Ministério da Defesa



Organograma 2 - Secretaria-Geral

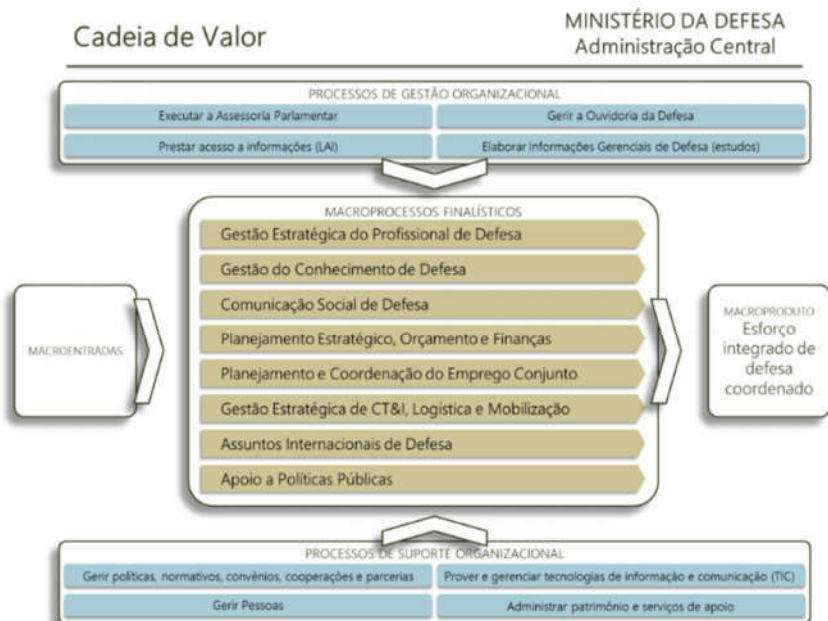


No Anexo 1 encontra-se o quadro das Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas.

1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O delineamento dos macroprocessos finalísticos da administração central do MD foi estabelecido ao longo da construção da Cadeia de Valor da instituição, conforme a figura a seguir, representando o conjunto de atividades desempenhadas e seus inter-relacionamentos, para permitir uma melhor compreensão das atividades finalísticas, de gestão e suporte; e orientar os processos organizacionais na direção do cumprimento de sua missão institucional.

Figura 1- Cadeia de Valor da Administração Central do MD



Os 8 (oito) macroprocessos finalísticos do MD-AC representam a consolidação, no segundo nível da Cadeia de Valor, de diversos processos densamente conexos e com níveis distintos de interação setorial, conforme o Anexo 2, quadro de Macroprocessos Finalísticos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORCAMENTARIO E OPERACIONAL.

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

No que se refere ao nível estratégico, no início do exercício, foi aprovada a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped) no âmbito do Ministério da Defesa (MD) por intermédio da Portaria Normativa nº 24/MD, de 08/01/2015, tendo por finalidade orientar o processo de planejamento estratégico no MD e como objetivo propiciar a criação de condições futuras para a obtenção e o constante aperfeiçoamento das capacidades de defesa do Estado brasileiro

Tendo como base os Valores do MD e orientado pela Constituição Federal e pelas Leis que estabelecem sua organização, destinação, funções e atribuições subsidiárias, o planejamento organizacional se desenvolve, fundamentalmente, mediante atuação sinérgica de todos os setores do Ministério, mantendo foco permanente na missão da instituição e visando alcançar as condições da visão de futuro almejada.

O processo de planejamento se desenvolve em quatro fases. Na 1ª fase, de análise, é desenvolvida uma apreciação prospectiva para os próximos vinte anos, com o propósito de embasar a formulação de todos os documentos do processo. Na 2ª fase, de Formulação da Política e Estratégia Nacionais, são atualizadas a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), as quais consolidam os Objetivos e as Ações Estratégicas de Defesa que orientarão a formulação das Políticas e Estratégias Setoriais de Defesa. Na fase posterior, de Formulação da Política e Estratégia Setoriais, são elaboradas a Política Setorial de Defesa (PSD) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), as quais consolidarão os Objetivos e as Ações Setoriais de Defesa que orientarão a confecção dos planos setoriais do MD. Na última fase, de Formulação de Planos, são elaborados planos estratégicos de âmbito setorial e subsetorial, a fim de implementar as ações previstas na Estratégia Setorial de Defesa.

Conforme a metodologia, a elaboração dos planos estratégicos específicos de nível subsetorial compete a cada FA, ao Hospital das Forças Armadas, à Escola Superior de Guerra, ao Instituto Pandiá Calógeras e à Secretaria-Geral, no que refere às organizações integrantes da Administração Central do MD (ACMD).

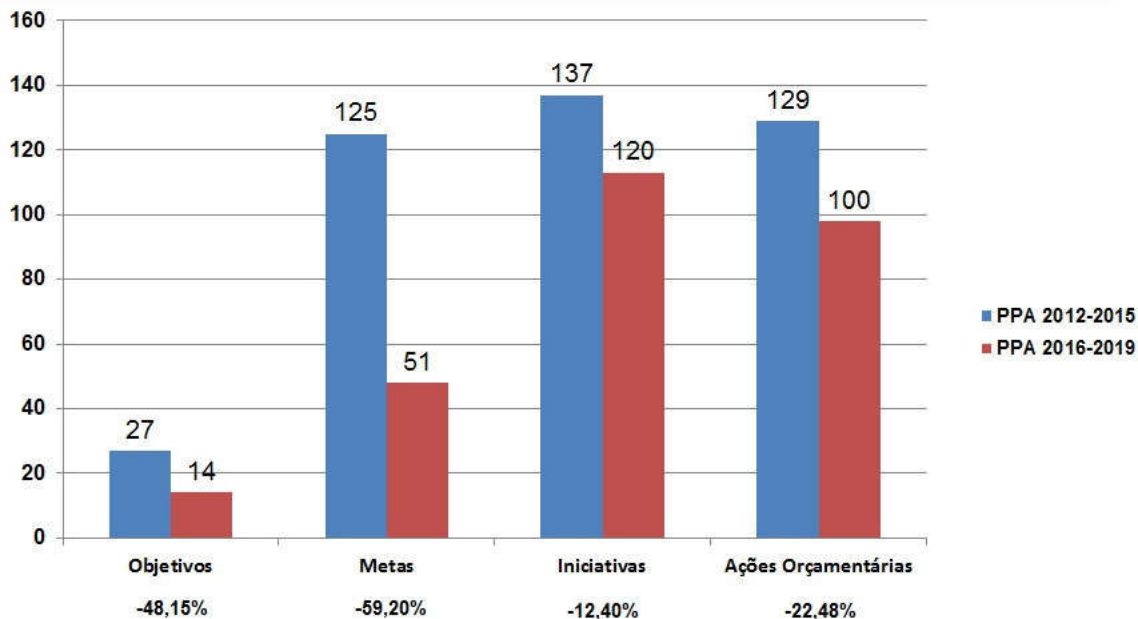
Parte fundamental da estratégia de planejamento organizacional, no início do exercício, conforme já explicitado, foi aprovada a metodologia do Sisped no âmbito do MD. Afora isso, também foram aprovadas, porém ao término do período, a PSD e a ESD, aprovadas respectivamente pela Portarias Normativas nº 2.624/MD e nº 2.621/MD, ambas de 07/12/15.

A PSD é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os objetivos a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa. Denominados Objetivos Setoriais de Defesa (OSD), traduzem as principais metas do MD concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro da Instituição. Já a ESD estabelece, no âmbito do MD, as ações estratégicas a serem implementadas para atingir os objetivos estabelecidos na PSD.

Cumprir destacar que, a par do esforço dispendido e dos resultados futuros capazes de orientar a estratégia institucional, infelizmente, os efeitos de tais implementações não puderam ser percebidos no exercício sob a análise, fazendo com que o nível tático-operacional atuasse direcionado a alcançar os objetivos expressos no Plano Plurianual (PPA) 2012/2015 e na continuidade de outras iniciativas em curso.

No que se refere ao Plano Plurianual, além do acompanhamento das iniciativas contidas no PPA 2012/2015, foi realizado, com sucesso, um amplo trabalho de racionalização do quantitativo de objetivos, metas iniciativas e ações orçamentárias visando ao PPA 2016/2019. Visto de forma global, os percentuais alcançados irão facilitar o monitoramento do Plano conforme o quadro abaixo:

Quadro 1– Comparativo PPA12/15 e 16/19



No nível operacional, o planejamento orçamentário e financeiro no âmbito da administração central do MD, conforme a Portaria nº 1.316/MD, de 4/11/2004, disciplina que os órgãos integrantes ficam obrigados a formular o planejamento orçamentário e financeiro referente às seguintes despesas:

- I. implementação de projetos e atividades;
- II. viagens e serviços;
- III. logística necessária à realização de eventos;
- IV. aquisição de material e contratação de serviços destinados à representação do MD em atos oficiais;
- V. aquisição de bens e contratação de serviços destinados às atividades-meio, concernentes às áreas de patrimônio, instalações, recursos humanos, tecnologia da informação, informática, comunicações e transporte.

Os planejamentos operacionais são elaborados no formato de Planos de Ação, no âmbito da Ação 2000 (Administração da Unidade) ou ações que venham a sucedê-la com a mesma finalidade prevista na LOA ou no PPA, a fim de subsidiar a elaboração da proposta orçamentária. As aquisições e as contratações previstas nos itens IV e V ficam limitadas ao estritamente necessário, excluindo-se os itens de natureza supérflua ou que se destinem à promoção pessoal.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Plano Plurianual 2012-2015 instituiu programas temáticos, os quais passaram a expressar as áreas de atuação do governo. Nesse contexto, o Tema “Defesa Nacional” deu origem ao Programa 2058

(Política Nacional de Defesa), composto de 20 objetivos relacionados às áreas de defesa terrestre, aérea e naval; proteção da Amazônia; atuação combinada e conjunta das Forças Armadas; logística e mobilização; cooperação internacional na área de Defesa e atuação subsidiária das Forças Armadas. O tema "Recursos do Mar" determinou o Programa Temático 2046 (Mar, Zona Costeira e Antártida), em que o MD é responsável por cinco objetivos que compreendem as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar. Já no Programa Temático 2055 (Desenvolvimento Produtivo), o MD responde pelo objetivo vinculado à promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva. Por fim, no Programa 2043 (Integração Sul-Americana), o MD é responsável pelo objetivo de promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

No Anexo 3 encontra-se o quadro de Objetivos do Exercício.

2.1.1.1 Visão Geral sobre os Objetivos Afetos ao MD

No escopo do Programa Temático 2043 (Integração Sul-Americana) um único objetivo está vinculado ao MD.

Objetivo 0406 (Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança): a cooperação pretendida ocorre por meio de parcerias estratégicas entre as Forças Armadas brasileiras e de países amigos. A constituição do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) é exemplo da eficácia do esforço de cooperação desprendido pelos membros do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Evidencia-se, desta maneira, que o Conselho, pela extensão e alcance de seus entendimentos, tornou-se um dos foros mais eficazes dessa nova integração regional.

No âmbito do Programa Temático 2046 (Mar, Zona Costeira e Antártida), cinco objetivos relacionados ao MD compreendem as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar.

Objetivo 0558 (desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das ilhas oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental): a sua concretização envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, buscando a melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento da conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Objetivo 0560 (desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais): no exercício, buscou-se ampliar o número de graduados e pós-graduados em ciências do mar e o aumento do número de projetos de pesquisa sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha. Além disso, a viabilização de prática de experiência embarcada para graduandos também foi atendida.

Objetivo 0561 (ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabili-

dades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas): vale-se do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), que, por sua vez, é composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, operando por meio de boias fixas, ondógrafos, marégrafos e boias de deriva no Atlântico Sul e Tropical.

Objetivo 0562 (Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área): nos últimos anos a plataforma continental teve sua importância estratégica aumentada em virtude da descoberta de petróleo na camada do pré-sal, situada próxima do limite das 200 milhas da costa. As atividades desenvolvidas no âmbito desse objetivo se concatenam com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a população brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e das informações delas decorrentes, como é o caso do petróleo que será extraído dos poços descobertos.

Objetivo 0564 (garantir a presença na região antártica desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida): os principais avanços foram o aumento de trabalhos científicos sobre a região Antártica, a ampliação do número de doutores e mestres ligados ao tema e o alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Em 2015, destacou-se a contratação para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz que prazo de conclusão estimado para março de 2018.

No domínio do Programa Temático 2055 (Desenvolvimento Produtivo), um único objetivo afeto ao MD se volta para a promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa.

Objetivo 0196 (Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva): A indústria de defesa é estratégica para o País, pois promove a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias nacionais, grande parte delas de emprego dual (civil e militar), com a geração de produtos de alto valor agregado e potencial para exportação, além de redução da dependência de tecnologia externa. No contexto do, destacam-se as metas de fabricação do fuzil brasileiro, coordenada pelo Exército Brasileiro, e da modernização do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), afeta à Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), subordinada a SG.

No domínio do Programa 2058 (Política Nacional de Defesa), constituem-se objetivos da área de defesa terrestre a adequação e ampliação dos meios operativos do Exército; a adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército; o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicações; a elevação da capacidade operacional; e a promoção do desenvolvimento e da capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército.

Objetivo 0461 (promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais): como resultados no exercício, destacam-se:

- a conclusão da implantação do software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados, denominado "SAGITARIO", nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo

(CINDACTA) e serviços regionais de proteção ao voo, partes integrantes do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB);

- a modernização dos sistemas integrados de torres de tráfego aéreo nas localidades de Brasília/DF, Porto Alegre/RS e Recife (PE), Porto Velho/RO e Boa Vista/RR, Belém/PA, Ponta Pelada/AM, Rio Branco/AC, São José dos Campos/SP e Maceió/AL;
- a modernização e substituição de sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) localizadas em unidades responsáveis pelo controle de tráfego aéreo;
- a substituição de 25 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS-1) que se encontravam em fase inicial de obsolescência. Nos anos de 2014 e 2015, outras dezesseis EMS também foram substituídas;
- a substituições de dezoito sistemas de auxílio à navegação por rádio "Very High Frequency Omnidirectional Range" (VOR) pelo mais moderno "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range" (DVOR);
- a implantação e modernização de 31 radares que atendem ao SISCEAB na área de controle do tráfego aéreo, defesa e meteorologia;
- a implantação da cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B) na Bacia de Campos, a fim de controlar o tráfego aéreo das aeronaves empregadas nas operações "off shore" de atendimento às plataformas de petróleo daquela região, considerada estratégica para o País.

Deve ser ressaltado que a implementação de todos esses empreendimentos teve como dificuldade maior a necessidade de ampla coordenação logística e operacional para que os serviços prestados pelos equipamentos substituídos e modernizados não fossem afetados, durante a realização das iniciativas, quanto à sua disponibilidade para o usuário final, que é a sociedade brasileira e internacional.

Objetivo 0462 (Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego): as atividades conduzidas no bojo do objetivo pela Força Aérea Brasileira (FAB), propiciaram o aprimoramento e a prontidão tático-operacional de seu efetivo militar e civil, o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a elevação de sua capacidade operacional, sintetizada na "Manutenção da soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria".

No conjunto das ações conduzidas foi possível atender a 14.654 alunos nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER), em atividades de ensino voltadas ao emprego operacional e ao apoio das atividades subsidiárias. Nos cursos de graduação e de pós-graduação voltados à formação de engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse e da aviação em geral, foram titulados 168 alunos, sendo diplomados 121 mestres e 47 doutores.

A ênfase na capacitação e nos treinamentos pode ser observada nas operações ÁGATA 8 e 9, quando foram realizadas missões de defesa aérea, de transporte aéreo logístico e de busca e salvamento, entre outras, ao longo de toda a fronteira seca, nas quais os processos de comando e controle foram centralizados no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA).

Os militares da FAB foram capacitados, também, no cumprimento dos Planos de Missões de Ensino no Brasil (PLAMENS BR) e no Exterior (PLAMENS EXT). Visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, foram realizadas as missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), por meio do

treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

Quanto à infraestrutura e logística necessária à manutenção da operacionalidade da FAB, assegurou-se o funcionamento de 17 simuladores de voo e seus equipamentos, contribuindo para a redução dos custos de operação (treinamento). Também foi possível, no ano de 2015, atender demandas de manutenção e operação dos 5 estandes de tiro e campo de provas, bem como realizar aquisições e manutenções dos materiais bélicos destinados ao preparo e emprego da Força.

Objetivo 0463 (Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea): no que tange ao objetivo, em 2015, destacaram-se como principais resultados:

- o Projeto KC-X que se encontra na quarta e última fase, com projeto detalhado e certificação da aeronave. A primeira aeronave protótipo produzida realizou o seu primeiro voo em 3 de fevereiro de 2015. Foram realizadas mais de 40 horas de voo de ensaios, em que a aeronave confirmou a sua qualidade de voo, conforme projetado. A segunda aeronave protótipo está com 60% da produção comprovados. O projeto experimentou também a fase de participação em concorrência internacional, confirmando a potencialidade de exportação do produto, com todas as suas repercussões em termos de empregos e divisas para o Brasil.
- o Projeto FOGTREIN que se encontra em sua última etapa, onde recebe-se o último lote de 14 (quatorze) foguetes de treinamento.

Esse objetivo promove, também, a ampliação da capacidade de defesa aérea nacional, com o desenvolvimento de mísseis e bombas, imprescindíveis à autonomia de um país no campo bélico. Salienta-se, ainda, que a dependência de tecnologia estrangeira enfraquece sobremaneira a defesa nacional e, no presente caso, a aeroespacial mais especificamente, pois se o fornecedor estrangeiro decidir não mais se relacionar com o Brasil, todo o equipamento disponível, de origem externa, ficará obsoleto rapidamente, deixando o espaço aéreo vulnerável a ações hostis. Ao longo de todo o PPA 2012-2015 outros resultados relevantes verificados foram:

- a conclusão do projeto da bomba de penetração, categoria 1.000 kg (BPEN-1000) e 500 kg (BPEN-500) para emprego contra alvos de alta resistência estrutural;
- o desenvolvimento da manta absorvedora de micro-ondas com resina epóxi usando aditivo MnO-MgO-Fe₂O₃, que trouxe benefícios ao setor aeroespacial, especificamente na blindagem de equipamentos eletrônicos, quando usada em forma de resina e na blindagem de cabines de aeronaves e, ao setor civil, na fabricação de celulares, paredes de hospitais e presídios (bloqueio de celulares);
- a transferência de tecnologia do “Sistema Portátil de Aquisição de Dados Meteorológicos e Dispositivo Plataforma Portátil” entre o Instituto de Atividades Espaciais (IAE) e a empresa Campbell Scientific do Brasil Ltda, sendo a primeira licença de tecnologia e transferência para o mercado da Força Aérea Brasileira na vigência da Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), e o primeiro produto em instrumentação meteorológica da FAB com pedido de patente depositado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial para fins de desenvolvimento, produção e comercialização, com concessão de licença para uso e exploração de tecnologia em caráter exclusivo;
- o desenvolvimento de um equipamento capaz de produzir filmes à base de carbono, altamente resistentes ao desgaste, para o revestimento de peças hospitalares, automotivas e aeronáuticas pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

- a formação de 402 engenheiros nas especialidades aeronáutica, eletrônica, mecânica-aeronáutica, civil-aeronáutica, da computação e aeroespacial, 204 doutores, 443 mestres e 330 mestres profissionais pelo ITA.

Objetivo 0464 (Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial): este objetivo é composto de metas e iniciativas relacionadas a projetos de aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e do desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas, que vêm permitindo, desde o exercício de 2012, a renovação da frota, de modo a ampliar a capacidade operacional da FAB e possibilitar o atendimento às demandas de defesa e segurança de tráfego aéreo no território nacional. Nele estão inseridos os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

No Projeto H-X BR está prevista a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender as demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O projeto do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), é uma aeronave de transporte militar, preparada para realizar operação de evacuação, busca, resgate, combate a incêndio florestal, cargueiro que, também, pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira (FAB), que vai produzir caças de última geração. Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, propiciará boas perspectivas quanto à alavancagem de oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. A modernização desse avião permite à FAB ampliar a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

Objetivo 0482 (Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional): a adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército conectam-se diretamente com outras políticas públicas que visam à consecução do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal. No âmbito do objetivo, destacam-se as atividades de manutenção e melhoria da infraestrutura de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de fronteira brasileira e a articulação militar terrestre, visando dissuadir possíveis ameaças.

O principal projeto neste objetivo é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, com a implantação do projeto piloto na área do Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e

Mato Grosso do Sul, com foco principal na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados/MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

Objetivo 0502 (Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional): o objetivo é subdividido em quatro vertentes: desenvolvimento sustentável de comunidades carentes; preparo e emprego das equipes desportivas militares e desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças; capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; e a cooperação na construção e recuperação da infraestrutura nacional, destacando: o Projeto Rondon, o Programa Forças no Esporte (PROFESP), e o Projeto Soldado Cidadão.

Objetivo 0519 (Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima): dentro deste objetivo destacam-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR). O SisGAAz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km², as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do País, para operações de socorro e salvamento.

Até 2015, as metas estabelecidas para esse objetivo pretenderam a conclusão da construção do estaleiro e da Base Naval do Prosub, a conclusão do projeto do 1º submarino de propulsão nuclear (SN-BR1), a execução de parte do primeiro submarino convencional (S-BR1), e a obtenção de meios operativos. O submarino de propulsão nuclear brasileiro está sendo construído em parceria com a França e, além do emprego militar, os reatores nucleares do tipo semelhante poderão ser utilizados para a produção de energia elétrica em usinas em terra. É uma tecnologia de arrasto, que trará benefícios para outros setores.

Objetivo 0520 (Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica): o objetivo promove ações visando a ocupação, a fixação da população e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Norte, contribuindo para a defesa nacional e proporcionando assistência à população da região. O programa atua em duas vertentes: a da soberania, que consiste na manutenção da presença do Estado, por meio da implantação, ampliação ou adequação de unidades militares das Forças Armadas, reforçando assim a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico; e a do desenvolvimento regional, que visa proporcionar melhores condições de vida à população local e promover o desenvolvimento por meio da execução de obras em rodovias, portos, aeródromos, escolas e redes elétricas, dentre outras.

Objetivo 0521 (Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial): no âmbito do objetivo sobressaem o desenvolvimento de pesquisas científicas, elaboração de teses e dissertações sobre temas afetos ao setor cibernético, a construção do Centro de Defesa Cibernético e do polo de tecnologia da informação; criação de normas e doutrinas para setor cibernético, a edição da revista científica Enigma, a capacitação e formação de recursos humanos nas áreas de interesse do setor cibernético, dentre outras atividades.

Objetivo 0523 (Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego): o objetivo teve como metas atender as necessidades de construção, modernização e revitalização de organizações militares terrestres; elevar o índice de disponibilidade dos meios operativos da Marinha; e prover a formação e capacitação de militares e servidores civis. As realizações desse objetivo se refletem nas novas unidades incorporadas aos setores operativos da Marinha, destacando-se o navio de pesquisa hidroceanográfico Vital de Oliveira, dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração e capacidade para acomodar 50 pesquisadores.

Objetivo 0527 (Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema): ao longo de 2015, a Marinha do Brasil executou a fiscalização das normas de segurança por meio de ações de patrulha e inspeção naval nas águas jurisdicionais brasileiras. Merece destaque a Operação Verão 2014/2015, que fiscalizou embarcações em todo o País, com o propósito de minimizar a possibilidade de acidentes envolvendo embarcações de esporte e recreio e de transporte de passageiros, sobretudo aquelas utilizadas em turismo náutico. Durante a operação foram abordadas cerca de 120 mil embarcações, emitidas 9,5 mil notificações e apreendidas 1,4 mil embarcações. Estes números refletem o esforço empreendido e correspondem a um incremento de 16% em relação ao período de 2013/2014. Além da Operação Verão, destaca-se a realização de diversas outras ações para elevar o grau de conscientização dos navegantes, em especial as dirigidas à eliminação dos acidentes de escarpelamento na Região Amazônica.

Objetivo 0528 (Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima): neste objetivo sobressai o Projeto do Ciclo do Combustível Nuclear que contempla o conjunto de etapas do processo industrial que transformam o mineral urânio bruto em combustível para uma usina nuclear ou um reator de um submarino. Dentro desse ciclo, a unidade piloto de conversão (Usex) permitirá que o País atue em todas as etapas do beneficiamento do mineral radioativo. A outra meta, que é implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica – LAB-GENE), teve realização parcial.

Objetivo 0532 (Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado): no objetivo destacam-se os projetos de aquisição de sistemas de artilharia antiaérea; modernização dos Batalhões de Engenharia do Exército; obtenção de meios; implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 e do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger) e a aquisição de blindados Guarani.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de proteger as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência, na proteção da sociedade, no apoio à defesa civil, e na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Estratégico de Defesa Antiaérea tem por finalidade reequipar as atuais organizações militares de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro, mediante a aquisição de novos meios, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado, para oferecer suporte aos produtos de defesa durante todos os seus ciclos de vida.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada, com o desenvolvimento das novas famílias de viaturas blindadas de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios eficientes de dissuasão e defesa do território nacional.

Objetivo 0533 (Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia): no contexto do objetivo é relevante abordar o projeto Cartografia da Amazônia que já gerou produtos que facilitam a navegação nos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais e a pesquisa cartográfica e científica. Em 2015, destacaram-se a conclusão de 125 cartas náuticas (novas ou atualizadas) dos principais rios da Amazônia.

Houve necessidade de priorizar algumas áreas em detrimento de outras durante a execução do Plano Plurianual, para a adequação à realidade orçamentária do período. As metas escolhidas foram a elaboração de produtos de inteligência, o monitoramento de áreas especiais, a elaboração de boletins de previsão do tempo na Amazônia, a operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite instalados na Amazônia e a modernização da infraestrutura tecnológica.

Objetivo 0534 (Ampliar a capacidade de as Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle):

Na área de atuação conjunta e combinada das Forças Armadas, em 2015 foram realizadas duas grandes operações conjuntas: a Operação Atlântico IV, desenvolvida principalmente no ambiente marítimo e a Operação Anhanduí (ambiente terrestre e fluvial) e duas operações em faixas de fronteira (Ágata 9 e Ágata 10), desenvolvidas em 10 eventos, imprescindíveis para o cumprimento do Plano Estratégico de Fronteiras. Nessas quatro operações, mais de 20 mil militares estiveram envolvidos. Além dessas grandes operações conjuntas, as Forças participaram de várias operações subsidiárias, tais como: Exercício de Defesa Civil em Santa Catarina, Operação no Complexo da Maré-RJ e Exercício de Apoio à Emergência Nuclear em Angra dos Reis.

Vale destacar que no intuito de ampliar a capacidade das Forças de operarem de forma conjunta e/ou combinada e sua projeção no cenário internacional, ocorreu a participação das Forças Armadas no Exercício Multinacional FELINO (para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP) e o Exercício PANAMAX, sob a coordenação do *U.S. Southern Command* (SOUTHCOM), com a participação de 19 nações dos diversos continentes. Também imprescindíveis para firmar a interoperabilidade entre as Forças, os exercícios de simulação de combate AZUVER ocorreram em duas fases na cidade do Rio de Janeiro contando com a participação de mais de 400 oficiais-alunos. Tais adestramentos visam o preparo de Oficiais para atuarem em estados-maiores conjuntos, bem como a disseminação da doutrina de emprego conjunto das Forças Armadas.

Objetivo 0542 (Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística): neste objetivo são desenvolvidas atividades de capacitação, adestramento e prontidão logística, aperfeiçoamento das estruturas dos sistemas de ensino, em diversas escolas distribuídas pelo território nacional, bem como o fomento em pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação.

Objetivo 0552 (Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado): envolve um conjunto de iniciativas relacionadas à implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; adequação dos arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE); à formação de engenheiros civis e militares, e a participação em programas de intercâmbio no exterior e no programa governamental Ciência Sem Fronteiras.

Objetivo 0554 (Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil): visa fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa, envolvendo ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da política externa brasileira; a participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e à defesa; e a realização de reuniões bilaterais com países estrangeiros.

Objetivo 0547 (Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional): nos campos da logística e mobilização das Forças Armadas, em 2015, destacaram-se: o planejamento das operações conjuntas realizadas pelas Forças Armadas; o aprimoramento dos requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa, ampliando a capacidade de atuação conjunta; e a preparação, organização e acompanhamento, em caráter permanente, dos trabalhos da Comissão de Logística Militar.

Objetivo 0971 (Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira): no âmbito do objetivo, em função das restrições orçamentárias ocorridas no período, foi necessário replanejar e priorizar obras de infraestrutura de menor valor e maior impacto, de acordo com a importância para o Comando da Aeronáutica (COMAER), o que impactou no adiamento de obras para os anos subsequentes. As iniciativas que compõem o objetivo procuraram atender as políticas públicas de infraestrutura e de caráter social, por meio da execução de obras de construção e adequação de instalações nas áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas. Permitiu, ainda, a construção de imóveis funcionais (Próprios Nacionais Residenciais) nas diversas regiões do país.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Considerando os três objetivos do PPA 2012/2015 de responsabilidade exclusiva da SG e de as suas subunidades subordinadas que não são UPC, os planos da unidade assim se relacionaram às competências definidas na estrutura regimental do MD, estabelecida no Dec. nº 7.974, de 1/4/2013:

Quadro 2- Planos da Unidade e suas respectivas competências institucionais

COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none"> – Inciso III do art.32: propor os fundamentos para formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar sua execução. – Inciso IV do art.32: propor a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanhar a sua execução. 	(Objetivo 0196) promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de

<ul style="list-style-type: none"> – Inciso VII do art.32: conduzir programas e projetos de promoção comercial dos produtos de defesa nacionais. – Inciso X do art.32: supervisionar as atividades de ciência, tecnologia e inovação, visando ao desenvolvimento e à industrialização de novos produtos de defesa. – Inciso I do art. 35: conduzir a atividade de catalogação. 	<p>compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva</p>
<ul style="list-style-type: none"> – Inciso IX do art. 37: gerir a captação de recursos financeiros para o Projeto Rondon. – Inciso XII do art. 39: gerenciar o Projeto Rondon e conduzir suas operações. – Inciso I do art. 41: coordenar a elaboração das políticas de desporto militar para as Forças Armadas. – Inciso VIII do art. 41: elaborar propostas de diretrizes gerais para a incorporação de atletas de alto rendimento nas Forças Armadas, de acordo com as necessidades específicas das equipes militares. – Inciso XVIII do art. 41: colaborar com o esporte nacional de alto rendimento por meio do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas – Inciso XX do art. 41: apoiar e integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das Forças Armadas; 	<p>(Objetivo 0502) contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional</p>
<ul style="list-style-type: none"> – Inciso I do art. 26: planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, cabendo ao seu dirigente, exercer as atribuições de ordenador de despesas do programa. – Inciso II do art. 26: celebrar convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa Calha Norte e acompanhar a sua execução física. – Inciso III do art. 26: articular-se com Estados, Municípios, Forças Armadas e outros órgãos públicos para o trato de assuntos relacionados ao Programa Calha Norte. 	<p>(Objetivo 0520) fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.</p>

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

No âmbito de suas subunidades subordinadas e que não são UPC, três foram os objetivos de responsabilidade exclusiva da SG, considerando apenas as metas vinculadas a tais órgãos:

Tabela 1- Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral

OBJETIVO				
(0196)	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva			
META				
DESCRIÇÃO	UNIDADE	ATINGIDO 2015	ATINGIDO ATÉ 2015	% ATINGIDO
Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT)	Unidade	01	01	100

ANÁLISE DO OBJETIVO

O fortalecimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa tem influência direta sobre a capacidade de defesa do Estado, pois possuir uma base industrial de defesa (BID) robusta tende a ga-

rantir uma menor dependência no exercício da função Defesa Nacional e assegurar uma rápida capacidade de mobilização e resposta. Uma indústria nacional de defesa bem desenvolvida possibilita o reaparelhamento das forças militares com maior rapidez, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias nacionais com a geração de produtos de alto valor agregado e potencial para exportação.

Vinculados a valorização da cadeia produtiva de defesa estão os benefícios fiscais concedidos às empresas componentes da base industrial de defesa, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de tecnologias e da produção nacionais, já tendo sido habilitadas 63 empresas e mais de 300 produtos para a obtenção do regime tributário especial específico, tornando-os mais competitivos nos mercados interno e externo.

ANÁLISE DAS METAS

Meta: Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) (SEPROD)

Esta meta tem por finalidade disponibilizar, no âmbito do SISMICAT, uma solução tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da atividade de catalogação, contribuindo para o aprimoramento da logística militar e o robustecimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC).

Como resultados no exercício, destacam-se as seguintes atividades: a especificação da arquitetura do ambiente conceitual e tecnológico do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT); a elaboração de subsídios para a proposta da Política Nacional de Catalogação (PNC); a elaboração e implantação das normas e da estrutura de governança operacional do SISMICAT.

A principal atividade implementada envolveu a elaboração da estratégia e do projeto básico (requisitos conceituais e tecnológicos) da modernização do SISMICAT e a contratação de empresa para coordenar a implantação da solução tecnológica selecionada. Em decorrência disso, foi realizado certame licitatório internacional conduzido pela EMGEPRON (Edital nº 70/2014, NUP 61984.002165/2014-98), cujo resultado foi a seleção da empresa Aura SRO, com sede na República Tcheca, representada pela empresa ProDeal – Planejamento e Gestão de Negócios SS LTDA, com sede em São Paulo – SP, como fornecedora da solução tecnológica.

Decorrente disso, em 2015 foi realizada a implantação e operacionalização da solução tecnológica almejada. Foram ainda realizadas palestras para as escolas militares, federações das indústrias e fóruns de defesa sobre a transformação da atividade de catalogação, em função do marco regulatório da BID, assim como um Seminário Internacional de Catalogação na Escola de Guerra Naval, em coordenação com a NATO Support Agency (NSPA) e com o CDS-UNASUL.

Tabela 2 - Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral

OBJETIVO				
(0502)	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional			
META				
DESCRIÇÃO	UNIDADE	ATINGIDO 2015	ATINGIDO ATÉ 2015	% ATINGIDO
Engajar 9.500 rondonistas nas Operações do Projeto Rondon		820	5.733	14,3
Participação de 80.000 crianças no Programa “Forças no Esporte”	Pessoas	16.000	58.500	27,4

Desenvolver 5.000 atletas militares para participação em competições esportivas nacionais e internacionais		2.100	5.530	39,4
--	--	-------	-------	------

ANÁLISE DO OBJETIVO

Este objetivo faz parte das missões cívico-sociais que o MD executa em apoio ao Governo Federal, sem prejuízo de suas missões constitucionais precípuas, sendo suas iniciativas subdivididas em quatro vertentes: desenvolvimento sustentável de comunidades carentes; preparo e emprego das equipes desportivas militares e desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças; capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; e a cooperação na construção e recuperação da infraestrutura nacional.

A contribuição na vertente do desenvolvimento sustentável de comunidades carentes se dá, no que cabe, pelo Projeto Rondon que busca estimular a participação de universitários em ações de assistência social, desenvolvidas em comunidades carentes, como forma de propiciar a melhoria de vida social da população local e ao mesmo tempo despertar a consciência cidadã nos estudantes participantes.

Em 2015 foram capacitados 820 universitários, atingindo 91% da meta prevista de 900 rondonistas. Apesar das restrições orçamentárias esta meta foi possível graças ao aporte financeiro e logístico dos governos estaduais parceiros na execução das operações Paiaguás em Mato Grosso e Bacuri no Maranhão, totalizando 200 estudantes. Com os recursos orçamentários próprios foi possível atender a 620 universitários nas Operações Itacaiúnas e Barosos em 30 municípios vizinhos às cidades sedes de Marabá/PA e Cuiabá/MT. Participaram do projeto 82 instituições de ensino superior situadas em 11 Estados da Federação (MG, PR, RJ, RS, SC, SP, BA, ES, GO, MT e PA) e no Distrito Federal.

Esta ação de governo contemplou também as agendas transversais do Governo Federal, da “Criança e Adolescente” e da “Juventude” aplicadas nos Municípios parceiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na vertente preparo e emprego das equipes desportivas militares e desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, dentre as atividades do desporto militar do Brasil, destacaram-se as competições esportivas nacionais e internacionais conduzidas pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), pelas confederações nacionais e pela Comissão Desportiva Militar do Brasil, envolvendo aproximadamente 2.100 atletas. A participação de atletas militares brasileiros nos 6º Jogos Mundiais Militares, realizados em 2015 na Coreia do Sul, contou com uma delegação de 282 atletas militares, que obteve a segunda colocação no quadro geral de medalhas, com 34 medalhas de ouro, 26 de prata e 24 de bronze, a frente de outros 110 países participantes.

O Programa Forças no Esporte (PROFESP) consiste na realização de atividades de reforço escolar e prática esportiva, para crianças e adolescentes socialmente vulneráveis dos sete aos dezessete anos, valendo-se da infraestrutura de unidades militares, contribuindo para a redução da exposição desses jovens à criminalidade, como uso de drogas e prostituição, diminuição da evasão escolar e melhoria do aproveitamento dos alunos, com aprovações em concursos para os colégios militares e universidades, e a descoberta de atletas que atingiram índices olímpicos. Em 2015, 16.000 jovens foram contemplados pelo Programa, distribuídos por 75 municípios, de 26 estados, indo do Distrito Federal às fronteiras do país, como em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde a maior parte dos beneficiados é formada por indígenas.

ANÁLISE DAS METAS

Meta: Engajar 9.500 rondonistas nas Operações do Projeto Rondon

O Projeto Rondon tem como objetivo estimular a participação de estudantes universitários em projetos de assistência em localidades isoladas ou de baixo IDH. Em 2015, participaram do Projeto 820 estudantes, com atividades nas áreas de educação, saúde, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do CE, MA, PB, MT, PA e TO. Os estudantes realizaram atividades de promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável.

A meta de 9.500 universitários capacitados até 2015, inicialmente pareceu ponderada diante da capacidade produtiva do MD, mas mostrou-se excessiva diante da realidade orçamentária adversa. No período do PPA 2012-2015 foram capacitados 5.733, oriundos de 20 Estados sede das instituições de ensino superior: AL, BA, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PB, PA, PE, RJ, RN, RS, SC, SP, SE, RO e RR, que atuaram em 11 Estados beneficiados: AL, BA, MA, MT, MG, PA, PB, PE, PI, SE e TO, realizando ao todo 16 operações. Diante das restrições orçamentárias impostas ao projeto, a meta de 5.733 universitários capacitados só foi viabilizada por meio de parcerias, por meio de acordos de cooperação, com 560 instituições de ensino superior e 278 municípios, aliados ao patrocínio de organizações não governamentais (ONG) sem fins lucrativos.

Meta: Participação de 80.000 crianças no Programa “Forças no Esporte”

No período do PPA 2012-2015 foram atendidos 58.500 jovens e adolescentes, entre 7 e 17 anos. Em 2015, foram atendidas 16.000 crianças provenientes de 75 municípios de 26 Estados e do Distrito Federal, abrangendo desde o arquipélago de Fernando de Noronha, os interiores de Norte a Sul do País e as fronteiras. Como exemplo, em São Gabriel da Cachoeira/AM, município brasileiro que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela, a maior parte dos beneficiados é formada por crianças indígenas das etnias baré, baniwa e tukano.

Meta: Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais

Dentre as atividades do Desporto Militar do Brasil, destacaram-se as competições esportivas nacionais e internacionais, envolvendo aproximadamente 2100 atletas que participaram das competições escolares e que futuramente poderão integrar as equipes de alto rendimento. A participação brasileira nos 6º Jogos Mundiais Militares, realizados em 2015 na Coreia do Sul, contou com uma delegação de 282 atletas militares, que obteve a segunda colocação no quadro geral de medalhas, com 34 medalhas de ouro, 26 de prata e 24 de bronze. Muitos desses atletas possuem índices olímpicos e devem contribuir para o desempenho nacional nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Tabela 3 - Objetivos de Responsabilidade Exclusiva da Secretaria-Geral

OBJETIVO				
(0520)	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica			
META				
DESCRIÇÃO	UNIDADE	ATINGIDO 2015	ATINGIDO ATÉ 2015	% ATINGIDO
Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira	Unidade	5	25	20
Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares	Unidade	19	86	22,10
Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas	Unidade	12	82	14,63
Adequação de 40 aeródromos	Unidade	1	4	25

Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes	Percentual	152	152	100
Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas	Unidade	180	740	24,32

ANÁLISE DO OBJETIVO

Uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do estado brasileiro tem sido integrar, efetivamente, a região Amazônica ao resto país, em particular a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

O Programa Calha Norte contempla 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima). Esta área de atuação faz fronteira com dez países da América do Sul e corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

A estratégia adotada na busca do seu objetivo principal consiste na manutenção da presença do Estado, por meio da implantação, ampliação ou adequação de unidades militares das Forças Armadas, reforçando assim a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico e no desenvolvimento regional, que visa proporcionar melhores condições de vida à população local e promover o desenvolvimento por meio da execução de obras em rodovias, portos, aeródromos, escolas e redes elétricas, dentre outras.

Dos resultados alcançados na vertente da presença do Estado, em 2015 destacaram-se:

- a continuidade da construção de microcentral hidrelétrica no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA;
- a continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM;
- o início da construção de ponte de acesso à pista de pouso do PEF de Estirão do Equador/AM;
- a aquisição de novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação;
- a aquisição de material para o navio de assistência hospitalar Soares de Meirelles;
- a construção dos pavilhões de garagens na 1ª Base Logística e no 7º Batalhão de Infantaria de Selva; e
- a manutenção das aeronaves C-105 Amazonas.

No desenvolvimento regional, destacaram-se os seguintes resultados:

- a construção de centro de idoso, em Tocantins/AM;
- a construção de escolas em Japurá/AM e Cutias/AP;
- a construção de quadra poliesportiva em Campo Novo de Rondônia/RO;
- a construção de centro de saúde em Alto Alegre dos Parecis/RO;
- a construção do centro de especialidades odontológicas em Rolim de Moura/RO;
- a construção de feira livre coberta em Vilhena/RO;
- a implantação de eletrificação rural em Cantá/RR; e
- a construção da Casa do Colono em Mâncio Lima/AC.

ANÁLISE DAS METAS

Meta: Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Nos PEF são realizadas constantes adequações na busca de uma melhor condição e qualidade de vida para seus integrantes, bem como para as populações vizinhas que dependam da existência dos pelotões naquela região. Em 2015, 5 PEF foram adequados, com manutenções e melhorias, perfazendo um total de 25 pelotões no período do PAA 2012-2015, correspondentes à seleção e execução de pequenas e médias intervenções. Dentre estas intervenções, destacam-se:

- a adequação das instalações do PEF de Marechal Thaumaturgo/AC;
- a aquisição de material para recuperação e manutenção dos PEF da 2ª Brigada de Infantaria de Selva;
- o projeto de recuperação e aquisição de material para recuperação das cozinhas e refeitórios dos PEF do Comando de Fronteira Solimões em Tabatinga/AM; e

Meta: Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Esta meta é caracterizada por realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades. Em 2015, 19 unidades militares foram adequadas com a realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades. Ao longo do PPA 2012-2015, 86 unidades militares foram adequadas, destacam-se as seguintes realizações, entre outras:

- a construção de Pavilhão de Embarcações 3º BIS, em Barcelos/AM;
- a construção de blocos de apartamentos, destinados a oficiais e praças, no Comando da Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- a infraestrutura complementar do 3º BIS em Barcelos/AM.
- a aquisição de dispositivos elétricos para a CEF de Epitaciolândia/AC;
- a conclusão da pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus/AM;
- a recuperação e reforço estrutural de edificações do telhado e dos portões dos hangares da Base Aérea de Belém; e
- a ampliação do laboratório do Hospital Naval de Belém.

Meta: Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Esta meta é caracterizada pela adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas na região do Programa Calha Norte, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas. A meta alcançada em 2015 foi de 12 pequenas e médias intervenções realizadas pelos Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em suas embarcações. Ao longo do PPA 201-2015 foram adequadas 82 embarcações, destacando-se no período as seguintes realizações, entre outras:

- a manutenção de embarcações das organizações militares da região;
- a aquisição de insumos para adequação de embarcações;
- a aquisição de motoaquáticas e ECSR (flexboat) para utilização do ensino profissional marítimo e fiscalização do tráfego aquaviário nos municípios; e
- a manutenção e aquisição de peças para as embarcações utilizadas para as atividades de inspeção naval, fiscalização e vigilância do tráfego aquaviário.

Meta: Adequação de 40 aeródromos

Esta meta visa proporcionar aos aeródromos situados na região do Programa Calha Norte, condições de operacionalidade e apoio adequado ao atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades que se beneficiam da presença das Forças Armadas. Caracterizam-se por: realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem.

Cabe destacar que, a meta prevista inicialmente no PPA 2012- 2015 era de 40 aeródromos, mas por ocasião da revisão do PPA - Ano base 2014, foi solicitado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a alteração para 4 Aeródromos, tendo em vista as restrições orçamentárias impostas ao MD. Em 2015 a meta de uma intervenção prevista foi alcançada. Dentre estas intervenções ocorridas no período do Plano, destacaram-se as reformas dos balizamentos noturnos da pista de pouso de São Gabriel da Cachoeira/AM e do aeródromo de Ponta Pelada/AM.

Meta: Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes.

Visa atender aos municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica, por meio de convênios celebrados entre o Ministério da Defesa e governos estaduais e municipais para suprir as necessidades de brasileiros que vivem em comunidades ribeirinhas de difícil acesso, levando infraestrutura para a produção econômica, energia elétrica, escolas, unidades de saúde, creches, centros de convivência para jovens e idosos, quadras de esportes, entre outros, a uma população caracterizada pelo baixo IDH e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços. Em 2015 foram celebrados 264 convênios, sendo 34 no Acre, 20 no Amazonas, 33 no Amapá 100 em Rondônia, 77 em Roraima, totalizando 152 municípios.

Meta: Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas

Em 2015, alcançou-se a meta anual de 180 horas de voo previstas pelas Forças Armadas.

2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As ações orçamentárias constantes de programas temáticos, executadas em 2015 no âmbito desta UCP, foram:

- 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)
- 20T4 - Manutenção do Sistema Militar de Catalogação
- 2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte
- 2B28 - Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa
- 8425 - Apoio ao Projeto Rondon
- 1211 - Implantação da Infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte
- 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional
- 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte
- 20SX - Infraestrutura de Unidades militares na Região do Calha Norte

O demonstrativo da execução física financeira está detalhado nos Anexo 4 (Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS), Anexo 5 (Quadro DE Ação/Subtítulos – OFSS) e Anexo 6 (Quadro de Ações não previstas LOA do exercício restos a pagar OFSS).

2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2015, alguns fatores preponderantes foram intervenientes ao desempenho orçamentário e financeiro desta UPC por meio das ações sob sua responsabilidade. Inicialmente, como é de conhecimento público, os contingenciamentos aplicados pelo Governo Federal relativos ao orçamento de custeio bem como de capital, atingiram significativamente a instituição. Foi necessário engajar esforços para manter seu funcionamento diante das demandas existentes e focar nas prioridades imediatas, não sendo possível realizar parte das iniciativas planejadas, especialmente aquelas previstas em projetos específicos. Cabe também ressaltar o momento de aprovação da LOA (Lei Orçamentária Anual), com o ato de programação orçamentária e financeira publicado no mês de maio, ou seja, já próximo ao final do primeiro semestre do exercício, sendo disponibilizados os limites de empenho até este momento de forma gradativa, levando o MD a priorizar quase exclusivamente as despesas de manutenção. Além desses, outro fator importante foi a não regularidade e os atrasos na liberação de recursos financeiros, provocando em ato contínuo, a elevação dos valores inscritos na conta de restos a pagar.

Nesse contexto de contingenciamentos, foram necessárias, frente aos riscos iminentes, ações de mitigação como as diversas solicitações de expansões de limites de pagamentos, em particular para despesas discricionárias e para o PAC-Defesa e a renegociação de contratos, atrasando, particularmente, a condução dos projetos estratégicos.

A continuidade de tais projetos sofreu adequações em seus cronogramas físico-financeiros, modificando prazos de conclusão e, por conseguinte, os valores finais contratados. Portanto, os projetos estratégicos foram excessivamente impactados pelos cortes no orçamento do exercício de 2015.

Por fim, é oportuno registrar que apesar de tudo isso, os recursos do Fundo da Defesa (montante de R\$2.193.644,62) contribuíram significativamente, para a manutenção dos imóveis sob a responsabilidade do Ministério da Defesa (Próprio Nacional Residencial – PNR).

2.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 4 - Despesas por modalidade contratação

Unidade orçamentária:	Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	32.677.592,32	50.023.416,09	32.677.592,32	50.023.260,37
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	1.938.512,49	2.479.465,12	1.938.512,49	2.479.465,12
d) Pregão	30.739.079,83	47.543.950,97	30.739.079,83	47.543.795,25
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	320.283.618,47	113.480.400,46	320.283.618,47	113.480.400,46
h) Dispensa	301.216.545,54	98.332.114,00	301.216.545,54	98.332.114,00
i) Inexigibilidade	19.067.072,93	15.148.286,46	19.067.072,93	15.148.286,46
3. Regime de Execução Especial (j)	548.191,21	354.254,02	548.191,21	354.254,02
j) Suprimento de Fundos	548.191,21	354.254,02	548.191,21	354.254,02
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	91.423.373,04	218.448.862,86	91.423.373,04	218.448.862,86
k) Pagamento em Folha	82.721.841,75	209.383.685,84	82.721.841,75	209.383.685,84
l) Diárias	8.701.531,29	9.065.177,02	8.701.531,29	9.065.177,02
5. Outros	9.764.432,59	0,00	9.764.432,59	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	454.697.207,63	382.306.933,43	454.697.207,63	382.306.777,71

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 5 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:	Código UO: 52101				UGO: 110407			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
11 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	49.463.675,60	45.511.696,21	49.463.675,60	45.511.696,21		0,00	49.463.675,60	45.511.486,92
12 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Militar	9.507.711,11	9.067.609,63	9.507.711,11	9.067.609,63		0,00	9.507.711,11	9.067.609,63
01 Aposentadoria RPPS reserva remunerada e reforma militar	9.280.508,24	8.965.584,61	9.280.508,24	8.965.584,61		0,00	9.280.508,24	8.965.584,61
Demais elementos do grupo	14.469.946,80	12.794.403,69	14.469.946,80	12.794.403,69		0,00	14.469.946,80	12.794.403,69
3. Outras Despesas Correntes								
39 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	43.283.320,45	47.822.075,88	29.986.762,83	32.716.663,50	13.296.557,62	15.105.412,38	29.986.762,83	32.716.663,50
37 - Locação de mão de obra	14.007.932,81	11.162.148,96	12.823.682,23	11.154.531,96	1.184.250,58	7.617,00	12.823.682,23	11.154.531,96
33 - Passagens e despesas com locomoção	11.544.633,64	11.975.310,00	9.177.924,31	9.986.887,05	583.101,15	1.077.805,12	9.177.924,31	9.986.887,05
15 – Diárias pessoal militar	12.702.744,34	7.448.812,00	7.595.792,59	6.409.135,02	0,00	(*) 4.457,40	7.595.792,59	6.409.135,02
Demais elementos do grupo	18.819.828,23	20.431.852,97	15.649.920,25	16.613.501,86	3.169.907,98	3.818.506,83	12.300.012,27	16.613.346,14
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
52 - Equipamentos e material permanente	5.751.614,24	9.095.234,66	337.060,97	5.153.273,66	5.414.553,27	3.941.961,00	337.060,97	5.153.273,66
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	2.120.920,00	6.620.283,42	0,00	4.299.155,42	2.120.920,00	2.321.128,00	0,00	4.299.155,42
51 - Obras e Instalações		2.238.628,54		286.876,14		1.951.752,40		6.303.024,59
Demais elementos do grupo	3.682,70	68.718,76	3.682,70	68.718,76	0,00	0,00	3.682,70	68.718,76
5. Inversões Financeiras								
64 - Aquisição de Tit. Repres. de Cap já integralizado	296.400.540,00	94.199.460,00	296.400.540,00	94.199.460,00	0,00	0,00	296.400.540,00	94.199.460,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica sobre alterações significativas ocorridas no exercício:

Despesas do grupo 1

No ano de 2015, o aumento de cerca de 8,68% na despesa do subitem 11 (vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil) decorreu da continuidade de provimento dos cargos aprovados pelo Decreto nº 7.974, de 01/04/2013, bem como pelo reajuste progressivo concedido nos DAS e gratificações de servidores.

No que se refere ao subitem 12 (vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Militar), o incremento de cerca de 4,85% na despesa desse subitem derivou do provimento gradativo das gratificações dos militares aprovadas pelo Decreto nº 7.974, de 01/04/2013, bem como pelo reajuste progressivo concedido nos DAS e gratificações de servidores.

O aumento da despesa no subitem 01 (aposentadoria RPPS reserva remunerada e reforma militar), teve como causa a ampliação do efetivo de aposentados e de pensionistas contemplados na Folha de Pagamento da Administração Central do Ministério da Defesa. Esse fato contribuiu para o aumento de 3,51% na despesa. Contribuiu também, para esse incremento o reajuste progressivo da gratificação devida nos proventos dos aposentados.

O aumento da despesa nos demais elementos desse grupo teve como origem: o aumento das despesas em função do aumento do efetivo de pessoal; as obrigações patronais; as pensões civis, dentre outras.

Cabe esclarecer que é o Departamento de Administração Interna (DEADI) que executa a Folha de Pagamento da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), do Hospital das Forças Armadas (HFA) e do pessoal da Administração Central do Ministério da Defesa.

É relevante destacar que, com a mudança de elementos e subelementos de despesa para contabilização no SIAFI, referente a gastos com pessoal e benefícios indiretos no exterior, a partir de 2016, conforme Ofício SEI nº 28871/2015-MP, de 14/12/2015, do MPOG, a despesa foi alterada do Grupo 1 (31.90.11-31) para o Grupo 3 (33.90.93-23).

Em vista disso, os pagamentos de salário (Indenização de Representação no Exterior – IREX) referentes ao pessoal da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), nos meses de Jan/Fev 2016, foram pagos com recursos da ação 2000 PTRES 107232.

Considerando esse fato, foi solicitada a inclusão da despesa para o exercício financeiro de 2017, bem como estudar a possibilidade de suplementar esses recursos, no corrente ano.

Despesas do grupo 3

No exercício financeiro de 2015, em relação ao item de despesa 39 (outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica), houve um decréscimo nas contratações de serviços da ordem de 9,05% em relação ao de 2014. Tal fato teve como principal motivador a priorização dos gastos direcionados em proveito da ocupação do naco dos anexos “A” e “B” do Bloco “O”.

Já o item de despesa 37 (locação de mão de obra), teve o incremento da ordem de 26,6% em relação aos valores dispendidos em 2014 devido a mesma argumentação do parágrafo anterior.

Do mesmo modo houve acréscimo na despesa com diárias de militares (15 – Diárias pessoal militar) do ano de 2014 para o ano de 2015. A despesa liquidada com diárias de militares no exercício de 2015 atingiu o valor de R\$ 12.702.744,34, um aumento percentual de 41,36% em relação ao exercício de 2014 (R\$ 7.448.812,00). Justifica-se esta variação em decorrência de dois fatores principais:

- A realização, em outubro de 2015 dos VI Jogos Mundiais Militares (VI JMM). A participação do Brasil neste evento foi conduzida pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Departamento do Desporto Militar (DDM). O evento aconteceu em Seul, Coréia do Sul e a delegação brasileira contou com 414 pessoas entre atletas, técnicos, profissionais de saúde, árbitros, coordenadores, entre outros, dos quais 408 militares. Além da participação nos VI JMM, ao longo do exercício 2015, ocorreram diversas viagens relativas à preparação para os jogos, motivando o aumento na quantidade de diárias pagas, principalmente para viagens ao exterior.
- O segundo fator, que associado ao primeiro, exerceu forte impacto no aumento da despesa com diárias de militares, foi a variação cambial positiva sofrida pelo dólar norte-americano. Neste mister convém frisar que a despesa com diárias para o exterior (ND 33.90.15.16) é calculada, por força da legislação, em dólares norte-americanos. A moeda norte-americana, ao longo do ano de 2015 sofreu forte variação positiva indo de uma cotação inicial na faixa dos R\$ 2,50 para cada dólar, até a cotação de R\$ 4,20, tendo a maior variação ocorrido entre os meses de março e julho, influenciando fortemente as viagens ao exterior que ocorreram no segundo semestre.

Despesas do grupo 4

No exercício de referência, em relação a esse item de despesa, a redução dos gastos foi influenciada fortemente pelo contingenciamento inicial promovido pelo Dec. nº 8.456, de 22/05/2015 e pela Portaria MP nº 168, de 22/05/2015. Posteriormente, esse cenário foi ainda mais agravado por outros dois contingenciamentos (Decreto nº 8.496, de 30/07/2015 e a Portaria MP nº 12, de 03/08/2015).

Despesas do grupo 5

Dando continuidade ao processo de cessão de direitos de uso futuro de infraestrutura satelital firmado entre o Ministério da Defesa e a empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, estabelecido através do Contrato nº 35 – SC1 – COLIC/2014, processo administrativo nº 60220.000528/2014-20, com vigência do contratual de 08/09/14 a 07/09/2032 (dezoito anos), os gastos decorrentes desse grupo de despesa totalizaram, em 2015, o valor de R\$ 296.400.540,00.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

As razões que determinaram o acúmulo de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade em volumes significativos se prendem ao fato de que os objetos contratados estarem enquadrados, justamente, nos artigos que amparam tais modalidades de licitações, com ênfase para a contratação de cessão de direitos de uso futuro de infraestrutura satelital já detalhado no item anterior. Somente essa contratação representou, em 2015, 98,40% do total dos gastos com base na dispensa de licitação.

Contingenciamento no exercício:

Em 2015, a influência gerada pelo contingenciamento inicial promovido pelo Dec. nº 8.456, de 22/05/15 e pela Portaria MP nº 168, de 22/05/15 foi drástica. Posteriormente, esse cenário foi agravado por mais dois contingenciamentos promovidos pelo Dec. nº 8.496, de 30/07/15 e pela Port. MP nº 12, de 03/08/15.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

No exercício financeiro de 2015, em relação aos eventos negativos, predominou a influência gerada pelos contingenciamentos promovidos. Em relação a eventos positivos ressalta-se o fato de que, a despeito do contingenciamento promovido pelo Governo Federal, a área financeira não foi comprometida. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, na medida em que foram honrados os compromissos de pagamentos, tão logo a fase da liquidação foi concluída.

Além disso, é oportuno registrar de forma relevante o fato de que os recursos do Fundo da Defesa, no montante de R\$ 2.193.644,62, contribuíram significativamente, para a manutenção dos imóveis funcionais sob a responsabilidade do Ministério da Defesa (Próprio Nacional Residencial – PNR).

Convênio / Termo de Execução Descentralizada (TED)

Execução descentralizada com transferência de recursos

Tabela 6- Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
NOME:	Departamento de Administração Interna - DEADI					
CNPJ:	03.277.610/0001-25					
UG/GESTÃO:	110404/00001					
MODALIDADE	INSTRUMENTOS CELEBRADOS			MONTANTES REPASSADOS NO EXERCÍCIO (EM R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
CONVÊNIO	0	0	1	0	0	0
CONTRATO DE REPASSE	0	0	0	0	0	0
TERMO DE COOPERAÇÃO	5	3	6	467.186,23	800.000,00	3.755.396,31
TOTAIS	5	3	7	467.186,23	800.000,00	3.755.396,31

Fonte: SIAFI Operacional

Tabela 7 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE					
NOME:	Departamento de Administração Interna - DEADI				
CNPJ:	03.277.610/0001-25				
UG/GESTÃO:	110404/00001				
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
EXERCÍCIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	467.186,23
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	5
		Montante Repassado	0	0	467.186,23
EXERCÍCIOS ANTERIORES	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	11
		Montante Repassado	0	0	3.779.350,64

Fonte: SIAFI Operacional

Tabela 8 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE				
NOME:	Departamento de Administração Interna - DEADI			
CNPJ:	03.277.610/0001-25			
UG/GESTÃO:	110404/00001			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	0	467.186,23
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	13
	Montante repassado (R\$)	0	0	3.679.350,64

Fonte: SIAFI Operacional

Tabela 9 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
NOME:	Departamento de Administração Interna - DEADI				
CNPJ:	03.277.610/0001-25				
UG/GESTÃO:	110404/00001				
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	3	8

Fonte: SIAFI Operacional

Análise crítica sobre medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Os representantes das Unidades Gestoras receptoras de recursos foram alertados pelo MD para a execução dos Termos de Cooperação, a fim de sanar a situação de inadimplência.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios

A significativa redução na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios, através de transferências voluntárias, se deve ao fato de que, a partir de 2012 os convênios do Programa Calha Norte (PCN), que representavam, em termos de transferências voluntárias a maior quantidade de transferências, passaram a ser executados pela própria Unidade Gestora (UG 110594), conforme Portaria nº 3.485/SEORI, de 10/11/2011.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios

Em termos de quantidade e de volume, as transferências voluntárias realizadas nos últimos anos apresentam o seguinte cenário:

Tabela 10 - Termo de Cooperação formalizado

Ano da Execução	Quantidade
2013	5
2014	3
2015	5

Conforme registros no Sistema de convênios (SICONV), dos cinco Termos de Cooperação formalizados em 2013, apenas um teve sua prestação de contas apresentada e aprovada. Todavia quatro termos, a despeito de haver sido solicitada a apresentação da prestação de contas aos Convenientes, ainda não tiveram a prestação de contas apresentada até fevereiro de 2016.

No que se refere aos Termos de Cooperação firmados em 2014, foram apresentadas e aprovadas, as prestações de contas dos Termos de Cooperação nº 683501 e 684311, ambas com data de lançamento 25/02/2016.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2015, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto a disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Com a criação do Departamento do Programa Calha Norte, aquela UJ passou a firmar convênios de forma bem reduzida. Dessa forma, em 2015 não foi realizado nenhuma transferência voluntária por meio de convênio. No que tange aos termos de cooperação que apresentam inadimplência, cabe esclarecer que foram transferidos para os convenientes, aos quais o MD tem alertado aos representantes da Unidades Gestoras Receptoras de recursos quanto a necessidade de apresentação da prestação de contas.

Estrutura de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização “in loco” da execução dos planos de trabalho contratados

A Unidade Gestora (UG 110404) utilizou-se das ferramentas do SICONV e do SIAFI operacional para gerir as transferências vinculadas em execução no exercício financeiro de 2015, em particular, no que tange ao controle de datas do fim da vigência, bem como dos prazos estabelecidos para prestação de contas.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ

Considerando:

- o conceito de efetividade como a medida do alcance dos objetivos finalísticos, traduzidos em solução ou redução de problemas na sociedade;
- que, na situação atual, embora a UJ tenha analisado apenas uma prestação de contas; e
- que, nessa análise, foi constatada a aplicação regular dos recursos transferido para o conveniente.

Conclui-se que, pela análise da amostragem apresentada, o princípio da efetividade foi alcançado.

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Tabela 11 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B(*)		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	110404	DEADI	17	133.373,50	37	354.307,24	57.949,06
2014	110404	DEADI	24	287.787,10	26	259.047,36	46.342,65
						613.354,60	

Fonte: Tesouro Gerencial (* Concessão de Suprimento em moeda estrangeira)

Cabe esclarecer que os valores das concessões foram disponibilizados em moeda estrangeira, entretanto, após as prestações de contas serem apresentadas, os registros contábeis foram efetuados no SIAFI, mediante conversão da despesa em moeda nacional.

Embora a UPC não tenha registro de concessão de suprimento de fundos através da conta tipo “B”, foram concedidos, em 2015, suprimentos de fundos para atender despesas decorrentes de viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado da Defesa, bem como, para atender dispêndios com atividades esportivas e inscrições em eventos internacionais, sendo que tais concessões tiveram suas prestações de contas aprovadas. No exercício financeiro de 2015 essas concessões foram realizadas para atender as demandas a seguir listadas:

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.316/SEORI/2015 R\$ 19.200,00

Finalidade do Suprimento: Atender despesas da missão precursora para reuniões de coordenação e reconhecimento ao comitê organizador e às cidades hóspedes dos 6º Jogos Mundiais Militares, conforme o Memorando nº 132/CDMB/DDM/SEPESD/SG-MD, de 10/06/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.574/SEORI/2015 R\$ 8.994,56

Finalidade do Suprimento: Atender despesas decorrentes da participação da delegação militar brasileira no Training Camp Internacional de Boxe 2015, organizado pela Federação Búlgara, conforme o Memorando nº 185/CDMB/DDM/SEPESD/SG de 15/07/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.624/SEORI/2015 R\$ 22.810,38

Finalidade do Suprimento: Atender despesas decorrentes do Campeonato Internacional de Pentatlo Militar do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), conforme o Memorando nº 193/CDMB/DDM/SEPESD/SG-MD, de 22/07/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.625/SEORI/2015 R\$ 20.640,00

Finalidade do Suprimento: Atender despesas decorrentes da participação da delegação militar brasileira no SCOTTISH 6 DAYS ORIENTEERING HIGHLAND 2015, conforme o Memorando nº 199/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 23/07/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.651/SEORI/2015 R\$ 35.800,00

Finalidade do Suprimento: Atender despesas decorrentes de viagens oficiais ao exterior, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Defesa, conforme o Memorando nº 224/GM, de 28/07/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 1.704/SEORI/2015 R\$ 9.825,91

Finalidade do Suprimento: Custear despesas decorrentes da participação da equipe brasileira de judô das Forças Armadas no Treino de Campo, conforme o Memorando nº 216/CDMB/DDM/SEPESD-MSG, de 31/06/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 2.040/SEORI/2015 R\$ 37.708,09

Finalidade do Suprimento: Atender despesas afetas à participação da delegação brasileira que participou dos 6º Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), conforme o Memorando nº 216/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 14/09/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 2.041/SEORI/2015 R\$ 37.727,02

Finalidade do Suprimento: Atender despesas afetas à participação da delegação brasileira que participou dos 6º Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), conforme o Memorando nº 267/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 15/09/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 2.042/SEORI/2015 R\$ 37.746,62

Finalidade do Suprimento: Atender despesas afetas à participação da delegação brasileira que participará dos 6º Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), conforme o Memorando nº 269/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 15/09/2015.

PORTARIA DE CONCESSÃO 2.225/SEORI/2015 R\$ 29.475,00

Finalidade do Suprimento: Atender despesas decorrentes da participação da equipe brasileira de alunos das escolas de sargentos no 1º Campeonato Sul-Americano de alunos nas Escolas de Sargentos da União Desportiva Militar Sulamericana (UDMSA), conforme o Memorando nº 291/CDMB/DDM/SEPESD/SG, de 13/10/2015.

Tabela 12- Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B(*)		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	110404	DEADI	17	133.737,50	3	60.510,17	354.307,24	414.817,41
2014	110404	DEADI	24	95.582,08	23	9.895,00	249.152,00	259.047,36

Fonte: Tesouro Gerencial (* Concessão de Suprimento em moeda estrangeira)

Conforme detalhado na tabela anterior, os valores dessas concessões foram disponibilizados em moeda estrangeira, entretanto, após as prestações de contas serem apresentadas, os registros contábeis no SIAFI foram efetuados mediante conversão da despesa em moeda nacional.

Tabela 13- Classificação dos gastos com suprimento de fundo no exercício de referência

UNIDADE GESTORA		CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO GASTO		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
110404	DEADI-MD	33.90.30	01	33.599,52
			07	2.138.687,95
			09	178,12
			16	111.074,05
			17	8.336,25
			19	11.232,26
			21	31.668,52
			22	19.924,42
			23	79,98
			24	13.271,69
			25	100.100,91
			26	16.122,08
			28	1.993,75
			29	3.057,61
			30	68,63
			31	127,50
			39	1.120,00
			42	0,00
			44	3.958,00
96	0,00			
			TOTAL	2.494.835,24
110404	DEADI-MD	33.90.33	03	20.549,90
			07	18.525,55
			08	0,00
			96	0,00
			TOTAL	39.075,45
110404	DEADI-MD	33.90.39	05	183.099,62
			12	213.924,81
			14	7.822,90
			16	5.253.429,76
			17	1.135.761,19
			18	1.243,00
			20	3.641,00
			22	178.770,48
			25	15.370,98
			34	11.847,01
			41	102.712,55
			46	60.454,27
			48	365.653,17
			50	0,00
			59	138.868,75
			63	24.377,00
			79	232.114,71
80	120.458,98			
83	82.834,95			
96	0,00			
			TOTAL	8.132.385,13

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

A aplicação de recursos orçamentários na modalidade de suprimento de fundos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, tem amparo legal na Portaria Normativa MD nº 2.039, de 14/08/2014.

A grande maioria da utilização de suprimentos de fundos aplicada na administração central do Ministério da Defesa visa atender à pasta ministerial e, despesas referentes ao acompanhamento de comitivas internacionais e de representantes de Ministérios de Estado da Defesa de países amigos, em visita ao Brasil.

Por oportuno, cabe registrar que em viagens nacionais, as despesas do Chefe da Pasta Ministerial são custeadas com utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a fim de atender, tempestivamente, as necessidades da missão. Nas viagens do Senhor Ministro de Estado da Defesa ao exterior, as despesas são atendidas mediante o fornecimento de recursos em moeda estrangeira (dólar). Em ambos os casos, o processo de concessão de tais suprimentos é iniciado pelo Gabinete do Ministro ou de servidor por ele designado, com a devida Portaria autorizativa e o documento de concessão de suprimento de fundos do ordenador de despesas da administração central do Ministério da Defesa.

São também despesas enquadradas sob a rubrica de suprimento de fundos, as demandas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), para o atendimento à realização de reuniões bilaterais que, por suas características peculiares, requerem ressarcimento tempestivo, através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

Além disso, no exercício financeiro de 2015, ocorreram as demandas em apoio às competições esportivas de nível mundial, realizadas em países da Europa e da Ásia e para atender as demandas do Projeto RONDON nas regiões interioranas do Brasil, todas ocorrendo com a ressarcimento de despesas mediante a concessão de suprimento de fundos.

Tabela 14- Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa			Código UO: 52101					
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimento e vantagens fixas - Pessoal Civil	45.511.696,00	49.463.676,00	45.511.696,00	49.463.676,00	0,00	0,00	45.511.487,00	49.463.676,00
Vencimento e vantagens fixas - Pessoal Militar	9.067.610,00	9.507.711,00	9.067.610,00	9.507.711,00	0,00	0,00	9.067.610,00	9.507.711,00
Aposentadorias e Reformas	8.965.585,00	9.280.508,00	8.965.585,00	9.280.508,00	0,00	0,00	8.965.585,00	9.280.508,00
Demais elementos do grupo	16.655.497,00	18.102.520,00	16.655.497,00	17.957.390,00	0,00	145.131,00	16.655.497,00	17.957.390,00
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	425.152.980,00	376.502.039,00	294.745.700,00	238.073.757,00	130.407.279,00	138.428.282,00	264.539.499,00	204.951.487,00
Material de Consumo	354.516.621,00	266.132.638,00	246.595.245,00	178.178.537,00	107.921.376,00	87.954.101,00	214.417.521,00	152.238.875,00
Demais elementos do grupo	123.359.320,00	117.387.744,00	110.066.880,00	107.407.423,00	13.292.440	9.980.321,00	103.746.935,00	104.515.162,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos Material Permanente	1.085.654.639,00	560.528.073,00	451.311.737,00	165.974.614,00	634.342.902	394.553.460,00	420.530.909,00	149.327.550,00
Obras e Instalações	198.162.233,00	344.064.677,00	5.918.541,00	56.012.951,00	192.243.692	288.051.726,00	5.217.680,00	25.325.686,00
Demais elementos do grupo	106.232.613,00	72.471.666,00	38.356.466,00	36.189.370,00	67.876.147	36.282.296,00	32.554.358,00	32.392.353,00
5. Inversões Financeiras								
Aquisições de títulos Representativos de Capital já Integralizado	94.199.460,00	296.400.540,00	94.199.460,00	296.400.540,00	0,00	0,00	94.199.460,00	296.400.540,00

2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

No que alude aos resultados obtidos pela UPC na condução dos objetivos definidos no PPA 2012-2015 no exercício de referência, a análise crítica está demonstrada no conteúdo do subitem 2.2.1 (Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados), já abordado.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

As principais medidas selecionadas para expressar os aspectos determinantes da performance da UPC, se revelam por meio dos indicadores de monitoramento do desempenho da gestão que se encontram no Anexo 7 (quadro de Indicadores de monitoramento do desempenho da gestão).

2.4.1 Resultados dos indicadores no exercício

Tabela 15 - Resultado dos Indicadores de monitoramento

INDICADOR	2013	2014	2015 PREVISTO	2015 REALIZADO
IARP	99,31%	100%	94,75%	99,87%
IARA	99,99%	96,24%	98,64%	99,95%
IAME	87,41%	95,42%	92,38%	94,40%
ISA	88,98%	93,67%	87,60%	87,35%
ISENG	87,52%	96,60%	91,31%	96,49%
ICRH	132,32%	127,83%	100%	99,98%
ISTR	100%	100%	100%	100%

2.4.2 Análise do desempenho a partir dos indicadores

Depreende-se dos resultados, que a atuação institucional na aplicação dos recursos orçamentários e financeiros atingiu um pleno aproveitamento dos recursos no exercício, destacando-se os indicadores de eficiência cujos índices apresentam média de 99,87% e 99,95%.

Já os indicadores de eficácia apresentam os melhores resultados nas áreas de capacitação de recursos humanos, com média apurada de 99,98%, e de prestação de serviços de transporte, com média de 100,00%.

De forma idêntica, os indicadores de efetividade apresentaram métricas adequadas, como o nível de satisfação do serviço de alimentação que atingiu um percentual satisfatório de 87,35%.

A partir dos resultados do Índice de Restrição Contábil (IRC), conforme o Tabela 16 –Resultado do Índice de Restrição Contábil abaixo, foi possível verificar as maiores incidências de problemas ou dificuldades apresentadas pelas unidades gestoras, o que permitiu à Setorial Contábil do MD atuar para uma melhor orientação às unidades, a fim de regularizar os saldos. De maneira análoga, após a análise dos resultados do Índice de Conformidade Contábil (ICC), conforme o Tabela 17 –Resultado do Índice de Conformidade Contábil abaixo, constatou-se percentuais mensais acima dos índices previstos até novembro, resultante de diversas inconsistências associadas a implantação do novo Plano de Conta pelas unidades e decorrente de vários procedimentos que ainda estavam sendo adotados ou modificados e que impactaram negativamente na execução da unidade. Não foi possível apurar o índice no mês de dezembro de 2015, tendo em vista que o encerramento do exercício ocorreu somente em 07/01/2016.

A apuração dos indicadores ITMR (Índice de Tempo Médio de Resposta aos Pedidos de Acesso à Informação Formulados ao SIC/MD) e ISC (Índice de Satisfação do Cidadão com a Resposta Oferecida) terá o início de sua mensuração a partir do exercício seguinte.

Tabela 16- Resultado do Índice de Restrição Contábil

Mês	Total de Restrições	Restrições com Saldos Irrisórios	UG	Índice	Índice Previsto
Janeiro	7	3	14	29%	≥ 31%
Fevereiro	26	8	14	129%	≥ 31%
Março	22	11	14	79%	≥ 31%
Abril	20	10	14	71%	≥ 31%
Maiο	25	6	14	136%	≥ 31%
Junho	11	5	14	43%	≥ 31%
Julho	13	4	14	64%	≥ 31%
Agosto	12	5	14	50%	≥ 31%
Setembro	12	4	14	57%	≥ 31%
Outubro	10	4	14	43%	≥ 31%
Novembro	15	5	14	71%	≥ 31%
Dezembro			14	0%	≥ 31%

Tabela 17 - Resultado do Índice de Conformidade Contábil

Mês	Conformidade Total com Restrição	Sem Conformidade	Conformidade Total	Índice	Índice Previsto
Janeiro	4	2	14	33%	0 - 20%
Fevereiro	9	1	14	69%	0 - 20%
Março	5	1	14	38%	0 - 20%
Abril	7	1	14	54%	0 - 20%
Maiο	9	1	14	69%	0 - 20%
Junho	3	1	14	23%	0 - 20%
Julho	6	2	14	50%	0 - 20%
Agosto	4	1	14	31%	0 - 20%
Setembro	7	1	14	54%	0 - 20%
Outubro	4	1	14	31%	0 - 20%
Novembro	6	1	14	46%	0 - 20%
Dezembro			14	0%	0%

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MINISTÉRIO DA DEFESA

2.5.1 PROSUB

2.5.1.1 Descrição do Projeto

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), firmado no final de 2008 como parte do Acordo Estratégico Brasil-França, prevê a construção de quatro submarinos

convencionais, um submarino de propulsão nuclear, um Estaleiro e uma Base Naval, em Itaguaí (RJ). O Programa está dividido nos seguintes subprojetos:

a) Implantar a Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas: absorção dos conceitos para o projeto do Estaleiro e Base Naval para submarinos com propulsão nuclear; construção de um Estaleiro Naval e de uma Base Naval; nacionalização de sistemas e equipamentos do Estaleiro Naval e Base Naval; e construção/aquisição de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e infraestrutura de apoio.

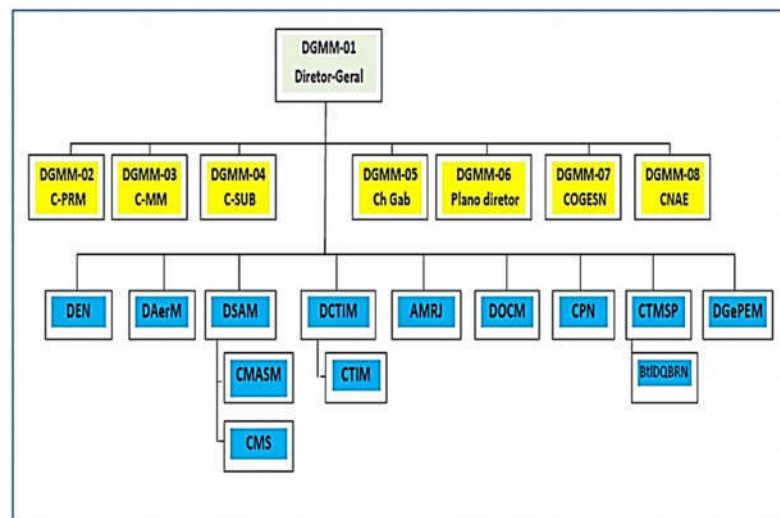
b) Dotar a MB de um submarino com propulsão nuclear, de projeto brasileiro, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas: capacitação em projeto e construção do submarino com propulsão nuclear (SN-BR); obtenção da Plataforma do Submarino com Propulsão Nuclear; construção da Propulsão Nuclear; independência e autonomia para manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate do (SN-BR); e nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas do SN-BR.

c) Dotar a MB de mais submarinos convencionais de projeto francês, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país. Este subprojeto é composto pelas seguintes metas estratégicas: obtenção de quatro Submarinos de propulsão convencional, que inclui o projeto de detalhamento da seção intermediária e construção dos submarinos (S-BR); obtenção de torpedos e equipamentos de contramedidas para S-BR; nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas dos S-BR; e independência e autonomia para a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate dos S-BR.

Tal finalidade corrobora a missão da Marinha, haja vista que contribui com a tarefa de preparar o Poder Naval com o fito precípua de contribuir para a defesa da Pátria.

2.5.1.2 Organograma Funcional

Organograma 3- Organograma funcional referente ao Projeto PROSUB



2.5.1.4 Grupos de interesse

O elenco que compõe o Grupo de Interesse do PROSUB é bastante extenso e pode ser apresentado sob diferentes formas de agrupamento. Essa listagem tem componentes subjetivos, é extremamente dinâmica e é progressivamente atualizada e complementada com contribuições de outros envolvidos no PROSUB. A seguir estão apresentadas as listas básicas dos integrantes de cada bloco:

a) Subcontratados e Consultores: GEMPRO (Projeto conceitual do Complexo Nuclear); NUCLEP (Fabricação e fornecimento de seções e estruturas resistentes para 04 submarinos S-BR); MECTRON (Software do Sistema de Gerenciamento da Plataforma - IPMS); EXIDE TECHNOLOGIES DO BRASIL (Fabricação de Baterias para os SBR's); FUNDAÇÃO EZUTE (Projeto de Engenharia e Integração do Sistema de Combate para os SBR's); ATECH (Produção dos Consoles Multifunção do Sistema de Combate para os SBR's); SCHNEIDER DO BRASIL (Produção dos Quadros elétricos principais para os SBR's); MTU DO BRASIL LTDA (Fabricação e Montagem dos Motores diesel para os SBR's); RONDOPAR (Produção das baterias dos submarinos; desenvolvimento das ligas e fabricação de tubos de cupro-níquel para trocadores de calor e cobre para tubos de emprego geral no submarino pela empresa); TERMOMECÂNICA (Sistema de monitoramento de baterias); DATA-POOL (Projetos como a produção dos consoles para o sistema de combate); ADELCO (Gabinetes do quadro elétrico principal); HOWDEN (Espelhos e chicanas para os trocadores de calor); CECAL (Cabeçotes dos motores diesel); CILGASTECH (Elipses de tanques); BARDELLA (Proteção anti-corrosão); e SACOR (Motores elétricos).

b) Organizações Relacionadas à Área Nuclear: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Centro Técnico Aeroespacial (CTA); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); GENPRO Engenharia; Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN); Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); Planta Piloto do Reator Nuclear (LABGENE); Eletronuclear (NUCLEN); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Usina de Conversão de Gás de Urânio (USEXA); e Universidade de São Paulo (USP).

c) Governos Municipais, Estaduais, Federal, Órgãos Fiscalizadores e Regulatórios e Governos Estrangeiros: Prefeitura de Itaguaí; Câmara de Vereadores de Itaguaí; Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA); Casa Civil; Senado Federal; Câmara dos Deputados; Ministério da Defesa; Secretaria de Produtos da Defesa; Comando da Aeronáutica; Comando do Exército; Comando da Marinha; AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.; Empresa Gerencial de Projetos Navais (EM-GEPRON); Ministério da Fazenda; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX); Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Tribunal de Contas da União (TCU); Autoridades Portuárias; Secretaria da Receita Federal; Secretaria da Polícia Federal; Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Ministère de La Défense (França); e Direction Générale de l'Armement (DGA).

d) Comunidade Internacional: Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC); Comunidade Europeia; Mercado Comum do Sul (Mercosul); Organização dos Estados Americanos (OEA); Organização das Nações Unidas (ONU); e Câmara de Comércio de Paris (CCI).

e) Entidades Financeiras e Seguradoras: Banco Central do Brasil (BCB); BNP Paribas; Agência Brasileira da Inovação (FINEP); Compagnie Française d'Assurance et Crédit à l'Exportation (COFACE); e Fator Seguradora.

f) Organizações Não Governamentais: Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABINDE); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Instituto de Engenharia; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ); Sindicato da Construção Pesada de Nova Iguaçu; GreenPeace; e Projeto Boto Cinza.

g) Comunidades Locais: Comunidade Ilha da Madeira; Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM); Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM); Familiares dos Envolvidos no Empreendimento; e Moradores Próximos.

h) Empreendimentos Próximos: Porto de Itaguaí; e Terminal de Exportação de Minério de Ferro (LLX Porto Sudeste).

2.5.1.5 Valor global estimado

Tabela 18 - Valor Global estimado do Programa PROSUB

Valor Global			Em milhões de R\$	
Ação de Governo	Subprojetos	Valor Estimado Inicial	Valor Estimado Atual	
123G	Implantação do Estaleiro e da Base Naval para construção e manutenção de Submarinos	R\$ 4.998,00	R\$ 11.692,11	
123H	Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	R\$ 5.409,60	R\$ 8.913,03	
123I	Construção de Submarinos Convencionais.	R\$ 8.327,20	R\$ 10.543,83	

2.5.1.6 Fontes de financiamento

O PROSUB é custeado com recursos do Tesouro Nacional e da FR 149 (financiamento externo), simultaneamente. A tabela abaixo demonstra os valores acordados no Contrato de Financiamento Externo:

Tabela 19 - Fontes de Financiamento do Programa PROSUB

Fontes de Financiamento		Em milhões	Órgão Financiador
Ação de Governo	Subprojetos	Financiamento Externo	
123G	Implantação do Estaleiro e da Base Naval para construção e manutenção de Submarinos	EUR 46,75*	BNP-PARIBAS
123H	Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	EUR 1.878,99	
123I	Construção de Submarinos Convencionais.	EUR 2.298,17	

* Refere-se ao contrato de transferência de tecnologia para projeto e construção da infraestrutura industrial.

2.5.1.7 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 20 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa PROSUB

Valores Empenhados e Liquidados em milhões (R\$)				
Subprojetos	Ano	Empenhado	Liquidado	Pago
2013	1.365,93	1.316,90	952,88	
2014	1.251,14	1.278,43	1.540,45	
2015	684,69	684,69	209,37	
Construção do Submarino de Propulsão Nuclear	2012	186,58	179,49	179,29
	2013	221,88	84,68	74,40

Valores Empenhados e Liquidados em milhões (R\$)				
Subprojetos	Ano	Empenhado	Liquidado	Pago
	2014	451,64	297,41	329,66
	2015	128,89	128,89	33,22
Construção de Submarinos Convencionais.	2012	635,25	859,54	646,57
	2013	762,17	642,54	539,11
	2014	342,17	540,53	891,94
	2015	264,59	264,59	128,56

2.5.1.8 Acordos de compensação (*Offset*)

Atualmente estão concluídas sete operações de compensação (*offset*), correspondendo a 33,3% do total de 21 *offsets*. Treze operações estão em execução (61,9%) e somente uma não foi iniciada (4,8%). No quadro abaixo estão especificados os períodos de realização e de previsão de início de realização desses *offsets*:

Quadro 3- Situação do Contrato de Offset do Programa PROSUB

OFFSET	Situação
OFFSET 4 – Projeto Detalhado da Seção Intermediária do SB-R	Concluído
OFFSET 7 – Criação da Sociedade de Propósito Específico (SPE)	Concluído
OFFSET 8 – Treinamento de EMC/EMI	Concluído
OFFSET 11 – Treinamento de Manutenção do Sonar	Concluído
OFFSET 12 – Treinamento de Manutenção do IPMS	Concluído
OFFSET 16 – Assistência Técnica para o NAe São Paulo	Concluído
OFFSET 18 – Análise do Projeto do Módulo de Propulsão do SN-BR Desenvolvido pela MB	Concluído
OFFSET 1 – Taxa de Licença Relacionada à Construção dos 4 (quatro) S-BR	Em execução
OFFSET 2 – Taxa de Licença Relacionada à Construção da Base Naval e do Estaleiro	Em execução
OFFSET 3 – Programa de Nacionalização do S-BR e do SN-BR	Em execução
OFFSET 5 – Capacitação em Engenharia de Apoio Logístico dos Submarinos	Em execução
OFFSET 6 – Projeto do SN-BR	Em execução
OFFSET 9 – Treinamento de Manutenção do Sistema de Combate	Em execução
OFFSET 10 – Engenharia do Sistema de Combate, Integração, Manutenção e Apoio	Em execução
OFFSET 14 – Treinamento de Manutenção do Motor Elétrico da Propulsão	Em execução
OFFSET 15 – Raia Acústica Móvel	Em execução
OFFSET 17 – Apoio a Estudos de Hidrodinâmica	Em execução
OFFSET 19 – AMRJ Modernização	Em execução
OFFSET 20 – IPMS Desenvolvimento, Integração, Manutenção e Apoio	Em execução
OFFSET 21 – Projeto Preliminar de Laboratório	Em execução
OFFSET 13 – Treinamento do Quadro Elétrico Principal	Não iniciado

Em termos do Valor Total de Compensação, as sete Operações de Compensação (*Offset*) concluídas perfazem um valor de M€ 265.07, correspondendo a 6,1% do total (M€ 4 345.17). As treze Operações

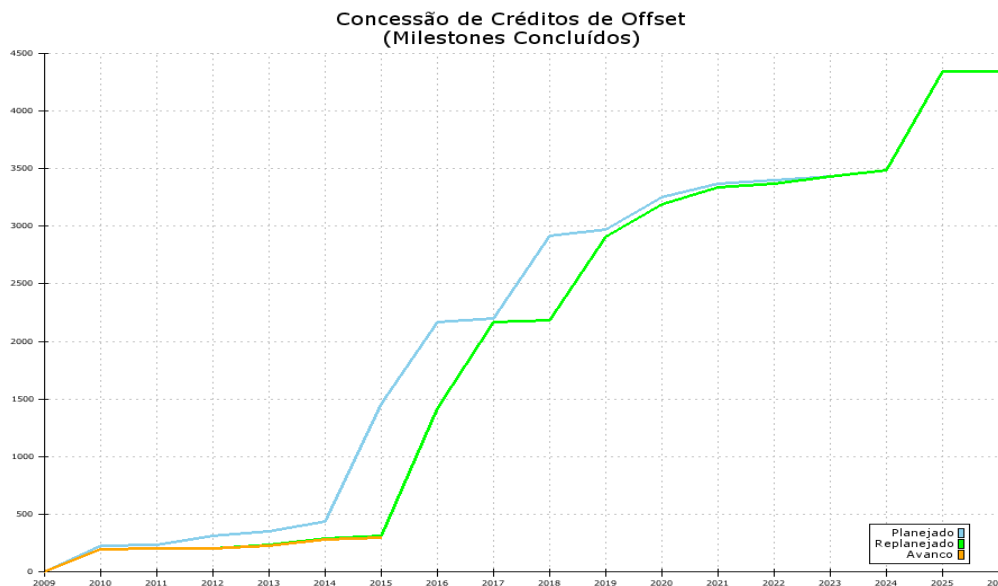
que estão em execução correspondem ao valor de M€ 4 067.68, portanto 93,6% do total. A operação não iniciada tem o valor M€ 12.42, correspondendo a 0,3% do total.

Até o presente momento, além dos *Offsets* nº 4, 7, 8, 11, 12, 16 e 18 já encerrados e totalmente compensados (valor de M€ 265,67), as Operações nº 17 (Apoio a Estudos de Hidrodinâmica) e 19 (AMRJ Modernização) encontram-se parcialmente compensadas, com créditos concedidos de, respectivamente, M€ 29.4 e M€ 1.2.

Portanto, do valor total de M€ 4 345.17 previstos para as transações de compensação, M€ 295.67 foram aprovados, representando uma execução parcial de 6,8% do total previsto.

O Gráfico abaixo apresenta a situação entre o planejado e o executado por ano, sob o aspecto de concessão de créditos para marcos (*milestones*) cumpridos.

Tabela 21- Concessão de Créditos de Offset do Programa PROSUB



Acumulado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Planejado	0,00	228,37	235,62	314,03	347,77	436,98	1.462,00
Replanejado	0,00	194,42	203,22	206,44	233,48	285,08	310,87
Avanço	0,00	194,42	203,22	206,44	229,88	279,08	295,67

Destaca-se neste gráfico uma grande diferença entre a curva que representa o cumprimento dos marcos contratuais (prazos iniciais do Contrato de *Offset* - azul) e a curva dos marcos efetivamente cumpridos (amarela).

A existência de atrasos, replanejamentos de datas, não aceitação pela MB de cumprimento de marcos pleiteados pela DCNS (com as devidas justificativas apresentadas, conforme previsto no Contrato de *Offset*) refletem a necessidade de um contínuo acompanhamento do processo, de forma que ações necessárias relativas ao cumprimento de prazos sejam tomadas em tempo hábil, com a finalidade de manter o programa de compensações em conformidade com as metas estabelecidas para o PROSUB.

Outro aspecto importante alusivo à gestão do PROSUB trata-se do Programa de Nacionalização dos S-BR que prevê a fabricação de equipamentos empregados nos submarinos por empresas brasileiras

subcontratadas ou parceiras da DCNS, tendo como metas: promover a nacionalização de itens, equipamentos e sistemas para submarinos, com alto teor tecnológico e com aplicação em outros setores industriais; e capacitar as empresas nacionais para se tornarem fornecedoras independentes, para futuros projetos.

O Programa de Nacionalização dos S-BR é composto de 104 projetos, dos quais inclui a fabricação de sistemas, equipamentos e componentes; o treinamento para o desenvolvimento e a integração de softwares específicos de importantes sistemas; e o suporte técnico para as empresas brasileiras durante a fabricação dos componentes e equipamentos. A nacionalização, no contexto do Programa de Submarinos Convencionais-S-BR, é um processo evolutivo e progressivo que foi iniciado em 2010 e deverá estar concluído em 2021.

No Programa de Nacionalização as indústrias brasileiras deverão ser beneficiadas pela aplicação de um montante de cem milhões de euros para a produção de itens, equipamentos e sistemas para os submarinos, atendendo aos requisitos técnicos de projeto definidos pela DCNS (empresa que é a autoridade de projeto do submarino). No entanto, a MB supervisiona todo o processo de seleção das empresas nacionais, sendo responsável pela aprovação de cada projeto de nacionalização, os quais devem estar conforme os requisitos técnicos estabelecidos em contrato entre a Marinha e a DCNS.

A transferência de tecnologia e conhecimento também ocorre no Programa de Nacionalização. Para tal, podem-se citar alguns resultados já alcançados tais como: o desenvolvimento de módulos de software para o projeto de engenharia e integração do sistema de combate pela Fundação Ezute (São Paulo - SP) e para o projeto do sistema de gerenciamento integrado da plataforma pela empresa Melectron (São José dos Campos - SP); está sendo feita transferência de tecnologia da empresa Exide - Alemanha para a empresa Rondopar (Londrina - PR) visando à produção das baterias dos submarinos; desenvolvimento das ligas e fabricação de tubos de cuproníquel para trocadores de calor e cobre para tubos de emprego geral no submarino pela empresa Termomecânica (São Bernardo do Campo - SP); sistema de monitoramento de baterias pela empresa Datapool (Itajubá - MG). Destacam-se ainda projetos como a produção dos consoles para o sistema de combate pela empresa Atech (São Paulo - SP), conversores estáticos, gabinetes do quadro elétrico secundário, módulos de carga e transformadores pela Adelco (Barueri - SP), gabinetes do quadro elétrico principal pela Schneider (Sumaré - SP), mancal de escora pela Zollern (Cataguases - MG), em parceria com a UNESP (Universidade Estadual Paulista - Ilha Solteira), o desenvolvimento de equipamento de teste para os mancais, ventiladores pela empresa Howden (Itatiba - SP), espelhos e chicanas para os trocadores de calor pela Cecal (Lorena - SP), cabeçotes dos motores diesel pela MTU do Brasil (São Paulo - SP), acumuladores hidráulicos pela Cilgastech (Santa Bárbara D'Oeste - SP), elipses de tanques pela Bardella (São Bernardo do Campo - SP), proteção anti-corrosão pela Sacor (Rio de Janeiro - RJ), motores elétricos pela WEG (Jaraguá do Sul - SC), compressores pela Sauer do Brasil (Rio de Janeiro - RJ), válvulas de casco pela Micromazza (Vila Flores - RS), produção do protótipo de bomba hidráulica de água doce pela Ensival Moret do Brasil (Salto - SP), consoles para o sistema de navegação, IPMS e sistema de governo pela Omnisys (São Bernardo do Campo - SP), sistema de manejo de armas pela Bardella (Guarulhos - SP), partes mecânicas do tubo de torpedo pela Issartel do Brasil (São José dos Campos - SP) e amortecedores diversos pela VIBTECH (Arujá - SP). Estão em fase de contratação a produção dos geradores, bombas hidráulicas de água salgada, cabos elétricos e ar-condicionado.

No que tange a qualificação de pessoal através do Programa de Nacionalização, além do treinamento de engenheiros e técnicos da Marinha, as empresas brasileiras também receberam ou irão receber treinamento e qualificação, seja da própria DCNS ou de seus parceiros europeus. Além disso, podemos ressaltar como benefícios para o Brasil advindos dos demais contratos de OFFSET do PROSUB,

a transferência de tecnologia de construção e montagem de um novo estaleiro com a entrega da UFEM e aprovação do Projeto Básico do Estaleiro e da Base Naval; o recebimento de uma Raia Acústica Móvel que tem a finalidade de medir o ruído irradiado pelos submarinos e navios de superfície; e transferência de tecnologia para construção e operação de laboratórios que permitirão a Marinha validar aspectos técnicos específicos do submarino com propulsão nuclear; transferência de tecnologia e conhecimento para a capacitação de engenheiros e operários que permitirá a confecção do projeto e a construção do submarino com propulsão nuclear; e a transferência de conhecimento relacionado aos estudos de hidrodinâmica e de propulsão do Submarino com propulsão nuclear.

2.5.1.9 Estrutura de gestão e controle

A COGESN, subordinada direta da DGMM, é a unidade responsável pela gestão do PROSUB, que compreende a adequada execução dos recursos financeiros alocados ao Programa, respeitando a estrutura de empreendimentos modulares estabelecida, as unidades responsáveis foram divididas da seguinte forma:

Quadro 4- Estrutura de gestão e controle do Programa PROSUB

PROJETOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Construção da UFEM, do Estaleiro e da Base Naval	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização das obras.	Entrega da UFEM, do Estaleiro e da Base Naval.	GEM 18
Obtenção dos Submarinos Convencionais	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização da construção.	Entrega dos 4 submarinos convencionais.	GEM 20
Obtenção do Submarino com Propulsão Nuclear	Controle logístico, controle orçamentário, controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização da construção.	Entrega do submarino com propulsão nuclear.	GEM 19
Programa de Nacionalização	Qualificar empresas brasileiras para participar do projeto.	Fomentar empresas brasileiras a suprir a necessidade de sobressalentes dos submarinos.	GEM 20

2.5.1.10 Diagnósticos acerca da performance

O andamento da execução física das referidas Ações Internas está compatível com o planejamento das metas para a conclusão das obras de construção do Estaleiro e da Base Naval e com o andamento dos demais Empreendimentos Modulares relativos à construção dos submarinos de propulsão nuclear e convencional.

Até o presente momento, já foram concluídas as obras de construção da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), do Prédio Principal do Estaleiro de Construção (ESC) e dos Pátios de Manobra de Submarinos do ESC e do Estaleiro de Manutenção (ESM).

Encontram-se em andamento as seguintes obras: construção da Infraestrutura Marítima, Cais e Diques (incluindo as paredes diafragma das docas); do Estaleiro de Construção, com o avanço da construção civil e estrutura metálica dos demais prédios industriais e de apoio, instalação das tubulações subterrâneas destinadas a captação de águas pluviais e esgoto, instrumentação e conclusão da dragagem e início da cravação das estacas das fundações da plataforma do Shiplift; do Estaleiro de Manutenção, com a conclusão dos serviços de cravação das estacas e com o avanço da construção civil dos prédios industriais e de apoio; da Área Sul da Base Naval, com a conclusão da cravação, do arrasamento das estacas metálicas e da concretagem dos blocos das estacas metálicas e início da execução

das cintas de fundação no Prédio do CIAMA ; e da Área Norte da Base Naval, com a conclusão da execução dos serviços de drenagem do arruamento de acesso ao túnel e da cravação, escavação e arrasamento das estacas metálicas e concretagem das bases dos tanques de água da Central de Utilidades.

Encontram-se também em andamento os estudos visando à revisão do Projeto Conceitual do Complexo Radiológico, de forma a permitir a elaboração do Projeto Básico visando à obtenção do licenciamento nuclear junto à CNEN.

Tendo em vista a complexidade das obras envolvidas na construção do EBN, a qual envolve um processo de transferência de tecnologia pela empresa francesa Direction des Constructions Navales e Services (DCNS), para a elaboração dos projetos construtivos, os quais são elaborados em uníssono com fluxo de informações transmitidas por aquela Empresa, em consonância com termos celebrados no contrato nº 40000/2009-011/00 (Contrato 6), os projetos executivos estão sendo elaborados concomitantemente com a execução da obra. Tal fato acarreta a necessidade de elaboração de um elevado número de Termos Aditivos e menor celeridade no início de algumas obras.

O cronograma global de entregas é o seguinte:

Quadro 5- Cronograma global de entregas do Programa PROSUB

Estaleiro de Construção	Segundo Semestre de 2015
Área Sul da Base Naval	Primeiro Semestre de 2018
Estaleiro de Manutenção	Primeiro Semestre de 2018
Infraestrutura Marítima e Cais	Primeiro Semestre de 2019
Área Norte da Base Naval	Primeiro Semestre de 2021
Complexo Radiológico e Cais Licenciáveis	Segundo Semestre de 2023

Ademais, encontram-se em andamento os processos e estudos necessários à revisão do projeto conceitual e à elaboração do projeto básico do Complexo Radiológico, para obtenção do licenciamento nuclear (CNEN).

No que se refere à construção de submarino com propulsão nuclear não há qualquer ação concreta, já que se encontra em fase de projeto.

Em relação à construção de submarinos convencionais destacam-se algumas ações de recebimento de materiais do SBR1. Concluiu-se a fabricação de 50% das cavernas e foi iniciada a fabricação das chapas de casco do SBR2, além do começo da montagem da subseção 14. No que tange ao SBR1 foram fabricadas as subseções 5, 6 e 7 da seção 2A; união das subseções 5 e 6; fabricação dos tanques de lastro de ré do SBR1 e a fabricação de suportes e tubulações do SBR1 em andamento.

O saldo de Restos a Pagar em 2014 se refere, em sua maior parte, aos pagamentos do Contrato de Fabricação, Construção e Entrega à Marinha, de 4 (quatro) Submarinos Diesel Elétricos (S-BR) - Contrato 1B. Além deste, há valores de Restos a Pagar atrelados ao Contrato de Transferência de Tecnologia - Contrato 6.

Releva mencionar que não houve, por ocasião do encerramento do exercício financeiro, liberação de limite de pagamento para os marcos contratuais 1B.7, 5.10 e 6.8 já cumpridos, tendo sido estes inscritos em Restos a Pagar.

Além disso, relacionada à ação orçamentária 123G, há a necessidade de integralização do pagamento do complemento do downpayment, o que ocorreu parcialmente, em razão da insuficiência de recursos financeiros.

Há previsão para a liquidação referente a esses marcos, ainda no primeiro trimestre de 2015, caso haja a disponibilidade de recursos financeiros.

2.5.2 SisGAAz

2.5.2.1 Descrição do Projeto

O Programa Estratégico Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) é composto pelo desenvolvimento de um sistema de Vigilância e Monitoramento cuja missão é monitorar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento, a fim de contribuir para o controle e a mobilidade estratégica, representadas pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, desastre ambiental, agressão ou ilegalidade. O monitoramento da área de cobertura do SisGAAz disponibilizará um conjunto de informações que servirão de insumos para a tomada de decisões e, quando aplicável, o estabelecimento de medidas de reação a uma ameaça ou a uma emergência identificada.

O Programa SisGAAz tem como propósito elevar: a eficiência do monitoramento do tráfego marítimo e fluvial; a eficiência do gerenciamento e controle das atividades e operações realizadas; as capacidades de integrar, compartilhar, analisar e apresentar as informações; e o provimento de um conjunto de funções para auxílio à decisão e para contribuição para o controle da ação.

O desenvolvimento do SisGAAz ocorrerá em 4 módulos, sendo cada um deles um subconjunto plenamente funcional do Sistema, restrito a uma região geográfica e com objetivos técnicos necessários para o pleno funcionamento desse módulo. Em síntese, cada módulo contemplará: o monitoramento de áreas marítimas e bacias fluviais específicas, sob responsabilidade dos Comandos Distritais; a colaboração com sistemas de outras agências (Ministério da Defesa (MD), Força Aérea Brasileira (FAB), Exército Brasileiro (EB) etc); e a integração e a operação de Centros Operacionais, de diversos níveis.

O SisGAAz será subdividido nos seguintes módulos:

Módulo 1 - Região que compreende as áreas marítimas sob a responsabilidade dos Comandos do 1º e 8º Distritos Navais (exceto áreas fluviais). Será desenvolvido integralmente o software ou programa de computador principal do SisGAAz, permitindo que todas as funcionalidades iniciais estejam disponíveis ao seu final. Isso exigirá o atendimento integral de todos os requisitos do Sistema Servidor;

Módulo 2 - Região que compreende as áreas marítimas sob a responsabilidade dos Comandos do 3º e 4º Distritos Navais (exceto áreas fluviais);

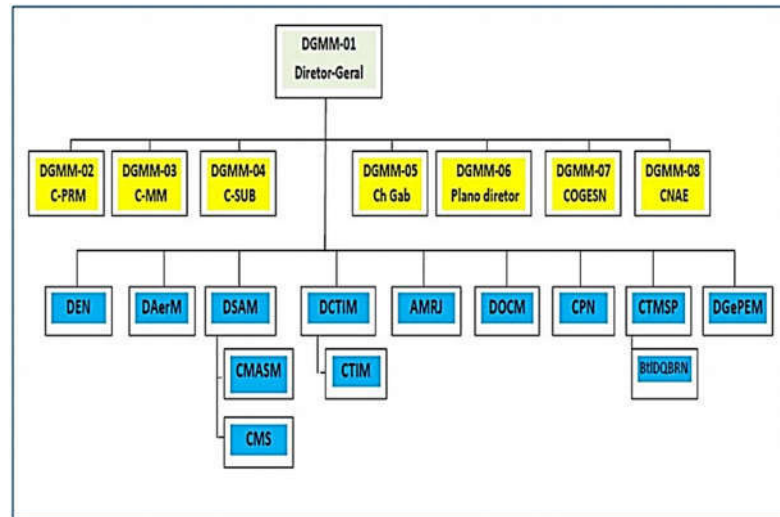
Módulo 3 - Será completado todo o espaço marítimo do litoral, cobrindo plenamente todos os portos e áreas de interesse; e

Módulo 4 - Atenderá as bacias fluviais do Amazonas, Paraguai, Tietê-Paraná e Araguaia-Tocantins, abrangendo o monitoramento de todas as Áreas de Vigilância do SisGAAz; a integração de todos os Sistemas Legados descritos no Documento de Consolidação da Arquitetura do Sistema (DCAS); e a integração de todos os Centros Operacionais dos diversos níveis.

O Programa SisGAAz é considerado e definido pela MB como um Sistema de Defesa (SD), estratégico para a defesa nacional, conforme previsto na Lei nº 12.598/12, cuja descontinuidade provocará prejuízo às atividades da MB e que envolverá os seguintes requisitos relacionados às informações críticas: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade.

2.5.2.2 Organograma funcional

Organograma 4- Organograma funcional referente ao Programa SISGAAZ



2.5.2.3 Grupos de interesse

O SisGAAz, em função de sua abrangência e de sua natureza essencialmente dual, acarretará benefícios que muito extrapolam o Comando da Marinha. A figura apresenta as diversas organizações governamentais que deverão ser envolvidas nesse Projeto.

Figura 2- Grupos de interesse do Programa SisGAAz



2.5.2.4 Valor global estimado

O valor global estimado para o desenvolvimento do programa é de R\$ 14 bilhões, baseado em valores do Sistema Integrado do Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Os custos serão conhecidos após a abertura das propostas que contém o preço.

2.5.2.5 Fontes de financiamento

Não existe informação para este item, tendo em vista que o projeto ainda se encontra em fase de avaliação das propostas para seleção da Main Contractor.

2.5.2.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 22 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Programa SisGAAz (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	8,90	8,42	8,42
2014	7,07	6,76	6,76
2015	8,29	8,29	4,66

2.5.2.7 Acordos de Compensação

Não existe informação para este item, tendo em vista que o projeto ainda se encontra em fase de avaliação das propostas para seleção da Main Contractor.

2.5.2.8 Estrutura de gestão e controle

Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha (DGePEM).

2.5.2.9 Diagnósticos acerca da performance

O Programa SisGAAZ, iniciado em 2011, está previsto para ser realizado em três Fases: Concepção, Contratação e Desenvolvimento. A Fase de Concepção foi concluída em 2013. Nela foi definida a Arquitetura de Alto Nível do Sistema. A Fase de Contratação foi iniciada em 2014, quando foi divulgada uma consulta ao mercado Request for Proposal (RFP) visando obter soluções em atendimento aos requisitos definidos na Fase de Concepção. Segundo o cronograma vigente, a seleção da melhor solução deverá ocorrer até OUT2016 e o contrato para o desenvolvimento do SisGAAZ deverá ser assinado até MAR2017, quando terá início a Fase de Desenvolvimento desse Projeto. As metas estabelecidas para esse Projeto foram plenamente alcançadas.

2.5.3 AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MULTIEMPREGO

2.5.3.1 Descrição do Projeto

O Projeto compreende a aquisição de 06 (seis) aeronaves HME S-70B Seahawk, realizada por meio de acordo entre os Governos do Brasil (através da Diretoria de Aeronáutica da Marinha) e dos Estados Unidos da América (através do Foreign Military Sales). O contrato prevê pacote de suporte Logístico até 2017.

Fabricadas pela Sikorsky Aircraft Company, as aeronaves são empregadas em proveito das Forças Navais, na “Amazônia Azul”, com a capacidade de realizar tarefas de detecção, localização, acompanhamento, identificação e ataques a alvos de superfície e submarinos, além de ações de busca e salvamento. Também chamado de MH-16, o helicóptero possui características estruturais e de projeto que lhe conferem maior robustez, resistência e confiabilidade, tais como: redundância dos sistemas de controle de voo e sistemas hidráulicos; e tolerância balística das pás do rotor principal para calibres de até 20mm. Seus equipamentos aviônicos e sensores são de última geração e podem ser armados com metralhadora lateral, torpedos antissubmarino e míssil anti-navio. Possuem novos sonares HEL-RAS (Helicopter Long Range Active Sonar); integração de novos rádios (Rhode&Schwartz); radar com inclusão de Modos AIS (Automatic Identification System) e ISAR (Inverse Synthetic Aperture Radar); segurança de voo com Cockpit Voice Recorder; e, Flight Data Recorder.

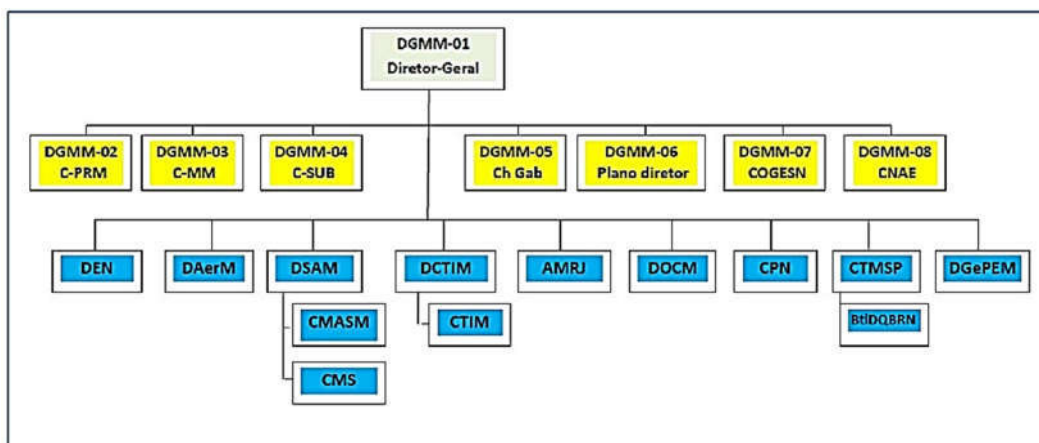
As aeronaves podem ser utilizadas nas seguintes configurações: Helicóptero Multi-Emprego (HME); Anti-Submarino (ASW); Anti-Superfície (ASuW); Busca e Salvamento (SAR); Evacuação Aeromédica (EVAM); Transporte de Pessoal; e, Transporte de Carga (VERTREP).

Foram entregues quatro aeronaves, que se encontram em plena operação no Primeiro Esquadrão de Helicópteros Anti-Submarino (HS- 1), situado na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro.

Como uma das etapas finais do projeto está prevista a aquisição de um simulador de treinamento para a aeronave MH-16, que contribuirá para a manutenção do adestramento dos pilotos e operadores dos seus diversos sistemas e sensores.

2.5.3.2 Organograma funcional

Organograma 5- Organograma funcional referente ao Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego



2.5.3.3 Grupos de interesse

A Força Aérea Brasileira e o Exército Brasileiro, sobretudo no que tange à utilização conjunta do Simulador de treinamento.

Fomento à indústria nacional de Defesa à medida que possibilita a capacitação no reparo e manutenção dos novos equipamentos.

2.5.3.4 Valor global estimado

- valor inicial do projeto: USD 194,710,658.00 (2008); e
- valor atual do projeto: USD 361,638,220.00 (31/12/2014).

2.5.3.5 Fontes de financiamento

O Projeto vem sendo integralmente custeado com recursos oriundos do OGU.

2.5.3.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 23 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Aquisição de Helicópteros de Multiemprego (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	153,77	153,77	126,96
2014	20,23	20,23	18,71
2015	31,16	31,16	10,22

2.5.3.7 Acordos de Compensação

Não estão previstos Acordos de Compensação.

2.5.3.8 Estrutura de gestão e controle

A Unidade Gestora responsável pela gestão e controle do projeto é a Diretoria de Aeronáutica da Marinha, apoiada pelo Grupo de Fiscalização e Recebimento de Helicóptero Multi-Emprego, este último localizado em Patuxent River-MD, nos Estados Unidos da América.

2.5.3.9 Diagnósticos acerca da performance

O Cronograma de entrega tem sido cumprido pelo fabricante, bem como as devidas especificações dos equipamentos e sensores da aeronave. Nesse aspecto, é de enorme importância a atuação do Grupo de Recebimento de Helicóptero Multi-Emprego, por meio de suas diuturnas gestões junto ao

fabricante e ao Foreign Military Sales, seja na construção das duas aeronaves ainda não entregues, ou no acompanhamento do apoio Logístico de todo o projeto. Ressalta-se a não ocorrência de variações dos custos ao longo do projeto, bem como o pleno atendimento do escopo e dos prazos estabelecidos.

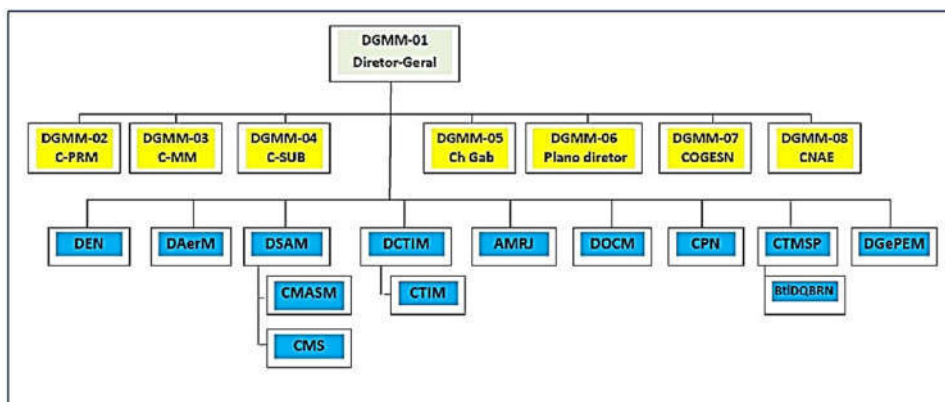
2.5.4 PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR (Programa Nuclear da Marinha)

2.5.4.1 Descrição do Projeto

A construção do protótipo de reator nuclear, tipo Pressurized Water Reactor (PWR), para emprego no Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR) objetiva desenvolver e testar uma gama ampla de sistemas e equipamentos, inclusive de proteção radiológica e segurança nuclear, antes da instalação/montagem no navio, propiciando também meios para o treinamento e qualificação de operadores de sistemas nucleares. Além de viabilizar a realização de testes e experimentos em sistemas e equipamentos nucleares para a qualificação e aprimoramento de métodos de projeto, fabricação e operação de itens.

2.5.4.2 Organograma funcional

Organograma 6- Organograma funcional referente ao Projeto Protótipo de Reator Nuclear



2.5.4.3 Grupos de interesse

Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (IPEN). Instituição que desenvolve projetos, em parceria com o CTMSP, para subsidiar as análises e validações de projetos necessários ao desenvolvimento do protótipo do reator. Outro ator a ser mencionado é a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que atua na avaliação do projeto e no acompanhamento das obras e serviços de implantação como autoridade nuclear responsável pelo licenciamento do projeto. Além desses, há diversas instituições de pesquisa e ensino no país atuando como contratadas: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da COPPE.

O CTMSP tem buscado, ainda, desenvolver fornecedores nacionais para fornecimento de itens sensíveis, sujeitos a controle de exportação de governos estrangeiros, e contribuindo para o desenvolvimento da indústria e de tecnologias nacionais.

2.5.4.4 Valor global estimado

R\$ 2.200.620.000,00 (Dois bilhões duzentos milhões seiscientos e vinte mil reais), dos quais, aproximadamente, 55% já foram investidos no LABGENE.

2.5.4.5 Fontes de financiamento

Os recursos provêm integralmente do Orçamento da União.

2.5.4.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 24 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Protótipo de Reator Nuclear (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	257,02	169,57	124,12
2014	203,28	92,36	81,28
2015	181,26	181,26	45,30

2.5.4.7 Acordos de Compensação

Não há. Por se tratar de tecnologias sensíveis e com controle de exportação por parte de vários governos estrangeiros, as empresas não têm aceitado incluir em seus contratos acordos de compensação e de offset.

2.5.4.8 Estrutura de gestão e controle

Os recursos financeiros são controlados pela Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM). De acordo com o planejamento orçamentário e com o orçamento aprovado, a DGMM distribui os recursos para o CTMSP, que é responsável pelo investimento dos mesmos. Dessa forma, são executadas as diversas atividades afetas ao projeto “Protótipo do Reator Nuclear”.

Ao CTMSP, cabe, ainda, comprovar, junto à DGMM, que os investimentos financeiros estão sendo executados de acordo com o planejamento apresentado e que a execução física corresponde ao investimento realizado.

2.5.4.9 Diagnósticos acerca da performance

O LABGENE tem previsão de conclusão de sua implantação em 2017. No ano de 2014, foram realizados testes de aceitação em fábrica e entregues ao CTMSP, parte dos equipamentos do Sistema de Monitoração de Radiação (SMR), relativos ao seu Sistema de Controle e Proteção. Iniciaram-se os testes dinâmicos com os Turbogeneradores Auxiliares (TGA) no Laboratório de Testes de Equipamentos da Propulsão (LATEP), no Centro Experimental ARAMAR (CEA). Nas obras civis, houve prosseguimento das concretagens do Prédio do Reator e do Prédio do Combustível e foram iniciadas as concretagens do Prédio Auxiliar Controlado e do Prédio Auxiliar Não Controlado. É digno de nota, ainda, que foram concluídos os testes no motor elétrico de propulsão (MEP) na fábrica, que agora será transportado para o Brasil. Por fim, foi iniciada a construção da interligação da torre de resfriamento do LABGENE ao Prédio das Turbinas; e deu-se prosseguimento às obras de infraestrutura do LABGENE.

Vale destacar que, por causa do ineditismo e dos tipos de assuntos e seus detalhes envolvidos, o seu cronograma de implantação e os montantes financeiros necessários para o LABGENE têm sido revisados, considerando, tempestivamente, os principais fatores abaixo:

- variações em custos estimados, por causa de alterações cambiais, taxas de inflação, ajustes em alíquotas de impostos, entre outros, dentro da ótica inclusive de fatos supervenientes;
- entre 2013 e 2014, apurou-se uma inflação nacional nos preços da ordem de 6%, em termos médios, valendo descrever que há itens que tiveram majoração superior a esse percentual;
- dinâmicas dos fornecedores contratados e dos potenciais parceiros a serem contratados, à luz da evolução dos trabalhos: resultados e balanços anuais das empresas, configurações e tendências do mercado nacional, como é o caso da empresa Genpro (serviços de engenharia), que passou por ajustes financeiros para continuar trabalhando, inclusive com desmobilização de profissionais,

- atingindo assim a execução do contrato, por exemplo, 42000/2012-081/00. No caso da empresa Garcia/Jaraguá, em JUN2014, esta entrou em recuperação judicial, o que representou impacto direto em quatro (4) contratos com o CTMSP, a saber 42000/2007-022/03 (Bloco 40), 42000/2009-058/02 (Bloco 30), 42000/2012-051/00 (Bloco 20) e 42000/2009-38/02 (equipamentos). A incapacidade da empresa em executar os contratos mencionados, levou o CTMSP a rescindi-los a buscar alternativas para a conclusão de seus objetos, com eventuais impactos nos prazos;
- condições de contorno para obtenção e manutenção das licenças de exportação, junto a governos estrangeiros, como o caso da negativa de exportação dada pelo governo do Reino Unido para a empresa Ultra Electronics, potencial subfornecedora para o Sistema de Controle do LABGENE, de acordo com o contrato 42000/2012-063/01 com a empresa Atech. Tal negativa levou à necessidade de renegociações, por parte da Atech, para viabilizar soluções alternativas de fornecimento. Mais recentemente, a empresa Avantech, norte-americana, deixou de participar da licitação de fornecimento de componentes do sistema de processamento de rejeitos do LABGENE sob a alegação de não ter obtido licença de exportação do governo americano. A empresa recorreu da decisão daquele governo, sem obter sucesso. De forma ampla, tais dificuldades refletem no cronograma, além de ter relações com o licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
 - condições de negociação entre os fornecedores e seus subfornecedores, o que é também acompanhado pelo CTMSP, para que sejam viabilizadas as cadeias logísticas necessárias, sendo o caso mais patente o contrato 42000/2012-063/01, com a empresa Atech, para o fornecimento do sistema de controle e proteção e instrumentação nuclear para o LABGENE;
 - dinâmica de pagamentos a eventos já comprovados e executados, pelos fornecedores, o que vem tendo condições de contorno mais extraordinárias, por parte do Governo Federal, ao longo do ano de 2014, alterando-se o ritmo de mobilização e de trabalhos em diversas frentes, como canteiros de obras, fabricações e montagens de equipamentos para o LABGENE, como é o caso dos trabalhos feitos pelas construtoras civis Teixeira de Freitas e Contracta, nos contratos 42000/2009-062/03 (Prédio do Reator) e 42000/2009-029/03 (Prédio do Combustível) respectivamente;
 - evolução das tratativas do CTMSP com a CNEN, nas tarefas de licenciamento do LABGENE, o que requer muitas vezes alterações técnicas que importam em revisão de especificações técnicas, desenhos de construção e outros documentos, com efeitos colaterais em acordos assinados ou em licitações em andamento; e
 - dinâmica de realização de licitações e contratações, onde nem sempre se consegue contar com uma proposta válida de fornecimento, como preconizado pela Lei 8666/93, havendo licitações fracassadas ou desertas, por diversos motivos. Igualmente importante, a maior parte das licitações tem apresentado valores acima do que se estimou.

Além dos aspectos apresentados acima, outras observações têm impacto nos aspectos de prazo e custo para implantação do LABGENE. São elas:

- dificuldades logísticas e técnicas do setor nuclear, as quais não são comuns no Brasil ainda, exigindo-se materiais e ligas especiais (i.e. pelas forjadas), os quais não estão disponíveis no Brasil;
- ineditismo do LABGENE para o mercado industrial nacional, o que redundava na revisão de projetos conceituais;
- demandas de itens em pequenas quantidades, o que nem sempre é conseguido, sem grande atratividade para as empresas nacionais;
- necessidade de contratação de recursos humanos, que ainda não foram providos pela AMAZUL;
- ausência de fornecedores nacionais em grande quantidade, dificultando as atividades logísticas necessárias;

- ocorrência de fatos supervenientes, como cancelamento de licenças de exportação, alteração de impostos, revisões de dotações orçamentárias, execução financeira diferente do que se planejou inicialmente, até mesmo devido ao ineditismo do projeto.

2.5.5 CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL - SUBPROJETO: NAVIOS-PATROLHA DE 500 TON

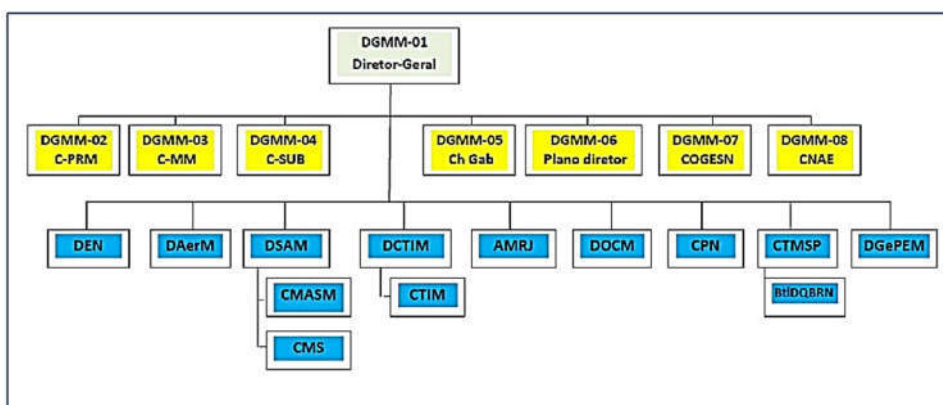
2.5.5.1 Descrição do Subprojeto

Construção, em estaleiro nacional, de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas (NPa-500) a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para:

- operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% de nossa produção;
- patrulha naval nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e das plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar e contribuir para defesa de porto;
- promover a fiscalização que vise ao resguardo dos recursos do mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva (ZEE);
- missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais;
- apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e
- transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

2.5.5.2 Organograma funcional

Organograma 7 - Organograma funcional referente ao Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton



2.5.5.3 Grupos de interesse

Não há.

2.5.5.4 Valor global estimado

Tabela 25 - Valor Global estimado do Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton

DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL (Base contratual)	VALOR PROVISIONADO (até 2014)
Construção NPa500ton	R\$ 233.974.234,69	R\$ 120.767.211,99

	€ 12.729.710,00	€ 12.228.847,30
--	-----------------	-----------------

2.5.5.5 Fontes de financiamento

Os recursos provêm integralmente do Orçamento da União.

2.5.5.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Tabela 26 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Subprojeto Navios-Patrolha de 500 Ton (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	19,75	19,75	7,97
2014	16,07	16,07	3,99
2015	5,09	5,09	1,29

2.5.5.7 Acordos de Compensação

Não existem Acordos de Compensação.

2.5.5.8 Estrutura de gestão e controle

A coordenação é realizada pela Diretoria-Geral da Marinha, apoiada pelas seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval, Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, Diretoria de Aeronáutica da Marinha e Diretoria de Comunicações e Tecnologia da informação da Marinha.

2.5.5.9 Diagnósticos acerca da performance

O objeto do contrato de construção previa, inicialmente, a obtenção de quatro navios, sendo que, em 2011, a MB decidiu pela obtenção de uma unidade adicional, elevando a quantidade inicial para cinco navios. Em face da inclusão do quinto navio, o valor referente à construção sofreu variação de cerca de 17% em relação ao inicialmente contratado.

Em função da inclusão do quinto navio, os contratos referentes à obtenção das Licenças de Construção (Royalties), fornecimento das Unidades Propulsoras, Grupos Diesel-Geradores, Quadros Elétricos Principais e Auxiliares, além do Termo de Compromisso com o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) para fornecimento do Sistema de Controle da Máquina (SCM), sofreram variação entre 17 e 25% nos valores inicialmente contratados.

Em face dos atrasos verificados, foram aplicadas ao estaleiro Estaleiro Ilha S.A (EISA) três sanções administrativas pelo não cumprimento de cláusulas contratuais e elaborado o seguinte cronograma para a prontificação dos navios:

- NPa "MARACANÃ" - 2º semestre de 2015;
- NPa "MANGARATIBA" - 1º semestre de 2016;
- NPa "MIRAMAR" - 2º semestre de 2016;
- NPa "MAGÉ" - 1º semestre de 2017; e
- NPa "MARAGOGIPE" - 2º semestre de 2017.

2.5.6 CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL - SUBPROJETO: PROSUPER

2.5.6.1 Descrição do Subprojeto

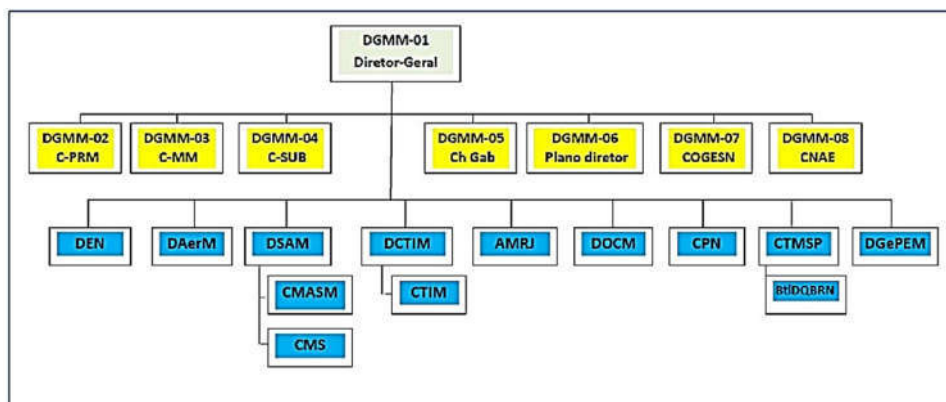
Este subprojeto tem como objetivo fortalecer a indústria de defesa e aumentar a capacidade da Força Naval na proteção e preservação da chamada "Amazônia Azul", área oceânica de 4,5 milhões de km² que concentra riquezas naturais importantes.

A Marinha do Brasil (MB) busca contratar a construção de um conjunto de navios que inclui cinco Navios-Patrolha de 1.800t, cinco Navios Escolta (Fragatas) de 6.000t e um Navio de Apoio Logístico

com cerca de 23.000t de capacidade de carga. O modelo estratégico concebido pela MB prevê que esses meios navais sejam construídos a partir de projeto já existente que, após serem adaptados para atenderem aos requisitos da MB, sejam construídos no Brasil, por meio de associação entre o estaleiro projetista internacional com um ou mais estaleiros brasileiros, em contratos comerciais amparados por Acordos Governamentais e nos quais estima-se que serão gerados cerca de 13.000 empregos diretos e indiretos.

2.5.6.2 Organograma funcional

Organograma 8 -Organograma funcional referente ao Subprojeto PROSUPER



2.5.6.3 Grupos de interesse

Não há.

2.5.6.4 Valor global estimado

O PROSUPER está estimado em € 5 bilhões.

2.5.6.5 Fontes de financiamento

No estágio atual, não foi definida a contratação de financiamento.

2.5.6.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Não houve provisionamento de recursos para o PROSUPER.

2.5.6.7 Acordos de Compensação

No estágio atual, não foram definidos Acordos de Compensação.

2.5.6.8 Estrutura de gestão e controle

A coordenação é realizada pela Diretoria-Geral do Material da Marinha, apoiada pelas seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval, Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, Diretoria de Aeronáutica da Marinha e Diretoria de Comunicações e Tecnologia da informação da Marinha.

2.5.6.9 Diagnósticos acerca da performance

A MB busca informações e conhecimentos que permitam, quando aprovado, o início da execução do projeto.

2.5.7 F-X2

2.5.7.1 Descrição do Projeto

Aquisição e implantação de novas aeronaves de caça multiemprego, simuladores e logística para a implantação no acervo do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como toda a transferência de tecnologia necessária para a autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

2.5.7.2 Finalidade

Substituir, no curto prazo, os aviões MIRAGE 2000, e, em longo prazo, os F-5M e A-1M, a fim de modernizar e padronizar a frota da FAB, com vistas ao cumprimento da missão constitucional, possibilitando o desenvolvimento da indústria de defesa nacional com foco na transferência de tecnologias.

2.5.7.3 Principais características

O Projeto F-X2 é constituído por três contratos:

- Aquisição de Aeronaves: cujo objeto consiste na contratação da empresa SAAB AB para a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves novas Gripen NG monoposto e 8 (oito) aeronaves novas Gripen NG biposto. Destas, um avião monoposto e um avião biposto será em versão FTI (Flight Test Instrumentation), com instrumentos de teste on-flight, o sistema FTI on-board e o sistema de superfície FTI. Estão associados, ainda, 02 (dois) Simuladores de Voo, Estações de Planejamento de Missão, Estações de Solo, Integrações de Armamento e Equipamentos Auxiliares.
- Suporte Logístico (CLS): está associado à aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves Gripen NG monoposto e 8 (oito) aeronaves Gripen NG biposto, bem como para os equipamentos de apoio associados. Consiste na contratação da empresa SAAB AB na prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentas) horas de voo ou 5 (cinco) anos, o que vencer primeiro; e
- Aquisição de Armamento: consiste na contratação da empresa SAAB AB para o fornecimento de armamentos necessários à operação inicial da aeronave Gripen NG na FAB, bem como o atendimento à integração e à avaliação operacional da aeronave.
- Inclui, ainda, o Acordo de Compensação (offset).

2.5.7.4 Produtos:

36 aeronaves multiemprego Gripen NG.

2.5.7.5 Organograma funcional

- Comissão Coordenadora do Projeto Aeronave de Combate (COPAC¹) – Unidade Gestora Responsável (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR) – Unidade Gestora Executora (UGE).

2.5.7.6 Grupos de interesse:

¹ A COPAC tem por finalidade gerenciar projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica (COMAER). Ela é diretamente subordinada ao Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), e vincula-se ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) para fins de condução das ações relativas à aquisição e implantação de aeronaves de combate e sistemas relacionados no COMAER.

COMAER; Empresa SAAB AB (da Suécia); ATECH; AEL SISTEMAS S/A; ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S.A.; EMBRAER; INBRAAEROSPACE (GRUPO INBRA); MECTRON; Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI).

2.5.7.7 Valor global estimado

- contrato de Aquisição de Aeronaves: valor SEK 39.333.870.435,39.
- contrato de Suporte Logístico Inicial: valor SEK 548.465.036,26.
- contrato de Aquisição de Armamento: valor U\$D 245.325.000,00.
- valor global: SEK 39.882.335.471,65 somados à U\$D 245.325.000,00.

2.5.7.8 Fontes de financiamento

A fonte de recurso é a Fonte 149 – Financiamento, conforme preconizado pelo Pedido de Oferta (Request for Proposal) N° 012/CTA-SDDP/2008, de 30 de outubro de 2008.

2.5.7.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Não houve montantes de valores empenhados, liquidados e pagos nos anos 2013 e 2014, na Ação 14T0, em virtude de o projeto ter seu primeiro contrato assinado somente em outubro de 2014.

Tabela 27 - Valores empenhados, liquidados e pagos no FX-2 (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2015	1.297,06	195,24	195,24

Fonte: SIOF

2.5.7.10 Acordos de Compensação

O Projeto F-X2 apresenta Acordo de Compensação Comercial n° 004/DCTA-COPAC/2014 e está associado ao Contrato Comercial n° 003/DCTA-COPAC/2014.

Tabela 28 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto F-X2

(Milhões de USD)	
Acordo	004/DCTA-COPAC/2014
Contrato Comercial Associado	003/DCTA-COPAC/2014
Valor Compensação Direta²	7.273,33
Valor Compensação Indireta³	1.844,84
Valor total do Acordo	9.118,17
Créditos Reconhecidos	0,00
% executado	0,00
Empresa	SAAB

2.5.7.11 Estrutura de gestão e controle

² Compensação Direta: atividades de compensação diretamente relacionadas com o objeto do respectivo contrato comercial.

³ Compensação Indireta: atividades de compensação não relacionadas diretamente com o objeto do respectivo contrato comercial.

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

2.5.7.12 Diagnósticos acerca da performance

O Projeto F-X2, apesar de estar com o contrato de aquisição assinado, só entrou em vigor com o desembolso de SEK 2.840.000.000,00, o qual deverá ser suportado pelo contrato de financiamento.

2.5.8 H-XBR/EC-725

2.5.8.1 Descrição do Projeto

Aquisição de helicópteros de médio porte, com apoio logístico para a operação, nos cinco primeiros anos.

2.5.8.2 Finalidade

Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem o propósito de desenvolver a indústria de asas rotativas no Brasil.

2.5.8.3 Principais características

O Projeto H-XBR prevê o fornecimento de aeronaves tipo EC-725, a serem distribuídas para as três Forças Armadas. O Projeto está amparado pelo Contrato nº 008/CTA-SDDP/2008, assinado entre a União e o Consórcio Helibras/Eurocopter, em 23 de dezembro de 2008, e, vinculado ao contrato principal, existe um Acordo de Compensação.

Merece destaque a implantação da linha de montagem final das aeronaves EC-725 no Brasil, que possibilitará, inclusive, a montagem de helicópteros de médio porte em suas versões civis. Somam-se ao contrato principal dois contratos de suporte logístico para viabilizar a operação das aeronaves entregues aos operadores da Marinha (MB), Exército (EB) e Aeronáutica (FAB).

2.5.8.4 Produtos

50 helicópteros EC-725, sendo 16 aeronaves para cada Força Armada (MB, EB e FAB) e dois helicópteros na versão VIP para a Presidência da República.

2.5.8.5 Organograma funcional

- COPAC (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

2.5.8.6 Grupos de interesse

COMAER; Consórcio Helibras/Eurocopter; HELIBRAS; MECTRON; AERNNOVA; INBRA; AEROBRAS; Turbomeca do Brasil; Rode & Schwarz do Brasil; Rockwell & Collins do Brasil; Toyomatic; Aeroeletrônica; Airbus Helicopters; Turbomeca S.A.; SAGEM; FLIR SYSTEMS; MICROTURBO; ELBIT; Rode & Schwarz; Rockwell & Collins; Telephonics; ONERA; ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica; Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); Centro de Tecnologia do Exército (CTEX); Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); e Empresa Brascopter.

2.5.8.7 Valor global estimado

€ 1.847.354.117,00 (Euro), conforme contrato 008/CTA-SDDP/2008 (23/12/2008).

2.5.8.8 Fontes de financiamento

O pagamento do preço total do contrato (€ 1.847.354.117,00) é efetuado por meio de recursos de contratos de financiamento, utilizando-se de créditos dos bancos financiadores à República Federativa do Brasil, por intermédio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER.

Dentro da Ação 123J (Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-XBR), está sendo utilizada a Fonte 149, com parcela inicial para o contrato de financiamento no valor de € 193.769.784,55 e para a execução contratual (Contrato de Execução COFACE) de € 1.570.250.999,45, com financiamento realizado pelo Grupo de Bancos Franceses Societè Generale e BNP Paribás.

2.5.8.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos (R\$ milhões)

Tabela 29 - Valores empenhados, liquidados e pagos no H-XBR (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	523,59	3,79	0,56
2014	658,81	228,49	225,83
2015	358,72	92,13	92,13

2.5.8.10 Acordos de Compensação

Tabela 30 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto H-XBR/EC-725

(Milhões de Euros)	
Acordo	001/CTA-SDDP/2008
Contrato Comercial Associado	008/CTA-SDDP/2008
Cooperação Industrial	1.708,05
Offset	189,78
Valor da Obrigação	1.897,83
Créditos Reconhecidos	331,76
% executado	17,48
Empresa	Eurocopter

2.5.8.11 Estrutura de gestão e controle

A COPAC é a organização responsável por gerenciar o Projeto H-XBR. Uma vez que esse é um projeto conjunto para as três Forças Armadas, a COPAC possui também representantes do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil para auxiliar no gerenciamento, acompanhamento e controle das atividades contratuais do Projeto H-XBR, além de permanente interlocução com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA e a Secretaria de Produtos de Defesa – SEPROD.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foram criados dois Grupos de Acompanhamento e Controle, sendo um na empresa Helibras, na cidade de Itajubá-MG e outro na empresa Airbus Helicopters, na cidade de Marignane na França. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) auxilia nas atividades relativas ao reconhecimento dos projetos de cooperação industrial previstos no Acordo de Compensação 001/CTA-SDDP/2008.

2.5.8.12 Diagnósticos acerca da performance

Até o presente momento, o Projeto não sofreu alteração em seu preço global. Entretanto, em virtude das restrições orçamentárias, o Consórcio deu entrada em um pedido de reequilíbrio econômico financeiro em dezembro de 2014, da ordem de 111 milhões de Euros, o qual foi avaliado pela COPAC durante o exercício de 2015.

Em virtude de reprogramação orçamentária houve a necessidade de se celebrar um novo Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, a fim de minimizar os impactos financeiros para a Administração, devendo o cronograma de entrega do objeto contratual, provavelmente, sofrer um atraso de dois anos ou mais. Da mesma forma, outras etapas não tão significativas deixaram de ser executadas, em virtude da falta de recursos orçamentários referentes a suprimento e componentes para a linha de produção dos helicópteros, o que contribui para gerar atrasos na cadência de entrega das próximas aeronaves. As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executadas conforme o planejado e o produto tem sido entregue de acordo com os requisitos estipulados, sendo as possíveis alterações submetidas à aprovação dos Estados-Maiores das três Forças e ao EMCFA.

2.5.9 KC-X2

2.5.9.1 Descrição do Projeto

Aquisição de aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo, categoria pesada, apoio logístico inicial para os primeiros cinco anos, contratação de logística associada, treinamento de equipagens e demais serviços de engenharia e personalização.

2.5.9.2 Finalidade

Dotar a FAB de aeronaves que ampliem a sua capacidade de execução de transporte de carga e reabastecimento em voo.

2.5.9.3 Principais características

As aeronaves a serem adquiridas têm por características a capacidade multimissão, podendo realizar missões, tais como: reabastecimento em voo de grande porte, ajuda humanitária (nacional e internacional), evacuação aeromédica, transporte estratégico de carga e de tropas, transporte de longo curso de pessoal e outras missões que demandem raio de alcance global e grande capacidade de carga.

A principal característica é dotar a FAB com maiores capacidades operacionais estratégicas, no que se refere ao transporte de carga, de grande número de passageiros e de elevado efetivo de tropas equipadas. Não obstante, serão aumentadas a eficiência no reabastecimento em voo e a capacidade de evacuação aeromédica em grande escala.

2.5.9.4 Produtos

Três aviões de transporte militar e de reabastecimento em voo (Boeing 767-300 ER, convertidos para a versão Multi-Mission Tanker Transport – MMTT).

2.5.9.5 Organograma funcional

- COPAC (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

2.5.9.6 Grupos de interesse

COMAER; Empresa IAI (Israel Aerospace Industries Ltd.); TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA S.A.; AKAER ENGENHARIA LTDA; FRIULI AEROESPACIAL LTDA; GESPI INDÚSTRIA

E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AERONÁUTICOS LTDA; ROCKWELL COLLINS DO BRASIL; JET STAR INTERIORES DE AERONAVES LTDA; e SYGMA TECNOLOGIA – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

2.5.9.7 Valor global estimado

O projeto ainda não foi aprovado. O valor da última proposta foi de USD 482.361.524,80, válida até 26/11/2015.

2.5.9.8 Fontes de financiamento

A fonte de recurso é a Fonte 100 – Tesouro Nacional.

2.5.9.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do projeto nos últimos três anos

Não houve valores empenhados, liquidados e pagos até a presente data.

2.5.9.10 Acordos de Compensação

A proposta de Acordo de Compensação Comercial do Projeto KC-X2 apresenta, entre projetos diretos e indiretos, um valor da obrigação da ordem de USD 487.964.000,00 (previsão).

2.5.9.11 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

2.5.9.12 Diagnósticos acerca da performance

O Contrato ainda não foi assinado. A validade da última proposta expirou em 26/11/2015, podendo ser revalidada por mais 12 meses, com reajuste de 3% (três por cento).

2.5.10 KC-390

2.5.10.1 Descrição do Projeto

Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.

2.5.10.2 Finalidade

Suprir as necessidades estratégicas e operacionais da FAB, desenvolvendo e adquirindo aeronaves para complementar e, eventualmente, substituir as aeronaves C-130.

2.5.10.3 Principais características

A aeronave será um cargueiro tático militar, de 10 a 20 toneladas capaz de operar em pistas com pouco preparo e localizadas em qualquer latitude e longitude do globo terrestre, como a Antártica, Amazônia e Pantanal e ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética, devendo constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade estratégica às Forças de Defesa do Brasil.

Dentro deste contexto, o projeto envolve o Desenvolvimento (Ação 123B – Contratos 002/CTA-SDDP/2009 e 001/DCTA-COPAC/2011) e a Aquisição (Ação 14XJ – Contratos 010/DCTA-COPAC/2014 e 001/DCTA-COPAC/2011). O projeto está em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, em particular a orientação pela busca de dotar as Forças Armadas Nacionais da mobilidade estratégica necessária para o cumprimento de suas obrigações constitucionais.

2.5.10.4 Produtos

28 aeronaves KC-390.

2.5.10.5 Organograma funcional

- COPAC (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

2.5.10.6 Grupos de interesse

COMAER; EMBRAER; AEROELETRÔNICA; JABIL BRASIL; ROCKWELL COLLINS BRASIL; TAP; e parceiros estratégicos junto à Argentina, Portugal e República Tcheca.

2.5.10.7 Valor global estimado

Estão computados os valores dentro de cada ação, conforme tabela abaixo:

Tabela 31 - Valor Global estimado do Projeto KC-390

Ação 123B (Desenvolvimento)	Contrato de Despesas Na assinatura do Contrato	002/CTA-SDDP/2009 CE ABR/09 R\$ 3.028.104.951,07
	Contrato de Despesas Na assinatura do Contrato	001/DCTA-COPAC/2011 CE JAN/11 USD 631.702.459,35
Ação 14XJ (Aquisição)	Contrato de Despesas Na assinatura do Contrato	010/DCTA-COPAC/2014 CE ABR/14 R\$ 7.255.869.086,00
	Contrato de Despesas Na assinatura do Contrato	001/DCTA-COPAC/2011 CE SET/14 USD 1.925.704.094,68

2.5.10.8 Fontes de financiamento

A fonte de recurso é a Fonte 100 – Tesouro Nacional.

2.5.10.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Tabela 32 - Valores empenhados, liquidados e pagos no KC-390 (R\$ milhões)

	ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Ação 123B (Desenvolvimento)	2013	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49
	2014	965.111.419,91	965.111.419,91	965.111.419,91
	2015	863.776.834	863.776.834	465.476.219
Ação 14XJ (Aquisição)	2013	-	-	-
	2014	20.510.115,12	20.510.115,12	20.510.115,12
	2015	150.575.757	145.149.908	39.107.439

2.5.10.10 Acordos de Compensação

Para o projeto estão estabelecidos aos seguintes Acordos: 001/DCTA-COPAC/2013, 004/DCTA-COPAC/2013 e 003/DCTA-COPAC/2014.

Tabela 33 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto KC-390

(Milhões de USD)

Acordo 001/DCTA-COPAC/2013	
Contrato Comercial Associado	001/DCTA- COPAC/2011 (SUP 1027-10 e SUP 0209-12)
Valor Compensação Direta	22,62
Valor Compensação Indireta	24,48

Valor total do Acordo	47,10
Créditos Reconhecidos	8,39
% executado	17,81
Empresa	Bae Systems
Acordo 004/DCTA-COPAC/2013	
Contrato Comercial Associado	001/DCTA- COPAC/2011 (SUP 1458-11 e SUP 0468-10)
Valor Compensação Direta	116,45
Valor Compensação Indireta	21,77
Valor total do Acordo	138,22
Créditos Reconhecidos	0,00
% executado	0,00
Empresa	Rockwell Collins
Acordo 003/DCTA-COPAC/2014	
Contrato Comercial Associado	001/DCTA- COPAC/2011 (SUP 2096-11)
Valor Compensação Direta	28,35
Valor Compensação Indireta	0,00
Valor total do Acordo	28,35
Créditos Reconhecidos	0,00
% executado	0,00
Empresa	Thales

2.5.10.11 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC.

Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle (GAC-EMBRAER), na empresa Embraer, na cidade de São José dos Campos, São Paulo - Brasil.

2.5.10.12 Diagnósticos acerca da performance

O projeto é de concepção e desenvolvimento 100% nacionais e propicia um novo salto tecnológico na indústria aeronáutica nacional com tecnologias desenvolvidas e absorvidas, tais como o domínio de modernos sistemas de manufatura, o uso de novos materiais e integração de software embarcado.

Em 2009, o projeto foi submetido à apreciação pela Câmara Técnica de Avaliação de Projetos de Grande Vulto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na ocasião, foram demonstradas a viabilidade econômica do projeto e sua relevância para o fortalecimento da Indústria Aeroespacial Brasileira, com a criação e manutenção de empregos de alto nível, potencial de exportação de um produto de alto valor agregado e incorporação de tecnologias inovadoras ao parque industrial nacional.

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase que é a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. A partir do início do exercício de 2014, foi necessário adotar medidas visando adequar a execução física ao montante de recursos disponibilizado, o que foi feito por meio da assinatura de termos aditivos, alocando etapas nos exercícios financeiros de 2015 e 2016. Por meio de termo aditivo, também ocorreu a inclusão dos

serviços assumidos pelos parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca, conforme previsto em contrato, com a conseqüente redução no preço do desenvolvimento para o Brasil. As metas físicas originais determinadas como obrigações da contratada não foram alteradas.

Os limites orçamentários estabelecidos pela LOA 2015 e definidos no plano de ação para o exercício, ficaram aquém das necessidades e não permitiram a recuperação dos déficits dos exercícios anteriores. O Comando da Aeronáutica demonstrou a sua preocupação com a impossibilidade de cumprir, integralmente, os seus compromissos contratuais, renegociou os contratos de desenvolvimento, com o objetivo de adequá-lo à realidade orçamentária, buscando manter preservados os investimentos aplicados, em pessoal e material, bem como reduzir os impactos financeiros decorrentes da indisponibilidade de recursos nos prazos planejados.

A negociação dos termos aditivos aos contratos foi feita, remanejando as etapas que não poderiam ser recebidas para exercícios financeiros futuros. Houve, portanto, a confirmação da expectativa de retardo no alcance dos 100% da meta "Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar" para, no mínimo, 2017, com a certificação do projeto, viabilizada por meio dos voos de ensaios dos protótipos e validação da linha de produção. Assim, poderá haver acréscimo de custo para o projeto, que será discutido por ocasião da negociação de um novo Termo Aditivo ao Contrato 002/CTA-SDDP/2009.

Reporta-se que os recursos necessários para o suporte aos contratos sofrem atualizações de acordo com a variação do IGP-DI, índice pactuado para ajuste do contrato em Reais e com a variação cambial, no contrato em dólares norte-americanos, até a data de preenchimento do presente relatório.

Com relação a Ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), encontra-se na 4ª e última fase (Projeto Detalhado e Certificação da aeronave). Ao final do exercício de 2014 atingiu 74,93% da meta prevista, mas, devido à dotação orçamentária inferior à necessidade planejada para o exercício de 2015, foi necessário adotar medidas visando adequar a execução física ao montante de recursos disponibilizado, adiando entregas para os exercícios posteriores.

2.5.11 Modernização de Aeronave AM-X/A-1M

2.5.11.1 Descrição do Projeto

Modernização de cinquenta e três aeronaves A-1 da FAB.

2.5.10.2 Finalidade

A modernização permite padronizar a frota com a suíte de aviônica empregada nas aeronaves F-5M e A-29 e, conseqüentemente, reduzir o custo do ciclo de vida da aeronave. Além disso, tal projeto permitirá que a FAB continue operando uma aeronave de combate de seu acervo atual, reduzindo o índice de obsolescência, aumentando o potencial para infringir danos em um eventual conflito e propiciando maior capacidade de sobrevivência em ambientes hostis.

2.5.10.3 Principais características

Para um melhor gerenciamento do projeto foi estabelecida a divisão em três fases distintas: pré-modernização, desenvolvimento e produção. Foram assinados os contratos nº 008/DEPED-SDDP/03 e nº 001/DEPED-SDDP/04, tendo a Embraer como "Empresa Principal" e única responsável por todas as fases deste empreendimento.

Em 10/12/2007, foram programadas mudanças nos requisitos originais do projeto e redução do quantitativo de aeronaves a serem modernizadas de cinquenta e três para quarenta e três. As duas primeiras

fases têm previsão de término no primeiro semestre de 2016. A fase de produção prevê a entrega das aeronaves modernizadas ao COMAER entre o período de setembro de 2013 a junho de 2019.

2.5.10.4 Produtos

43 aeronaves A-1 modernizadas, sendo 33 aviões monopostos e 10 bipostos.

2.5.10.5 Organograma funcional

- COPAC (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

2.5.10.6 Grupos de interesse

COMAER; EMBRAER; ELBIT SYSTEMS; ALENIA/AERMACCHI; e AEL SISTEMAS S/A.

2.5.10.7 Valor global estimado

O planejamento original, iniciado em 29/12/03, previa um custo estimado de R\$ 1.789.733.984,46, para término em 31/07/13. Em 2010, houve a inclusão da atividade de revitalização no processo de modernização dos A-1, motivada por necessidade na linha de montagem das aeronaves na EMBRAER, representando um aumento no valor originalmente estipulado. Igualmente, em 2012, houve a contratação de Apoio Logístico Contratado (CLS) para as partes modernizadas, representando um novo acréscimo ao contrato, sendo que o valor para o planejamento atual passou para R\$ 2.773.410.432,32, com término previsto para 2019.

2.5.10.8 Fontes de financiamento

São utilizadas a Fonte-100, e a Fonte-149.

2.5.10.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Tabela 34 - Valores empenhados, liquidados e pagos no AM-X/A-1M (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	-	-	-
2014 ⁴	-	-	-
2015	54.223.471,00	44.584.780,00	2.730.898,00

2.5.10.10 Acordos de Compensação

No dia 28 de dezembro de 2012 foi firmado o Acordo de compensação junto à ELBIT SYSTEMS LTD, sendo o mesmo vinculado ao Contrato Comercial para aquisição de componentes e sensores eletrônicos para a modernização das aeronaves A1-M da FAB. A empresa beneficiária é a AEL Sistemas S/A, com o valor total da obrigação de USD 147.565.954,11.

Tabela 35 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave AM-X/A-1M

(Milhões de USD)	
Acordo	001/DCTA- COPAC/2012
Contrato Comercial Associado	010/CTA- SDDP/2008
Valor Compensação Direta	53,75

⁴ Iniciativa: 04HU - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)

Valor Compensação Indireta	93,82
Valor total do Acordo	147,56
Créditos Reconhecidos	23,99
% executado	16,26
Empresa	ELBIT

2.5.10.11 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC. Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle GAC-EMBRAER, na empresa Embraer, na cidade de São José dos Campos, São Paulo - Brasil.

2.5.10.12 Diagnósticos acerca da performance

Historicamente, o Projeto AMX tem sido alvo de contingenciamentos. Sem créditos suficientes, são constantes as renegociações com as empresas envolvidas e, em consequência, diversos tem sido os termos aditivos aos contratos originais.

Persistindo as restrições orçamentárias impostas pelo Executivo, os impactos negativos mais marcantes serão o estrangulamento na linha de produção da Embraer, a redução da aquisição de materiais modernizados e a impactos no acordo de offset. Da intenção inicial de modernização de 53 aeronaves (2003), que foi reajustada para 43 aviões, após adequação dos requisitos técnicos, logísticos e industriais básicos (RTLIB), conforme Termo Aditivo 2, assinado em 2008, estabeleceu-se em 2014, por meio da Mensagem Direta R-35/3SC4/14069, de 14/10/14, orientações à COPAC para iniciar tratativas com a EMBRAER, visando reduzir a modernização para 30 aeronaves, com previsão de entrega da última para 2019.

Objetivando mitigar riscos e buscar soluções, foi criado um Grupo de Trabalho para determinar possíveis estratégias para atingir os objetivos do projeto, dentro de um cenário orçamentário restrito. Ademais, os constantes atrasos na definição do avião para substituí-lo também sustentaram o escopo da modernização da aeronave A-1 (AM-X), já que a frota possui mais de 20 anos de operação.

2.5.12 Modernização de Aeronave P-3BR

2.5.12.1 Descrição do Projeto

Modernização de 9 aeronaves P-3BR da FAB.

2.5.12.2 Finalidade

Prover a FAB com aeronaves P-3 modernizadas, ampliando a capacidade de detectar, localizar, identificar e neutralizar objetivos navais inimigos e destinadas a executar missões de Antissubmarino, Patrulha Marítima, Busca e Salvamento (SAR) e Controle Aéreo Avançado.

2.5.12.3 Principais características

Ao modernizar as aeronaves P-3, a FAB estará adequando parcela de seus meios operacionais, para assegurar maior capacidade no cumprimento da sua missão constitucional. Além das missões de caráter especificamente militares, as aeronaves podem ser empregadas, devido às suas características técnicas, nas missões de Busca e Salvamento (SAR), principalmente nas áreas marítimas, contribuindo para o cumprimento de compromisso internacional do Governo Brasileiro de prover os meios

de pessoal e material necessários à coordenação de missão SAR que ocorra em sua área de responsabilidade, a qual abrange todo o Território Nacional e a área do Atlântico Sul até o meridiano 10.

2.5.12.4 Produtos

9 aeronaves de Patrulha Marítima P-3 modernizadas.

2.5.12.5 Organograma funcional

- COPAC (UGR); e
- Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR (UGE).

2.5.12.6 Grupos de interesse

COMAER; Empresa EADS CASA (atual AIRBUS DS); Atech; Equipaer; Rolls Royce Brasil; VEM-Varig; SALVAMAR; OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico); AUC (Aero Union Corporation); INTA - Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial (Autoridade de Certificação Espanhola); e IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (Autoridade de Certificação Brasileira).

2.5.12.7 Valor global estimado

O valor global original, em 2005 era de USD 423.380.000,00 evoluindo, após oito Termos Aditivos, para USD 505.420.599,70.

2.5.12.8 Fontes de financiamento

O projeto teve seu suporte por meio das fontes 149 (USD 400 milhões) e 100 (USD 105.946.524,00).

2.5.12.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Tabela 36 - Valores empenhados, liquidados e pagos no P-3BR (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	57,21	-	-
2014	117,19	116,67	116,67
2015	55,51	45,69	45,69

2.5.12.10 Acordos de Compensação

Tabela 37 - Acordo de Compensação Comercial do Projeto de Modernização de Aeronave P-3BR

(Milhões de USD)	
Acordo	002/DEPED- SDDP/2005
Contrato Comercial Associado	003/DEPED -SDDP/2005
Valor Compensação Direta	436,96
Valor Compensação Indireta	65,59
Valor total do Acordo	502,55
Créditos Reconhecidos	289,48
% executado	57,60
Empresa	EADS

2.5.12.11 Estrutura de gestão e controle

A unidade responsável pela gestão e controle do projeto é a COPAC. Para aumentar a eficiência no acompanhamento e controle das atividades contratadas, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle GAC-CASA, na empresa EADS-CASA, na cidade de Sevilha, Espanha.

2.5.12.12 Diagnósticos acerca da performance

Concernente ao objeto contratual, as 9 (nove) aeronaves P-3AM foram revitalizadas e modernizadas conforme escopo contratual; os reparos estruturais das aeronaves foram executados; três aeronaves “spare” foram desmanchadas; o sistema de missão, o treinador tático e a estação de planejamento de missão foram desenvolvidos e entregues; as peças de reposição e as ferramentas de suporte aeronáutico foram fornecidas; o treinamento do pessoal operacional e de manutenção foi realizado; e a assistência técnica e garantia estendida estão implantadas e em atividade na Base Aérea de Salvador.

As quantidades e os requisitos foram plenamente atendidos, sendo que a contratada foi penalizada no cumprimento de prazos com multas que totalizaram USD 1.258.507,76, já indenizadas.

2.5.13 VLM-1

2.5.13.1 Descrição do Projeto

Desenvolvimento e Lançamento de Veículo Lançador de Microsatélites - VLM-1.

2.5.13.2 Finalidade

Garantir a autonomia do País no desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores de microsatélites, envolvendo todas as fases desde a realização de estudos até operação de veículos lançadores. É um projeto que visa atender às necessidades do PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais) e às diretrizes estratégicas do setor espacial, liderado pela FAB, para alcançar a capacidade de lançar satélites.

2.5.13.3 Principais características

Suas principais características incluem sistemas, subsistemas, peças e componentes, além de dispositivos associados e meios de solo, englobando recuperação, certificação e implementação de laboratórios e plantas industriais relacionadas, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de voos. O projeto, por suas características, possibilita a entrada do país em um nicho de mercado internacional pouco explorado e em crescimento, o de veículos dedicados ao lançamento de microsatélites.

2.5.13.4 Produtos

Espera-se, ao final do desenvolvimento, obter um veículo lançador capaz de satelitizar cargas úteis de 150 kg em órbitas terrestres baixas.

2.5.13.5 Organograma funcional

- DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) – UGR
- IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) – UGR; e
- GIA-SJ (Grupo de Infraestrutura e Apoio de S. J. dos Campos) – UGE

2.5.13.6 Grupos de interesse

COMAER; Centro Aeroespacial Alemão (DLR) – parceiro de desenvolvimento; Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) – tem convênio firmado com o IAE, para apoio na gestão administrativa/financeira; e Agência Espacial Brasileira (AEB).

2.5.13.7 Valor global estimado

Custo estimado: R\$ 115.000.000,00 (de acordo com PNAE 2012-2021); como o término do projeto ficou previsto com o 1º lançamento, em 2018, o valor estimado, a partir de 2014, perfaz um total de R\$ 79.000.000,00.

2.5.13.8 Fontes de financiamento

O VLM-1 utiliza recursos oriundos da Agência Espacial Brasileira (AEB), descentralizados ao Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ).

2.5.13.9 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Tabela 38 - Valores empenhados, liquidados e pagos no VLM-1 (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	-	-	-
2014	10,00	-	-
2015	Despesas executadas pela Agência Espacial Brasileira (AEB)		

2.5.13.10 Acordos de Compensação

Não há.

2.5.13.11 Estrutura de gestão e controle

O IAE faz a gestão e o DCTA o controle do projeto. Em complemento, o IAE firmou Convênio nº 001/IAE/2014, firmado em dez/2014, com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), amparado no Parecer jurídico nº 664/2014/CJU-SJC/CGU/AGU, para que auxilie o IAE na gestão administrativa e financeira do Projeto. Desta forma, parte dos recursos descentralizados pela AEB para o GIA-SJ serão empenhados na FUNCATE, que fará a gestão dos contratos dos serviços necessários para o Projeto, com fiscalização feita por corpo técnico do IAE.

2.5.13.12 Diagnósticos acerca da performance

Em razão da defasagem do desembolso para o VLM-1 entre 2012-2014, a meta de lançamento do voo desse veículo não ocorreu conforme previsto no PPA 2012-2015, acarretando um atraso de três anos (de 2015 para 2018). A viabilidade do VLM-1 na configuração básica está em processo final de revisão, as definições dos subsistemas estão em fase de validação final.

As especificações e características técnicas do envelope motor S50 estão definidas, para a realização da fabricação e posterior qualificação estrutural e verificação do atendimento dos requisitos para cumprimento da missão do VLM-1. A eletrônica embarcada ainda está na fase de definição inicial, o que demandará uma quantidade de estudos, pesquisas, análises de viabilidade, simulações, definições preliminares, ensaios de desenvolvimento para o cumprimento do desenvolvimento do VLM-1 (colocar microssatélite em órbita).

Para que os primeiros ensaios em solo sejam realizados em 2016, com ensaios em voo previstos para 2017 e o voo de lançamento no final de 2018, o projeto se manteve dentro do cronograma previsto.

2.5.14 ASTROS 2020

2.5.14.1 Descrição do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020) irá possibilitar à Força Terrestre contribuir para que o Brasil venha a possuir CAPACIDADE DISSUASÓRIA. Isso ocorrerá

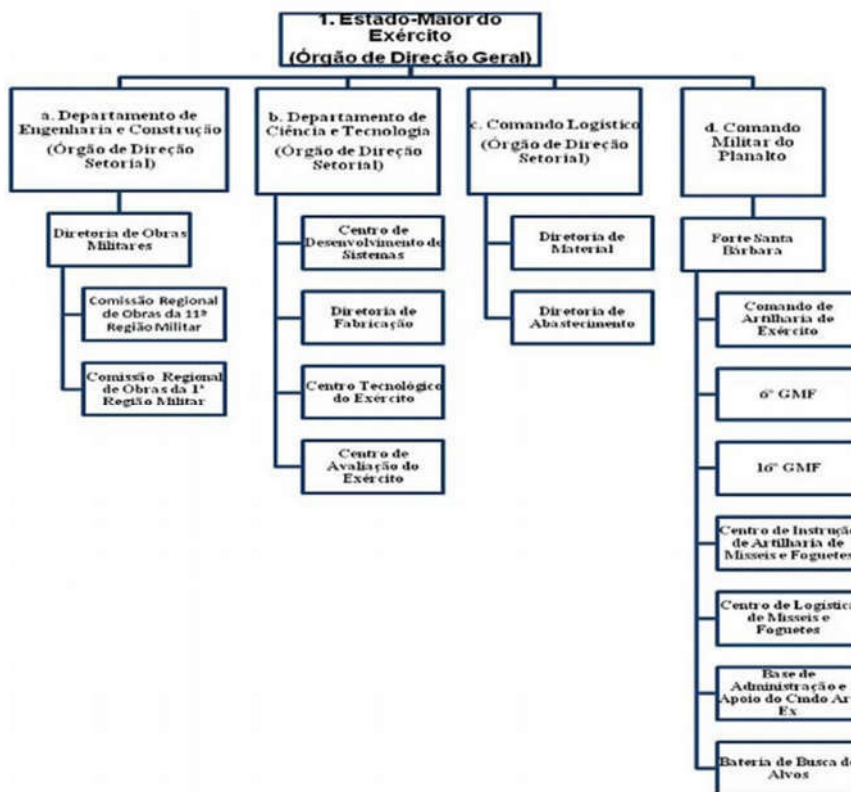
pelo completo desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com alcance de 300 km e do Foguete Guiado SS 40 G; da implantação, construção e conclusão das instalações do Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO; da aquisição de viaturas ASTROS, no padrão MK-6; da modernização das viaturas ASTROS II; e do desenvolvimento e implantação do Sistema de Simulação Integrado; o PEE ASTROS 2020 também contribui para a organização da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro.

2.5.14.2 Finalidade, características e produtos

- Desenvolvimento de Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) solo-solo com alcance de até 300 km;
- Contribuição para o desenvolvimento de uma doutrina de emprego de MTC;
- Desenvolvimento de foguete-guiado SS-40G de maior precisão baseado no atual foguete de saturação de área SS-40;
- Aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS, no padrão MK6, utilizando a indústria de Defesa Nacional;
- Modernização do atual sistema de artilharia de foguetes ASTROS II em uso no 6º GMF;
- Construção e implantação do Forte Santa Bárbara (FSB) composto pelas seguintes Organizações Militares (OM): Comando de Artilharia do Exército, o atual 6º GMF, o 16º GMF, o Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes (C InstrMslFgt), o Centro Logístico de Mísseis e Foguetes (C Log MslFgt), a Bateria de Busca de Alvos e a Base de Administração e Apoio do Comando de Artilharia do Exército, incluindo os paióis. Além disso, uma infraestrutura composta de instalações de segurança, desportivas e de Próprios Nacionais Residenciais complementarará o FSB.
- Aquisição de um Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) associado ao Sistema ASTROS e incorporado à Bateria de Busca de Alvos para proporcionar o seguro e eficaz emprego de munições de longo alcance por meio de eficiente busca de alvos, de comando e controle oportunos e eficaz controle de danos;
- Fomentar a Indústria Nacional de Defesa, em especial as empresas de caráter estratégico, agregando novas tecnologias a serem desenvolvidas para atender ao PEE;
- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS);
- Estímulo e contribuição para a criação de novos cursos nas áreas de tecnologias voltadas para a química pesada, propulsão, tecnologia voltada para o guiamento e georreferenciamento, entre outras; e
- Desenvolvimento de ferramentas de Comando e Controle (C2), Simulação e Modelagem para a adequada e oportuna inserção da Artilharia de Mísseis e Foguetes na estrutura da Força Terrestre.

2.5.14.2 Organograma funcional

Organograma 9 - Organograma funcional referente ao Projeto ASTROS 2020



1) Estado-Maior do Exército (EME): gerenciamento, orientação e fiscalização, e coordenação de todas as atividades do Projeto.

a) Departamento de Engenharia e Construção (DEC): responsável pelas obras a serem realizadas em Formosa-GO para a implantação das OM do Forte Santa Bárbara.

b) Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT): desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro, do foguete guiado e do Sistema de Simulação ASTROS (Universidade Federal de Santa Maria).

c) Comando Logístico (COLOG): aquisição de munição e de Produto de Defesa (PRODE), modernização do material do 6º GMF e contratação do Suporte Logístico Integrado.

2.5.14.3 Grupos de interesse

- Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX) – atua na revisão dos cursos e estágios do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes;
- Departamento Geral do Pessoal (DGP) – atua na classificação e movimentação de pessoal para as novas Organizações Militares do Forte Santa Bárbara;
- Comando Militar do Planalto (CMP) – por meio do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (GMF), atua no assessoramento técnico sobre o material ASTROS;
- AVIBRAS Aeroespacial S.A. – Indústria de Defesa Nacional, fabricante do material ASTROS e de toda a família de munições. Empresa integradora que agrega mais de uma centena de outras empresas no PEE ASTROS 2020;
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Inserção da Universidade nos assuntos de Defesa, por meio do desenvolvimento do Sistema de Simulação Integrado; e

- Base Industrial de Defesa (BID) – Demais indústrias de defesa nacionais, responsáveis pela fabricação de insumos para o Sistema ASTROS 2020.

2.5.14.4 Valor global estimado

Em 2011, foram destinados recursos orçamentários do Exército Brasileiro no valor de R\$ 45,0 milhões. Em 2012, foi criada a Ação Orçamentária (AO) 14LW, com um valor inicial de R\$ 1,246 bilhão. Ainda em 2012, o PAC Equipamentos (Ação Orçamentária 14N4) destinou R\$ 120,0 milhões ao projeto. Da LOA/2012, foram contingenciados R\$ 100,86 milhões.

Para 2013, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 263,94 milhões. A LOA contemplou apenas R\$ 105,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 99,01 milhões. O déficit em 2013 foi de R\$ 164,91 milhões. Para 2014, a demanda inicial do projeto foi de R\$ 339,72 milhões. A LOA contemplou R\$ 311,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R\$ 222,54 milhões. O déficit em 2014 foi de R\$ 117,18 milhões. O déficit acumulado entre 2013 e 2014 é de R\$ 282,09 milhões.

2.5.14.5 Fontes de financiamento

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 tem seus valores aportados pela Ação Orçamentária 14LW – Implantação do Projeto de Defesa Estratégico ASTROS 2020.

2.5.14.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Subprojeto nos últimos três anos

Valores referentes à Ação Orçamentária 14LW.

Tabela 39 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto ASTROS 2020 (R\$ milhões)

ANO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS
2013	99,01	5,02	5,02
2014	222,54	40,85	37,38
2015	55,34	55,34	3,53

2.5.14.7 Acordos de Compensação

Não há.

2.5.14.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

2.5.14.9 Diagnósticos acerca da performance

1) Variação de custos

Tabela 40 - Variação de custos no Projeto ASTROS 2020

DESCRIÇÃO/OBJETO	VALOR INICIAL (R\$)	VALOR COM REAJUSTE (R\$)
1 - Desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (Contrato n° 004/2012)	195.784.000,00	200.787.758,09
2 - Desenvolvimento do Foguete Guiado (Contrato n° 002/2012)	40.000.000,00	42.046.849,58
3 - Modernização do Sistema ASTROS (Contrato n° 249/2013)	111.000.000,00	113.599.166,83

2) Cumprimento dos prazos em relação ao Subprojeto – Transformação do Exército – Viaturas Logísticas de Transporte para o Sistema ASTROS: 8 (oito) viaturas de transporte não especializado, tipo

cavalo mecânico, COLOG-DMat, empresa IVECO. (Contrato nº 110/2014). A previsão de entrega contratual estava prevista para até 19 de janeiro de 2015. Contudo a empresa contratada começou o processo de adição do terceiro eixo na viatura, fora de sua linha de produção. Esta adição está sendo feita pela empresa RANDON. A adição do terceiro eixo é necessária para que o fabricante cumpra as exigências do contrato. A adição do terceiro eixo a VTE não estava prevista em contrato, mas foi à solução encontrada pela empresa IVECO para fornecer a viatura que utiliza qualquer tipo de Diesel e sem agregar o valor da modificação de sua linha de produção. Previsão de entrega até julho de 2015.

3) Atendimento do escopo:

Subprojeto 2 – Transformação do Exército – Viaturas Logísticas de Transporte para o Sistema ASTROS:

Tarefas planejadas e já cumpridas: 2 viaturas de transporte especializado semirreboque bitrem. COLOG-DMat, empresa NOMA. (Contrato nº 73/2014); e 6 viaturas semirreboque especializada, tipo prancha leito rebaixado, com capacidade para até sessenta toneladas, COLOG-DMat, empresa JHV. (Contrato nº 74/2014).

Tarefas planejadas, contratadas e em andamento: Modelagem da Simulação na Estrutura de Defesa Terrestre e Conjunta: O Exército Brasileiro (EB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, assinaram, em novembro de 2014, um Termo de Execução Descentralizada (TED) para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação do Sistema ASTROS 2020 (SIS-ASTROS). O projeto do SIS-ASTROS visa à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, pela UFSM em cooperação com o EB, de um sistema de simulação (software e hardware) que possibilite a integração das ferramentas de simulação do Sistema ASTROS no contexto do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020. O projeto de simulação deverá contribuir para o adestramento de comandantes e militares das unidades ASTROS por meio da pesquisa e desenvolvimento de um sistema específico de simulação virtual para o treinamento dos aspectos táticos de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) das unidades de mísseis e foguetes do Exército Brasileiro. Além do aspecto tático, ele proporcionará elementos para a simulação da direção de tiro e para o Treinamento Baseado em Computadores (TBC). Em caráter sistêmico, o projeto proporcionará elementos para a integração do SIS-ASTROS com os demais sistemas de simulação da Força Terrestre. O prazo de execução do SIS-ASTROS é 2015-2018.

Subprojeto 3. Forte Santa Bárbara (FSB)

Tarefas planejadas, contratadas e em andamento: Construções de Instalações e implantação do FSB. (Obras em andamento): Iniciada em 2014, as obras de construção de infraestrutura civil e elétrica do complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Central Engenharia. (Contrato nº 35/2013). Também iniciada em 2014, as obras de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Omega Engenharia LTDA. (Contrato nº 30/2013). Iniciada em 2013, as obras de construção do Paiol de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Fibra Engenharia LTDA. (Contrato nº 22/2013). Iniciada em 2014, as obras de construção do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO. DEC-CRO/11, empresa Vento Sul Engenharia. (Contrato nº 02/2014).

Subprojeto 4. Foguete Guiado SS 40 G – 4.3 Projeto Básico do Foguete Guiado:

Tarefas planejadas e já cumpridas: Foram entregues até a etapa 9 de desenvolvimento, de 12 previstas. DCT-DF, empresa AVIBRAS. (Contrato nº 02/2012).

Subprojeto 5. Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM -300 – 5.3 Projeto Básico do Míssil Tático de Cruzeiro:

Tarefas planejadas e já cumpridas: Foram entregues até a etapa 10 de desenvolvimento, de 20 previstas. DCT-DF, empresa AVIBRAS. (Contrato n° 04/2012).

Subprojeto 6. Modernização do 6° GMF:

Tarefas planejadas e já cumpridas: Foram entregues as etapas de trabalho n° 1, 2, 3 e 4, de 27 previstas, referente aos serviços especializados de manutenção e modernização do Sistema ASTROS do Exército Brasileiro. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS. (Contrato n° 249/2013).

Subprojeto 7. Novo Grupo de Mísseis e Foguetes – 7.4 Viaturas TATRA Modelo MK-6:

Tarefas planejadas e já cumpridas: Entrega de nove viaturas do sistema ASTROS, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletros-mecânico, equipamentos eletrônicos e componentes para 6 viaturas Lançadoras Múltipla Universal, 1 viatura Posto de Comando e Controle, 1 viatura Remuniadora e 1 viatura Posto Meteorológico. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS, (Contratos n° 062 e 167/2012).

Tarefas planejadas, contratadas e em andamento: Em 2014, foi contratada a aquisição de 20 (vinte) novas viaturas do Sistema ASTROS que irá completar o 6° Grupo de Mísseis e Foguetes e equipar o 16° Grupo de Mísseis e Foguetes, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletros-mecânico, equipamentos eletrônicos e componentes para 5 viaturas Lançadoras Múltipla Universal, 1 viatura Posto de Comando e Controle, 5 viaturas Remuniadoras, 4 viaturas Posto Meteorológico, 2 viaturas de Controle de Fogo e 3 viaturas Oficina Veicular e Eletrônica. COLOG-DMat, empresa AVIBRAS, (Contratos 289/2014-DMat).

2.5.15 SISFRON

2.5.16.1 Descrição do Projeto

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um sistema de sensoriamento, de apoio à decisão e de atuação operacional, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira.

As principais finalidades do Sistema são:

- contribuir com o esforço governamental de manter efetivo controle sobre a faixa de fronteira, atendendo ao trinômio Monitoramento/Controle, Mobilidade e Presença, enfatizado nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa;
- facilitar o cumprimento das missões do Exército decorrentes da destinação constitucional prevista no Art. 142 Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar N° 97/1999, alterada pelas Leis Complementares N° 117/2004 e N° 136/2010, no tocante às ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre;
- apoiar a execução do Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido de acordo com o Decreto 7.496, de 8 de junho de 2011, que se destina à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos transfronteiriços, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, Forças Armadas, Receita Federal e outros órgãos governamentais;
- contribuir para o aumento da capacitação tecnológica e da autonomia da base industrial de defesa, particularmente no que diz respeito à manutenção, ampliação e perene atualização do sistema, bem como proporcionar a diversificação da pauta de exportação nacional, com a adição de itens de alto valor agregado, e a geração de empregos e de renda nos setores de infraestrutura e tecnologia.

Para alcançar as finalidades propostas, o Sistema possui três componentes principais:

- Subsistema de Sensoriamento: destina-se a vigiar a faixa de fronteira, coletando e transmitindo dados que possibilitem a detecção, a identificação e o monitoramento remoto de eventos de interesse. Compreende, dentre outros meios, sensores ópticos e optrônicos, radares de vigilância terrestre e de vigilância aérea de baixa altura, sensores de sinais eletromagnéticos, sistemas de veículos aéreos remotamente pilotados e aeróstatos.
- Subsistema de Apoio à Decisão: destina-se a produzir e difundir conhecimentos necessários à realização de operações na faixa de fronteira. Compreende, dentre outros meios, centros de planejamento, coordenação, acompanhamento e controle de operações, programas (softwares) de apoio à decisão e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (inclusive com infovias de longo alcance, dotadas de redes terrestres de micro-ondas e meios de comunicações por satélite)
- Subsistema de Atuadores: destina-se a realizar ações de defesa e segurança e de prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira. Compreende meios operacionais do Exército, empregados na faixa de fronteira, com ênfase na atuação com as demais Forças Armadas (operações conjuntas) e com os órgãos federais, estaduais e municipais (operações interagências).

Os meios do SISFRON estarão desdobrados ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que potencializará o emprego das organizações subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia (Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), do Norte (Estados do Amapá e Pará) do Oeste (Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e do Sul (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cujos efetivos orientados para as atividades operacionais excedem 80 mil militares.

A concepção geral e o planejamento inicial do Sistema constam do seu Projeto Básico, que foi elaborado em 2010 e 2011, mediante contratação de empresa nacional (ATECH) com experiência na integração de projetos complexos e de grande vulto. Segundo o Estudo de Viabilidade da implantação do Sistema, realizado com base em dados coletados de análises de agências oficiais, o custo da violência no Brasil, em 2010, foi calculado como sendo de 5,09% do PIB, ou seja, da ordem de R\$ 183,75 bilhões. Desse valor, R\$ 40 bilhões corresponderam ao custo anual da violência decorrente do narcotráfico. Desse modo, considerando uma efetividade mínima do SISFRON de apenas 2,97% por ano, na redução do narcotráfico através das fronteiras, já estaria garantido o retorno do investimento realizado no Sistema.

Atualmente, a implantação do SISFRON é objeto de um Projeto Estratégico do Exército (PEE SISFRON), que está contemplado no PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil – com ação orçamentária própria (14T5), além de ser considerado empreendimento de grande porte. O PEE SISFRON está estruturado nos seguintes subprojetos:

- Sensoriamento e Apoio à Decisão: destina-se à implantação dos subsistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão, inclusive dos meios necessários à Segurança das Informações e das Comunicações, à Defesa Cibernética, ao Suporte Logístico Integrado e à Capacitação e Simulação;
- Apoio à Atuação: destina-se à melhoria da capacidade operacional do subsistema de Atuadores. Compreende a aquisição e o fornecimento de materiais diversos, com ênfase para os meios de transporte e equipamentos de uso individual ou de emprego coletivo; e
- Obras de Engenharia: destina-se à construção, ampliação, adequação, adaptação, recuperação e reforma de instalações necessárias ao funcionamento do Sistema.

Uma vez superadas as fases iniciais de concepção, planejamento, estruturação e contratações iniciais, o Projeto encontra-se na fase de implantação do Piloto, na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS. A Brigada é subordinada ao Comando Militar do Oeste e tem a maioria de suas Unidades desdobradas na faixa de fronteira, compreendendo uma frente de mais de 600 km, no Estado do Mato Grosso do Sul. O Piloto se destina, entre outras finalidades, a avaliar, reajustar e refinar as definições iniciais do Sistema, possibilitando a sua implementação, de forma adequada e eficiente, no restante do País.

Para o Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, no âmbito do Piloto, tendo em vista a amplitude de desdobramento dos meios, as inovações tecnológicas presentes e a complexidade de integração dos diversos meios, o modelo considerado mais adequado para aquisição foi a contratação, por meio de empreitada integral, de uma empresa integradora nacional (Consórcio TEPRO), com perfil semelhante ao de Empresa Estratégica de Defesa.

Além dos desafios representados pela amplitude da faixa de fronteira, pela diversidade dos ambientes operacionais, bem como pela complexidade da integração tecnológica, constitui fator importante para o sucesso do Projeto, a disponibilidade regular dos recursos financeiros necessários para assegurar a continuidade da implantação do Sistema, conforme previsto no Projeto Básico e no seu Estudo de Viabilidade. Afora ampliar a operacionalidade da Força Terrestre, o SISFRON propiciará melhores condições para a atuação integrada do Exército com órgãos civis ou militares, nos níveis federal, estadual ou municipal, inclusive com órgãos de países vizinhos. O foco é o apoio à realização de Operações Interagências, como as Operações Ágata e outras Operações que são conduzidas regularmente por órgãos governamentais, na faixa de fronteira.

Para tanto, o Projeto prevê a interação com sistemas congêneres, existentes em outros órgãos, tais como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), do Ministério da Defesa, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), da Marinha do Brasil, e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), do Comando da Aeronáutica. Prevê, ainda, a criação de ambientes apropriados para o trabalho interagências, bem como o estabelecimento de ligações entre os Centros de Operações das Organizações Militares, Brigadas e Comandos Militares de Área com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), existentes nos níveis estadual e municipal. O planejamento da aquisição de meios observa, além da doutrina vigente, o princípio da eficiência, evitando-se a interferência nas atribuições dos demais órgãos e a desnecessária duplicação de esforços no mesmo espaço geográfico.

O SISFRON também representa significativa janela de oportunidades para as empresas nacionais, tendo em vista, dentre outros aspectos, o montante considerável de investimentos estimados, o prolongado ciclo de vida previsto para o Sistema e a diversidade e o caráter de uso dual (civil e militar) dos produtos e serviços necessários para sua implantação e operação. Como resultado, o SISFRON deverá estimular a geração de empregos na indústria nacional, havendo uma expectativa de 12.522 empregos anuais. O valor total da melhoria relacionada à renda, decorrente da geração de empregos diretos e indiretos, poderá atingir um total de R\$ 2,309 bilhões, durante os 10 anos de implantação do Sistema. Praticamente 2/3 (dois terços) deste total poderá vir do setor de tecnologia, com a execução de atividades de desenvolvimento de componentes e subsistemas, desenvolvimento de software e integração do sistema final, por empresa nacional.

Deverá criar, também, oportunidade de sustentabilidade tecnológica, por meio da venda de produtos e serviços de uso dual e da diversificação da pauta de exportações. A estimativa para a captação de recursos provenientes da comercialização desses itens nos mercados interno e externo é da ordem de até R\$ 1 bilhão por ano. Atribuindo-se prioridade ao aproveitamento do que já existe no país, segundo

orientação da Estratégia Nacional de Defesa, haverá motivação para a transferência de tecnologia, a capacitação de recursos humanos especializados e o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, nas áreas de interesse, com reflexos positivos para o aumento da capacidade da base industrial do país, da nacionalização do Sistema e da autonomia tecnológica.

Além dos benefícios acima citados, o SISFRON deverá proporcionar condições mais adequadas para o atendimento de objetivos sociais diversos, contribuindo para o aumento da segurança nos centros urbanos, para a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e das populações indígenas, bem como no apoio a populações desassistidas com inclusão digital, ensino à distância e tele saúde.

2.5.16.2 Organograma funcional

Organograma 10- Organograma funcional referente ao Projeto SISFRON



2.5.16.3 Grupos de interesse

Público Externo: Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, demais empresas de defesa não associadas à ABIMDE, Embraer Defesa e Segurança, Confederação Nacional das Indústrias, Federação das Indústrias dos Estados (SP, MS, RS, PR, GO, MG, RJ, SC e AM), empresas nacionais contratadas e subcontratadas, BRUNSWICK – Commercial & Government Products, empresas estrangeiras contratadas, Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Órgãos Ambientais e Patrimoniais, Ministério da Saúde, Anvisa, Órgãos Estaduais, Órgãos Municipais, Órgãos de Segurança Pública, Tribunal de Contas da União, Parlamento Federal, bancada dos Estados da faixa de fronteira terrestre, Câmaras Legislativas, Comissões Parlamentares, Ministério Público da União (MPU), Advocacia Geral da União (AGU), universidade federais, centros tecnológicos, SAVIS Tecnologia e Sistemas S/A, Bradar Indústria S.A, Harpia Sistemas S.A., RF COM Sistemas Ltda, Grupo BrasilSAT, Decatron, MTel Tecnologia, Agrale, AGX, Grupo Enecol, GigaCom Broadband Wireless, Stemac, Kriptus, Volkswagen do Brasil, RustCon, Digitel, Casa da Floresta AEL Sistemas S.A, CM Comandos Lineares, MEDAV GmbH A Saab Defence and Security Company, Advantech Wireless Inc., Harris Corporation, Cummins Inc, AEL/ELOP/AEL Sistemas S.A. e Elbit Systems, mídias especializadas, mídias políticas e econômicas, Secretaria de Organização Institucional, Secretaria de Produtos de Defesa, Empresa Gerencial de Projetos Navais, SIVAM e SIPAM.

Público Interno: Estado-Maior do Exército, COTER, Departamento de Ciência e Tecnologia, Diretoria de Obras Militares, Diretoria de Abastecimento, Diretoria de Material, Comando Militar do Oeste, Diretoria de Patrimônio e Meio Ambiente, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento Geral do Pessoal, 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, IMBEL, Centro de Comunicações e

Guerra Eletrônica do Exército, Escritório de Projetos do Exército, Comissões Regionais de Obras, Secretaria de Economia e Finanças, Demais Projetos Estratégicos do Exército.

2.5.16.4 Valor global estimado

Atribuindo-se prioridade ao aproveitamento do que já existe no país, segundo orientação da Estratégia Nacional de Defesa, haverá motivação para a transferência de tecnologia, a capacitação de recursos humanos especializados e o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, nas áreas de interesse, com reflexos positivos para o aumento da capacidade da base industrial do país, da nacionalização do Sistema e da autonomia tecnológica.

Total de recursos financeiros estimados quando da aprovação do Projeto: R\$ 11,99 milhões.

Total de recursos financeiros do Projeto, atualizado até o final do exercício de 2014: R\$ 16,21 milhões.

2.5.16.5 Fontes de financiamento

A partir de 2015 (inclusive), haverá necessidade do aporte de R\$ 15,26 milhões do orçamento da União.

2.5.16.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 41 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto SISFRON (R\$ Milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	242,04	118,95	46,09
2014	256,06	219,58	63,58
2015	160,35	160,35	6,12

2.5.16.7 Acordos de Compensação

Foram quatro os acordos de compensação assinados, na modalidade direta, por ocasião da primeira fase do SISFRON (Projeto Piloto), conforme a tabela abaixo:

Tabela 42 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto SISFRON

ACORDO DE COMPENSAÇÃO	EMPRESA CONTRATADA	BENEFICIÁRIOS	VALOR EXTERNADO	CRÉDITOS DE OFFSET GERADOS
001	ELOP	— Exército Brasileiro — Ael Sistemas BRADAR — Harpia	US\$ 9.656.784,00	US\$ 40.000.000,00
002	Advantech	— Exército Brasileiro — VISIONBYTE — IBRASAT	US\$ 4.400.000,00	US\$ 4.400.000,00
003	MEDAV	— Exército Brasileiro — BRADAR	€19.000.000,00	€ 51.055.369,00
004	HARRIS	— Exército Brasileiro — BRADAR — SAVIS	US\$ 31.000.000,00	US\$ 1.000.000,00

Destes dados, conclui-se que foram gerados USD 75.400.000,00 e € 51.055.369,00 em créditos de offset. Conforme cotações das moedas na data da assinatura, em 19/11/2012, o total dos créditos

gerados em dólares americanos ficou em USD 140.750.872,32; sendo que deste total, apenas os créditos da MEDAV, no valor de € 32.055.369,00, poderão ser utilizados nas próximas fases do Projeto, mas apenas no SISFRON, todos por limitação contratual.

Nenhuma parcela do total de compensação previsto foi realizada.

2.5.16.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

2.5.16.9 Diagnósticos acerca da performance

Variação de custos: A variação da totalidade de custos do Projeto, apresentada anteriormente, no valor de R\$ 4.215,00 milhões, deveu-se a atualização do valor estimado quando da aprovação do Projeto até 31 Dez 14, tomando-se como base, primordialmente, as variações cambiais, para os produtos e serviços estrangeiros, e as variações de preço no mercado brasileiro para os produtos e serviços nacionais.

Cumprimento dos prazos: Mantendo-se a média anual de recursos recebidos desde o início do Projeto (R\$ 232,00 milhões), o Sistema, que estaria previsto para ser implantado em 2021, somente deverá estar implantado em 2080.

Atendimento do escopo: Até a presente data, não houve variação significativa ao atendimento do escopo do Projeto. As aquisições foram realizadas de acordo com o planejado na estrutura analítica do projeto, seja em termos de quantidade, seja em termos dos requisitos estabelecidos para os produtos e serviços correspondentes.

2.5.17 DEFESA ANTIAÉREA

2.5.17.1 Descrição do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae) destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea (DA Ae) do Exército Brasileiro, com o objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), do qual a Artilharia Antiaérea (AAe) da Força Terrestre é parte integrante, como elo permanente.

A intenção deste Projeto Estratégico do Exército é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro por meio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e a implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

A atualização do Sistema de Defesa Antiaérea proporcionará níveis adequados de proteção das Estruturas Estratégicas do País e de outros locais, que temporariamente necessitem de proteção antiaérea, em situações de guerra, crise ou mesmo em situações de paz nas operações doutrinariamente definidas como de “não guerra”, como, por exemplo, segurança de grandes eventos (esportivos, políticos e culturais), visitas de dignitários, reuniões de cúpula e missões de paz.

O Sistema de Defesa Antiaérea deverá ter condições de se contrapor a ameaças aéreas tradicionais (aeronaves de asa fixa e rotativa, mísseis balísticos e de cruzeiro, foguetes de variados alcances, aeronaves remotamente pilotadas, entre outras) e assimétricas (aeronaves civis abduzidas e transforma-

das em vetores de ação terrorista), aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo e de fácil montagem que transportem carga explosiva, morteiros, ultraleves, balões dirigíveis ou qualquer outro tipo de ameaça que desenvolva perfis de voo em direção aos locais defendidos.

O Projeto foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia daqueles produtos de defesa ainda não acessíveis no país, com a assimilação de novas capacidades, contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil. Neste contexto, cabe destacar que a utilização de sensores radar e de centros de operações antiaéreas (COAAe) de fabricação nacional, combinada à integração dos demais sistemas complexos componentes, posicionará a indústria brasileira no restrito grupo que dispõe de capacidade científico-tecnológica para estruturar sistemas de defesa antiaérea. O PEE DA Ae é constituído por 11 projetos descritos no quadro a seguir. Vale destacar que os projetos listados levam em consideração o Projeto Defesa Antiaérea do Ministério da Defesa a fim de que não haja sobreposição de recursos.

Quadro 6- Projetos componentes do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea

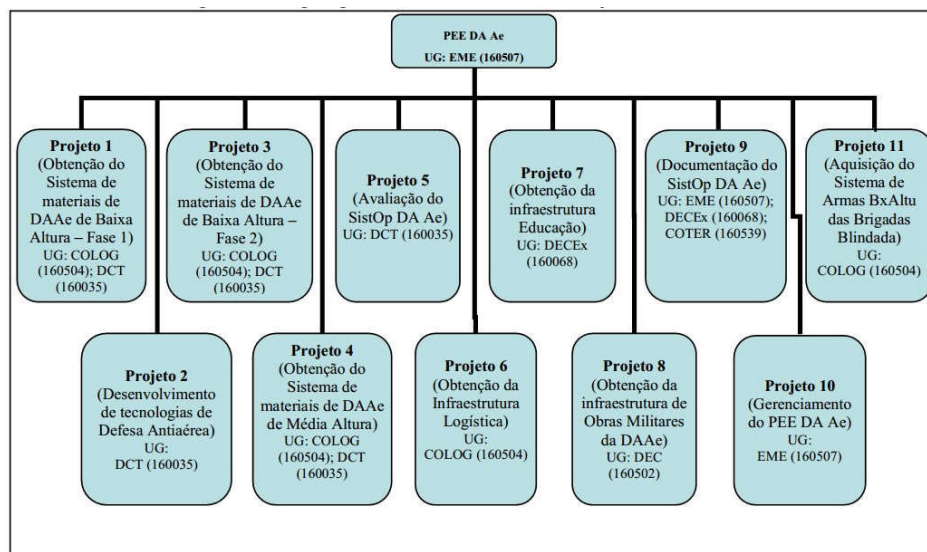
PROJETOS	OBJETIVO	OBS
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (BxAltu) – Fase 1	Obtenção das Seções de Artilharia Antiaérea (AAE) constituídas por mísseis AAe tipo seguidor de fecho, Centro de Operações Antiaéreas Eletrônico (COAAeElt) de Seção e Bateria, Radar de Busca (SABER M60), Sistemas de Comunicações e integração.	Aquisição do Sistema de Armas, Controle e Alerta e Logístico com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Comando Logístico do Exército (COLOG). Aquisição do Sistema Comunicações com recursos do PEE DA Ae, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército.
Desenvolvimento de tecnologias de Defesa Antiaérea	Desenvolver as tecnologias necessárias para o SistOp DA Ae (Radar de Vigilância, Míssil Média Altura, COAAeElt de Brigada, Grupo, Bateria e Portátil).	Com recursos do PEE DA Ae e de outras fontes de financiamento de fomento ao desenvolvimento tecnológico do Centro Tecnológico do Exército, por intermédio do DCT do Exército.
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura – Fase 2	Complementar os sistemas AAe necessários para dotar as Organizações Militares (OM)AAA e não contempladas na Fase 1, acrescentando-se os Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve (“FireandForget”) e o Sistema de Armas Canhão Antiaéreo.	Fase a ser detalhada em 2016, em função dos créditos a serem disponibilizados na LOA de 2017 em diante.
Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Média Altura	Obter os sistemas de Baterias de AAe de Média Altura	Embora previsto no escopo do PEE DA Ae, o projeto está a cargo do Ministério da integração e desenvolvimento a serem consideradas no PEE DA Ae, inclusive com recursos a serem repassados pelo MD.
Avaliação do SistOp DAAe	Avaliar os sistemas de AAe que serão adotados.	Referente à avaliação técnica e operacional do sistema. Os recursos referentes a munição e demais itens operacionais não estão incluídos.
Obtenção da Infraestrutura Logística	Obter a infraestrutura logística capaz de suportar o SistOp DA Ae.	Refere-se a pagamento de taxas, aquisição de materiais necessários à manutenção dos PRODE e estimativa para as fases seguintes.
Obtenção da infraestrutura Educação	Capacitação de Instrução de Operação e Manutenção dos equipamentos, Guarnições e simuladores.	Refere-se a cursos e a aquisição de diversos simuladores e implantação de um Centro de Simulação de AAe na EsACosAAe

Obtenção da infraestrutura de Obras Militares da DAAe	Construir e adequar as instalações.	Referem-se a adequação da EsACosAAe ao Sistema GEPARD e Centro de Simulação
Documentação do SistOp DAAe	Elaboração dos Manuais de Campanha, Manuais técnicos, Programas Padrão de Instrução e atualizar Quadros Organizacionais (QC/QCP/QDM/QDMP) das OM.	Realização do Simpósio de Adequação dos QC e QDM das OM AAAe em 2013 e confecção de manuais dos novos PRODE
Gerenciamento do PEE DAAe	Gerenciar o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DA Ae).	Inclui a contratação de empresa integradora (gerenciamento), diárias, passagens e demais atividades para o gerenciamento do projeto.
Aquisição do Sistema de Armas BxAltu das Brigadas Blindadas (BdaBld)	Dotar as OM AAAe orgânicas das BdaBld (6ª Bia AAAe e 11ª Bia AAAe, além da EsACosAAe, do Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado GEPARD.	Contrato em execução a cargo do COLOG, com recursos do PEE DA Ae

Produtos do PEE DA Ae: Centro de Operações de Artilharia Antiaérea Eletrônico (COAAeElt), COAAeElt Grupo (Gp), COAAeElt Bateria (Bia), COAAeElt Seção Míssil Portátil, COAAeElt Seção Míssil, COAAeElt Seção Blindada, Radar de Vigilância AAAe, Sistema Sensor Posto de Vigilância GAAe e Bia AAAe, Sistema de Comunicações da BdaAAAe, Sistema de Comunicações de GAAe, Sistema de Comunicações de Bia AAAe, Sistema de Comunicações de Seção AAAe, Radar de Busca Seção Míssil AAe, Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil (Telecomandado), Sistema de Armas Míssil de Baixa Altura Portátil Leve (“FireandForget”), Sistema de Armas Canhão Antiaéreo, Sistema de Material de AAAe de Média Altura, Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Baixa Altura, Integração do Sistema de Materiais de Defesa Antiaérea de Média Altura, Proposta de Infraestrutura de Logística para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea, Proposta de infraestrutura de Educação para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea, Infraestrutura de Obras Militares para o Sistema Operacional Defesa Antiaérea na EsACosAAe, Simuladores do Sistema Operacional Defesa Antiaérea, Sistemas de Alvos Aéreos, Sistema de Armas Canhão Antiaéreo Autopropulsado.

2.5.17.2 Organograma funcional

Organograma 11- Organograma funcional referente ao Projeto de Defesa Antiaérea



2.5.17.3 Grupos de interesse

1ª BdaAAe, EsACosAAe, 1º GAAe, 2º GAAe, 3º GAAe, 4º GAAe, 11º GAAe, 1ª Bia AAe, 2ª Bia AAe, 3ª Bia AAe, 5ª Bia AAe L, 6ª Bia AAe, 9ª Bia AAe, 14ª Bia AAe.

Ressalta-se que o Plano Estratégico do Exército, publicado no Boletim do Exército de 22 de dezembro de 2014, cria mais Unidades de Artilharia Antiaérea, por transformação de Organizações Militares existentes. Além das Unidades citadas, que se configuram nas usuárias finais das entregas do PEE DA Ae, registra-se uma significativa participação do sistema de ciência e tecnologia do Exército, com desenvolvimentos de sistemas e produtos, em estreita ligação com o PEE DA Ae. Enquadra-se neste cenário o desenvolvimento de radares da família SABER (M60, M200 Vigilante e M200 Multimissão), centros de comando e controle, softwares e simulação.

As iniciativas listadas acima fomentam a Base Industrial de Defesa Nacional, gerando empregos de alto nível. O exemplo mais significativo é o que ocorre com o Radar SABER M60, cuja propriedade intelectual é do Exército, mas a empresa BRADAR, do grupo EMBRAER, produz o referido produto, gerando, segundo a empresa, mais de 500 empregos diretos e indiretos. O sensor em questão já é adquirido pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea, o que demonstra a efetividade do produto para o fim a que se destina.

Os sensores do PEE DA Ae são integráveis ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDA-BRA). Neste sentido, o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro passa a ter elementos com maior capacidade de controlar e defender o espaço aéreo nacional, com elementos tecnologicamente mais aptos a cumprirem sua missão. Destaca-se também o interesse na estruturação do Projeto, como ocorreu com o Project Management Institute, capítulo Distrito Federal (PMI-DF), que avaliou e premiou o PEE DA Ae como um dos projetos destaque no ano de 2014.

Como solicita o questionamento, podem ser citadas as seguintes empresas que demonstram interesse no PEE DA Ae, dentre outras: grupo EMBRAER, em particular as empresas BRADAR, ATECH, SAVIS; AGRALÉ; AVIBRÁS, Mercedes do Brasil; Volkswagen; SAAB; KMW; DIEHL; MBDA; RAFAEL; IAI; ELBIT; e RHEINMETALL.

2.5.17.4 Valor global estimado

De acordo com a Declaração de Escopo, atualizada e aprovada em 25 de março de 2014 pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o PEE DA Ae deverá ser encerrado até 31 DEZ 2030, com tolerância de 6 meses para mais ou para menos. O limite orçamentário do Projeto é de R\$ 4.130.148.934,42, com tolerância de R\$ 500.000.000,00 para mais ou para menos. Observa-se, porém, que os recursos recebidos pelo PEE DA Ae em 2014 e 2015 foram aquém do previsto no planejamento aprovado, o que indica um possível atraso na finalização do Projeto.

2.5.17.5 Fontes de financiamento

As fontes de financiamento do PEE DA Ae são do Tesouro Nacional, por intermédio da ação orçamentária 13DB. Os valores a serem aportados dependem da aprovação da LOA 2015. A equipe de gerenciamento do PEE DA Ae foi autorizada a planejar com uma expectativa de R\$ 81.300.000,00. Nos produtos a serem desenvolvidos em coordenação com o Projeto de Artilharia Antiaérea do Ministério da Defesa, existe a possibilidade de recebimento de recursos oriundos da ação orçamentária daquele projeto.

2.5.17.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 43 - Valores empenhados, liquidados e pagos no Projeto Defesa Antiaérea 2020 (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	93,63	93,46	93,45
2014	91,73	55,43	54,81
2015	12,26	12,26	12,18

2.5.17.7 Acordos de Compensação

As aquisições no exterior do Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado do Projeto 1 (Obtenção do Sistema de materiais de DAAe de Baixa Altura (BxAltu) – Fase 1) e do Sistema GEPARD do Projeto 11 (Aquisição do Sistema de Armas BxAltu das Brigadas Blindadas) preveem acordos de compensação, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 44 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea - Sistema de Armas Míssil Baixa Altura Telecomandado (RBS 70)

TRANSAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (SEK)	FATOR MULTIPLICADOR	TOTAL (SEK)
Quatro Simuladores de Treinamento do Sistema Míssil	2.683.000,00	3	32.200.000,00
Assistência Técnica/Suporte Inicial	1.675.000,00	3	5.000.000,00
Curso de Manutenção do Sistema	11.070.000,00	3	33.200.000,00
Seis Aparelhos de Pontaria Noturna COND com baterias	1.000.000,00	3	18.000.000,00
TOTAL			88.400.000,00

Tabela 45 - Acordos de Compensação Comercial do Projeto de Defesa Antiaérea – Plano de Compensação do Sistema GEPARD

TÍTULO DA TRANSAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (€)	FATOR MULTIPLICADOR	TOTAL (€)
Treinamento de operação para a tripulação	1.800.000,00	4	7.200.000,00

Treinamento para a Manutenção dos simuladores	700.000,00	4	2.800.000,00
Treinamentos para manutenção da viatura GEPARD (02 equipes)	990.000,00	4	3.960.000,00
Treinamentos para manutenção corretiva da viatura GEPARD (KMW do Brasil)	1.100.000,00	5	5.500.000,00
Total			19.460.000,00

2.5.17.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

2.5.17.9 Diagnósticos acerca da performance

Em 2011, quando do planejamento inicial de todo o PEE DA Ae, chegou-se a uma necessidade de recursos de, no mínimo, R\$ 90.000.000,00 por ano a partir de 2012, com aumento de aporte a partir de 2016. Porém, os recursos disponibilizados no primeiro ano de execução do PEE DA Ae, 2012, foram muito aquém desta demanda: R\$ 3.842.000,00. Já em 2013, a LOA contemplou o Projeto com o valor de R\$ 90.000.000,00, no entanto, em 2014, o valor ficou aquém: R\$ 87.000.000,00. Dessa forma, houve um replanejamento a fim de adequar metas e prazos. Para 2015, observa-se a mesma tendência de não obtenção dos recursos previstos no início do planejamento do Projeto.

O PEE DA Ae executou, durante o ano de 2014, o seu planejamento, com as adaptações necessárias em função das interveniências ocorridas e já apresentadas. Ressalta-se, porém, que a avaliação é positiva no que se refere à execução financeira e às aquisições realizadas. A partir desta visão geral do PEE DA Ae, para o horizonte temporal de até 2030, verificam-se os indicadores e acompanhamento das metas, conforme se segue:

Monitoramento das Entregas (Tipo Eficácia): Definição do indicador (i): necessidade de equipamentos adquiridos ou desenvolvidos (N), previstos no escopo do projeto, no horizonte temporal de execução de todo o projeto, em relação ao efetivamente executado (E): $i = (100 \times E) / N$

Tabela 46 - Indicadores de Monitoramento (Tipo Eficácia) do Projeto de Defesa Antiaérea

ITEM (GRANDES CONJUNTOS)	NECESSIDADE (N)	EXECUTADO (E)	% ATINGIDO (I)
Centro de Operações Antiaéreas (COAAe) Seção Míssil Telecomandado	31	20	64,52%
COAAe Seção Míssil "Fire and Forget"	7	0	0,00%
COAAe Seção Blindada GEPARD	8	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
COAAe Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
COAAe Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Radar (Rdr) de Busca SABER M60	38	22	57,89%
Radar de Vigilância "M200 Vigilante"	29	0	0,00%
Simulador de COAAe (integrado em cada escalão)	81	0	0,00%
Simulador do Rdr SABER M60 (integrado em cada radar)	38	0	0,00%
Simulador do Rdr M200 Vigilante (integrado em cada radar)	29	0	0,00%
Simulador do Sistema Operacional Defesa Antiaérea	1	0	0,00%

Mock Up Rdr SABER M60	15	0	0,00%
Atuador da Seção Míssil Telecomandado	92	16	17,39%
Atuador da Seção Míssil “FireandForget”	30	3	10,00%
Atuador da Seção Canhão Antiaéreo Autopropulsado (GEPARD)	34	34	100,00%
Atuador CanAAe (Conj Equipamento Direção Tiro e Canhão)	16	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
COAAe Bateria de Artilharia Antiaérea Média Altura	5	0	0,00%
Rdr M200 Multi-missão para Bateria de Artilharia Antiaérea de Média Altura	5	0	0,00%
Conjunto de alvo aéreo	15	0	0,00%
Conjunto de comunicações (Com) para Seção Míssil Telecomandado	31	19	61,29%
Conjunto de Com para Seção Míssil “FireandForget”	7	0	0,00%
Conjunto de Com para Seção Blindada GEPARD	34	34	100,00%
Conjunto de Com para Bateria de Artilharia Antiaérea	19	0	0,00%
Conjunto de Com para Grupo de Artilharia Antiaérea	5	0	0,00%
Conjunto de Com para Brigada de Artilharia Antiaérea	1	0	0,00%
Posto de Vigilância	29	0	0,00%
Viatura ³ / ₄ Ton	159	95	59,75%
Viatura 5Ton	38	35	92,11%
Contratação de empresa integradora	1	0	0,00%

Os indicadores permitem acompanhar as principais metas do PEE DA Ae e definir marcos no planejamento do gerenciamento do Projeto, que são acompanhados segundo os seguintes parâmetros:

Tabela 47 -Parâmetros de Desempenho para o Projeto de Defesa Antiaérea

FAIXA DE AVALIAÇÃO	INTERPRETAÇÃO QUANTO À EVOLUÇÃO	AÇÃO
0% - 50%	Crítico	Analisar e identificar causas.
51% - 70%	Satisfatório	Acompanhar, identificando possibilidades de melhoria.
71% - 80%	Bom	Acompanhar.
81% - 99%	Muito Bom	Monitorar.
100%	Finalizado	A entrega deixa de ser encargo do PEE. Os ODS têm maior ingerência. Produto entregue.

Na avaliação da equipe de gerenciamento do PEE DA Ae, a análise desses indicadores até o ano de 2014 permite concluir que os índices planejados foram alcançados de forma satisfatória. Sob o ponto de vista gerencial, considerando os recursos recebidos, o PEE DA Ae tem podido cumprir com os compromissos assumidos e celebrar novos contratos para atender ao que prevê o escopo do projeto.

Os índices abaixo de 50% estão coerentes com o ciclo de vida do PEE DA Ae, pois as entregas estão previstas para fases nos anos subsequentes, considerando o montante de recursos disponibilizados.

Execução Orçamentária – Aquisição PRODE (Tipo Eficiência): O acompanhamento das metas físico-financeiras mensura os valores utilizados para a obtenção de materiais adquiridos (Radar SABER M60, sistema GEPARD e sistema do Míssil Baixa Altura Telecomandado) em relação ao total necessário para a aquisição proposta de um módulo mínimo de defesa antiaérea para as estruturas estratégicas terrestres e da Força Terrestre, quando do seu emprego.

Por decisão gerencial, o PEE DA Ae optou por constituir módulos que permitam o emprego mínimo de frações operacionais (Unidades de Emprego). Nesse sentido, houve a prioridade para a constituição das Seções de Artilharia Antiaéreas de Mísseis e para a Bateria de Artilharia Antiaérea de Canhões, iniciando-se, neste caso, pelo material GEPARD. Em seguida, os demais escalões (Bateria de Mísseis, Grupo de Artilharia Antiaérea e Brigada de Artilharia Antiaérea) serão contemplados com as aquisições e desenvolvimentos pertinentes.

Assim, este indicador visa a verificar e monitorar a porcentagem de recursos alocados especificamente para a aquisição dos Produtos de Defesa (PRODE) que efetivamente vão mobiliar as Unidades de Emprego e os demais escalões operativos do Sistema Antiaéreo. O objetivo maior é que este indicador sinalize a propriedade de alocação de recursos na principal finalidade do projeto.

- Valor total recebido e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto) – R\$ 83.992.830,00
- Valor alocado e executado para as obtenções de PRODE do Projeto – R\$ 83.064.982,08

=> Indicador de PRODE adquiridos: 98,89 %

Ainda neste aspecto, para fins de acompanhamento, obtenção de uma série histórica e aferição do planejamento, o PEE DA Ae julgou pertinente a comparação daquilo que foi planejado para execução e o que foi efetivamente realizado, depois das adaptações e reações a interveniências ocorridas no exercício financeiro:

- Valor planejado para obtenções: R\$ 79.074.987,14.
- Valor total recebido e executado (incluindo o gerenciamento do Projeto): R\$ 83.992.830,00.

Cumprindo o planejamento, os radares e COAAe adquiridos são fruto de desenvolvimento do Centro Tecnológico do Exército e fabricados por indústria nacional, bem como as viaturas 3/4 toneladas adquiridas, que também são de fabricação nacional. Os atuadores das Seções de Míssil Telecomandado e de Canhão Antiaéreo Autopropulsado (GEPARD) foram adquiridos no exterior e são de uso consagrado nos países de origem, atendendo aos requisitos do PEE DA Ae e às necessidades operacionais do Exército.

Alguns itens sofreram majoração de preços em relação ao planejamento inicial, tendo em vista a variação cambial e a oportunidade para aquisição de viaturas, uma vez que os descontingenciamentos ocorreram após vencimento do pregão dessas viaturas, o que ocasionou majoração de preços e demora na aquisição, tendo em vista a necessidade de conclusão do novo processo licitatório.

Entrega de capacidades (Tipo Efetividade): O PEE DA Ae deve ter como meta maior entregar para o Exército uma capacidade de AAe. Materializa-se esta capacidade com a entrega de um módulo que contemple os seguintes aspectos: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Emprego, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). O PEE DA Ae busca assegurar a efetividade com a composição dos módulos, pois são estes módulos que permitem o emprego real do sistema e que, portanto, configuraram-se como resultado concreto.

O indicador (i) mensura o total de módulos previstos no projeto, onde o valor planejado (P) é comparado aos módulos (E) que foram efetivamente entregues. Permite avaliar a efetividade do planejamento do gerenciamento do projeto. O menor módulo a ser considerado é a SecAAAeMsl, com todos os componentes que a caracterizam como unidade de emprego. No caso de canhão, o módulo é a BiaAAAe. Os demais módulos são os GAAAe e a BdaAAAe.

Tabela 48 - Indicadores de Monitoramento (Tipo Efetividade) do Projeto de Defesa Antiaérea

MÓDULOS	NECESSIDADE (N)	EXECUTADO (E)	% ATINGIDO (I)
Seção Artilharia Antiaérea de Míssil (SecAAAeMsl)	38	05	13,16%
Bateria de Míssil (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Canhão (GAAAe)	05	0	0,00%
Bateria de Artilharia Antiaérea (OrgBda)	09	0	0,00%
Grupo de Artilharia Antiaérea	05	0	0,00%
Brigada de Artilharia Antiaérea	01	0	0,00%

A análise do indicador, combinada com o controle de entregas, permite visualizar, no que se refere ao módulo mais simples (Seção de Artilharia Antiaérea de Míssil), que o PEE DA Ae já começou a entregar as capacidades pretendidas pela Força e necessita efetuar novas aquisições de sistemas de mísseis RBS 70 e remanejamento dos sistemas de mísseis IGLA existentes a fim de elevar rapidamente o citado índice. Isso se deve ao fato de que várias seções já possuem todos os demais sistemas necessários para constituírem-se em módulos de emprego e gerarem a capacidade, com exceção apenas do atuador (sistema de mísseis).

Outra análise que pode ser inferida é a necessidade de verticalização dos módulos, ou seja, o atendimento aos módulos mais complexos do que a Seção de míssil, tais como Bateria, Grupo e Brigada. Para isso, está planejada a contratação de empresa integradora nacional, com o propósito de desenvolver e fornecer os sistemas necessários para esses módulos, o que elevará consideravelmente os indicadores de efetividade do PEE DA Ae.

2.5.18 GUARANI

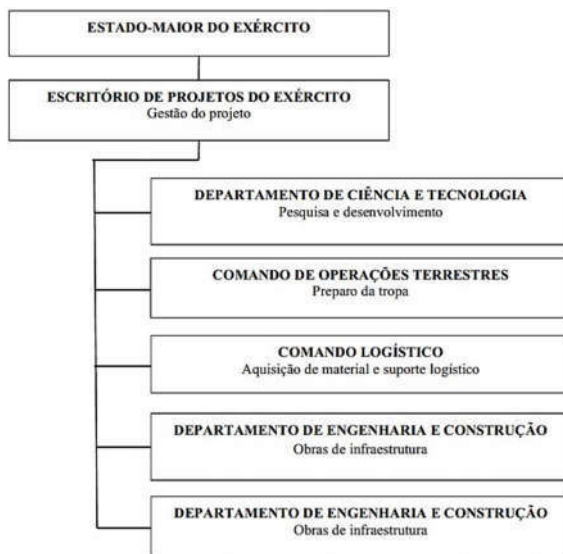
2.5.18.1 Descrição do Projeto

O Escopo do Projeto consiste na mecanização da Infantaria Motorizada e na modernização da Cavalaria Mecanizada. A justificativa baseia-se no fato de que os principais exércitos do mundo utilizam meios blindados e mecanizados nas suas tropas de Infantaria. Por outro lado, os blindados CASCAVEL e URUTU, em uso na Cavalaria Mecanizada, são projetos da década de 70 e se encontram obsoletos. O Projeto desenvolverá a Nova Família de Blindados de Rodas, nas versões 4X4, 6X6 e 8X8.

O primeiro veículo na versão 6X6, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal foi desenvolvida pelo EB em conjunto com a firma IVECO (Grupo Fiat), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O preço da versão básica do carro é de, aproximadamente, R\$ 3.187.820,20 por unidade. As 3 versões serão compostas por viaturas com diferentes configurações (transporte de pessoal, reconhecimento, comando e controle, socorro, ambulância, radar, lança mísseis, morteiro, etc). Os novos blindados apresentam tecnologia de ponta sendo 92% dos materiais de conteúdo nacional. O projeto foi incluído no PAC em 2014.

2.5.18.2 Organograma funcional

Organograma 12- Organograma funcional referente ao Projeto Guarani



2.5.18.3 Grupos de interesse

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional, ZF, HUTCHINSON, EUROAR, EUROELÉTRICA, CEMAÇO, ARES, OMINISYSTEEN, ALLTEC, IMBRA, CBC, ENGEPRON, GEOCONTROL.

2.5.18.4 Valor global estimado

O valor global estimado é de R\$ 21,4 bilhões, com previsão de aporte de R\$ 1,0 bilhão por ano de 2016 a 2035. Os Contratos têm índices de reajuste baseado no Índice de Preços ao Produtor, atividade 29.

2.5.18.5 Fontes de financiamento

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Tabela 49 - Fontes de Financiamento do Projeto Guarani (FINEP)

ANO	VALOR	OBJETO
2007 a 2010	R\$ 10.130.000,00	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal 6X6
2012 a 2018	R\$ 19.891.480,00	Viatura Blindada de Reconhecimento 8X8

2.5.18.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto nos últimos três anos

Tabela 50 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto Guarani (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2013	101,12	35,23	35,22
2014	64,30	31,46	7,33
2015	186,49	186,49	53,54

2.5.18.7 Acordos de Compensação

No Contrato 13/2012 do DCT com a ELBIT, empresa israelense, para a aquisição de 10 (dez) sistemas de armas automatizados com canhão 30mm existe cláusulas de compensação prevendo a capacitação de recursos humanos para a operação e manutenção dos sistemas, bem como, o fornecimento do canhão “stand alone” para o desenvolvimento da munição pela Companhia Brasileira de Cartuchos.

2.5.18.8 Estrutura de gestão e controle

Estado-Maior do Exército, por meio do Escritório de Projetos do Exército.

2.5.18.9 Diagnósticos acerca da performance

O Projeto vem tendo o seu cronograma reajustado anualmente em razão da carência de recursos. Além disso, o contingenciamento de recursos também tem levado à reprogramação das metas anuais. O Projeto tem seu cronograma baseado no Programa de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) no horizonte de 2012 a 2035.

Indicador de Desempenho: Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas.

Tabela 51 - Indicador de Desempenho do Projeto Guarani

DENOMINAÇÃO	Percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas
ÍNDICE DE REFERÊNCIA	-
ÍNDICE PREVISTO	12,9
ÍNDICE OBSERVADO	4,6
PERIODICIDADE	semestral
FÓRMULA	(Nr de Vtr adquiridas) / (Nr de previstas a serem adquiridas) x 100

Descrição do Indicador: mede o percentual de viaturas adquiridas da Nova Família de Blindados de Rodas no período previsto de execução do projeto de 2013 a 2035.

Interpretações Possíveis: o índice observado de 4,6% ficou muito abaixo da meta prevista de 12,9% em razão do volume de recursos previstos na LOA desde o início do projeto. Tal aspecto indica a tendência de o objetivo do projeto somente ser atingido no ano 2122, quando o previsto é 2035.

Tabela 52 -Faixa de Aceitação - valores desejáveis alcançados e vinculados às metas propostas do Projeto Guarani

ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL	ANO	PERCENTUAL
2012	4,3	2020	38,7	2029	73,1
2013	8,6	2021	43	2030	77,4
2014	12,9	2022	47,3	2031	81,7
2015	17,2	2023	51,6	2032	86
2016	21,5	2024	55,9	2033	90,3
2017	25,8	2025	60,2	2034	94,6
2018	30,1	2026	64,5	2035	100
2019	34,4	2027	68,8		

Tabela 53 - Evolução do Indicador de Desempenho do Projeto Guarani

ANO	QUANTIDADE VTR ADQUIRIDAS	ÍNDICE MEDIDO	META	OBSERVAÇÃO
-----	---------------------------	---------------	------	------------

2007	16			Contrato 01/2007 DCT
2012	86	2,8	4,3	Contrato 15/2012 DCT
2013	26	3,5	8,6	Contrato 15/2013 DCT
2014	60	4,6	12,9	Contrato 20/2014 DCT

2.5.19 OCOP

2.5.19.1 Descrição do Projeto

O Projeto Estratégico do Exército “*Obtenção da Capacidade Operacional Plena*” – OCOP trata das necessidades de Material de Emprego Militar para atender a demanda de todas as Organizações Militares Operacionais com a finalidade de obter as capacidades necessárias para o adestramento e emprego da Força Terrestre, modernizando materiais e sistemas de armas e agregando inovações tecnológicas.

É um Projeto que impacta o desenvolvimento da indústria nacional de defesa devido a diversidade de equipamentos envolvidos. O Projeto inicialmente começou com o PEE Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) para um período de 2012 a 2022. Este ano o projeto está se transformando em PEE Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) para um período de 2015 a 2035.

Sua meta básica é dotar as unidades operacionais com no mínimo de 80% de material de emprego militar moderno, previsto nos Quadros de Dotação de Material das referidas organizações, para atingir um nível mínimo de prontidão e operacionalidade. A implantação de novas tecnologias dos sistemas de armas e logísticos vai obter um forte impacto no campo de batalha e na geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID).

Seus principais produtos foram referentes a aquisições e modernização de viaturas operacionais, obtenção de munição, fabricação de fuzis e morteiros pela indústria bélica nacional, aquisição de mísseis IGLA, VANT, modernização de aparelhos de visão e pontaria, melhoria da infraestrutura e dos meios de embarcações da Amazônia, modernização e revitalização dos blindados M-113, substituição de equipamentos rádio por meios mais modernos, manutenção de viaturas autopropulsadas de artilharia M 109 A5, manutenção de pontes de engenharia e aquisição de um posto de triagem de saúde de campanha, tudo no intuito de permitir à Força Terrestre aumentar sua capacidade dissuasória e operativa em regiões de interesse estratégico do Brasil.

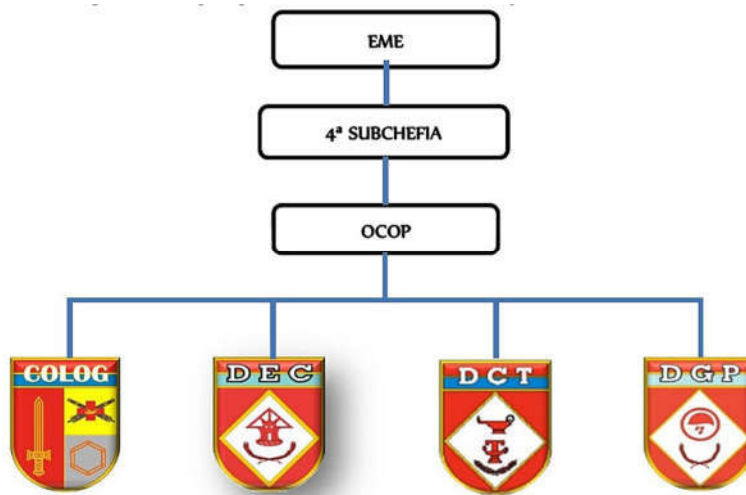
2.5.19.2 Organograma funcional

O Projeto OCOP se encontra na 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), tendo como gerente o oficial general Chefe da 4ª Subchefia do EME. Possui atualmente 19 subprojetos, com seus gerentes distribuídos dentro do EME, Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal. As Unidades Gestoras na execução do projeto são o Comando Logístico (COLOG), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

Os subprojetos integrantes são os seguintes: Viaturas Não Blindadas e Especializadas(COLOG), Munição(COLOG), Armamento(COLOG), Equipamentos de Visão e Pontaria(COLOG), Embarcações(DEC), Manutenção e Recuperação de Blindados(COLOG), Material de Estacionamento, Aero-terrestre, Equipamento Individual e Fardamento (COLOG), Aquisição de Suprimento, Ferramental e Manutenção de Meios(COLOG), Material de Guerra Eletrônica e Comunicações (DCT), Artilharia

de Campanha (COLOG), Recuperação de Aeronaves (COLOG), Adestramento da Aviação do Exército (COLOG), Material de Engenharia de Combate (DEC), Material de Saúde de Campanha (DGP), Ração Operacional (COLOG), Combustíveis e Lubrificantes (COLOG), Adestramento da Força Terrestre (COLOG, DEC e DCT), DQBRN (COLOG), Combatente Brasileiro do Futuro (COBRA) (COLOG, DCT e DGP),

Organograma 13- Organograma funcional referente ao Projeto OCOP



2.5.19.3 Grupos de Interesse

A implantação de novas tecnologias aos sistemas de armas e logísticos do Exército Brasileiro vem impactando a geração de emprego e renda em toda a cadeia produtiva da base industrial de defesa (BID). A aquisição de mais de 6.000 viaturas militares no mercado nacional impactou muito as indústrias automobilísticas, sendo que ainda há uma grande demanda de viaturas abaixo de 1,5 Ton da indústria nacional, tais como viaturas ambulâncias e outras.

O desenvolvimento e a aquisição de um sistema VANT HORUS 100, já provocou a exportação deste produto para outro país. O desenvolvimento do míssil MSS 1.2 está em sua fase final e há interessados no referido produto. A expertise na modernização da viatura blindada URUTU e CASCAVEL está chamando a atenção de outros países que já mostraram interesse no projeto.

A Universidade de Brasília está desenvolvendo um programa de controle de materiais de emprego militar em conjunto com a equipe do projeto. O projeto financiou e apoiou o início do desenvolvimento da munição calibre 30 mm para canhões da viatura blindada 6x6 GUARANI, sendo que o primeiro lote deve ser entregue este ano com grandes possibilidades de vendas para o exterior.

As empresas CBC e TAURUS estão entregando novos armamentos para testes, no Centro de Avaliação do Exército, depois do projeto ter adquirido mais de 3.000 novas armas. Três empresas brasileiras estão entregando embarcações de combate, de pequeno porte, para avaliações no Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, depois do projeto ter adquirido o lote inicial de 22 lanchas de combate Guardian 25 no exterior, pois na época da aquisição não havia fabricação de lanchas similares no Brasil.

É mantida a linha de produção de paraquedas no Brasil pelas aquisições feitas pelo projeto. A empresa também exporta para outros países da América do Sul. A indústria nacional produziu passadeiras de engenharia, pela primeira vez no Brasil. O projeto de fabricação de morteiros calibre 120mm, 81mm

e 60 mm conduzido pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro vem empenhando no mínimo 5 empresas para sua produção.

O Subprojeto Material de Guerra Eletrônica e Comunicações já provocou a nacionalização e fabricação de uma nova linha de rádios no Brasil, por exemplo o rádio TPP 1.400 da IMBEL. As Federações de Indústria, principalmente a de São Paulo (FIESP), estão muito interessadas no projeto pelos investimentos feitos até o presente momento. A diversidade de equipamentos adquiridos causa interesse na Defesa Civil devido à grande dualidade do emprego dos materiais adquiridos.

2.5.19.4 Valor global estimado

O Projeto inicialmente começou com o PEE Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP) para um período de 2012 a 2022, com um valor estimado de R\$ 11.403.000.000,00. Em 2015 o projeto está se transformando em PEE Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) para um período de 2015 a 2035, com o valor estimado de R\$ 30.155.300.000,00.

2.5.19.5 Fontes de financiamento

Até a presente data as fontes de recursos foram R\$ 1.451.152.000,00 do PAC equipamentos 2012, referente a lei 12.729 de 2012, e recursos da LOA Exército Brasileiro, no valor de R\$ 523.501.053,66.

2.5.19.6 Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do Projeto em 2015:

Tabela 54 - Valores empenhados, liquidados e pagos no âmbito do OCOP (R\$ milhões)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012 a 2014	1.974,65	1.877,93	1.871,43
2015	142,21	123,77	85,99

2.5.19.7 Acordos de Compensação

Não foram firmados, até a presente data, acordos de compensação.

2.5.19.8 Estrutura de gestão e controle

O projeto se utiliza, inicialmente, da estrutura de gestão e controle orçamentário da 4ª Subchefia do EME e da estrutura de controle de entregas dos órgãos de Direção Setorial (Comando Logístico, Departamento de Engenharia e Construção, Departamento de Ciência e Tecnologia e Departamento-Geral do Pessoal).

2.5.19.9 Diagnósticos acerca da performance

A variação dos custos, inflação de 2 % ao ano, foi embutida no projeto. Existe boa parte de equipamentos adquiridos no exterior e enquanto a Indústria Nacional de Defesa não desenvolve ou nacionaliza produtos com as mesmas características, o orçamento para atender as necessidades destes materiais fica à mercê da variação cambial do dólar.

Os cálculos iniciais levaram em conta a referida moeda valendo R\$ 2,90 o dólar. Há previsão que os valores sejam recalculados a cada 2 anos. Os prazos das entregas dependem da velocidade da produção da indústria nacional o que, até a presente data, foram realizadas dentro do planejado.

Os equipamentos e sistemas adquiridos no exterior, em cerca de 35 % das entregas, chegam fora do prazo previsto, devido as demandas dos conflitos internacionais que tem prioridade em se tratando das aquisições brasileiras, mas não tem impactado negativamente no projeto.

O escopo do projeto não tem sido cumprido na quantidade de equipamentos e sistemas de armas a serem desenvolvidos na Indústria Nacional de Defesa e nos montantes das aquisições a serem realizadas devido aos recursos alocados anualmente serem em torno de 17% das necessidades do projeto. A execução do projeto até a presente data encontra-se conforme tabela abaixo:

Tabela 55 - Evolução do Percentual de Execução do Projeto OCOP

	INVESTIMENTOS PREVISTOS 2012-2035	INVESTIMENTOS EMPENHADOS 2012- 2015	% DA EXECUÇÃO
1 Modernização da frota de viaturas	5.559.200.000,00	1.533.014.387,09	27,58
2 Aquisição e distribuição de munição letal e não letal	710.540.000,00	76.415.487,38	10,75
3 Aquisição e manutenção de armamento	2.425.940.000,00	67.800.342,45	2,79
4 Aquisição e manutenção do equipamento de visão e pontaria	388.720.000,00	19.140.399,32	4,92
5 Aquisição, modernização e manutenção de embarcações	2.616.560.000,00	40.384.550,75	1,54
6 Manutenção e recuperação de blindados	1.570.860.000,00	115.579.475,47	7,36
7 Aquisição de Material de Estacionamento, Material Aeroterrestre, Equipamento Individual e Fardamento.	1.639.550.000,00	13.724.466,46	0,84
8 Aquisição de Suprimento, Ferramental e Manutenção dos Meios	150.100.000,00	3.005.031,77	2,00
9 Aquisição de material de Comunicação e Guerra Eletrônica	1.430.380.000,00	20.376.814,87	1,42
10 Aquisição de Material, Manutenção e modernização da Artilharia de Campanha	1.761.970.000,00	67.398.181,81	3,83
11 Recuperação de aeronaves	8.877.600.000,00	1.802.176,33	0,02
12 Aquisição de Suprimento e contratação de serviços de Manutenção para atender o Adestramento da Aviação do Exército	0,00	0,00	0,00
13 Aquisição e Manutenção do Material de Engenharia e Combate	1.926.740.000,00	13.397.618,11	0,70
14 Aquisição e Manutenção do Material de Saúde e Campanha	302.440.000,00	2.115.290,85	0,70
15 Aquisição de Ração Operacional	23.550.000,00	0,00	0,00
16 Aquisição e estocagem de combustíveis e lubrificantes	82.700.000,00	0,00	0,00
17 Aquisição e desenvolvimento de programas e construção de instalações para apoiar o adestramento da Força Terrestre	224.150.000,00	450.000,00	0,20
18 DQBRN	350.300.000,00	48.831,00	0,01
19 COBRA	114.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	30.155.300.000,00	1.974.653.053,66	6,55

3. GOVERNANÇA

A governança da SG se apresenta provendo direcionamento, monitoramento, supervisão e avaliação da atuação da gestão que é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos colocados à disposição para a consecução dos objetivos.

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Tomando por base os organogramas do MD e da SG explicitados no item 2.1, no âmbito da SG, considerando todas as suas subunidades subordinadas (mesmo as que não são UPC), o sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem em prol da boa gestão. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, o fluxo de informações e o comportamento de servidores envolvidos direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Embora vinculadas diretamente ao Ministro da Defesa, a Ouvidoria e a Secretaria de Controle Interno (CISSET), atuam como instâncias de apoio ao sistema de governança da SG, responsáveis, em suas respectivas áreas de atuação, pela fiscalização, pelo controle e pela detecção de disfunções identificadas, afora o importante papel de manter o relacionamento direto com as instâncias externas de governança.

No que se refere às instâncias internas de governança, a SG, como órgão de direção geral, atua como administração executiva, se pautando por três funções básicas, alinhadas às tarefas sugeridas pela ISO/IEC 38500:2008:

- a) avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;
- b) direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e
- c) monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Complementando a atuação da SG, contribuem para a boa governança da organização, a gestão tática, exercida pelos secretários e outros dirigentes de igual nível, responsáveis por coordenar a atuação operacional em áreas específicas e a gestão operacional, conduzida pelos diretores e gerentes, responsáveis pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio.

Por fim, no tocante à base normativa das instâncias internas de governança, a partir da detecção de que a organização, formalmente, ainda não define e comunica papéis e responsabilidades para a governança corporativa, nem tão pouco, dispõe de um comitê de direção estratégica que auxilie nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional, a SG, em conjunto com a CISSET, iniciou o planejamento para implementar mecanismos de liderança, estratégia e controle, baseados nas boas práticas do "Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública".

3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do Departamento de Administração Interna (DEADI), conforme com o disposto no inciso IV do art. 30 do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 01/04/13.

Para tanto, o órgão conta com uma assessoria que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como auxilia o Diretor na tomada de decisões. No caso de servidores militares, os processos disciplinares também são desenvolvidos no âmbito do Departamento, porém, a aplicação de penalidades é de competência das autoridades militares colocadas à disposição da Administração Central.

Assim, a sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores da unidade, bem como a condução dos processos administrativos disciplinares obedecem aos ditames da Lei 8.112/90 e a decisão da autoridade instauradora é precedida de competente parecer jurídico da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

No exercício, todas as informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito do Departamento de Administração Interna foram inseridas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), sendo observados os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/07.

No ano de 2015 as principais ocorrências foram apuradas mediante a instauração de três sindicâncias investigativas e de dois processos administrativos disciplinares, sendo adotadas as seguintes providências:

1) Sindicância Investigativa (NUP 60585.001947/2015-21)

ASSUNTO: Apurar os fatos relatados Memorando no 293/COSEG/GEPOS/DEADI/SE-ORI/SG/MD, de 4 de maio de 2015 e seus anexos, acerca do sinistro ocorrido no sétimo andar do edifício sede deste Ministério, a fim de determinar as circunstâncias e possíveis responsabilidades pelo ocorrido.

SITUAÇÃO: Encerrado

PROVIDÊNCIAS: Não foram encontrados indícios da ocorrência de crime ou contravenção penal, transgressão disciplinar por parte de nenhum agente público ou qualquer outra situação ampliativa ou restritiva de direitos, sendo determinada a implementação das seguintes medidas: adoção de mecanismos de sistemas de proteção contra Incêndio e pânico, em atendimento ao contido no laudo pericial de incêndio nº 187/2015, seguindo o previsto na norma técnica nº 01/2002 do CBMDF; elaboração de um projeto contra incêndio; aquisição de materiais para a Brigada de Incêndio do MD; aumento do efetivo de brigadistas voluntários devidamente treinados; viabilização de um horário noturno para que sejam desligados os circuitos elétricos; realização periódica de revisão nas instalações elétricas do bloco “Q” e do anexo ao bloco “O”, com vistas à detecção de curtos circuitos e fugas de corrente; e reativação do sistema de detecção de fumaça.

2) Sindicância Investigativa (NUP 60230.000676/2015-14)

ASSUNTO: Proceder às averiguações necessárias à apuração e esclarecimento dos fatos relatados no Memorando no 448/SC-2/CHOC/EMCFA-MD, de 31 de agosto de 2015.

SITUAÇÃO: Encerrado

PROVIDÊNCIAS: Não foram encontrados indícios da ocorrência de crime, contravenção penal ou violação de regulamento disciplinar por parte de nenhum agente público

lotado nesse Ministério, sendo encaminhada cópias dos autos à Agência Brasileira de Inteligência, conforme sugerido no Parecer no 00857/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 12 de novembro de 2015.

3) Sindicância Investigativa (NUP 60530.000790/2015-51)

ASSUNTO: Identificar a localização do processo NUP 60000.020093/2011-81, bem como o possível responsável pelo suposto extravio.

SITUAÇÃO: Em andamento

PROVIDÊNCIAS: Já se encontra na Coordenadoria Geral Processos Administrativos.

4) Processo Administrativo Disciplinar (NUP 60580.000516/2015-97)

ASSUNTO: Apuração da responsabilidade de servidor apontado no nº 6 do Relatório da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar NUP 60010.001082/2014-26, item 197, do Parecer nº 00524/2015/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 24 de julho de 2015

SITUAÇÃO: Encerrado

PROVIDÊNCIAS: Encontra-se com a CONJUR/MD para a emissão de parecer jurídico quanto à legalidade e juridicidade do procedimento, com análise do relatório da Comissão.

5) Processo Administrativo Disciplinar (NUP 60580.000547/2015-48)

ASSUNTO: Apuração de responsabilidade da servidora apontada no nº 2.6.1, itens II e III do nº 2.6.4.3 e 2.6.7.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício de 2014, da Secretaria de Organização Institucional (SEORI), emitido pela Secretaria de Controle Interno-MD.

SITUAÇÃO: Em andamento

PROVIDÊNCIAS: Julgar a servidora envolvida, isenta de responsabilidade e pena; publicação do julgamento em boletim de pessoal e serviço deste Ministério e registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD); Determinado que a Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC) adote sistemática interna para que o pregoeiro não acumule funções em relação ao mesmo procedimento licitatório, em respeito ao princípio da segregação de funções, conforme vem sendo exigido pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos nos 2.892/2015 Plenário e 3.381/2013 Plenário); arquivamento dos autos na Gerência de Gestão de Pessoas.

3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos é um elemento essencial para a boa governança corporativa, mas o retardo, já explicitado no item 2.1 (Planejamento organizacional), sobre a emissão da Política Setorial de Defesa (PSD) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), as quais consolidam os Objetivos e as Ações Setoriais de Defesa que orientam a confecção dos planos setoriais do MD, teve como uma de suas sérias consequências provocar o adiamento para o corrente ano, do início do processo de implementação de diversas práticas de governança, sobretudo as relacionadas aos mecanismos controle (gestão de riscos e controle interno).

O fato motivador está na dependência de se ter que estabelecer a estratégia da organização (missão, visão, valores, objetivos estratégicos e metas) para se constituir as práticas relacionadas a gestão de riscos e controle interno. Assim, optou-se por retardar a implementação das práticas de gestão de riscos para este ano, após a emissão do plano setorial, com base em modelos de referência, em especial o COSO ERM e a ISO 31000 e tomando por base a metodologia de implantação do modelo GRCorp/IBGC, em parceria com a Ciset.

Contudo, algumas iniciativas importantes foram conduzidas no âmbito da Secretaria-Geral, no sentido de se avaliar e propor aperfeiçoamentos necessários aos instrumentos de gestão relacionados aos controles administrativos e indicadores de desempenho.

Uma delas ocorreu no âmbito da Secretaria de Organização Institucional (SEORI), notadamente com a publicação da Instrução Normativa nº 8/SEORI de 29 de outubro de 2015. Este trabalho foi o resultado da instituição de um Grupo de Trabalho para tratar as fragilidades apontadas pela Ciset em seu Relatório de Auditoria de 2014, que evidenciou a “ausência de informação sobre os controles internos mantidos pela unidade voltados a assegurar a regular aplicação dos recursos geridos”.

A publicação da norma ocorreu ao final do exercício, motivo pelo qual apenas foi possível identificar os controles internos administrativos mais relevantes no âmbito da SEORI e o grau de suficiência destes quanto ao controle e mitigação de riscos. Tais mecanismos de gestão serão objeto de acompanhamento ao longo de 2016, com vistas a alcançar o nível de controle desejado.

Outra iniciativa que merece ser destacada foi conduzida pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), a partir da publicação da Portaria nº 847/SEPROD/SG/MD, de 10 de abril de 2015, que aprovou os procedimentos de controle interno para o gerenciamento da aplicação de recursos orçamentários e a avaliação do cumprimento dos objetivos institucionais e das metas previstas no Plano Plurianual (PPA).

Ambos os instrumentos serão considerados quando do estabelecimento da estratégia da organização, uma vez que já resultam da reflexão das Secretarias sobre as boas as práticas relacionadas a gestão de riscos e controle interno.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste tópico são apresentadas as estruturas que garantem canais de comunicação do cidadão com o MD para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como dos mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela Ministério da Defesa.

4.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

4.1.1 Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

A Assessoria de Comunicação do MD tem a missão institucional de aproximar o MD junto à Sociedade através da divulgação de atividades institucionais e ações ministeriais. Sua atuação é proativa e reativa em relação ao que é divulgado pela mídia, sugerindo e apoiando várias pautas, respondendo a questionamentos e demandas dos meios de comunicação, colaborando na intermediação entre meios de comunicação e fontes da área da Defesa em torno de assuntos específicos (segurança e participação de atletas militares nos Jogos Olímpicos, indústria de defesa, ação de apoio à população etc.) e em 2015, isso se refletiu na cobertura dos meios de comunicação.

O acesso ao site da Defesa pode ser feito por vários meios. A principal forma e a mais utilizada é por meio de seu endereço (www.defesa.gov.br).

Através da página oficial do MD o cidadão tem acesso a uma grande quantidade de informações referentes à pasta. Serviço Militar, programas sociais como o Soldado Cidadão, Calha Norte são assuntos com grande aceitação por parte da população. Mas o conteúdo do Ministério não para por aí. Pode-se encontrar instituições de ensino, de pesquisa e estudos estratégicos, bem como concurso de monografias, congressos, concursos e outros. Já na área de indústria de Defesa são abordados temas como o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa, Lei de Fomento a Base Industrial de Defesa. Outros temas como relações internacionais, ciência e tecnologia, legislação são muito relevantes.

Os conteúdos voltados para a área militar (mobilização, exercícios e operações Forças Armadas) são visitados com mais frequência, contribuindo para a transparência pública, exigida pela Lei de Acesso a Informação e os dados são disponibilizados para a sociedade, de forma a facilitar a democratização das políticas públicas.

Outros meios de acesso à página eletrônica da Defesa são pelas redes sociais (Facebook, Twitter, Flickr, Youtube, Instagran, Soundcloud, Tumblr e Slideshare) aderidas pelo órgão, links nas páginas do Governo Federal, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e Força Aérea, Hospital das Forças Armadas, Centro Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia e Escola Superior de Guerra, além de outros sítios que disponibilizam informações correlacionados a pasta.

Por intermédio das mídias sociais o MD busca interagir diretamente com o cidadão. As perguntas cujas respostas já constam em banco de dados são retornadas em até uma hora, durante o horário comercial. Em caso de perguntas que necessitam uma consulta técnica, é enviada uma resposta para o usuário informando que será necessário um tempo para a resposta e só após a obtenção da resposta, ela é enviada ao requisitante. Com isso se alcança uma parcela importante da população que deseja obter informações e se manter atualizados sobre ações relativas à Defesa.

O Facebook concentra informações mais apuradas, com fotos e vídeos editados e que muitas vezes remetem a links externos, como o portal do MD e sítios do Governo. O Instagram é utilizado para o compartilhamento de fotos e vídeos relacionados às atividades da Pasta e das Forças Armadas e o

Twitter é uma rede utilizada para publicações de matérias do dia a dia, notícias do momento, como coletivas de imprensa, acompanhamento de visitas, reuniões.

A comunicação institucional tem por objetivo o estabelecimento de relações duradouras com o seu público. Isso é possível por meio de ações personalizadas e segmentadas, tomando como base as necessidades das áreas e programas da instituição. Neste flanco destaca-se as publicações organizacionais e os vídeos institucionais que são instrumentos da comunicação institucional utilizadas tanto para o público interno quanto para o externo.

As publicações organizacionais para o público externo combatem o desconhecimento a respeito do órgão e promovem a integração entre os públicos ligados a ele. Já internamente fortalecem o espírito de solidariedade, promovem certos ideais (estímulo, companheirismo, ensinamento, dedicação etc.), além de divulgar as ações e programas, muitas vezes pouco conhecidos, ou até mesmo desconhecidos, pelo público interno. Já os vídeos institucionais, atingem os mesmos objetivos, mas com linguagem diferente. A Promoção Institucional também confecciona enxovais gráficos para eventos e programas, sempre com o intuito de dar conhecimento à sociedade a respeito de suas ações. Foram atividades realizadas como promoção Institucional em 2015:

- Publicação institucional sobre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam);
- Publicação institucional sobre os produtos estratégicos da indústria nacional de defesa;
- Layout e programação visual do estande do MD na Feira Internacional de Produtos de Defesa (LAAD 2015);
- Revista do Projeto Rondon (programa social do MD);
- Exposição comemorativa dos 30 anos do Programa Calha Norte (programa social do MD);
- Publicação institucional sobre o Calha Norte;
- Enxoval gráfico (banners, cartazes, pastas, blocos, folders etc) e desenvolvimento de nova marca para o Calha Norte;
- Press-kit temático sobre os Jogos Mundiais Militares na Coreia do Sul;
- Elaboração de novas marcas para o Departamento de Ensino do MD (Curso de Extensão em Defesa Nacional, Concurso de Dissertação e Teses, Congresso Acadêmico, Concurso de Monografias e Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa – Pró-Defesa);
- Vídeo institucional sobre a Base Industrial de Defesa brasileira;
- Enxoval gráfico alusivo ao Dia Mundial dos Peacekeepers;
- Enxoval gráfico e campanha de e-mail marketing sobre o novo Sistema Eletrônico de Informação (SEI), instituído em todo o governo federal;
- Enxoval gráfico e campanha de e-mail marketing sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES), instituído em todo o governo federal;
- Peças gráficas para comemorar os 5 anos do EMCFA; e
- Enxoval gráfico para Seminário Sul-Americano de Medicina Operacional.

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa (SIC-MD) está à disposição da sociedade para atender todas as demandas com base na Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação). Seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Esplanada dos Ministérios, Bl. Q, 1º andar, sala 155.

Em 2015, o SIC-MD recebeu para tratamento 818 pedidos de acesso à informação, dos quais 497 foram reencaminhados a diversos órgãos da Administração Federal e aos Comandos Militares por não se tratarem de assuntos afetos à administração central deste Ministério. Assim, dos 321 pedidos respondidos, 260 tiveram o pedido de acesso concedido sendo que os demais tiveram o seguinte tratamento:

- a) em 17, o Órgão não tinha competência para atender ao pedido;
- b) em 15, não se tratavam de solicitação de informação;
- c) em 13, tiveram o acesso negado;
- d) em 8, tiveram o acesso parcialmente concedido;
- e) em 6, a informação era inexistente;
- f) em 2, a pergunta foi considerada duplicada/repetida.

Todos os 321 pedidos de informação e as 34 correspondências eletrônicas de pedido de acesso à informação por meio do endereço eletrônico sic@defesa.gov.br, foram respondidos e houve a realização de 20 atendimentos presenciais com as devidas instruções.

Das solicitações apresentadas, foi interposto apenas um recurso em grau de 3ª instância (Controladoria-Geral da União), sendo que este mesmo pedido seguiu para a 4ª instância (Comissão Mista de Reavaliação de Informações).

A partir do exercício de 2016 serão mensurados os dois indicadores de desempenho criados para o SIC-MD, que possibilitarão avaliar a eficácia do serviço prestado ao mensurar o tempo médio de resposta aos pedidos de informação apresentados e a satisfação do usuário em face da resposta oferecida, considerando a incidência de recursos apresentados. Com isso será possível não somente mensurar o grau de satisfação do cidadão-usuário, como também analisar eventuais discrepâncias entre o que foi previsto e o que efetivamente alcançado.

4.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do Ministério da Defesa (CSC/MD) foi instituída por meio da Portaria Normativa nº 1.690/MD, de 05/08/15, nos termos do Decreto nº 6.932, de 11/08/2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento ao público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, e institui a “Carta de Serviços ao Cidadão”.

A referida Portaria Normativa também estabeleceu as diretrizes para sua elaboração, atualização e publicização. Assim, a Carta disponibiliza informações relacionadas:

- aos serviços oferecidos pelo MD;
- aos requisitos, documentos e informações necessários para acessar os serviços;
- às principais etapas para processamento dos serviços;
- ao prazo máximo para prestação dos serviços;
- à forma de prestação dos serviços;

- às formas de comunicação com o solicitante do serviço; e
- aos locais e às formas de acessar os serviços.

A Carta de Serviços ao Cidadão do MD encontra-se disponibilizada na página da internet do MD, no endereço eletrônico:

http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidadao.pdf

4.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

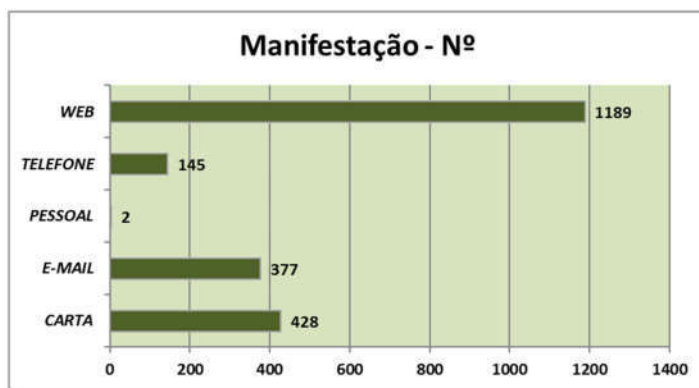
As informações referentes à atuação do MD estão disponíveis para acesso público junto ao portal do MD, no sítio <http://www.defesa.gov.br>, onde qualquer cidadão pode obter informações sobre a atuação do Órgão, seu organograma, as principais autoridades e suas respectivas agendas, conteúdos em geral e o SIC, cujo acesso pode ser feito pelo sítio <http://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao>.

Como forma de assegurar a transparência da gestão, o MD disponibiliza (<http://www.defesa.gov.br/auditoria>) informações sobre os trabalhos de auditoria e outras ações de controle são realizados pela sua Secretaria de Controle Interno (Ciset-MD).

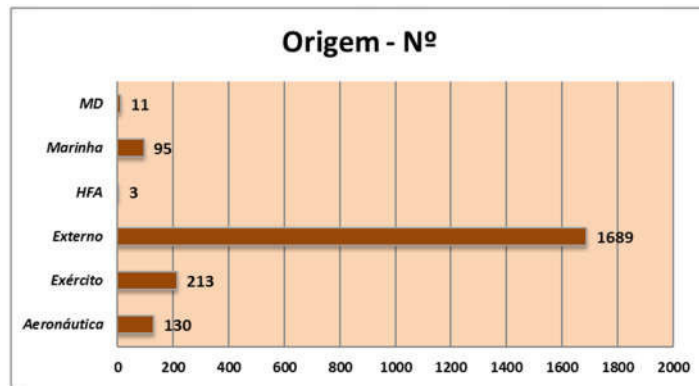
Outro mecanismo de transparência das informações se dá pela atuação da Ouvidoria do MD, criada em 2013, por intermédio do Dec. Lei nº 7.974, de 01/04/13, com o objetivo principal, receber e processar: reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias entre outros, sobre as atividades de órgãos, instituições e entidades vinculadas ao MD.

No ano de 2015, a Ouvidoria registrou um total de 2.141 manifestações no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sendo o uso do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) com 1189 registros (55% do total), a forma mais utilizada para registro de manifestação, conforme detalhado nos quadros abaixo:

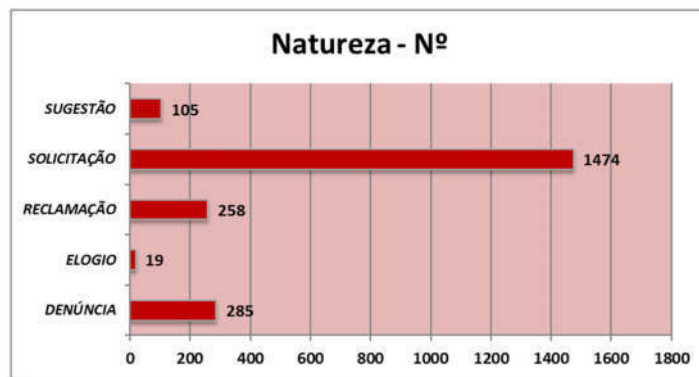
Quadro 7- Registro de Manifestações Ouvidoria



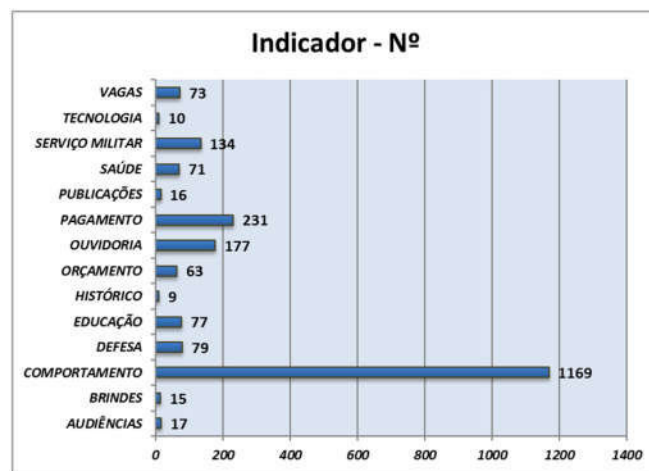
Quadro 8-Origem das Manifestações Ouvidoria



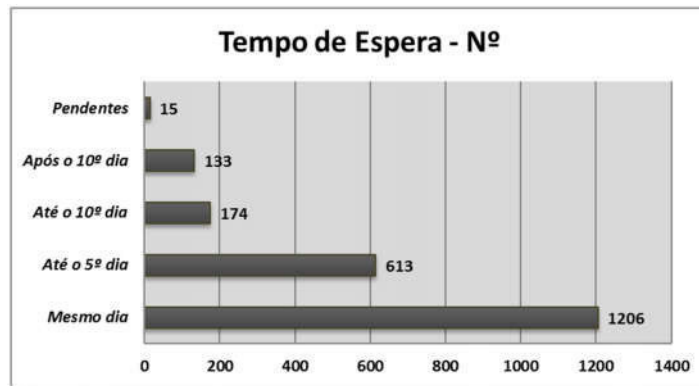
Quadro 9- Natureza das Manifestações Ouvidoria



Quadro 10- Temática das Manifestações Ouvidoria



Quadro 11- Tempo de Resposta Ouvidoria



Ao final do ano de 2015, das 2.141 demandas recebidas, 56,3% foram resolvidas no mesmo dia; 28,6% até o 5º dia; 8,1% até o 10º dia; 6,2% após o 10º dia; e 0,7% ficaram pendentes aguardando o retorno das áreas responsáveis e dos Órgãos vinculados.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Decorrente da implantação do novo Modelo de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, voltado para convergir as práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 2015 entrou em vigor o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 6ª edição), que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade (o patrimônio) e buscam a convergência aos padrões internacionais, observando sempre a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa, define em seu art. 2º, incisos I a VI, os órgãos e unidades que o integram e dessas, as unidades gestoras que realizam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Defesa são:

Quadro 12- Unidades Gestoras que realizam execução orçamentária

UG	DESCRIÇÃO
110402	Escola Superior de Guerra
110404	Departamento de Administração Interna-MD
110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
110511	Centro Gestor Operacional do Sistema de Proteção Amazônia
110572	Centro Regional de Porto Velho
110573	Centro Regional de Manaus
110586	Centro Regional de Belém
110594	Departamento do Programa Calha Norte
111415	Fundo do Ministério da Defesa
112408	Hospital das Forças Armadas
113413	Fundo do Serviço Militar

A Divisão de Contabilidade, na qualidade de órgão setorial contábil do Ministério da Defesa, coordenou as ações necessárias para adequação às normas contábeis e acompanhou, em 2015, a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras executoras. Dentre outros, destacam-se as seguintes ações adotadas ao longo de 2015:

- Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- Acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da depreciação, amortização e exaustão; e
- Análise das demonstrações contábeis.

Em 2015, as disponibilidades do MD passaram de R\$ 361.687.201,88 (2014) para R\$ 67.946.458,76 (2015), verificando-se um decréscimo de R\$ 293.740.743,12.

Tabela 56 - Somatório das UG

DESCRIÇÃO	VALORES
Saldo do Exercício Anterior – 2014	361.687.201,88
Ordinárias	565.754.235,68

Vinculadas		2.165.960.748,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(-)	6.958.964,96
Transferências Financeiras Recebidas		75.832.231.731,85
Recebimentos Extra-Orçamentários		419.246.838,59
(-) Despesas Orçamentárias	(-)	1.022.648.954,02
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(-)	75.258.574.673,76
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Restos a Pagar	(-)	2.982.220.589,66
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Depósitos Restituíveis		6.531.115,83
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro		67.946.458,76¹

Fonte: Siafi 2015 (1 Somatório das UG 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais 110572, 110573 e 110586, apresentam as contas separadamente)

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. A receita sob o enfoque patrimonial é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa sob o enfoque patrimonial é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que despesa e receita, sob o enfoque patrimonial, não se confundem com os seus correlatos orçamentários.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do MD, temos um valor expressivo de transferências e delegações recebidas e valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos. Nas variações patrimoniais diminutivas aparecem as transferências e delegações concedidas; desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos; as despesas com pessoal e encargos; bem como demais despesas que apresentam outros valores. O resultado patrimonial acumulado em 31/12/2015 do Órgão correspondeu a um déficit de R\$ 69.372.998,48.

Tabela 57 - Resultado Patrimonial

DESCRIÇÃO	VALORES
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	77.238.514.187,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	2.963.789,85
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.227.113,66
Transferências e Delegações recebidas	75.866.213.299,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.272.664.050,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16.047.397,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	79.398.535,90
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	77.307.887.185,67
Pessoal e Encargos	204.955.018,07
Benefícios Previdenciários	37.756.908,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	107.872.672,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.434,53
Transferências e Delegações concedidas	75.399.942.358,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.512.063.693,09
Tributárias	30.870,18
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	45.237.230,34
RESULTADO PATRIMONIAL (VPA - VPD)	-69.372.998,48¹

Fonte: Siafi 2015 (1 Somatório das UG 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais 110572, 110573 e 110586 apresentam as contas separadamente)

O Patrimônio Líquido acumulado do MD até 31/12/2015 corresponde a R\$ 709.525.875,83, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

Tabela 58 - Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	VALORES
Patrimônio Líquido em 31/12/2014	778.898.874,30
Resultado Patrimonial	-69.372.998,47
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2015	709.525.875,83¹

Fonte: Siafi 2015 (1 Somatório das UG 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais 110572, 110573 e 110586 apresentam as contas separadamente)

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O saldo patrimonial consolidado do MD em 31/12/2015, corresponde a um ativo real líquido de R\$ 709.525.875,83. Na tabela a seguir, é apresentada a composição consolidada do ativo circulante e não circulante; e passivo circulante e não circulante do Órgão:

Tabela 59 - Ativos e Passivos (Circulante e Não Circulante)

DESCRIÇÃO	VALORES
Caixa e Equivalentes de Caixa	67.946.458,76
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	835.682.016,82
Estoques	2.982.507,13
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	906.610.982,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.284,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	16.284,00
Investimentos	0,01
Participações Permanentes	0,01
Imobilizado	368.405.254,00
Bens Móveis	63.588.418,87
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.216.271,12
Bens Imóveis	332.264.166,09
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.231.059,84
Intangível	398.717.391,08
Softwares	7.987.799,08
Marcas, Direitos e Patentes industriais	390.729.592,00
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	767.138.929,09
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.755,64
Demais Obrigações a Curto Prazo	964.195.280,33
PASSIVO CIRCULANTE	964.224.035,97
SALDO PATRIMONIAL (ATIVO - PASSIVO)	709.525.875,83¹

Fonte: Siafi 2015 (1 Somatório das UG 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais 110572, 110573 e 110586 apresentam as contas separadamente)

5.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em obediência ao que prescrevem a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001, e em consonância com o estabelecido na macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T), o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos estão a seguir detalhadas:

5.1.1 NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do MD são:

- Método de Depreciação: método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da macrofunção;
- Taxas de Depreciação: foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, do referido documento, a seguir detalhado;
- Base da Depreciação: baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- Impacto no Patrimônio: a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

A gestão administrativa dos bens patrimoniais do MD está concentrada nas seguintes unidades gestoras: 110402 (Escola Superior de Guerra – ESG); 110404 (Departamento de Administração Interna – DEADI); e 110406 (Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID). Tais unidades utilizam o Sistema de Administração de Serviços (SIADS) que ainda não contempla o registro da amortização, o que justifica a ausência do montante que deveria ser amortizado no grupo intangível do órgão. Dessa forma, o MD aguarda o desenvolvimento dessa ferramenta para a realização do registro contábil da Amortização.

Em 2015, o MD apresentou um valor de R\$ 2.231.059,84, referente a depreciação de imóveis da unidade gestora 110404 (DEADI). Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

No Anexo 8 (quadro de Cálculo da depreciação) é apresentado a metodologia de cálculo da depreciação, taxas e vida útil dos bens das unidades gestoras executoras que administram os bens móveis e imóveis do MD.

5.1.2 NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no MD estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6ª edição, que estabelece:

- Disponibilidades: estão mensuradas pelo valor original;
- Créditos e obrigações: estão mensuradas pelo valor original;
- Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o custo médio ponderado. O MD realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS;

- Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação;
- Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição. Neste grupo temos registrados os softwares. As unidades que apresentam saldo nesse grupo de contas são as UG 110404 (DEADI); e 110406 (RBJD), conforme tabela a seguir:

Tabela 60 - Softwares

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	UG 110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
INTANGÍVEL			398.717.391,08	-	398.717.391,08
SOFTWARES			7.987.799,08	-	7.987.799,08
SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO			7.987.799,08	-	7.987.799,08
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS			390.729.592,00	-	390.729.592,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS			390.729.592,00	-	390.729.592,00
CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E COMUNICAÇÃO			129.592,00	-	129.592,00
ADIANTAMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA			390.600.000,00	-	390.600.000,00

Fonte: Siafi2015 (Somatório das UG 110404, 110406. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais 110572, 110573 e 110586, apresentam as contas separadamente).

5.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos: A Setorial de Custos, no âmbito da administração central do MD, está vinculada à Secretaria de Organização Institucional (SEORI), no âmbito do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), e foi instituída pela Portaria Normativa nº 564/2014, na forma do inciso XIII do art. 33 do Capítulo III.

Identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados: Os custos das atividades da administração central do MD são mensurados por unidades administrativas e unidades gestoras responsáveis (subunidades administrativas), conforme estrutura contida no Anexo 9 (Quadro de Unidades e Subunidades da Administração Central do MD)

Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos: a Setorial de Custos do MD utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos: as informações de custos são extraídas do SIC e, quando necessário, complementadas com dados de outros sistemas ou outras fontes, para geração dos relatórios gerenciais utilizados pelas unidades.

Impactos observados na atuação, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos: a implantação das atividades de custos no MD é recente e ainda está em construção, assim, ainda não foram observados grandes impactos decorrentes desse processo. Em 2015 teve início a proposição de uma nova metodologia de apuração

de custos, que deverá ser concluída em 2016, portanto prossegue a mensuração dos custos das atividades do MD com base na estrutura programática empregada na Lei Orçamentária vigente, na forma de ações e programas, e na visão de Unidade Gestora Responsável (UGR), detalhamento utilizado na execução da despesa.

Relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão: no âmbito da ACMD os relatórios utilizados para tomada de decisão encontram-se nos anexos abaixo relacionados.

- Relatório de Custos por Programa Temático (Anexo 10);
- Relatório de Custos por Ação Orçamentária (Anexo 11); e
- Relatório de Custos por Unidade Administrativa (Anexo 12).

5.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas estão em anexo, conforme discriminado abaixo:

- Balanço Financeiro – 2015 (Anexo 13);
- Balanço Patrimonial – 2015 (Anexo 14);
- Demonstração das Variações Patrimoniais - 2015 (Anexo 15);
- Balanço Orçamentário – 2015 (Anexo 16);
- Demonstrações do Fluxo de Caixa - 2015 (Anexo 17).

As notas explicativas relacionadas às demonstrações contábeis encontram-se descritas no item 5 - Desempenho Financeiro.

5.3.1 Informações sobre a conformidade contábil

Em 2015 a Divisão de Contabilidade do MD, área de gestão interna do ministério que atua como órgão setorial contábil das unidades gestoras vinculadas, acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão e promoveu os registros referentes à Conformidade Contábil das unidades gestoras 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413.

O registro da conformidade contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o órgão central de contabilidade. Ao longo do exercício, constatou-se uma maior incidência em dois códigos de alerta (302, 315 e 318), sinalizando a existência de ocorrências que impediram a verificação da regularidade nos registros. Os códigos de ressalva (640, 674, 701 e 747) foram os que mais incidiram no exercício, sinalizando a existência de ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis. A seguir, um resumo das principais ocorrências registradas em 2015:

Tabela 61 - Conformidade contábil de UG - maiores ocorrências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	7
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	5
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	5

674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	7
701	OUTROS - DESPESAS	6
747	DEMAIS INCOERENCIAS - BALANCO FINANCEIRO	8
TOTAL		38⁵

Fonte: Siafi2015

Tabela 62 - Conformidade contábil de órgão - maiores incidências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	6
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	6
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	5
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	7
701	OUTROS - DESPESAS	6
747	DEMAIS INCOERENCIAS - BALANCO FINANCEIRO	6
TOTAL		36⁶

Fonte: Siafi 2015

Tabela 63 - Conformidade contábil de órgão superior - maiores incidências

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	8
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	12
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	11
318	NAO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	8
TOTAL		39⁷

Fonte: DORF

Em dezembro de 2015 as unidades gestoras abaixo relacionadas tiveram restrição contábil nos seguintes códigos:

Quadro 13- Restrições contábeis

UG	CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO
110406	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB
110407	315	FALTA/RESTRICÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO
110594	674	SLD ALONG./INDEV CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVO CIRCULANTE

Fonte: Siafi 2015

⁵ Não contém dados da Conformidade Contábil das UG 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586, que apresentam as contas separadamente.

⁶ Não contém dados da Conformidade Contábil das UG 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586, que apresentam as contas separadamente.

⁷ Contém dados contábeis de todas as Unidades Gestoras Executoras

As restrições apontadas nas tabelas e quadros acima foram sanadas ao longo do exercício de 2015.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho do MD é composta por servidores ocupantes de cargo efetivo, requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo com a administração, terceirizados, estagiários e militares. A estrutura organizacional assumida na data da criação do Ministério da Defesa, recebendo as atribuições do extinto Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) resultou no aumento considerável de suas atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal.

A deficiência de pessoal foi minimizada com a aprovação do Decreto nº 7.974/2013, que resultou em um aumento efetivo da força de trabalho, em aproximadamente 40%. No entanto, a maioria dos cargos criados foi destinado às áreas finalísticas, isso faz com que a área de apoio e suporte ainda requeira dos gestores um olhar especial. É essencial registrar que a Lei nº 9.632/1998 extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal, além de outros que se encontram em processo de extinção, como é o caso dos cargos de auxiliar operacional de serviços diversos, motorista oficial, agente de portaria, dentre outros.

Também é importante destacar que em 2008, visando minimizar a carência de mão-de-obra da área meio, em função de aposentadorias de titulares de cargos em extinção, houve a necessidade de provimento dessas vagas, tendo sido realizado naquela ocasião, processo licitatório para a prestação de serviço e a consequente contratação de mão-de-obra terceirizada, conforme previsto no Decreto nº 2.271/1997. Em 2013 foi efetuada nova licitação para reposição de novos postos de trabalho terceirizado, especialmente para cobrir necessidades dos setores de garagem e restaurantes do edifício sede e anexo do bloco O, bem como para atendimento das novas demandas requeridas pela nova estrutura trazida pelo Decreto 7.974/2013.

Os registros anteriores demonstram que a administração tem envidado todos os esforços para a recomposição da força de trabalho do MD. No entanto, é latente a necessidade de realização de concurso público, principalmente para provimento de vagas para a área meio, visando prover o quadro próprio de servidores concursados, ampliando, assim, sua força de trabalho de forma gradativa, propiciando a oxigenação de ideias e a consequente melhoria nos processos administrativos.

Apenas a título ilustrativo, em 1999 o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) contava com 200 servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo como força de trabalho. Em 31/12/2015 esse efetivo era de 103 servidores, dos quais, 62 deles já possuem Abono de Permanência, possuindo os requisitos necessários à aposentação e podendo requerê-la a qualquer tempo. Atualmente, esses servidores com Abono de Permanência representam 60% dos cargos de provimentos efetivos.

A cada período que se finda tal situação fica ainda mais crítica, uma vez que mais servidores cumprem os requisitos para aposentadoria e ficam aptos a se desligarem do efetivo do MD.

Em relação a indicadores da área de gestão de pessoas do MD, deve ser registrado que foi utilizado no exercício de 2015, o Índice de Capacitação de Recursos Humanos (ICRH), cuja previsão e resultados alcançados no final do exercício já foram demonstrados no item 2.4.

Sobre a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, importa esclarecer que a verificação é feita no ato da realização do cadastro do servidor, momento em que é apresentada pelo servidor a Declaração de não Acumulação de Cargo Público e no Termo de Posse assinado na ocasião da assunção do cargo. Além disso, no momento em que é efetuada a inclusão do servidor no Sistema

Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) há um cruzamento, realizado de forma automática, o qual está preparado para identificar e vedar a acumulação de cargos por servidores.

É importante destacar que tal verificação somente é efetuada no momento da assunção dos cargos, por entender que qualquer outro cargo a ser provido posteriormente, seja de responsabilidade do órgão responsável pela admissão. Quanto ao saneamento de irregularidades, nenhuma providência foi adotada, uma vez que não foi detectada nenhuma acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa, em 2015.

Postas tais informações, demonstra-se abaixo a força de trabalho e suas variações, o efetivo por atividade fim e meio, o demonstrativo de despesas com a folha de pagamento dos exercícios de 2014 e 2015, bem como todas as informações atinentes à mão-de-obra terceirizada, estagiários, dentre outros assuntos, referentes à área de gestão de pessoas.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

No demonstrativo abaixo está relacionada quantitativamente a força de trabalho autorizada e a efetiva, existente, na estrutura do MD, em 31/12/2015, bem como os registros de ingressos e egressos ocorridos ao longo do exercício de prestação de contas. Importa mencionar que não há lotação autorizada para servidores em exercício descentralizado, provisório e requisitados de outros órgãos e esferas, assim como para militares prestadores de tarefa por tempo certo, motivo pelo qual foi inserido “Não há” nos campos correspondentes.

Tabela 64 - Força de Trabalho do MD (Posição 31/12/2015)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	158	250	30	35
1.1 Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	157	249	29	34
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	157	103	0	6
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	40	9	4
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	106	20	24
2 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3 Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	282	53	34
4 Militares das Forças Armadas	809	816	304	226
4.1 Militares da ativa	809	763	289	222
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	Não há	53	15	4
5 Total de Servidores (1+2+3+4)	967	1348	387	295

Fonte: SIRHU/MD

Na tabela abaixo está evidenciada a Distribuição da Lotação Efetiva dos servidores de carreira, dos sem vínculo efetivo com a administração e dos militares, distribuídos nas áreas meio e fim. É importante ressaltar que no demonstrativo foram computados como ÁREA FIM todo o efetivo de servidores e militares integrantes do EMCFA e suas unidades subordinadas. Os demais servidores e militares

integrantes da estrutura da Secretaria-Geral e do Gabinete do Ministro e suas unidades subordinadas foram computados como ÁREA MEIO:

Tabela 65 - Distribuição da Lotação Efetiva (Posição 31/12/2015)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1 Servidores de Carreira (1.1)	204	30
1.1 Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	204	30
1.1.2 Servidores de carreira vinculada ao órgão	68	20
1.1.3 Servidores de carreira em exercício descentralizado	40	0
1.1.4 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	96	10
2 Servidores com Contratos Temporários	0	0
3 Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	243	39
4 Militares das Forças Armadas	459	357
4.1 Militares da ativa	428	335
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	31	22
5 Total de Servidores (1+2+3+4)	906	426

Fonte: SIRHU/MD

Obs.: Importa registrar que não foram computados no demonstrativo da distribuição efetiva o Ministro de Estado e os servidores que se encontram cedidos para servir em outros órgãos.

O demonstrativo abaixo tem por objetivo identificar a Estrutura de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas da administração central do MD em 2015, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 7.974/2013, bem como apresentar a movimentação de servidores e militares ocorridas ao longo do exercício de referência.

Tabela 66 - Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Posição 31/12/2015)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Cargos em Comissão	528	469	96	67
1.1 Cargos Natureza Especial	2	2	2	2
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	526	467	94	65
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	42	0	1
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	36	7	3
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	65	16	16
1.2.4 Sem Vínculo	0	193	43	23
1.2.5 Aposentados/Reserva Remunerada	0	108	11	14
1.2.6 Militares da Ativa	0	23	17	8
2 Gratificação de Representação	198	83	2	10
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	46	0	5

2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	0	0
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	34	2	5
3 Militares em exercício de Gratificação de Representação	809	740	237	202
4 Total de Servidores e militares em Cargo comissionado e Gratificação de Representação (1+2+3)	1536	1292	335	279

Fonte: SIRHU/MD

Obs.: Registra-se que inexistiu distribuição de Lotação Autorizada para os subitens elencados nos itens 1 e 2 do detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, motivo pelo qual o campo ficou sem preenchimento, tendo sido mencionado apenas a Lotação Autorizada para a administração central (DAS e GR) trazida pelo Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.

Os afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível do MD estão descritos na tabela abaixo. Tais afastamentos decorrem de cessões para servir em outros órgãos da Administração Pública.

Tabela 67 - Fatores que reduzem a força de trabalho no MD (Posição 31/12/2015)

Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação
Total de Servidores Cedidos	15

Fonte: SIRHU/MD

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

No demonstrativo a seguir apresentado foram discriminadas as despesas realizadas com a força de trabalho do MD em de 2015 e no exercício imediatamente anterior, não estando registradas as despesas com diárias, ajuda de custo e as obrigações patronais.

Tabela 68 - Demonstrativo das despesas com pessoal (Posição 31/12/2015)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (VALORES EM R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	370.185,23	-	25.554,37	65.622,28	51.833,68	-	-	-	-	513.195,56
2014	320.677,56	-	26.723,13	5.132,92	-	-	-	-	-	352.533,61
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2015	5.809.411,95	1.427.215,13	594.878,26	248.889,26	270.624,53	635.425,93	30.137,52	-	12.757,44	9.029.304,01
2014	5.790.843,78	1.429.369,71	584.330,42	252.214,51	277.900,83	637.775,80	12.860,07	-	6.567,08	8.991.862,20
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
2015	-	4.655.840,18	446.654,68	260.918,02	8.542,57	66.833,37	76.901,74	-	-	5.515.690,56
2014	-	4.582.610,54	401.865,59	135.479,24	4.628,28	61.133,72	73.817,22	6.948,74	-	5.266.483,33
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporário)										
2015	-	16.587.019,12	1.404.506,40	755.783,73	429.279,62	231.858,66	186.129,21	-	-	19.594.576,74
2014	-	15.260.141,59	1.278.410,06	583.577,22	338.190,52	210.690,34	176.475,77	-	-	17.847.485,50
Servidores cedidos com ônus										
2015	566.498,64	-	47.239,99	16.279,12	29.957,20	45.558,48	-	-	317,79	705.851,22
2014	527.743,45	-	44.310,88	13.640,69	30.421,50	45.140,78	-	-	-	661.257,30
Militares ocupantes de Gratificação de Representação e Cargo de Direção e Assessoramento Superior										
2015	-	8.695.161,83	725.304,35	391.022,16	6.188,35	-	3.450,27	-	-	9.821.126,96
2014	-	8.288.395,66	691.363,94	368.321,27	9.375,85	-	3.685,23	11.396,08	-	9.372.538,03

Fonte: DW-SIAPE (informações extraídas da folha de pagamento – somente servidores ativos)

Obs: Os valores das despesas indenizatórias constaram tão-somente aquelas executadas no SIAPE com auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, indenização de transporte, auxílio-alimentação pago em pecúnia para os servidores e auxílio-moradia pago em contracheque, ou seja, não estão computadas as despesas com aquisições de gêneros alimentícios e tão pouco o pagamento das diárias e ajuda de custo, posto que constam apenas do SIAFI.

6.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

No item em questão é importante relatar a alta rotatividade de pessoas, decorrentes de substituição de pessoal, especialmente dos militares, que desempenham atividades no MD por prazo determinado. O processo de substituição está fundamentado no preenchimento do perfil exigido para o exercício do cargo a ser ocupado. No entanto, o substituto nem sempre preenche todos os requisitos desejados, impactando na qualidade das atividades a serem desempenhadas pelo órgão.

De modo a minimizar os riscos em relação ao processo de substituição, o MD capacita os substitutos, conforme necessidades específicas apresentadas pelas diversas áreas.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações relativas à gestão dos contratos de pessoal de apoio terceirizado e de contratação de estagiários estão descritas abaixo:

Quadro 14- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA						
UG/Gestão: 110404/00001				CNPJ: 03.277.610/0001-25		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares e de apoio administrativo para atender as necessidades do MD nas atividades não contempladas pelo Plano de Cargos e Carreira da APF.	PLANALTO 02.843.359/0001-56	26/12/14	25/12/15	Fundamental	P

Fonte: Arquivos GEPES

Importa registrar que o serviço terceirizado demonstrado no quadro acima e contratado em 2014 mediante processo licitatório, visou dar provimento aos postos de trabalho de auxiliares administrativos, copeiros, garçons, motoristas, cozinheiros, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha e açougueiros, necessários à recomposição da mão-de-obra para o desempenho de atividades cujos cargos efetivos estão extintos ou em fase de extinção.

Tendo em vista que a referida empresa manifestou desinteresse pela prorrogação ao término do contrato (25/12/2015), foi feita uma proposta, acatada pela Empresa Planalto, nos seguintes termos: prorrogação do contrato com cláusula rescisória, ou seja, vigorará até que seja realizado novo certame licitatório que permita a contratação de outra empresa para dar continuidade à prestação do referido serviço, de modo a evitar prejuízos.

Atualmente o MD conta com 185 (cento e oitenta e cinco) postos de trabalho terceirizado para o desempenho dos serviços mencionados acima, objeto do contrato nº 042/2014-MD. As contratações estão amparadas pelo Decreto nº 2.271, de 1997. É importante destacar que os postos, ora contratados,

dispensam a substituição por servidores concursados, uma vez que as atividades desses postos equivalem às exercidas pelos cargos públicos extintos ou em fase de extinção, tais como Motorista, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, dentre outros.

No que se refere à contratação de estagiários, a Administração Central, propicia nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Orientação Normativa nº 4, de 4 de julho de 2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Orientação Normativa nº 009, de 14 de junho de 2006, oportunidade de realização de estágio não obrigatório, visando aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para o trabalho produtivo.

Em conformidade com seu Programa de Estágio e a legislação vigente, a Administração Central do Ministério da Defesa, desde 2000, tem beneficiado estudantes de ensino superior, de ensino médio e técnico, devidamente matriculados e com frequência regular em instituições da rede pública ou da rede privada de Ensino, cujos cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação.

O Art. 10 da Orientação Normativa nº 009/2006 define que a operacionalização do Programa de Estágio é de responsabilidade da Divisão de Recursos Humanos, atual Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP, mediante instrumentos jurídicos acordados e assinados entre o MD com Agentes de Integração ou Instituições de Ensino.

A exemplo de outros Órgãos, adota a contratação de um agente de integração (mediador entre a instituição oferecedora do estágio, o estagiário e as Instituições de Ensino, para a execução dos procedimentos de caráter legal, técnico e administrativo) para o programa, por meio de instrumento jurídico apropriado e observando a legislação que estabelece as normas gerais de licitação, de forma a garantir a realização de estágio curricular, nas unidades administrativas do Ministério da Defesa.

O contrato firmado com o Agente de Integração propicia agilidade e reduz o trabalho de operacionalização como a divulgação das vagas de estágio, o recrutamento, a pré-seleção de estudantes, o encaminhamento de candidatos, a formalização de Termo de Compromisso de Estágio e o acompanhamento da situação do estudante até o seu desligamento do Ministério da Defesa, não sendo necessário manter convênios e parcerias com diversas instituições de ensino e nem contratar seguro contra acidentes pessoais para cada estudante.

Em conformidade com a ON nº 4/2014, do MPOG, o número de estagiários em cada órgão ou entidade não poderá ser superior a 20 % (vinte por cento) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária. Considera-se força de trabalho o quantitativo de cargos, empregos ou funções públicas de que dispõe o Órgão, o que compreende os servidores estatutários; os ocupantes de cargos públicos; os empregados públicos, os contratados sob o regime de legislação trabalhista; os contratados temporariamente pela Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; e os cargos vagos (§1º do art. 7º, da ON nº 4, de 4 de julho de 2014).

Tabela 69 - Quantitativo Máximo de Vagas de Estágio

*Quantitativo de Servidores/ Força de Trabalho	Quantitativo máximo de estagiários 20% da força de trabalho	NÍVEL	% máximo permitido de estagiários em relação ao quadro de pessoal	Quantitativo máximo permitido de estagiários no SIAPE	Reserva para portadores de deficiência (10%)
1707	340	Superior	50 %	170	17

		Médio	25%	85	8
		Profissionalizante/fundamental modalidade jovens e adultos	25%	85	8
TOTAL			100%	340	33

*Fonte: SIRHU em jan/2016

A oferta de bolsa de estágio, anualmente, fica condicionada à existência de vagas abertas, à solicitação de novas vagas, e à disponibilidade de dotação orçamentária. Para a formação da relação de estágio, são observados os requisitos previstos na ON/SEGEP/MP nº4/2014 e o recebimento da bolsa de estágio não caracteriza remuneração e não acarreta vínculo empregatício, com o Ministério da Defesa, conforme o artigo 3º da Lei nº 11.788, de 25/09/2008.

Tabela 70 - Contratação de Estagiários

Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes por mês/2015												Despesas no exercício (em R\$ 1,00)			
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Bolsa estágio	Auxílio transporte	Agente de Integração	Total
1 Nível superior	86	94	101	93	97	81	93	99	104	102	107	108	529.347,09	135.146,51	10.245,92	674.739,52
1.1 Área Fim	39	43	45	44	47	38	46	47	50	49	54	54	258.731,48	64.482,51	4.892,92	328.106,91
1.2 Área Meio	47	51	56	49	50	43	47	52	54	53	53	54	270.615,61	70.664,00	5.353,00	346.632,61
2 Nível Médio	40	43	48	48	46	47	48	56	59	58	55	60	127.077,02	66.899,49	5.143,76	199.120,27
2.1 Área Fim	13	15	17	16	15	19	19	20	20	20	18	19	46.640,57	22.746,49	1.762,58	71.149,64
2.2 Área Meio	27	28	31	32	31	28	29	36	39	38	37	41	80.436,45	44.153,00	3.381,18	127.970,63
3 Total (1+2)	126	137	149	141	143	128	141	155	163	160	162	168	656.424,11	202.046,00	15.389,68	873.859,79

Análise Crítica - Estagiários

O preenchimento de vagas de estágio ocorre em consonância com a Lei Federal nº 11.788/08 e a Orientação Normativa ON/SRH/MP nº 4, de 04/07/2014, que regulam as atividades de estágio, enquanto ato educativo supervisionado no ambiente de trabalho, de forma a não caracterizar vínculo empregatício e assegurar a compatibilidade das ações com o currículo de cada área de formação. Dessa forma, o número de estagiários efetivos é variável, conforme a situação do respectivo Termo de Compromisso de Estágio, interesse e desempenho do estudante, bem como de profissionais para seleção e supervisão dos alunos.

Na execução do Programa de Estágio do Ministério da Defesa a ocupação das vagas é um processo dinâmico, daí que, cumulativamente nos meses de 2015, ocorreram contratações de 410 (quatrocentos e dez) estagiários, 274 (duzentos e setenta e quatro) desligamentos e 138 (cento e trinta e oito) prorrogações de termos de contratos de estágio, com a permanência de aproximadamente 148 (cento e quarenta e oito) estudantes/mês, distribuídos nos diversos setores da Administração Central do MD, cuja média é de 97 (noventa e sete) estagiários de nível superior e 51 (cinquenta e um) de nível médio.

A dotação orçamentária anual disponibilizada para o pagamento de estagiários foi de R\$ 902.017,00 (novecentos e dois mil e dezessete reais), sendo previsto para o pagamento de taxa de administração ao Agente de Integração o valor de R\$ 40.905,00 (quarenta mil novecentos e cinco reais).

Da análise da despesa com a folha de pagamento dos estagiários (bolsa estágio e auxílio-transporte) constata-se que de uma dotação orçamentária anual disponibilizada de R\$ 861.112,00 (oitocentos e sessenta e um mil cento e doze reais), foram executados R\$ 858.470,10 (oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e dez centavos), correspondente a uma taxa de execução de 99,69% da dotação orçamentária disponibilizada para o período.

Do recurso disponibilizado para o pagamento de taxa de administração em 2015 foi utilizado R\$ 15.389,68 (quinze mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) e as despesas com a execução do programa de estágio, no ano, chegaram a aproximadamente, R\$ 873.859,79 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

6.1.5 Programa de Capacitação dos servidores e militares

No Plano Anual de Capacitação - PAC, para o exercício de 2015 (Anexo 18), foi previsto capacitar (em pelo menos em uma ação de capacitação) 30% dos servidores em exercício no MD, o que perfaz o total de 396 servidores capacitados, do quantitativo extraído do SIRHU, em janeiro de 2015, que contou 1.319 servidores/militares. Também foi prevista a meta física de disponibilizar 651 inscrições em ações e treinamentos para o MD.

Da análise da consolidação dos dados como resultado da execução do PAC/2015, 761 (setecentos e sessenta e quatro) servidores foram capacitados, atingindo o percentual de 192% da meta prevista e 1.204 (um mil duzentos e quatro) participaram nas ações de capacitação executadas, com ônus e sem ônus, com uma carga horária média de 20,47 horas por servidor capacitado.

Salienta-se que o curso de capacitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) atraiu o interesse de um número expressivo de servidores/militares, extrapolando o percentual previsto de inscrições nas ações de capacitação em 85%, bem como de servidores capacitados em 93%.

O quantitativo de ações de desenvolvimento previsto no PAC de 2015, foi de 61 (sessenta e um) cursos, 2 Congresso/Seminário, 1 palestra e 1 grupo de estudo, totalizando 65 ações. De janeiro a dezembro de 2015, foram realizadas 129 ações de capacitação, das quais 46 com previsão no PAC de 2015 e 83 ações realizadas sem previsão no PAC 2015. Ressalta-se que dessas ações, 54 (cinquenta e quatro) são na

modalidade de turmas abertas e 75 (setenta e cinco) de turmas fechadas, ou seja, somente para servidores e militares do MD. O índice de execução do PAC/2015 foi de 70,76% (46 ações das 61 previstas).

A Administração Central do MD, com a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015 - LOA pelo Governo Federal, disponibilizou como dotação orçamentária para a ação de capacitação de servidores e militares, deste ano, o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A meta orçamentária para o exercício é executar 100% do valor disponibilizado.

Na execução do Plano Anual de Capacitação de servidores do MD - Administração Central, foi descentralizado por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 03/2015, firmado entre a ESAF e o Ministério da Defesa (MD), o destaque de R\$ 22.826,82. Do montante de R\$ 22.826,82 descentralizado pelo MD, no exercício de 2015, foi executado R\$ 8.039,68 e foi devolvido R\$ 14.787,14. Vale destacar que ESAF precisou lançar mão de recursos próprios no montante de R\$ 2.911,26, valor que será ressarcido via GRU.

Tabela 71 - TED ESAF nº 03/2015

TED ESAF N°03/2015	
Valor empenhado - Destaque PTRES 085626	R\$ 22.826,82
Valor devolvido	R\$ 14.787,14
Financeiro executado pela ESAF	R\$ 10.950,94
Pago	R\$ 8.039,68
Valores a ressarcir: valores executados com recursos próprios da ESAF	R\$ 2.911,26

Cabe ressaltar ainda, que com o atraso na liberação do orçamento do exercício de 2015, e para não prejudicar a execução do PAC, foi destacado da ação 2000 – Administração da Unidade, PTRES 085615, pelo Termo de Execução Descentralizada nº 02/2015, firmado entre a ENAP e o Ministério da Defesa (MD), o montante de R\$ 15.780,00, para capacitação de servidores do MD. Do montante destacado para a ENAP, foi executado o valor R\$ 12.700,00 e devolvido R\$ 3.080,00.

Tabela 72 - TED ENAP nº 02/2015

TED ENAP N°02/2015 N°02/2015	
Valor empenhado - Destaque outro PTRES	R\$ 15.780,00
Valor devolvido	R\$ 3.080,00
Executado	R\$ 12.700,00

Salienta-se que os valores executados pela Administração Central do MD, da dotação orçamentária, disponibilizada para a ação de capacitação, totalizou um valor de R\$ 391.960,32 (trezentos e noventa e um mil e novecentos e sessenta reais e trinta e dois centavos). Foi empenhado o valor de 366.011,70 (trezentos e sessenta e seis mil e onze reais e setenta centavos), totalizando 93,38% do total da verba (R\$ 391.960,32) disponibilizada para o PAC. Do total empenhado, foi liquidado, R\$ 357.968,10. Consta em restos a pagar, para o ano de 2016, a quantia de R\$ 8.043,60.

Cabe ressaltar ainda, que no período em questão, inúmeras situações influenciaram na execução do PAC/2015:

Atraso na liberação do orçamento para capacitação, gerando baixa execução orçamentária, no 1º quadrimestre.

- Demora na tramitação do processo para autorização de Descentralização de Crédito para ESAF, para contratação de cursos em turmas fechadas. Por ter sido autorizado apenas no segundo semestre, a execução dos cursos foi prejudicada, não sendo possível encontrar professores com disponibilidade para ministrar todas as turmas.
- Falta de espaço adequado para realização de cursos fechados. O laboratório (sala 034) disponível para a CODEP é inadequado, em um lugar extremamente ruidoso (em frente à passagem de carros, rampa de acesso ao MD).
- Fragilidade do controle de dados das ações de capacitação: falta de sistema para cadastro, controle e gerenciamento do Plano Anual de Capacitação, e das ações realizadas. Hoje se faz o controle com várias planilhas de Excel.
- Número considerado de cancelamento de cursos, devido à crise econômica e aos cortes orçamentários:

Tabela 73- Cancelamento de Cursos

Cursos Cancelados	Turma	Valor
Governança de TI com COBIT	Aberta	R\$ 4.320,00
Procedimentos para Contratação de Eventos	Aberta	R\$ 3.754,80
Elaboração e Coordenação de Projetos de T&D	Aberta	R\$ 4.989,60
A Análise de Risco no Controle Interno	Aberta	R\$ 7.646,40
Elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços e Repactuação	Fechada	R\$ 4.822,16
Aplicando a IN 04/2014	Aberta	R\$ 6.840,00
IX Entendendo a Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Aberta	R\$ 1.800,00
Ms Project	Aberta	R\$ 2.400,00
Sistema de Saúde	Aberta	R\$ 920,00
Concessão e Cálculo dos Benefícios do Regime de Previdência Complementar somado a Aposentadoria ou Pensão dos Regimes Próprios de Previdência Social	Aberta	R\$ 3.040,00

- Ao todo, o valor cancelado da ação de capacitação foi de R\$ 59.150,00 referentes aos cursos relacionados acima, além de outros cancelamentos (desistências dos servidores por impedimentos diversos) de inscrições em cursos empenhados, e ainda reembolso de descentralização de crédito não utilizado.

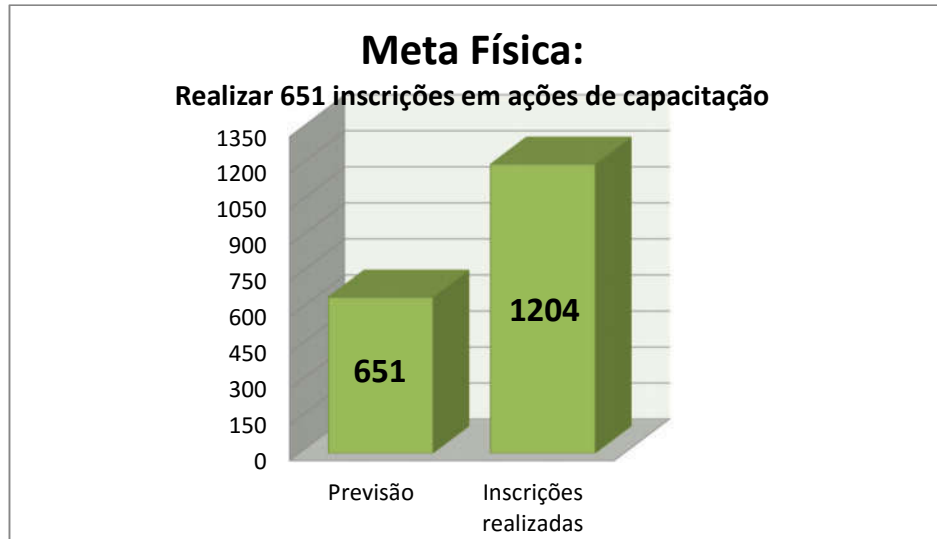
Demonstrativo da Execução das metas previstas no PAC/2015, e execução até o 3º Quadrimestre:

Tabela 74 - Metas previstas no PAC/2015

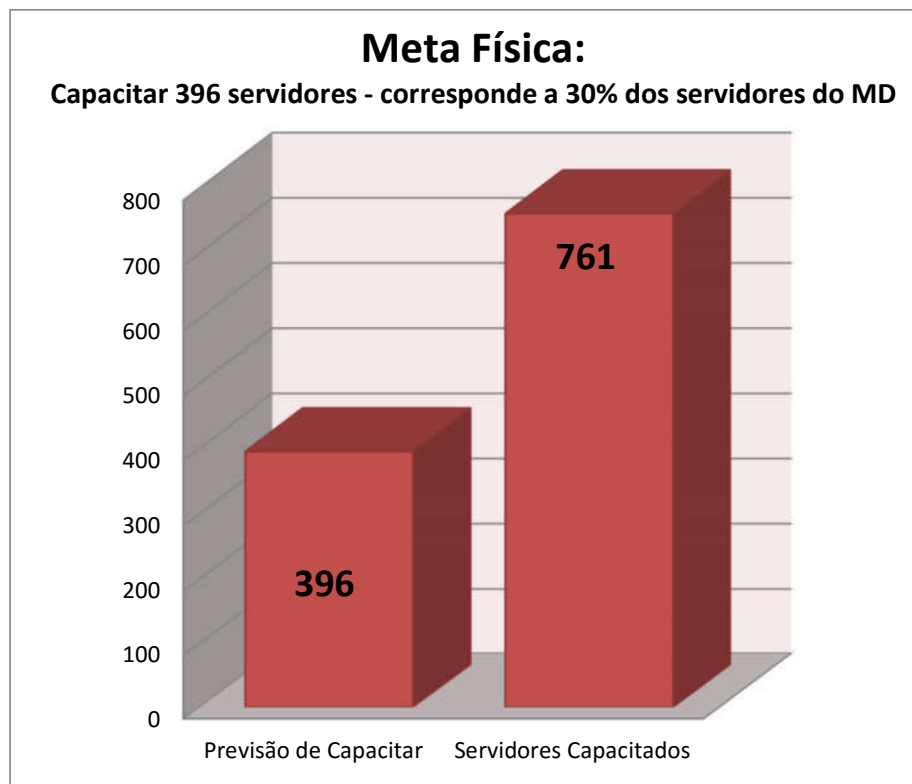
PAC 2015	Meta Física				Meta Orçamentária	
	Nº de Inscrições em ações de capacitação	Meta	Nº de servidores capacitados	Meta	Valor Disponibilizado	Meta
Previsão de Jan a Dez	651 inscrições	100%	396 servidores capacitados *	100%	R\$ 400.000,00	100%
Alcançado de Jan a Dez	1.204 inscrições	185%	761 servidores capacitados	192%	R\$ 374.051,38	93%

* (SIRHU: janeiro de 2015, data da elaboração do PAC 2015)

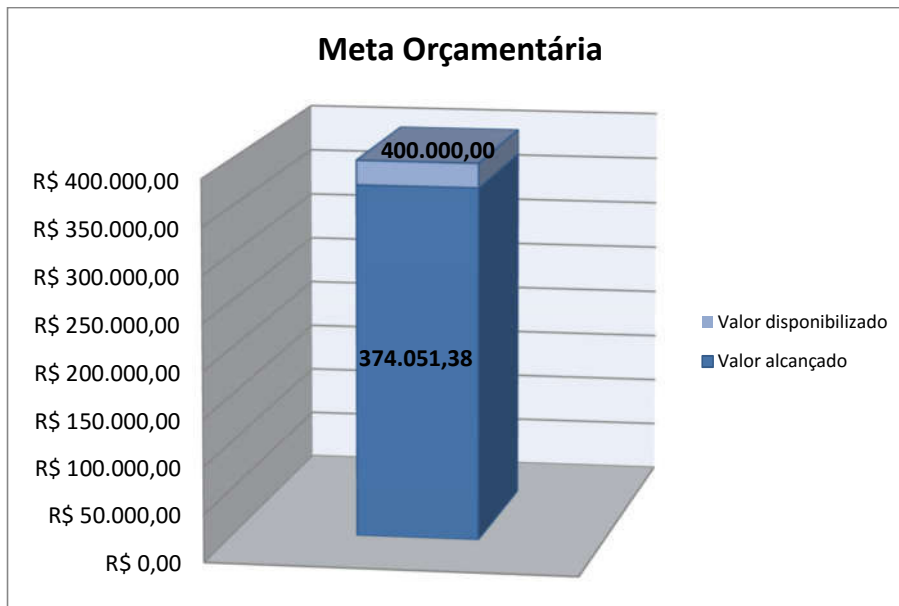
Quadro 15- Meta Física



Quadro 16 - Meta Física



Quadro 17- Meta Orçamentária



6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 18- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Contrato nº001/2014-MD)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001-DIPOS-COLIC/2014 - POUPEX		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.643.742/0001-35
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 169m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 79.717,21
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.	

ANÁLISE CRÍTICA: O Contrato nº001/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas, voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco “O” do Ministério da Defesa em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização

desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outros Órgão, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme abaixo especificado:

Valor mensal da Concessão, incluindo taxa de água e esgoto (CAESB): R\$ 6.643,10; e

Valor do ressarcimento com energia elétrica: R\$ 1.769,28.

Quadro 19- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Contrato nº006/2014-MD)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 006-DIPOS-COLIC/2014 - BB		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 265m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 165.539,06
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.

ANÁLISE CRÍTICA: O Contrato nº006/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de Termo de concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento bancário voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco “O” do Ministério da Defesa em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outros Órgão, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme abaixo especificado:

- Valor mensal da Concessão, incluída taxa de água e esgoto (CAESB): R\$ 13.794,92;

- Valor do ressarcimento com energia elétrica: R\$ 394,75.

Quadro 20- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Cessão de Uso nº006/2014-MD)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001-COLIC/2015 - BARBEARIA		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.429.748/0001-93
	Nome ou Razão Social	JORGE TOMÉ PINTO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de serviços de Barbearia e congêneres
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 13,95m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.034,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Depositado ao Fundo do MD, Por meio de GRU.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	O recurso é gerenciado pela GEOFI
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Cessionário pagará pelo uso da área.

ANÁLISE CRÍTICA: O Termo de CESSÃO DE USO Nº 001/2015, celebrado entre o Ministério da Defesa e a empresa JORGE TOMÉ PINTO, tem como objeto cessão de uso de espaço público para exploração de serviço de barbearia e congêneres. O funcionamento de uma barbearia nas instalações deste Ministério proporcionará maior comodidade aos servidores civis e militares que desejarem utilizar este serviço, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

O parâmetro utilizado para composição do valor estimado a ser pago mensalmente pelo uso da área cedida para exploração de serviços de barbearia e congêneres, considerou-se as despesas realizadas com serviço de conservação e limpeza, manutenção de elevadores, serviço de manutenção de refrigeração, serviço de recepcionista, fornecimento de água mineral, serviço de dedetização, despesa mensal com água, serviço de manutenção predial, despesa mensal com energia elétrica, valores estes somados e divididos pela metragem (m²) total do prédio do Bloco- Q e multiplicado pela área efetivamente ocupada.

Quadro 21 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
(Concessão de Direito Real de Uso nº007/2014-MD)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 007-2014 – MD		
VIGÊNCIA 15/12/2014 A 14/12/2019		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 123m ²

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 95.714,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.

ANÁLISE CRÍTICA: O Contrato de concessão de direito real de uso, termo nº007-GEPOS-COLIC/2014, foi celebrado, em 15 de dezembro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso de área pública, para exploração comercial de Posto Bancário, medindo 123m², no Edifício Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q, em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outros Órgão, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos mensalmente, no ano de 2015, em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme abaixo especificado:

- Valor mensal da Concessão, direito do uso da área: R\$ 5.605,12; e
- Valor do ressarcimento com energia elétrica: R\$ 2.371,05.

Quadro 22- Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
(Concessão de Direito Real de Uso nº008/2014-MD)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 008-2014 – MD		
VIGÊNCIA RENOVÁVEIS A CADA 12 MESES		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 16,04m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 14.041,20
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Serão calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.	

ANÁLISE CRÍTICA: O Contrato de concessão de direito real de uso nº 008-2014 – MD termo nº008-GEPOS-COLIC/2014, foi celebrado, em 10 de dezembro de 2014, com vigência até dezembro de 2015, renováveis a cada 12 meses até dezembro de 2019. Trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso de área pública, para exploração comercial de Posto Bancário, medindo 16,04m², no Edifício Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q, em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores

civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outros Órgão, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos mensalmente, no ano de 2015, em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme abaixo especificado:

- Valor mensal da Concessão, direito do uso da área: R\$ 900,80; e
- Valor do ressarcimento com energia elétrica: R\$ 269,30.

Os imóveis da União administrados pelo Ministério da Defesa, assim como os demais imóveis da União, estão sujeitos aos seguintes riscos:

- a. Turbação: Todo fato injusto, ou todo ato abusivo, que venha ferir direitos alheios, impedindo ou procurando impedir o seu livre exercício";
- b. Esbulho: É o ato pelo qual uma pessoa perde a posse de um bem que tem consigo (sendo proprietário ou possuidor) por ato de terceiro que a toma forçadamente; e
- c. Invasões: É a ação ou efeito de invadir. Entrada violenta, ingresso hostil.

Para mitigar estes riscos, o Ministério, com o respaldo da Consultoria Jurídica e amparado nas normas internas, bem como nos instrumentos de controle, atua para evitar as situações acima descritas. Os controles utilizados para mitigá-los são:

- a. SPIUnet: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;
- b. SISPNR: Sistema de Próprio Nacional Residencial;
- c. Visitas Semestrais: com confecção de relatórios;
- d. Contato periódicos: com Síndicos e Presidentes de Associações; e
- e. Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015.

6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC, considerando seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade, são:

6.3.1.1 SISACESSO (em desenvolvimento)

- **Objetivo:** Planejado para atender a necessidade de prover administração dos acessos e à utilização de um ponto de autenticação única para os sistemas do MD e recomendações das normas de segurança da informação da Presidência da República apontadas pelo setor de segurança (NUSIC/MD), que visa à utilização de no mínimo dois fatores de autenticação para os sistemas desenvolvidos para o órgão.
- **Funcionalidades do Sistema:** O sistema provisiona o acesso único dos usuários a todos os sistemas do MD, desta forma o usuário será autenticado uma única vez e será autorizado nos outros sistemas de acordo com suas responsabilidades. Inclui a administração de cadastro dos sistemas, perfis e de acesso dos usuários.
- **Responsável Técnico:** Milton Disegna (Analista de Sistemas/GESIS)
- **Responsável da área de negócio:** Eduardo Ribeiro (Gerente/GESIS)
- **Criticidade para a unidade:** Alta. O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar

a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC” e com o Objetivo Estratégico nº 12: “OE03 – Suportar a segurança de TIC no âmbito da administração central do MD” e a Iniciativa Estratégica nº 01: “IE01 – Garantir o apoio à infraestrutura de segurança da TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 421.133,68 sendo despendidos, até o momento, R\$ 180.206,29. O prazo de entrega do projeto está estimado para maio de 2016.

6.3.1.2 SISADE (em desenvolvimento)

- **Objetivo:** O Projeto do Sistema de Apoio à Decisão Estratégica - SisADE, tem como objetivo a manipulação de dados e a geração estruturada de informação de interesse estratégico para o MD. Visa estruturar e implementar, de forma sistematizada, a coleta, o processamento, a transmissão e a disseminação dos dados que representam informação ao MD, por meio de um fluxo mais confiável e menos burocrático das informações obtendo como resultados o ganho de produtividade, a maior integridade e veracidade das informações, a maior estabilidade e segurança de acesso à informação e mais agilidade e organização essenciais para uma boa tomada de decisão.
- **Funcionalidades do Sistema:** autenticação por meio do sistema de controle de acesso; cadastro de áreas e departamentos para garantir que as informações serão mantidas pelo departamento responsável; vinculação de perfis de acesso aos departamentos e temas; manutenção de temas, assuntos, formulários, gerenciamento das informações e notificação ao usuário; Solicitação de criação de tema; Solicitação de criação de assuntos; geração de relatórios com totalizadores (técnicos, gerenciais, gerenciais consolidados, estratégicos), gráficos, manter histórico de atualização (assuntos/temas).
- **Responsável Técnico:** Milton Disegna (Analista de Sistemas/GESIS)
- **Responsável da área de negócio:** Charles Estevam de Oliveira Hasler (Gerente de Projetos/SG)
- **Criticidade para a unidade:** Alta. O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 776.520,53, sendo despendidos, até o momento, R\$ 616.297,83. O prazo de entrega do projeto está estimado para junho de 2016.

6.3.1.3 SISGEPES (em desenvolvimento)

- **Objetivo:** é um sistema criado com o intuito de gerir os recursos humanos da Administração Central do MD, com importação de toda a base de dados do SIRHU e integração com outros sistemas. O atual Sistema de Recursos Humanos (SIRHU) apresenta sinais de obsolescência já que não atende mais às necessidades de gerenciamentos das informações sobre os recursos humanos. Com o desenvolvimento do SISGEPES espera-se possibilitar a geração de relatórios e gráficos que atendam às necessidades da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e a maior automação e agilidade no processo de gestão de pessoal do MD.
- **Funcionalidades do Sistema:** o software de Gestão de Pessoas para a Administração Central do MD tem acesso baseado em perfis (administrador, moderador, publicador e usuário), e deverá gerar relatórios qualitativos e quantitativos, bem como gráficos para atender as necessidades no âmbito do MD, sendo compatível com dispositivos móveis.
- **Responsável Técnico:** Milton Disegna (Analista de Sistemas/GESIS)
- **Responsável da área de negócio:** Fernando Siqueira (DEADI/GEPES)

- **Criticidade para a unidade:** Alta. O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 07: “OE07 – Garantir o desenvolvimento e a manutenção de sistemas informatizados” e a Iniciativa Estratégica nº 03: “IE03 – Garantir a manutenção e a modernização dos sistemas informatizados corporativos”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 646.791,04 sendo despendidos, até o momento, R\$ 502.679,25. O prazo de entrega do projeto está estimado para maio de 2016.

6.3.1.4 SISPERFIL (em desenvolvimento)

- **Objetivo:** atualmente o MD não possui um sistema que concentre várias informações cadastradas sobre o perfil de servidores militares, diante deste cenário a Divisão de Assistência Social (DIVAS) elaborou um questionário manual com várias informações necessárias ao diagnóstico sobre o perfil de servidores militares, mas a coleta das informações para subsidiar a tomada de decisão para executar alguma ação de assistência social é inviável, pois cerca 300.000 pessoas teriam que responder o questionário manualmente e repassar para suas organizações militares que repassariam os questionários a DIVAS para registrar tais informações e gerar relatórios e gráficos, com o agravante da forma manual de aplicação não garantir o sigilo e a autenticidade das respostas dos usuários.
- **Funcionalidades do Sistema:** O sistema irá automatizar e agilizar o processo de aplicação do questionário, permitindo a autenticação e o sigilo sobre as respostas dos usuários, visando a retratar o perfil da Classe Militar por meio de disponibilização da emissão de relatórios e gráficos consolidados.
- **Responsável Técnico:** Milton Disegna (Analista de Sistemas/GESIS)
- **Responsável da área de negócio:** Andréa Chaves Albuquerque (Coordenadora/DIVAS)
- **Criticidade para a unidade:** Alta. O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 421.143,72 sendo despendidos, até o momento, R\$ 250.788,74. O prazo de entrega do projeto está estimado para agosto de 2016.

6.3.1.5 AUTORIDADE CERTIFICADORA DE DEFESA (AC/DEFESA) (em desenvolvimento)

- **Objetivo:** Implantar uma entidade formalmente reconhecida e autorizada para a emissão de certificados digitais.
- **Funcionalidades do Sistema:** o sistema está estruturado com uma autoridade certificadora principal, hospedada no CITEx, Organização Militar do Exército Brasileiro, Brasília/DF; uma autoridade certificadora reserva, hospedada no CTIM, Organização Militar da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro/RJ; e uma autoridade de registro, hospedada no VI COMAR, Organização do Comando da Aeronáutica, Brasília/DF.
- **Responsável Técnico:** Exército Brasileiro
- **Responsável da área de negócio:** Exército Brasileiro
- **Criticidade para a unidade:** Alta. O prazo de entrega do projeto está estimado para dezembro de 2016.

6.3.1.6 SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI) (implantado)

- **Objetivo:** Disponibilizar uma moderna solução de gerenciamento eletrônico de documentos.

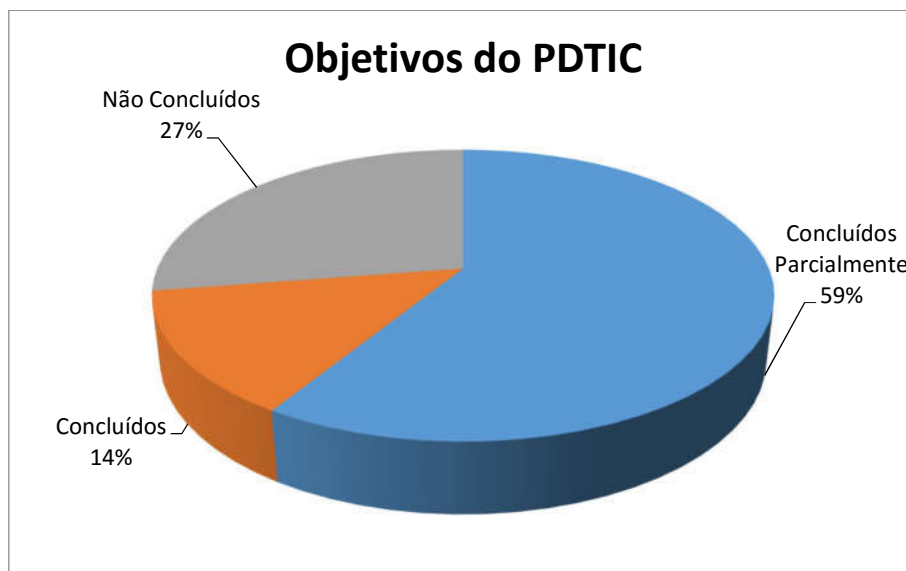
- **Funcionalidades do Sistema:** adequação ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) em implantação na Administração Pública Federal.
- **Responsável Técnico:** Departamento de Tecnologia (DEPTI)
- **Responsável da área de negócio:** Departamento de Administração Interna (DEADI)
- **Criticidade para a unidade:** Alta.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) referente ao exercício de 2015 teve a sua validade de 4 anos, abrangendo o período de 2012 a 2015. Foi elaborado com a intenção de alinhar o emprego dos recursos de TIC às estratégias organizacionais. Estabeleceu, ainda, as importantes ações de administração dos recursos humanos associados a seus processos e serviu como instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão para o atendimento das demandas da Administração Central do Ministério da Defesa. Naquele plano encontram-se as diretrizes e as formas de controle e avaliação necessárias à implementação e à manutenção de uma TIC eficiente e eficaz, promovendo os processos de governança da área.

Durante sua vigência foi feita uma única revisão, ao final do 1º semestre de 2015, publicada na Portaria nº 2.635, de 08/12/15, expedida pela Secretaria de Organização Institucional, cujo resultado está expresso de forma resumida no gráfico a seguir:

Quadro 23- Alcance dos objetivos do PDTIC



Os orientadores estratégicos que serviram de alinhamento às necessidades de TIC no PDTIC 2012-2015 basearam-se nos seguintes documentos: Plano Plurianual do MD; Regimento Interno MD; Plano de Metas da Estratégia de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) da SLTI; e Estratégia Nacional de Defesa.

6.3.3 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI no MD é denominado Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC) e foi instituído pela Portaria nº 2.035/MD, de 14/08/2014.

A composição do COTINC é formada por representantes de todos os órgãos componentes da administração central do MD. Atendendo solicitação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e com o objetivo de dar maior transparência e legitimidade às decisões do Comitê, foi submetida e aprovada em reunião ordinária, o aumento da representação, promovendo maior equilíbrio entre a representação da Secretaria-Geral e do EMCFA. Encontra-se em processo de análise para posterior aprovação uma nova portaria, que aperfeiçoa a referida acima. Foram realizadas nove reuniões ordinárias do COTINC no exercício de 2015, as quais tiveram as pautas e deliberações apresentadas a seguir:

1ª Reunião (29/04/2015)

- **Pauta:** adequação do Regimento Interno do COTINC; ampliação da Estrutura do COTINC (solicitação do EMCFA para participação dos representantes da CHOC, CHELOG e CAE); participação especial de representantes do HFA no COTINC (solicitação do SEPESD); recebimento das sugestões de alteração do Regimento Interno; e definição das reuniões do COTINC (Toda última 4ª feira do mês).
- **Apresentações / Deliberações:**
 - **Revisão do Modelo de Atuação e Recuperação da Equipe Técnica do DEPTI:** foi apresentado o modelo de atuação do DEPTI com as áreas de negócio, situação atual da força de trabalho e os novos gerentes de Infraestrutura, Governança e o coordenador do Núcleo Segurança.
 - **Atualização POSIC / PDTIC:** foram apresentados os trabalhos de revisão e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC. Foi exposta a necessidade de adequação do regimento interno do comitê e adequação a estrutura do comitê a fim de atender as demais chefias do EMCFA. Foi apresentado ao COTINC um balanço do PDTIC no período de 2012 a 2014, quanto ao alcance das metas estabelecidas para atender a matriz de GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).
 - **Contratação de Serviços de Infraestrutura de TIC e Medição de Software:** foi apresentada a necessidade de contratação de empresa de tecnologia para efetuar a sustentação dos serviços em produção. Para tanto, faz-se necessária à atualização da POSIC e a confecção de um novo processo para contratação de serviços de infraestrutura de TIC. Foi apresentado um cronograma estimativo para as possíveis contratações de serviços de infraestrutura de TIC e de Medição de Software.
 - **Orçamento DEPTI 2015: Custeio e Investimento:** foi apresentado o orçamento do DEPTI estimado em vinte e três milhões para atender as necessidades de custeio e investimento, mas aguarda informação da Alta Direção sobre o valor final do orçamento para o exercício de 2015.
 - **Projeto de melhorias para o Expresso V3:** foi apresentado um cronograma de ações planejadas e executadas para a estabilização do Expresso V3.
 - **Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI):** foi apresentado um cronograma de implantação do SEI, com previsão de liberação para uso em julho de 2015.
 - **Contratação de outsourcing de impressão e digitalização para ACMD:** foi apresentada uma intenção de parceria com o Ministério do Planejamento para essa contratação, com previsão para outubro 2015.

- **Fortalecimento da área de Governança de TIC:** o processo de estruturação e maturação da área de Governança de TIC encontra-se em curso. Com vistas a implementar e melhorar o nível de maturidade de seus controles internos, baseados em modelos consagrados no mercado de governança de tecnologia da informação.
- **Projeto AC Defesa:** foi apresentado o projeto AC Defesa de executado pelas Forças Singulares e a necessidade de revisão do regimento interno do Comitê Gestor da AC Defesa, com a previsão de implantação e produção da nova solução em setembro de 2015.

2ª Reunião (27/05/2015)

- **Pauta:** Leitura e validação da Ata de Reunião de abril de 2015; apresentação das ações referentes aos apontamentos da Ciset constantes do Relatório de Auditoria Anual de Contas 66/2014 da GEAUD/Ciset-MD; orçamento 2015 – avaliações e projeções para área de tecnologia; apresentação do Projeto para contratação dos serviços de outsourcing de impressão e scanners; apresentação da metodologia de desenvolvimento de sistema e o Projeto SISPERFIL; revisão dos normativos de segurança da informação e comunicação – NuSIC; revisão do PDTIC.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Apontamentos da Ciset** (Relatório de Auditoria Anual de Contas 66/2014/GEAUD/Ciset-MD): foi informado que as gerências do DEPTI vêm se reunindo com a Ciset, DEADI e COLIC para tratar de cada um dos itens constantes do relatório de auditoria. A área de governança do DEPTI está construindo um novo fluxo para contratação de serviços e produtos para ser apresentado e validado pela SEORI com vistas à revisão da Instrução Normativa nº 06/2013-MD, que espelha a Instrução Normativa nº 04/MPOG para melhor instruir os processos de contratação do MD. O novo processo será apresentado para o COTINC assim que for validado na SEORI e DEADI.
 - **Orçamento:** foi informado que estão sendo tratados os últimos detalhes na SEORI para finalização do orçamento de 2015. Foi ressaltada a necessidade de integração do portfólio de TI com o portfólio de projetos do MD para melhor acompanhamento e instrução das aquisições de TI.
 - **Situação da DEPTI:** foi informado que devido às diversas ocorrências negativas que envolveram a infraestrutura predial e que colocaram em risco a disponibilidade dos serviços prestados pelo DEPTI, foi priorizada pela Secretária-Geral do MD, a construção de uma sala segura para abrigar os equipamentos de TI. O DEPTI visa buscar uma aproximação ao EMCFA para se fazer uma parceria na condução do projeto da sala segura.
 - **Revisão do PDTIC:** foi informado que a equipe da Governança do DEPTI está realizando a revisão dos objetivos e ações estratégicas do PDTIC juntos diversas áreas do MD e que será apresentado um relatório da situação atual do PDTIC no final do mês de junho à Secretária-Geral. Finalizado este diagnóstico será iniciado o desenvolvimento do novo PDTIC para o triênio 2016/2018.
 - **Expresso V3 – Correio Eletrônico:** foram apresentadas as ações realizadas para melhorar o desempenho da solução de correio eletrônico - Expresso V3 - visando sua estabilização e atualização para novas versões. Foi apresentada a possibilidade de convidar as Forças, caso tenham interesse, para conhecerem os aperfeiçoamentos em execução no DEPTI

- **Apresentação do Projeto para contratação dos serviços de outsourcing de impressão e scanners:** A orientação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), unidade vinculada ao Ministério do Planejamento, é pela adoção do modelo outsourcing para serviços de impressão. O Gerente da GEINF, apresentou o modelo de contratação do serviço de outsourcing realizado pelo MCTI. Falou que está sendo elaborado o termo de referência nos moldes da contratação apresentada para atender às necessidades do MD e das Forças em um projeto de compra conjunta.
- **Projeto SISPERFIL:** O Gerente da GESIS, apresentou o sistema SISPERFIL, suas funcionalidades e a metodologia de desenvolvimento em uso no DEPTI.
- **Revisão dos normativos de SIC:** foi informado que as normas de SIC estão sendo revisadas e estão sendo criadas novas normas em atendimento as exigências do GSI.
- **Ampliação da representação do EMCFA:** O Comitê atende a solicitação do EMCFA em ampliar a sua representatividade no comitê. O EMCFA passará a ter 4 representantes, sendo um do próprio EMCFA, um da CHOC, um da CHELOG e um da CAE.
- **Participação do HFA, ESG e CENSIPAM no Comitê:** Foi informado que o DEPTI fará uma consulta ao DEORG para definir sobre a participação do HFA e da ESG nas reuniões do Comitê com direito a voto.

3ª Reunião (24/06/2015)

- **Pauta:** Composição da estrutura organizacional do COTINC; orçamento 2015 - investimento e custeio para área de tecnologia; projetos prioritários – aquisições; revisão do Plano Diretor de Tecnologia - Base 2014; apresentação da Norma Complementar NC03 – Acesso à Internet; outras Informações.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Composição da estrutura organizacional do COTINC:** foi apresentado o organograma com a atual composição do COTINC, conforme definição validada na reunião do COTINC de maio de 2015. A composição do COTINC foi aprovada, por unanimidade, com a seguinte composição: 01 DEPTI – Coordenação; 09 Representantes; 01 MD (ASCOM); 04 SG (SG, SEPROD, SEPESD e SEORI); 04 EMCFA (EMCFA, CHOC, CHELOG e CAE); HFA / CENSIPAM / ESG – Convidados.
 - **Orçamento 2015 - Investimento e Custeio para área de tecnologia:** Foi apresentado que o orçamento para 2015, estava estimado R\$ 10.984.005,23 para investimento e R\$ 9.315.994,77 para custeio.
 - **Projetos Prioritários:** Foram apresentados os projetos definidos como prioritários para o DEPTI: Outsourcing de impressão, Ambiente Seguro, Aquisição de Switch SAN, Aquisição de 350 estações de trabalho, Serviço de Suporte de Técnico, Serviço de Service Desk, Aquisição de tape library e Upgrade para os servidores decacore e hexacore.
 - **Revisão do Plano Diretor de Tecnologia - Base 2014:** A equipe de Governança do DEPTI informou que o PDTIC está sendo revisto frente às necessidades atuais do MD. E quando finalizado este diagnóstico, será iniciado o desenvolvimento do novo PDTIC para o triênio 2016-2018.

- **Apresentação da Norma Complementar NC03 – Responsável DEPTI/NUSIC – Acesso à Internet:** foi informado sobre a liberação do acesso a rede WI-FI Convidado, denominada como CVD, no Edifício sede.
- **Projeto da ASCOM:** foi informado que serão instalados monitores de vídeo nos andares e nos elevadores para divulgação de informações internas.

4ª Reunião (29/07/2015)

- **Pauta:** relatórios de Auditoria da Ciset – Andamento dos trabalhos; revisão e validação do PDTIC – Base 2014; ações de aquisição 2015 – Investimento na área de TIC; plano de trabalho para elaboração do PDTIC 2016-2019: validação e indicação dos representantes das áreas; apresentação resumida da NC 04 – Correio Eletrônico; outras Informações.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Apontamentos da Ciset (Relatório de Auditoria Anual de Contas 66/2014/GAUD/Ciset-MD):** foram apresentadas as informações sobre os apontamentos da Ciset/MD substanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas referentes às determinadas contratações, total de 6, realizadas pelo DEPTI no exercício de 2013. Foi encaminhado à SEORI o memorando com as considerações referentes ao processo de contratação inerente ao tema Ativos de Rede. As informações referentes ao processo para contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, Fábrica de Software, estão em fase final de reformulação e serão encaminhadas à Ciset para apreciação. Em relação ao processo de contratação de empresa para serviços de Cabeamento, foi encaminhado à SEORI memorando com as respostas definitivas para análise e encaminhamento à Ciset/MD. Foi informado ainda que, para os processos de contratação de novos equipamentos voltados para armazenamento de informações (*storage*), para atender às necessidades do DEPTI e do EMCFA, e o processo para aquisição de Monitores, foram elaboradas minutas de respostas e encaminhadas à Ciset para uma primeira análise. Com relação ao contrato firmado com empresa para sustentação dos processos de infraestrutura que foi finalizado em dezembro de 2014 e que deu origem a processos internos de auditoria, informou que será estruturada, por intermédio de uma ação da Secretaria Geral, uma equipe de trabalho para analisar os pagamentos do contrato com a empresa. Ressaltou que o DEPTI está sem contrato de sustentação de infraestrutura e que os serviços oferecidos pelo DEPTI estão sendo mantidos somente pelo pessoal do quadro, com uma equipe bem reduzida. Ressaltou que a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, foi revisada e aprovada nas instâncias devidas para sua publicação e que esta ação é essencial para prosseguimento de contratação de uma nova empresa. A nova POSIC adota o conceito de tratar e classificar os serviços de tecnologia definidos como críticos. Com a publicação da nova política de segurança, informou que está em andamento a estruturação de processo licitatório voltado para contratação de empresa para realização dos serviços.
 - **Revisão e validação do PDTIC 2012-2015:** foi finalizada a revisão do PDTIC e foram definidas as prioridades de execução dos objetivos e, conseqüentemente, a reformulação das respectivas metas, mantendo-se, ainda, os indicadores planejados à época. Os objetivos concluídos e os concluídos em partes serão formalizados em projetos executivos, distribuindo-se as responsabilidades e os recursos financeiros disponibilizados no segundo semestre de 2015. Foram apresentadas as ações de aquisição planejadas para o exercício de 2015 nas áreas de Infraestrutura de TI, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança de TI e Comunicações.

- **Plano de trabalho para elaboração do PDTIC 2016-2019:** Serão realizadas reuniões periódicas semanais com a equipe do projeto para a coordenação e coleta dos resultados dos trabalhos a serem desenvolvidos.
- **Apresentação resumida da NC 04 – Correio Eletrônico:** Foi apresentada a Norma Complementar 04, como proposta de alteração da Instrução Normativa nº 003/SEORI/MD-2006, que trata sobre a utilização de serviço de correio eletrônico corporativo. Foi ressaltada a necessidade do uso do e-mail corporativo para as comunicações oficiais, sendo vedada a utilização de e-mail particular para esse fim.
- **Outras informações: Projeto VOIP:** Informou que foi refeita toda a configuração do servidor redundante do VoIP do prédio anexo e que as ações realizadas pelas equipes técnicas do DEPTI, estabilizaram a solução de VoIP do MD, ações estas, fundamentais para evolução dos trabalhos de revisão da configuração e da arquitetura tecnológica que sustenta a solução atual. Falou também da possibilidade de integrar uma solução de VoIP da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
- **Projeto de Comunicação Visual:** A ASCOM está trabalhando para definir e criar as informações que serão transmitidas nos monitores.

5ª Reunião (26/08/2015)

- **Pauta:** trabalhos realizados; aperfeiçoamento da governança e gestão de TIC – Implantação do modelo de Governança ITIL no EMCFA; processo de prestação de serviços pela Fábrica de Software; atividades em curso e Plano de Trabalho – PDTIC 2016/2019; aquisições de produtos e serviços – LOA 2015; necessidade de adequação do Regimento Interno do COTINC aos normativos atuais; informes gerais.
- **Apresentações / Deliberações:**
 - **Trabalhos realizados pelo DEPTI:** foi informado que o DEPTI está fazendo um estudo para verificar a necessidade de contratação do Laboratório de Tecnologia da Tomada de Decisão – Latitude, da Universidade de Brasília – UNB, para apoiar a implantação de determinados modelos de Governança de TI. Foi informado ter sido publicada em 05/08/2015, após revisão e aprovação no Comitê de Segurança de Tecnologia e Comunicações (CSIC), a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC/MD. Informou também que, dentre as ações de melhoria das estruturas e soluções de TI disponibilizadas pelo DEPTI, está sendo realizada uma revisão na rede lógica do prédio anexo e do prédio sede, com alocação de equipamentos de última geração (discos e servidores), para melhoria da disponibilidade, segurança e performance das soluções de TI sustentadas no Departamento.
 - **Processo de prestação de serviços pela Fábrica de Software:** Foi apresentada a importância de alinhar os projetos prioritários do MD à capacidade de atendimento da Fábrica de Software.
 - **Aperfeiçoamento da governança e gestão de TIC (EMCFA):** Foi apresentada a situação do processo de implantação de metodologia de Governança no EMCFA (ITIL).
 - **Atividades em curso e Plano de Trabalho – PDTIC 2016/2019:** Foi apresentada a situação, as dificuldades a serem superados e necessidades para a adequada elaboração do PDTIC.
 - **Aquisições de produtos e serviços – LOA 2015:** Foi feito um breve relato sobre o limite de movimentação e empenho dos recursos financeiros para o exercício de 2015, informando que o

limite anterior em junho de 2015 era de R\$ 20.300.000,00 e o novo limite, conforme o Decreto 8.496/2015, passou para R\$ 18.000.000,00, com um corte de R\$ 2.300.000,00. Em consequência, foram apresentados quais projetos foram priorizados. Comentou também sobre os projetos priorizados que são externos ao DEPTI.

6ª Reunião (30/09/2015)

- **Pauta:** apontamentos da Ciset; planejamento das Contratações de TI; processo de prestação de serviços pela Fábrica de Software; política de distribuição de equipamentos; necessidade de adequação do Regimento Interno do COTINC aos normativos atuais (Portaria nº 2.035/MD, de 14 de agosto de 2014 e o Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013); informes gerais.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Apontamentos da Ciset:** foi informado que o relatório de controle da Ciset referente às ações do DEPTI apresentou a necessidade de informações adicionais relativas a duas contratações realizadas em 2014 e que foram encaminhadas à SEORI para posterior envio à Ciset as informações complementares para os apontamentos constantes do relatório de auditoria relativo ao exercício de 2013.
 - **Planejamento das Contratações de TI:** foi informado que será realizada uma adesão ao registro de preço da Marinha para aquisições de desktop e notebook e que essa aquisição é essencial para manutenção do parque tecnológico do MD. Falou também que a Sala Segura vai atender as demandas do EMCEA e do DEPTI.
 - **Processo de prestação de serviços pela Fábrica de Software:** foi informado sobre a necessidade de adoção de metodologia AGIL no MD.
 - **Política de distribuição de equipamentos:** foi apresentada uma minuta de Política de Aquisição e Distribuição de Equipamentos de TI no âmbito do MD. Informou que essa minuta será encaminhada por e-mail para os representantes do Comitê para que seja criticada.
 - **Necessidade de adequação do Regimento Interno do COTINC aos normativos atuais:** Foi informado que os documentos estão disponíveis no diretório Público, na pasta COTINC para consulta e manifestações quanto ao tema.

7ª Reunião (28/10/2015)

- **Pauta:** orçamento 2015 - Investimento e Custeio para área de tecnologia; projetos prioritários - Aquisições - Revisão Final; Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2019 - Ações em andamento; e informes gerais.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Orçamento 2015 – Investimento e Custeio para área de Tecnologia:** foi informado que, de acordo com a capacidade de produção das **equipes** do DEPTI e do DEADI, os projetos Construção da Sala Segura, Aquisição de desktops e Notebooks, Aquisição de Firewall, Aquisição de Switch SAN e Outsourcing de impressão foram tratados de forma prioritária. As outras aquisições pretendidas serão realizadas em 2016.
 - **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2019 – Ações em andamento:** foi informado ter sido enviado por e-mail para os membros do Comitê a minuta do PDTIC para validar as sugestões recebidas pela equipe do PDTIC.

- **Informes Gerais: racionalização do gasto público:** Informou que o DEPTI coerente com o determinado no Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015, realizou redução 36,7% do valor do contrato com a empresa Gartner e 22,1% do valor do contrato com a empresa Allen (Microsoft); **acordo de cooperação técnica com a UNB:** Foi ressaltado a necessidade de realização de contratação de serviço voltado para implantação de um modelo de governança na área de TI.

8ª Reunião (25/11/2015)

- **Pauta:** orçamento 2015 - Investimento e Custeio para área de tecnologia; projetos prioritários - Aquisições - Revisão Final; Plano Diretor de Tecnologia 2016/2019 - Ações em andamento; Regimento Interno do COTINC – Apresentação; modelo priorização de Projeto; informes.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Orçamento 2015 – Investimento para área de Tecnologia:** A área de Governança, informou a situação dos projetos, com necessidade de aquisições, priorizados para o exercício de 2015.
 - **Orçamento 2015 – Custeio da área de Tecnologia:** foi apresentada uma tabela com todos os contratos do DEPTI.
 - **Racionalização do gasto público:** foi informado que com a racionalização dos contratos com a Gartner e com a Microsoft houve uma economia de aproximadamente R\$ 1.542.925,31 para o Ministério da Defesa.
 - **Necessidade de contratação de solução VOIP:** foi apresentado para análise do Comitê uma proposta para aquisição de uma nova solução voltada para telefonia (VOIP) em adequação a solução já existente. Essa necessidade já havia sido apresenta anteriormente ao Comitê, porém havia sido remanejada para o exercício de 2016 em virtude da carência de pessoal especializado no DEPTI, da complexidade técnica do certame e do curto espaço de tempo para estruturação do processo. Com a chegada do especialista em VOIP, e com o apontamento de problemas ocorridos corriqueiramente na rede de telefonia, faz-se necessária a busca da priorização dessa contratação.
 - **Plano Diretor de Tecnologia 2016-2019:** foi informado sobre a importância do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do MD e apresentados os modelos que farão parte do novo PDTIC. Foi solicitado aos setores que ainda não entregaram os seus levantamentos que o façam com a maior brevidade possível para que sejam consolidados e inseridos no PDTIC, visando atender o cronograma de atividades.
 - **Regimento Interno do COTINC:** foi apresentada uma versão atualizada do Regimento Interno do COTIN para ser analisada pelos membros e informado que está disponível no repositório COTINC no diretório público.

9ª Reunião (16/12/2015)

- **Pauta:** orçamento 2015 - Investimento e Custeio para área de tecnologia; projetos prioritários – Aquisições - revisão final; Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2019 - Ações em andamento; Regimento Interno do COTINC – Apresentação; informes gerais.
- **Apresentações / Deliberações**
 - **Orçamento 2015:** investimento para área de Tecnologia: construção da Sala Segura: O novo Diretor informou que ainda está formando opinião sobre esse projeto; aquisição de desktop: está em análise na CONJUR; aquisição de firewall: não será possível a conclusão de todos os artefatos para adesão ainda neste ano; outsourcing de Impressão: processo encontra-se em análise pela

equipe da CONJUR e será executado com recursos do exercício de 2016; projeto VOIP: Será realizado no exercício de 2016.

- **Fábrica de Software:** foi informado que o contrato com a Fábrica de Software foi encerrado e fez uma explanação sobre os motivos que levaram ao encerramento do contrato e sobre os riscos do não estabelecimento desse contrato. A Fábrica irá finalizar todas as ordens de serviços que estão abertas até meados do mês de março e não será possível o atendimento de novas demandas.
- **Regimento Interno do COTINC:** Foi apresentada proposta de nova versão do Regimento Interno do COTINC, a qual foi aprovada por unanimidade.
- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2016-2019 – Ações:** foi informado sobre a importância dessa ferramenta para gestão e controle da alta administração. Informou que foram realizadas 34 reuniões no âmbito da administração central do MD e que teve como produto a minuta do novo PDTIC 2016-2019. O Diretor ressaltou a importância da divulgação do PDTIC no MD.

6.3.4 Força de trabalho

O quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI engloba servidores efetivos da carreira de TI da unidade, de outras carreiras da unidade, da carreira de TI de outros órgãos, de outras carreiras de outros órgãos, além de terceirizados e estagiários.

A força de trabalho do Departamento de Tecnologia da Informação apresenta como particularidade, que a diferencia de outros Ministérios, a lotação de militares da ativa das Forças Armadas. Tendo em vista que boa parte dos serviços de TIC foi realizado com pessoal orgânico, notadamente nas áreas de infraestrutura e segurança, o nível de terceirização na prestação destes trabalhos foi baixo, quando comparado com os modelos de contratação de empresas de sustentação adotados em outros órgãos da Administração Pública e, mesmo por este Ministério em outros períodos, concentrando nas áreas de Fábrica de Software e manutenção do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SGED).

Foram realizados trabalhos de atualização com o objetivo de captar novos talentos em substituição a servidores que deixaram suas funções e para preencher cargos vagos, visando adequar-se a mudança de uma estrutura que utilizava uma empresa de sustentação, para o modelo atual, baseado na execução de serviços de suporte aos serviços de infraestrutura com o pessoal orgânico. O quadro a seguir apresenta de forma sumarizada o efetivo lotado na área de TIC (Sumário de Pessoal).

Quadro 24- Sumário de Pessoal

DESCRIÇÃO DE VAGAS	DIRETOR	Gab Diretor/ SATA	NuSIC	GEGOV	GESIS	GEINF			TOTAL	CARGOS CEDIDOS	CARGOS VAGOS
						Ger / COSUP	COTEL	COINF			
Gratíf GR	-	2	-	-	1	-	-	-	3	1	1
DAS.1	-	-	-	1	-	3	2	4	10	2	-
DAS.2	-	1	1	2	4	-	-	3	11	2	-
DAS.3	-	1	1	2	2	4	1	2	13	5	-

DAS.4	-	-	-	1	1	1	-	-	3	-	-
DAS.5	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Militar	-	1	2	1	2	2	3	2	13	-	4
Analista de Tecnologia da Informação (ATI)	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
Recebido do EMCFA	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
EXISTENTE NO DEPTI	1	5	5	7	10	11	6	11	56	10	5
Extra Dotação	Estagiário		-	-	-	1	2	2	4	15	24
	Terceirizado		-	3	-	-	2	2	2	1	10
Total do Efetivo Extra	0	3	0	1	4	4	6	16	34		

Situação em: 02/12/2015

6.3.5 Plano de capacitação do pessoal de TI

Embora não esteja formalmente definida no regimento interno a responsabilidade pelo processo de capacitação, o processo ocorre da seguinte forma:

- 1) O planejamento da capacitação inicia com o levantamento pelas gerências das habilidades e competências necessárias para o desempenho das tarefas regimentais do setor.
- 2) A Gerência de Governança consolida as necessidades levantadas, verificando se os cursos e treinamentos propostos são realmente necessários ao exercício das funções, racionalizando o emprego dos recursos financeiros e do tempo de trabalho dos servidores.

O produto final do planejamento é expresso, de forma sintética, como uma tabela de duas entradas (Anexo 19 e 20), onde consta nas linhas os eventos de capacitação e nas colunas os nomes dos servidores. Desta maneira é possível identificar claramente quem está realizando os cursos identificados como necessários e quais o curso que cada servidor está realizando, quanto tempo estará em curso e o total investido, tanto por servidor como por item de conhecimento.

6.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

Para o gerenciamento da Infraestrutura de TI, realizado pela Gerência de Infraestrutura (GEINF), é utilizada a ferramenta de Gestão de Tecnologia da Informação disponível no Portal do Software Livre denominada CITSMART, ferramenta está baseada na metodologia ITIL (Information Technology Infrastructure Library) para o Gerenciamento de Serviços de TI. A solução tem como objetivo principal manter a eficiência nos processos de prestação de serviços de TI e promover a melhoria dos mesmos. Atua em conformidade com as boas práticas descritas na biblioteca ITIL.

Tendo em vista que a tríade básica da Segurança da Informação é composta pelos atributos disponibilidade, integridade e confidencialidade, o Núcleo de Segurança da Informação e das Comunicações (NU-SIC) também realiza constante monitoramento dos serviços, utilizando ferramentas de monitoramento como o Nagios e desencadeia as ações necessárias à manutenção da disponibilidade ao constatar qualquer incidente.

A Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e Inovação (GESIS) exerce sua competência de prover os serviços de desenvolvimento de sistemas de TI com o apoio de contratos de terceirização de serviços na modalidade Fábrica de Software. Para tanto todos os sistemas são desenvolvidos com base nas seguintes metodologias:

6.3.6.1 Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS)

A MDS foi elaborada visando controlar o projeto de desenvolvimento de software a fim de manter o rumo do projeto sobre controle, para que os desvios de planejamentos de custos e prazos sejam evitados ou minimizados. Conforme a MDS, a entrega dos artefatos produzidos durante o ciclo de desenvolvimento de novos sistemas é realizada ao longo das seguintes etapas:

1. Planejamento
2. Iniciação
3. Elaboração
4. Construção/ Transição
5. Finalização
6. Entrega e Homologação
7. Gestão de Mudança

Figura 3- Estrutura Analítica do Processo (EAP) de Desenvolvimento e o fluxo de processos

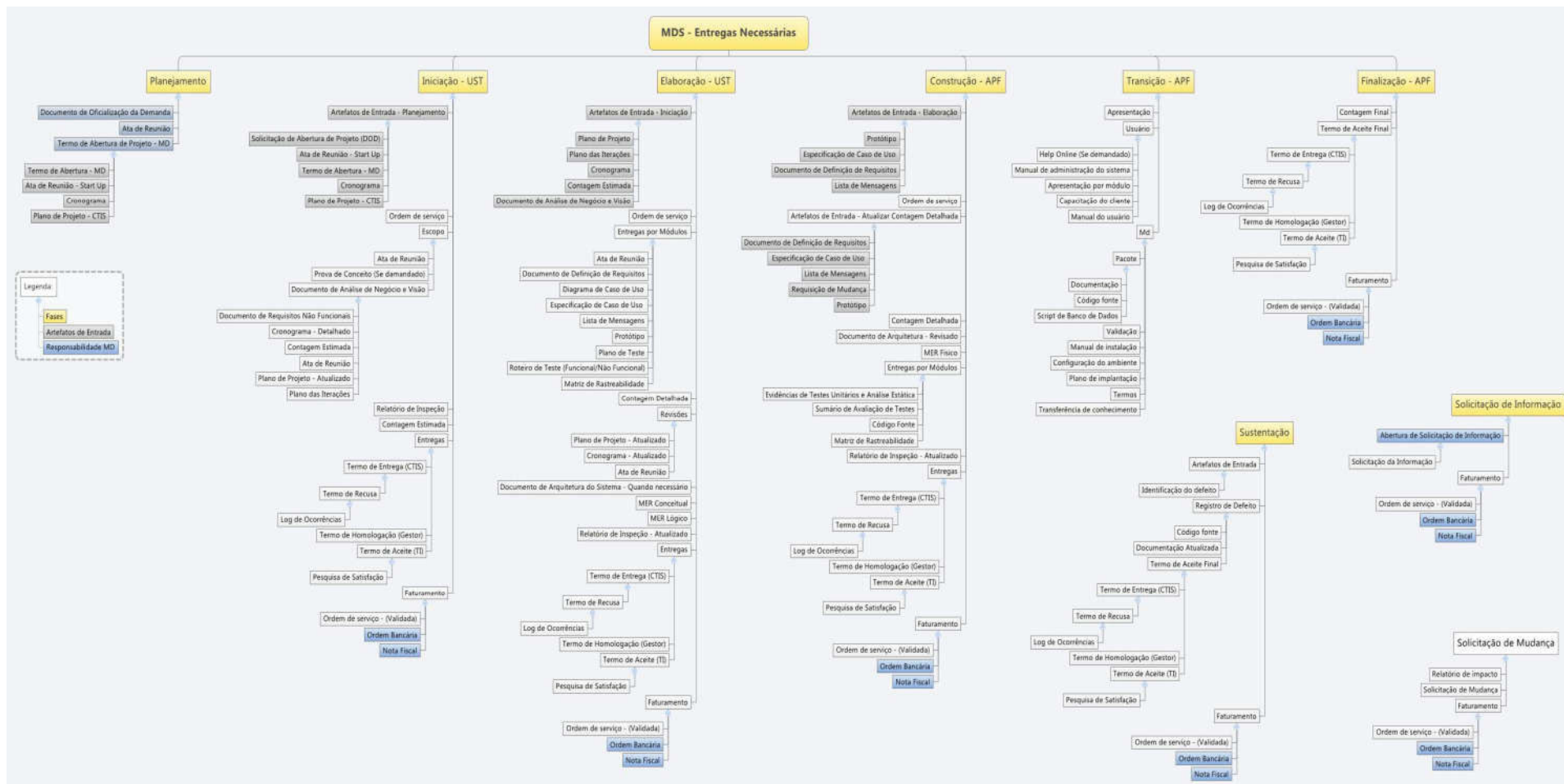
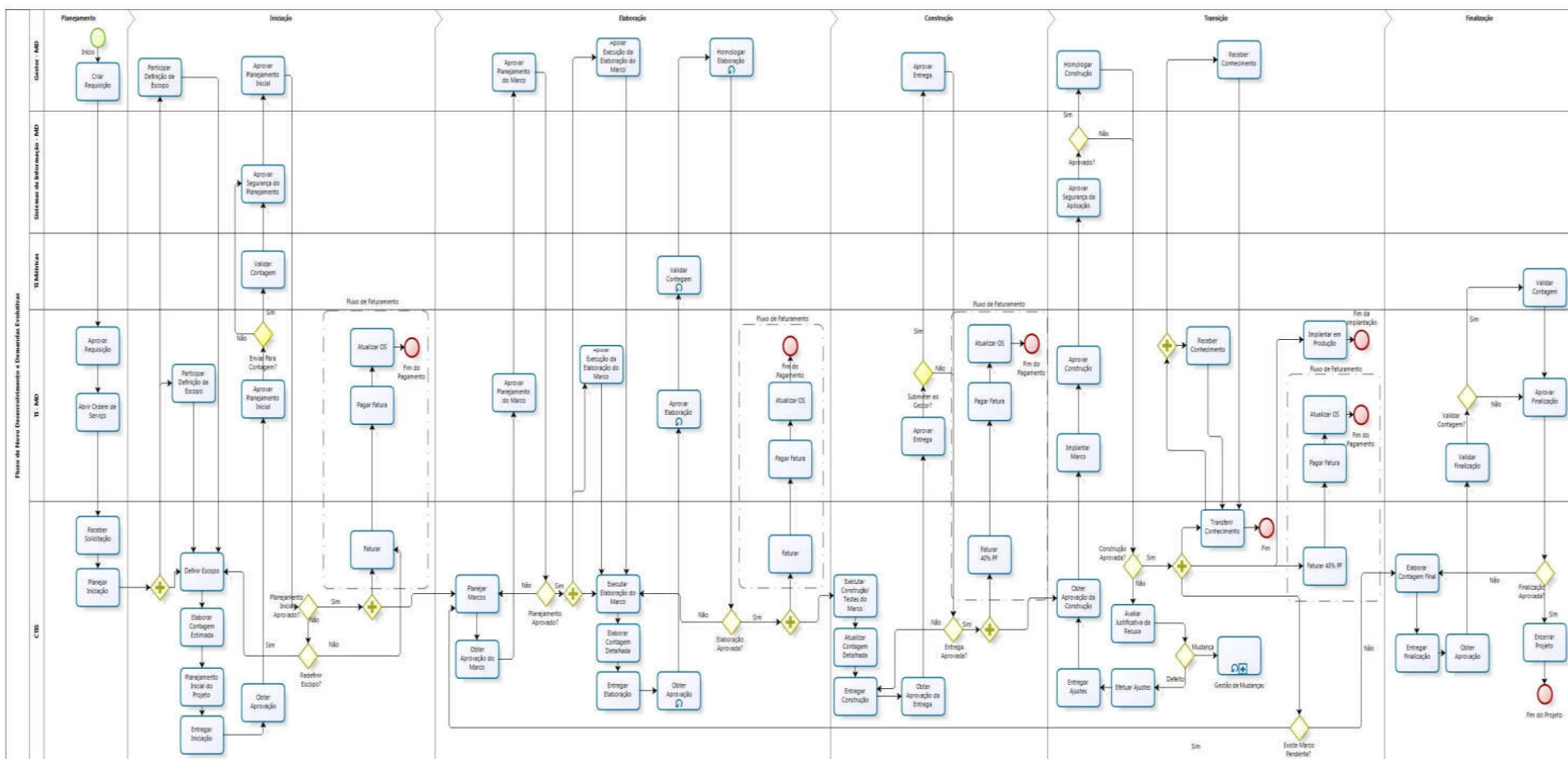


Figura 4- Fluxo de processos da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas



6.3.6.2 Guia de Banco de Dados

Este documento visa estabelecer uma convenção de nomenclatura e padronização dos atributos e domínios a ser seguida nos sistemas do Ministério da Defesa.

6.3.6.3 Catálogo de Interface

Este documento tem como objetivo orientar os desenvolvedores e web designers dos sistemas desenvolvidos no Ministério da Defesa nas atividades de elaboração e manutenção da interface dos sistemas. Os princípios apresentados são baseados em parâmetros de usabilidade, ou seja, com foco no usuário. Sua intenção é promover uma melhor interação do usuário com as funcionalidades do sistema, orientando sua construção para que os padrões de usabilidade sejam mantidos. Estas orientações visam a abranger todas as soluções de interfaces necessárias para o adequado desenvolvimento. As diretrizes contidas neste documento abrangem os sistemas desenvolvidos no Ministério da Defesa, não se aplicando a outros sistemas que por algum motivo venham a ser integrados a esses.

6.3.6.4 Guia de Contagem de Pontos de Função

Este documento tem como objetivo disciplinar a medição dos projetos de desenvolvimento, manutenção e aplicações em produção, de forma subsidiária ao Manual de Práticas de Contagem, versão 4.3 ou superior, do IFPUG (International Function Point Users Group), e ao Roteiro de Métricas de Software do SISP. A técnica de Análise de Pontos de Função quantifica as funções contidas no software em termos que sejam significativos para os usuários do software, ou seja, determina o tamanho funcional do software. A medida está diretamente relacionada com os requisitos de negócio que o software se destina a abordar. Portanto, pode ser facilmente aplicada em uma ampla gama de ambientes de desenvolvimento e ao longo do ciclo de um projeto de desenvolvimento, desde a definição de requisitos até o uso operacional completo. A técnica fornece uma medida objetiva e comparativa que auxilia na avaliação, planejamento, gestão e controle da produção de software.

6.3.6.5 Outras referências utilizadas:

Política de Segurança da Informação e Comunicações

http://intranet.defesa/arquivos/institucional/legislacao_e_normas/posic-md.pdf

Instrução Normativa nº 01/SEORI, de 7 de fevereiro de 2013

<http://intranet.defesa/arquivos/GESIS/legislacao/TN-001-SEORI.pdf>

6.3.7 Projetos de TI desenvolvidos no período

Os projetos de TI relacionados a seguir, os resultados esperados, o alinhamento com os planejamentos estratégico e de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão, foram efetivados no período.

6.3.7.1 Projetos de Infraestrutura e Segurança

Conforme anexo 21

6.3.7.2 Projetos de Desenvolvimento de Software:

Tabela 75 - Projetos de TI desenvolvidos no período (Desenvolvimento de Software)

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO				
SISTEMA	ORÇAMENTO ESTIMADO	ORÇAMENTO DESPENDIDO	DATA DE INÍCIO	PRAZO DE ENTREGA

SISADE	R\$ 776.520,53	R\$ 616.297,83 (79%)	Set 2014	Fev 2016
SISGEPES	R\$ 646.791,04	R\$ 502.679,25 (78%)	Out 2014	Abr 2016
SISACESSO	R\$ 421.133,68	R\$ 180.206,29 (43%)	Set 2014	Abr 2016
SISPERFIL	R\$ 421.143,72	R\$ 250.788,74 (60%)	Mai 2014	Ago 2016

SISADE (Sistema de Apoio à Decisão Estratégica): O SISADE tem como objetivo a manipulação de dados e a geração estruturada de informação de interesse estratégico para o Ministério da Defesa (MD). Visa estruturar e implementar, de forma sistematizada, a coleta, o processamento, a transmissão e a disseminação dos dados que representam informação ao MD, por meio de um fluxo mais confiável e menos burocrático das informações obtendo como resultados o ganho de produtividade, a maior integridade e veracidade das informações, a maior estabilidade e segurança de acesso à informação e mais agilidade e organização essenciais para uma boa tomada de decisão.

O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 776.520,53, sendo despendidos, até o momento, R\$ 616.297,83. O prazo de entrega do projeto está estimado para fevereiro de 2016.

SISGEPES (Sistema de Gestão de Pessoas): O SISGEPES é um sistema criado com o intuito de gerir os recursos humanos da Administração Central do MD, com importação de toda a base de dados do SIRHU e integração com outros sistemas. O atual Sistema de Recursos Humanos (SIRHU) apresenta sinais de obsolescência já que não atende mais às necessidades de gerenciamentos das informações sobre os recursos humanos. Com o desenvolvimento do SISGEPES espera-se possibilitar a geração de relatórios e gráficos que atendam as necessidades da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e a maior automação e agilidade no processo de gestão de pessoal do MD.

O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 07: “OE07 – Garantir o desenvolvimento e a manutenção de sistemas informatizados” e a Iniciativa Estratégica nº03: “IE03 – Garantir a manutenção e a modernização dos sistemas informatizados corporativos”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 646.791,04 sendo despendidos, até o momento, R\$ 502.679,25. O prazo de entrega do projeto está estimado para abril de 2016.

SISACESSO (Sistema de Controle de Acesso): O SISACESSO tem como objetivo provisionar acesso único a todos os projetos do MD. Dessa forma, o usuário será autenticado uma única vez e será autorizado nos outros sistemas de acordo com suas responsabilidades. Foi planejado para atender à necessidade de prover administração de acesso e à utilização de um ponto único de autenticação obtendo como resultados: o alinhamento com as recomendações das normas de segurança da informação da presidência da república que visa à utilização de, no mínimo, dois fatores de autenticação além do ganho de produtividade ao realizar uma única autenticação.

O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC” e com o Objetivo Estratégico nº 12: “OE03 – Suportar a segurança de TIC no âmbito da administração central do MD” e a Iniciativa Estratégica nº 01: “IE01 – Garantir o apoio à infraestrutura de segurança da TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 421.133,68 sendo despendidos, até o momento, R\$ 180.206,29. O prazo de entrega do projeto está estimado para abril de 2016.

SISPERFIL (Sistemas de Informação de Perfil Militar): O SISPERFIL visa automatizar e agilizar o processo de aplicação do questionário com o intuito de retratar o perfil da Classe Militar permitindo, entre outras funcionalidades, a autenticação e o sigilo sobre as respostas dos usuários e a disponibilização de relatórios e gráficos consolidados. Espera-se obter como resultados: maior integridade e veracidade das informações e mais agilidade e organização para uma boa tomada de decisão. A expectativa é que o sistema concentre várias informações sobre o perfil da classe militar gerando relatórios e gráficos que possam subsidiar a tomada de decisão mantendo o sigilo e a autenticidade das repostas dos militares.

O sistema está alinhado com as diretrizes estabelecidas no PDTIC 2012-2015 deste Ministério estando de acordo com o Objetivo Estratégico nº 03: “OE03 – Aumentar a qualidade da gestão da TIC” e a Iniciativa Estratégica nº 02: “IE02 – Estabelecer agilidade na administração de TIC”. O custo previsto para o projeto foi orçado em R\$ 421.143,72 sendo despendidos, até o momento, R\$ 250.788,74. O prazo de entrega do projeto está estimado para agosto de 2016.

6.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas

Para mitigar eventuais dependência tecnológicas de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI são adotados os seguintes procedimentos, quando aplicáveis:

- A operação da infraestrutura é baseada no emprego de recursos humanos orgânicos do Departamento de Tecnologia da Informação do MD. Para tal, é realizado processo seletivo baseado em análise de currículo e entrevista para a ocupação de cargos comissionados.
- Tendo em vista que parte do efetivo é disponibilizado ao Ministério da Defesa pelas Forças Armadas, são realizadas gestões junto às Forças para que os militares cedidos sejam adequados aos perfis desejados.
- Para manter e expandir a capacidade técnica dos recursos humanos busca-se promover a capacitação e atualização nas tecnologias utilizadas e naquelas passíveis de adoção no ambiente computacional do MD.
- Para todo equipamento e software adquirido, que requeira conhecimento técnico especializado, é previsto no contrato a transferência de conhecimento.
- Sempre que é feita atualização de soluções de TIC, a empresa responsável é acompanhada por um servidor do Departamento, para observar, adquirir conhecimentos e dirimir dúvidas sobre detalhes de configuração.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quando da contratação de serviços de engenharia, os editais de licitações do MD trazem em atendimento aos normativos legais, exigências que visam a garantia da sustentabilidade ambiental das atividades decorrentes da execução de tais serviços, assim sendo, em um item próprio de cada edital encontramos recomendações tais como as abaixo transcritas:

Critérios ambientais:

A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução

nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Com relação aos materiais e equipamentos envolvidos em tais serviços, as especificações levam sempre em consideração aspectos relacionados com a qualidade de tais insumos e com a eficiência energética decorrente de seu emprego nos serviços, objetivando a redução no consumo de energia elétrica.

O Ministério da Defesa (MD) segue as legislações supracitadas para adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços.

No que tange a participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), o MD interage com demais órgãos da Administração Pública participando de reuniões e palestras e atuando ainda de forma incipiente nesta atividade.

O MD coordena ações e metas relacionadas aos resíduos recicláveis descartáveis que envolvem cooperativa para este fim. Essas ações e metas fazem parte do Projeto Esplanada Sustentável – PES por orientação da Portaria Interministerial nº 244, de 6 de junho de 2012, publicada no DOU de 08/06/12, seção I, pag 137.

Em suas contratações o órgão segue as legislações supracitadas observando os parâmetros previstos no Decreto 7.746/2012, porém não possui plano de gestão de logística sustentável em suas contratações.

6.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Identificação

O Fundo do Ministério da Defesa (FMD), de natureza contábil, instituído pela Lei nº 7.448/1985, com a denominação de Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas (Fundo do EMFA), nomenclatura alterada pelo art. 17-A da Lei nº 9.649/1998, destina-se a complementar os recursos orçamentários e financeiros da administração central do Ministério da Defesa com o objetivo de proporcionar meios para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de interesse militar, aprovados e executados na Ação 2000 – Administração da Unidade.

Objetivos e desempenho

De acordo com o Decreto nº 92.222/1985, compete ao Fundo do Ministério da Defesa: a) manter os Próprios Nacionais Residenciais (PNR), jurisdicionados à administração central do MD; b) custear taxas ordinárias de condomínio, taxas extraordinárias para manutenção dos PNR e taxas de água, esgoto e energia elétrica e taxa de limpeza pública (TLP) de apartamentos desocupados do MD; c) manter a residência oficial do Senhor Ministro de Estado da Defesa; d) atender despesas com pesquisas visando o desenvolvimento de ações militares e atividades relativas à Comissão de Estudos de Alimentação das Forças Armadas, com recursos do Fundo de Rações Operacionais (FRO).

Os recursos do Fundo do MD têm caráter rotativo, com competência de complementar as dotações orçamentárias insuficientes ou para atender despesas não previstas no orçamento da administração central do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares. Seu desempenho é pautado baseado nos subsídios fornecidos pela Gerência de Patrimônio Obras e Serviços (GEPOS), na manutenção dos PNR e pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO), para atender estudos e pesquisas de alimentação para as Forças Armadas nos quais são solicitados recursos a serem descentralizados para o DEADI, bem como para os Comandos Militares.

O Fundo descentraliza crédito e financeiro para ACMD, bem como para os Comandos Militares e o orçamento do FMD é disponibilizado na LOA de acordo com o que é gerado através dos rendimentos de aplicação financeira. Além disso, ele contabiliza recursos oriundos da receita propiciada pela taxa de concessão de ocupação de imóvel de Próprio Nacional Residencial, sendo que sua maior fonte de receita é a de aplicação financeira. O planejamento para o ano de 2015 foi 99,07% atingido, tendo sido atendidos os objetivos propostos.

Demonstração da origem dos ingressos dos recursos, aplicações e saldos acumulados

Tabela 76 - Plano de aplicação orçamentária do FMD

FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			
DESPESAS - LOA 2015 (LEI nº 013.155, DE 20 ABR 2015)			
DESPESAS PROGRAMADAS PARA FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - FMD			
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Ação - 2000 - Administração da Unidade	VALOR INI- CIAL	ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO	SALDO
1 - Despesas com Taxa Extraordinária (condomínio)	650.644,84	525.397,03	125.247,81

2 - Despesas com Taxa Ordinária (condomínio)	133.706,17	108.390,17	25.316,00
3 - Despesas com Taxa Ordinárias (Associação dos Compossuidores)	137.150,11	120.172,38	16.977,73
4 - Despesa com Manutenção e Conservação dos PNR (Contrato)	933.945,00	1.163.620,33	-229.675,33
5 - Despesas com Taxa de Limpeza Pública de PNR vagos (TLP)	10.000,00	7.818,43	2.181,57
6 - Despesas com Energia Elétrica (CEB) dos PNR desocupados	2.000,00	6.860,08	-4.860,08
7 - Despesas com água (CAESB) dos PNR Desocupados	1.000,00	1.463,22	-463,22
8 - Aquisição de material PNR (Ministro da Defesa)	50.000,00	6.161,20	43.838,80
9 - Pagamento com Exercícios Anteriores	0,00	5.919,40	-5.919,40
10 - Material p/manutenção de Bens imóveis/Instalações	0,00	2.126,92	-2.126,92
11 - Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	1.584,00	-1.584,00
12 - Valor transferido do FRO para atender demanda de PNR	31.067,04	0,00	31.067,04
Totais=>	1.949.513,16	1.949.513,16	0,00

Tabela 77 - Plano de aplicação orçamentária do FRO

FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA			
DESpesas - LOA 2015 (LEI nº 013.155, DE 20 ABR 2015)			
DESpesas Programadas para o Fundo de Rações Operacionais – FRO			
NATUREZA DA DESPESA/DISCRIMINAÇÃO			
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	VALOR INICIAL	ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO	SALDO
Ação - 2000 - Administração da Unidade			
3.3.90.14 - Diária Pessoal Civil	18.000,00	8.878,60	9.121,40
3.3.90.15 - Diária Pessoal Militar	92.837,88	79.797,40	13.040,48
3.3.90.33 – Passagens	80.300,00	71.901,03	8.398,97
3.3.90.30 - Material de Consumo	50.100,00	36.515,52	13.584,48
3.3.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	74.685,00	65.340,32	9.344,68
3.3.90.93 - Ressarcimento de Passagens e Desp. com Locomoção	0,00	286,10	-286,10
4.4.90.52 - Material Permanente	0,00	0,00	0,00
Valor transferido para atender demanda de PNR	-31.067,04	0,00	-31.067,04
TOTAL	284.855,84	262.718,97	22.136,87

Relacionamento dos recursos com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

Os recursos do Fundo do Ministério da Defesa aplicados na atuação do Departamento de Administração Interna, DEADI, foram:

- Despesas com Taxa Extraordinária de Condomínio;
- Despesas com Taxa Ordinária de Condomínio;
- Despesas com Taxa Ordinária de Condomínio (Associação de Compossuidores);
- Despesas com Manutenção e Conservação dos PNR (Contrato);
- Despesas com Taxa de Limpeza Pública (TLP);

- Despesas com Energia Elétrica (CEB) dos PNR desocupados;
- Despesas com Água (CAESB) dos PNR desocupados;
- Despesas com material para o PNR do Ministro da Defesa; e
- Despesas com material para manutenção de bens imóveis (instalações).

Os recursos do Fundo do Ministério da Defesa aplicados na atuação do Fundo de Rações Operacionais, FRO, foram:

- Despesas com Diárias de Pessoal Civil;
- Despesas com Diárias de Pessoal Militar;
- Despesas com Passagens;
- Despesas com Material de Consumo; e
- Despesas com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Informações Relevantes

Visando atualizar as regras referentes ao Fundo do MD, adequando-as às exigências decorrentes da criação do Ministério da Defesa, foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República a Exposição de Motivos nº 00445/2015 MD MF MP, de 01/10/2015 (Processo 60584.000080/20055-24), submetendo o projeto de lei que dispõe sobre atualização das regras do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e revogação da Lei nº 7.448/1985.

O Fundo do Serviço Militar, por suas peculiaridades, foi abordado e analisado no relatório de gestão do EMCFA, reunindo as informações necessárias para a avaliação do órgão de controle.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

As deliberações do TCU são monitoradas e controladas pela Secretaria-Geral utilizando mecanismos institucionais de controle de processos a partir das bases de acesso público disponibilizadas pelo TCU. São as seguintes as deliberações do TCU pendentes de cumprimento:

Quadro 25- Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC Nº 015.529/2010-0	Nº 2.461/2015 TCU/Plenário	5.3.1.1.1	DE/RE	08/12/15
TC Nº 034.660/2014-3	2.314/2015 TCU/Plenário	9.6 e 9.7	DE/RE	
Órgão/Entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Organização Institucional (SEORI)/Secretaria-Geral (SG)/MD				
Descrição da deliberação/recomendação				
<p>No Parecer Prévio sobre as contas prestadas pela Presidente da República, relativas ao exercício de 2014, aprovado pelo Acórdão nº 2.461/2015 - Plenário, o Tribunal de Contas da União, seguindo as deliberações exaradas no Acórdão nº 2.059/2012 – Plenário e no Acórdão nº 2.468/2013 – Plenário (TC nº 015.529/2010-0), que tratam de auditoria no sistema brasileiro de previdência pública, promoveu as seguintes recomendações, dirigidas à administração do Ministério da Defesa, do Ministério da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República:</p> <p>5.3.1.1.1 Falta de transparência sobre a situação atuarial da União</p> <p>– Pensões militares: ausência de política e registros contábeis</p> <p>RECOMENDAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao Ministério da Defesa que calcule o valor presente das projeções das pensões militares das Forças Armadas; • Ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas, permitindo assim a apresentação dessa informação no Balanço Patrimonial da União e a divulgação das premissas e detalhamentos em notas explicativas já para o exercício de 2015 e seguintes. <p>– Militares inativos: ausência de projeção e de política de registros contábeis</p> <p>RECOMENDAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • À Casa Civil da Presidência da República e aos Ministérios da Defesa e da Fazenda que realizem estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares. Posteriormente, no bojo do monitoramento das deliberações proferidas no Acórdão nº 2.059/2012 - Plenário e no Acórdão nº 2.468/2013 – Plenário, o Colendo Tribunal aprovou o Acórdão nº 2.314/2015 - Plenário (TC nº 034.660/2014-3), determinando nos seguintes termos: <p>9.6 - determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (SEORI) que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montépío militar, ex-combatentes e outras semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência;</p> <p>9.7 - determinar à SEORI, à RFB, ao MPS, ao INSS, à Casa Civil e à STN que apresentem, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação com vistas ao atendimento às deliberações a eles dirigidas nos itens 9.1.2.1,</p>				

9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, bem como nas deliberações exaradas no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II do relatório de monitoramento.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Em 20 de outubro de 2015, o Ministério da Defesa interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão nº 2.314/2015 – Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas, nos termos do Ofício nº 1178/2015-TCU/Secex Previdência, de 8 de dezembro de 2015, resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos daquele Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos nº 2.059/2012 - Plenário e nº 2.468/2013 - Plenário o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Acrescente-se que a matéria tem sido objeto de providências e debates com órgãos do Governo, alcançados pelas deliberações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, particularmente a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) e a Casa Civil da Presidência da República (CC-PR). Desse modo, não obstante a argumentação quanto à amplitude de alcance dos efeitos suspensivos, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial com atribuição de realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, “[...] estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, observando os marcos normativos internacionais e nacionais, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares, objetivando atendimento de recomendação do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.461/2015-TCU Plenário”, conforme Portaria Conjunta MF/CC-PR/MD nº 1, de 14/1/2016, publicada no Diário Oficial da União de 15/1/2016.

Como conclusão, esta Secretaria considera a necessidade de aguardar a posição do TCU em face do Recurso de Reconsideração interposto na forma acima relatada, para a consecução de medidas relacionadas à matéria.

A área de Gestão de Pessoas, de responsabilidade regimental do DEADI, foi oficiada pela Secretaria de Controle Interno – Ciset/MD, por meio do Memorando nº 201/2015/Geori/Ciset-MD, de 09/06/2015, acerca das providências a serem adotadas para o cumprimento da determinação emanada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.176, de 13/05/2015, que trata da uniformização, no âmbito da administração pública federal, da aplicação da legislação que dispõe sobre o cálculo dos proventos de aposentadoria de servidores, com base na média das maiores remunerações, conforme previsto no § 3º, do art. 40, da Constituição Federal, a partir da vigência da MP nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004.

Na ocasião foi efetuado o levantamento das aposentadorias concedidas com base nos normativos mencionados, bem como prestadas as informações pertinentes à Secretaria de Controle Interno, cujo teor da resposta, enviada à Ciset/MD pelo Memorando nº 208/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD, de 14/09/2015, segue transcrita abaixo:

“1. Sobre o assunto, cumpre informar que:

a) Em relação à aplicação do item 9.2 do mencionado acórdão, incumbe ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de órgão gestor do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, a responsabilidade de adequação do referido sistema, o qual efetua o cálculo dos proventos dos servidores, de forma automática.

b) Em contato, via telefone, com o Ministério do Planejamento obtivemos a informação de que o módulo de aposentadoria do SIAPE já foi adaptado à determinação da Colenda Corte e o cálculo já está disponível para conferência pelos órgãos. Afirmou, ainda, que será veiculado, em breve, comunica contendo as orientações acerca dos procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional para cumprimento das determinações constantes do citado acórdão.

No tocante aos itens 9.3 e 9.4, informo que:

a) Foi efetuado levantamento no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, com a finalidade de identificar as aposentadorias concedidas a partir de 19 de fevereiro de 2004, cujo cálculo dos proventos tenha se dado pela média das maiores remunerações, com fundamento no § 3º, do art. 40, da Constituição Federal (redação dada pela EC 41/2003), com vigência a partir da publicação da Medida Provisória nº 167, convertida na Lei nº 10.887, ambas de 2004.

b) Do levantamento identificamos 9 (nove) aposentadorias as quais relacionamos abaixo, concedidas com base no fundamento legal supracitado, cujo cálculo dos proventos obedeceram às determinações elencadas no item 9.3 do acórdão em questão:

MAT.	NOME	DATA DA CONCESSÃO	MOTIVO
6660630	ANTONIO JOSE PEREIRA DA SILVA	04/04/2007	IDADE
6660640	ARGEMIRO DIONISIO DE PAIVA	24/05/2006	INVALIDEZ
6660781	JOAO GONCALVES CARDOSO	11/05/2011	INVALIDEZ
6660784	JOAO MIGUEL DE SOUZA	11/10/2007	IDADE
6660847	MARIA IZABEL PEREIRA	12/06/2007	INVALIDEZ
6660891	WAHITTA LISBOA MOREIRA	03/05/2004	INVALIDEZ
11040460	LAURA TIERNO FERREIRA	11/12/2003	INVALIDEZ
11102987	ALESSANDRA CARLA FILGUEIRA CABRAL	07/03/2007	INVALIDEZ
11107397	CLAUDIA DO CARMO	27/12/2011	INVALIDEZ

c) Em relação às aposentadorias concedidas por invalidez entendemos que não são alcançadas pelo acórdão nº 1.176/TCU, de 2015, ainda que tenham sido inicialmente calculadas pela média das maiores remunerações, haja vista que foram revisadas, nos termos disciplinados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012, uma vez que os proventos dessas aposentadorias, a partir de 30 de março de 2012 (data da alteração), passaram a ser calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, conforme transcrito abaixo:

"Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal."

d) Assim, somente estariam sujeitas à aplicação do Acórdão nº 1.176/TCU as aposentadorias concedidas aos servidores ANTONIO JOSE PEREIRA DA SILVA e JOAO MIGUEL DE SOUZA, caso fosse identificada alguma divergência no cálculo de seus proventos.

e) Do confronto das informações constantes do processo de aposentadoria com as existentes no módulo do SIAPE, identificamos que não há necessidade de promover nenhuma alteração nos proventos dos servidores abaixo, cujo resultado segue discriminado:

NOME	PROCESSO DE APOSENTADORIA		ÚLTIMA REMUNERAÇÃO CONTRIBUTIVA	MÓDULO DO SIAPE		CONFRONTO DE VALORES PROVENTOS ATUAIS	
	Média apurada	Prov. Pago		Média apurada	Prov. Devido	Remun. Percebida atualmente	Remun. Módulo SIAPE
ANTONIO JOSE PEREIRA DA SILVA (29/35 avos)	11.505,69	11.247,57	11.667,75	11.506,28	11.285,31	11.996,14	11.996,13
JOAO MIGUEL DE SOUZA (33/35 avos)	22.137,12	22.015,00	22.228,27	22.204,68	22.087,32	33.241,71	33.241,67

f) Nesse contexto, não há alteração a ser efetivada nas aposentadorias mencionadas, razão pela qual não se aplica o item 9.4 do acórdão nº 1.176/TCU, de 2015.”

É importante mencionar que não há, na área de Gestão de Pessoas, deliberações do Tribunal de Contas da União pendentes de cumprimento.

7.2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Devido ao reduzido número, as recomendações do órgão de controle interno, são acompanhadas, caso a caso, dispensando o uso de sistemas informatizados e estruturas de controle, bem como a designação de área específica. No ano de 2015 foram emitidas as seguintes respostas aos questionamentos de Órgão de Controle Interno:

a. Em 09 de junho de 2015, foi encaminhado à SEORI, por intermédio do Memorando nº 214, as análises exaradas quanto a solicitação de informações do item 11 referente à Solicitação de Auditoria nº 08.04/2015/GAUD/Ciset-MD a saber:

- Item 11 – “Apresentar as avaliações técnicas realizadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação que serviram de base para a estimativa dos quantitativos necessários dos itens constantes do Pregão Eletrônico nº 15/2014, conforme citado no Projeto Básico nº 15/2013 – DEPTI, de 8/11/2013;”

b. No mesmo Memorando de nº 214, informou-se que não havia informações adicionais a serem fornecidas pelo DEPTI no que concerne aos seguintes itens:

- Item 12 – “Justificar o prosseguimento do procedimento licitatório sem a realização de no mínimo três pesquisas de preço para os itens 7, 16 e 17 do Pregão Eletrônico nº 15/2014, conforme consta no Quadro Comparativo dos Preços (Valor Unitário e Total), fls 250 a 252”.
- Item 13 – “Justificar a aceitação do Item 17 (Pen drive 32 GB Segurança Máxima) por preço superior ao item 19 (Pen drive 32 GB), uma vez que os modelos oferecidos pelos licitantes para atender as especificações constantes do edital de licitação para ambos os bens são idênticos (SanDisk Cruzer Blade 32GB Z50)”.

c. Em 20 de julho de 2015, por intermédio do Memorando nº 289, foi encaminhado à SEORI, as análises exaradas quanto à Solicitação de Auditoria nº 15.04.2015/GAUD/CISSET-MD, de 07 de julho de 2015. A SA nº 15 contém solicitação designada ao DEPTI, item 6, relativo ao Processo nº 60586.000873/2014-14 – Adesão à ARP - Pregão Eletrônico nº 15/2013 do Instituto Nacional de Criminalística (UASG 160548) a saber:

- Item 6 – “Apresentar justificativa técnica confirmando que a especificação do objeto (Workstation), constante do Anexo II ao Planejamento da Aquisição (PA) nº 02/2014 é a mais adequada para atender as demandas apresentadas pelos setores requisitantes em seus respectivos Documentos de Oficialização – DOD (fls 2 a 10).”.

d. Em 22 de julho de 2015, através do Memorando nº 297, foi encaminhado à SEORI, as análises exaradas quanto à Solicitação de Auditoria nº 18.04.2015/GAUD/CISSET-MD, de 07 de julho de 2015. A SA nº 18 contém solicitações designadas ao DEPTI, relativas aos Processos de nº: 60320.000523/2014-79 – Adesão nº 10/2014 ao Pregão Eletrônico nº 10/2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Item 01) e de nº 60586.000439/2014-34 – Pregão Eletrônico nº 64/2013 do Comando Militar do Sul – CMS (Item 05), a saber:

- Item 1 – “Informar se a demanda foi avaliada pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI) e se a referida aquisição está em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI vigente para o exercício de 2014, apresentando a documentação suporte”.
- Item 5 – “Apresentar o estudo que fundamentou as estimativas dos quantitativos dos itens apresentados no Planejamento da Aquisição (fls. 8 a 35), bem como exposto no Memorando nº 93/SG/SEORI/DEPTI-MD, de 2/12/2013”.

Tratamento de Determinações e Recomendações do OCI, para o DEADI, conforme Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 075/GAUD/CISSET-MD, de setembro de 2015.

A UPC, no exercício financeiro de 2015, recebeu do Controle Interno demandas da ordem de 10 (dez) recomendações direcionadas para a área de licitações e contratos. Tais recomendações apontaram fragilidades no processo licitatório, tais como: falhas na realização da pesquisa de preços; falta de análise crítica aos atestados de capacidade técnica; e fragilidade na condução dos processos administrativos autuados contra empresas que descumpriram regras licitatórias.

Em vista disso, foram instaurados 61 (sessenta e um) processos de sanção administrativos para apuração de conduta irregular das empresas nos processos de licitação, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa. Por oportuno, cabe informar que das recomendações estabelecidas pelo Controle Interno, todas foram implementadas e atendidas.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

A administração central não registrou danos imputáveis no exercício de 2015.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A Coordenação de Engenharia e Manutenção gere dois contratos ativos de serviços de engenharia com cronograma físico financeiro, quais sejam:

- **Contrato nº 17/2014 MD:** Readequação Parcial das Instalações do Anexo do Bloco “O”, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.
- **Contrato nº 37/2014 MD:** Revitalização das Fachadas do Edifício Residencial Bloco G, situado à SQN 211, Asa Norte, Brasília-DF.

Ambos os contratos se encontram dentro do prazo de vigência e contam com desembolsos mensais previstos em cronograma físico-financeiro aprovado. Todos os desembolsos são apropriados e controlados

por meio de relatórios de medição, com o registro da evolução dos serviços para controle de saldos, atendendo as exigências legais prescritas no art. 5º da lei 8.666-93.

Tabela 78 - Contratos de Serviços de Engenharia

Nº DO CONTRATO	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	ADITIVOS	PERCENTUAL PAGO
017/2014-MD	READEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO ANEXO AO BLOCO "O"	Contrato: 16/06/2014 1º T.A.: 15/04/2015 2º T.A.: 06/10/2015	16/06/2014 Até 15/12/2015	1º T.A Acrescer ao contrato o valor de R\$ 1.133.760,80, passando o valor Global para R\$ 9.142.429,74. 2º T.A Prorrogar o prazo de vigência por um período de 120 dias, contados de 15/07/2015 até 13/04/2016, e acréscimo de R\$ 1.450.057,65 e supressão de R\$ 650.997,60. O valor total do Contrato após o 2º Termo Aditivo é de R\$ 9.941.489,79.	92,37 % e R\$ 9.182.653,48
037/2014-MD	Revitalização fachadas do Bloco "G" da SQN 211 (CVT)	Contrato: 27/10/2014 1º T.A.: 17/07/2015 2º T.A.: 28/12/2015	27/10/2014 Até 26/10/2016	1º T.A Acrescer ao contrato o valor de R\$ 104.245,60, passando o valor Global para R\$ 2.328.074,14. 2º T.A Prorrogar o prazo de vigência por um período de 120 dias, contados de 15/07/2015 até 13/04/2016, e acrescer o valor de R\$ 123.763,60. O valor total do Contrato após o 2º Termo Aditivo é de R\$ 2.451.837,74.	89,84 % e R\$ 2.202.947,42

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

As providências relacionadas ao benefício decorrente da desoneração da folha de pagamento, com vistas ao cumprimento da deliberação do TCU, estão suspensas em razão da cessação dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013 - Plenário, a partir de 18/11/2014, até ulterior deliberação daquela Colenda Corte conforme consta no Relatório de Auditoria Anual de Contas S- Exercício de 2014, item 2.11, datado de 25/09/2015.

ANEXO 1

Quadro de Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Secretaria de Organização Institucional (SE-ORI)	Gestão das estruturas organizacionais, estudo de propostas de alteração da legislação, controle orçamentário e financeiro dos recursos do MD e gestão da tecnologia e informação da administração central do MD. Também atua como órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), do Sistema de Administração de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Administração de Contabilidade Federal.	Luiz Antônio de Souza Cordeiro	Secretário de Organização Institucional	01/01–31/12
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto	Planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à política de pessoal civil, militar e pensionistas, à Política de Ensino de Defesa, ao Projeto Rondon, à Política e à Estratégia de Saúde e Assistência Social das Forças Armadas, ao desporto militar, além da gestão do Hospital das Forças Armadas.	Joaquim Silva e Luna Herval Lacerda Alves Ricardo Machado Vieira	Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto	01/01–22/10 23/10–17/12 18/12–31/12
Secretaria de Produtos de Defesa	Propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de CT&I de defesa, da política nacional da indústria, de compras e de catalogação de produtos de defesa, acompanhando a sua execução.	Murilo Marques Barboza	Secretário de Produtos de Defesa	01/01–31/12
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Gestão das políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; e das ações necessárias à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM.	Rogério Guedes Soares	Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	01/01–31/12
Departamento do Programa Calha Norte	Gestão orçamentária e financeira do Programa Calha Norte; a celebração de convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa; e o monitoramento da execução física dos projetos	Roberto de Medeiros Dantas	Diretor do Departamento do Programa Calha Norte	01/01–31/12

ANEXO 2

Quadro de Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Apoio a Políticas Públicas	Envolve a coordenação do Projeto Rondón; do Programa Calha Norte; e da capacitação para o mercado de trabalho; o gerenciamento de programas desportivos e de programas de inclusão social pelo esporte; o apoio às políticas de saúde e assistência social, às ações da defesa civil na Amazônia, às políticas públicas na Amazônia; e à proteção ambiental por meio de dados de sensoramento remoto.	Implementação das ações decorrentes dos projetos provenientes das instituições de ensino superior; apoio logístico, de execução financeira, coordenação e execução; gerenciamento de Programas de Projetos Especiais; apoio às políticas públicas de saúde e assistência social, mediante a capacitação de pessoal e prestação de serviços assistenciais; boletins meteorológicos e hidrometeorológicos; operacionalização e gestão do parque de sensores tecnológicos instalados na Amazônia; geração de pesquisas e produtos aplicados à gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos; implantação e gestão de infraestrutura de comunicação satelital; apoio a inclusão social e digital, ao ordenamento territorial e a regularização fundiária; gestão territorial e ambiental com base em geoinformação; desenvolvimento de pesquisa aplicada; capacitação e formação de competências locais na região amazônica; produtos cartográficos; métodos de extração de dados obtidos de imagens de satélite; produtos resultantes do monitoramento de uso e ocupação do território em áreas prioritárias para combate ao desmatamento na Amazônia; estudos técnico-científicos para indicação de novas tecnologias para obtenção de dados remotos na região da Amazônia Legal; celebração, acompanhamento e recebimento da execução de convênios firmados com Estados e Municípios da Região do Calha Norte, voltados para a realização de obras de infraestrutura básica; descentralização orçamentária e controle da execução dos recursos destinados às iniciativas priorizadas pelos Estados-Maiores das Forças Armadas, no âmbito do Calha Norte; Projeto Soldado Cidadão.	Subunidades do CENSIPAM (I); estudantes das instituições de ensino superior (E); comunidades carentes (E); FA (E); ME (E); entidades esportivas nacionais e internacionais (E); MDS (E); MEC (E); público em geral de acordo com o tema alvo da política pública (E); Governo Federal, Estados, Municípios e Países (E); Sociedade (E); instituições de ensino e pesquisa (E)	CENSIPAM DPCN SEPESD
Assuntos Internacionais de Defesa	Envolve a condução da cooperação internacional; o apoio às ações junto ao Conselho de Desenvolvimento Sulamericano (CDS); a coordenação da participação brasileira em operações de paz	Articulação, intercâmbio e acordo internacional com países dentro e fora da UNASUL; pareceres, informações, orientações e recursos; exposição de motivos, avisos ministeriais, portarias e acordos de cooperação.	MD (I); Países dentro e fora da UNASUL (E); Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Sulamericano (CDS) (E); ONU via MRE (E); FA (E); MRE (E); PR (E).	CAE

ANEXO 2

Quadro de Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
	sob a égide da ONU; a coordenar, criação e acreditação de representações militares no exterior; a coordenação da autorização de voo para aeronave militar estrangeira; a gestão do relacionamento internacional com ministérios congêneres			
Comunicação Social de Defesa	Envolve a divulgação das ações de Defesa; a comunicação digital; a comunicação interna; a promoção institucional; a imprensa; o planejamento e gestão da comunicação social.	Divulgação de informações sobre defesa nacional (Livro Branco de Defesa Nacional)	Sociedade (E); Governo (E); Comunidade Internacional (E); FA (E).	ASCOM ASPLAN
Gestão do Conhecimento de Defesa	Envolve a gestão de conhecimento e inovação sobre Defesa; a gestão do conhecimento produzido sobre a Amazônia; a organização de eventos sobre Defesa; a produção e divulgação de conhecimento sobre Defesa; o fomento de diálogo sobre Defesa	Conscientização da sociedade para a importância da Defesa e a inserção do tema na agenda nacional; apoio de execução financeira; organização e gestão da informação para integração e divulgação do conhecimento; promoção e organização de eventos e palestras sobre temas de defesa; estudos, subsídios para palestras, notas técnicas, informações e análises; promoção de canais de diálogo.	Ministro (I); subunidades do CENSIPAM (I); ASPLAN (I); SEPESD (I); ESG (I); SEPROD (I); EMCFA (I); instituições de ensino superior de Defesa (E); órgãos ligados a PD&I (E); entidades de interesse da Defesa (E); Governo Federal, Estados e Municípios (E); países e empresas detentoras de know-how de geotecnologias (E); FA (E); academia (E).	SEPESD CENSIPAM IPC
Gestão Estratégica de C, T & I, Logística e Mobilização	Envolve a coordenação da consolidação e sustentação da BID; o gerenciamento da normatização de produtos, tecnologias e empresas de Defesa; o gerenciamento das compensações comerciais, tecnológicas e industriais de interesse da defesa; a coordenação do fomento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de interesse da defesa; o exercício do assessoramento	Proposições de negócios e parcerias; emissão de documentos de credenciamento e homologação; normas de competência da SEPROD; subsídios para normas relacionadas a produtos, tecnologias e empresas de defesa; otimização do uso de direitos decorrentes das cláusulas contratuais de offset; proposições de parcerias; viabilização da execução de projetos de interesse da defesa; assessoramento sobre projetos, produtos e tecnologias de defesa; proposta de participação/parceria em programas e iniciativas setoriais; pareceres sobre produtos, empresas e tecnologias de defesa; atendimento de demandas	MD (I); SG (I); EMCFA (I); SEPROD (I); BID (E); FA (E); entes da Administração Pública (E); base tecnológica (E); entes internacionais (E); Estado brasileiro (E); empresas de cartografia e geoprocessamento que executam o aerolevanteamento (E); Órgãos Governamentais (E).	SEPROD CHELOG

ANEXO 2

Quadro de Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
	estratégico sobre produtos e empresas de Defesa; a coordenação da articulação com a BID e instituições interessadas no setor de Defesa; a coordenação da promoção comercial do setor de Defesa; o gerenciamento da catalogação de produtos de defesa e credenciamento de empresas de defesa; a coordenação das ações para domínio de tecnologias de interesse da defesa; a coordenação do processo seletivo para o Serviço Militar Obrigatório; a condução do planejamento da mobilização nacional e militar; a gestão da interoperabilidade logística; a coordenação da articulação e do equipamento de defesa; a coordenação das atividades relacionadas com a alimentação no âmbito das FA; a gestão do credenciamento e da autorização para aerolevanteamento em território nacional; a gestão dos requisitos de apoio às ações de defesa civil; a gestão das informações sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de inteligência tecnológica de defesa.	relacionadas à BID; elaboração de cenários sobre a BID; planejamento estratégico para o mercado internacional de defesa; autorizações de exportação de produtos de defesa; banco de dados destinado à governança do ciclo de vida dos produtos de defesa; pareceres sobre bens sensíveis e disposições de regimes e acordos internacionais; participação em articulações na área de bens sensíveis; participação nas articulações para evitar ou contornar possíveis cerceamentos tecnológicos aos projetos de interesse da defesa; Serviço Militar Obrigatório e Capacitação profissional; RH capacitados; marco legal; escritórios de Mobilização Setoriais; informações para o apoio ao Planejamento Nacional de Mobilização; carências logísticas; mentalidade de mobilização; Plano Setorial de Mobilização Militar; Plano Nacional de Mobilização; relatórios de requisitos da Interoperabilidade; consolidação de planos e projetos; estabelecimento do valor da etapa alimentação; consolidação de processos de segurança alimentar; aprimoramento das rações operacionais; instrumentos legais de inscrição de entidades executantes de aerolevanteamento e autorização para execução de projetos de aerolevanteamento; coordenação de recursos logísticos em apoio às atividades de Defesa Civil; assessoramento nas áreas de meteorologia, cartografia, guerra eletrônica, cibernética, criptografia e sensoriamento remoto.		
Gestão Estratégica do Profissional de Defesa	Envolve a coordenação da política de remuneração dos militares das FA; a coordenação do ensino de Defesa; a coordenação da saúde e da assistência social militar; a gestão de carreiras, cargos e funções.	Política de Remuneração dos Militares das Forças Armadas (argumentos e cálculos); propostas de normas e legislação relativas ao Ensino de Defesa; apoio de execução financeira; coordenação das normas aplicáveis ao MD; reestruturação de carreiras; propostas de concurso público; negociação de realinhamentos salariais; movimentação de pessoal.	MD (I); PR (E); MPOG (E); Congresso Nacional (E); instituições de ensino técnico e superior de Defesa (E); usuários dos sistemas de saúde e de assistência social (E); FA (E); CC/PR (E).	SEPESD SEORI

ANEXO 2

Quadro de Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Planejamento e Coordenação do Emprego Conjunto	Envolve o gerenciamento de dados e do conhecimento de inteligência para a proteção da Amazônia; a elaboração do planejamento político estratégico militar (PMD e EMiD); a elaboração do planejamento logístico para emprego conjunto; o desenvolvimento da doutrina conjunta de C2; a elaboração do Plano Estratégico para o SISMC2; a gestão do funcionamento do SISCO-MIS; a ampliação da capacidade de comunicações militares; a elaboração do planejamento estratégico de defesa (Plano de Inteligência de Defesa); a elaboração do planejamento estratégico de defesa (avaliação estratégica de inteligência de Defesa); o apoio às atividades de inteligência de Defesa; o gerenciamento da atividade de Inteligência pelos Adidos de Defesa; a coordenação do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE); a gestão do Sistema de Inteligência Operacional (SIOP); a gestão da inteligência de Defesa para as operações conjuntas, Interagências, de paz da ONU e Grandes Eventos; a coordenação das operações conjuntas interagências, de adestramento combinado e conjunto, e complementares; a coordenação do planejamento estratégico de emprego conjunto; a coordenação do apoio das atividades de defesa civil; a coordenação das ações de ajuda humanitária	Produtos de Inteligência Tecnológica; produtos da Análise Tecnológica; Portal de Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Florestal e apoio no Planejamento e Controle (PLACON) de operações; proposta de atualização da Política Militar de Defesa e da Estratégia Militar de Defesa; Planos de Logística e Mobilização; desenvolvimento da doutrina de C2; Plano Estratégico para o SISMC2; gerência técnica e logística do SISCO-MIS; ampliação da capacidade de comunicações militares; proposta do Plano de Inteligência de Defesa; avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa (AEID); conhecimentos; proposta de diretrizes em proveito das medidas de segurança orgânica e ativa; padronização de doutrina e normatização de assuntos relativos à inteligência de Defesa; produtos do Sistema de Inteligência Operacional; relatórios e sínteses de inteligência; produtos e assessorias na atividade de inteligência operacional, com destaque para as áreas de imagens, criptografia, tecnologia da informação, guerra eletrônica e meteorologia; ambientação de inteligência operacional; instruções, planos estratégicos, operacionais e táticos; diretrizes e planos de coordenação; a coordenação do apoio às atividades de Defesa Civil; a coordenação de assistência humanitária; planos específicos de coordenação.	MD (I); EMCFA (I); CENSIPAM (I); FA (E); Comandos Operacionais Ativados (E); Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) (E); integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (E); aditâncias de Defesa (E); Forças de Paz (E); agências de inteligência de órgãos civis (E); Comandos operacionais conjuntos (E); FA estrangeiras (E); Órgãos governamentais e agências (E); Nações amigas (E); ONU (E).	CHOC CENSIPAM

ANEXO 2**Quadro de Macroprocessos Finalísticos**

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
	internacional; a coordenação da participação brasileira em operações de paz; a gestão da Doutrina de Defesa.			
Planejamento Estratégico, Orçamento e Finanças	Envolve a administração de orçamento, finanças e contabilidade; a elaboração do planejamento estratégico de Defesa (PND e END); a gestão da Sistemática de Planejamento Estratégico de Defesa.	Propostas de PPA, LDO, Lei Orçamentária, Execução orçamentária, financeira e patrimonial, e Relatório de Gestão; Pareceres, informações e a Sistemática de Planejamento Estratégico.	MD (I); FA (E); TCU (E); Órgãos Governamentais (E).	SEORI ASPLAN

ANEXO 3

Quadro de Objetivos do Exercício

PROGRAMA		OBJETIVOS	
2043	Integração Sul-Americana	0406	Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança
2046	Mar, Zona Costeira e Antártida	0558	Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental
		0560	Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais
		0561	Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas
		0562	Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área
		0564	Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida
2055	Desenvolvimento Produtivo	0196	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva
2058	Política Nacional de Defesa	0461	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais
		0462	Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego
		0463	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea
		0464	Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial
		0482	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional
		0502	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional
		0519	Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima
		0520	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica
		0521	Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial
		0523	Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego
		0527	Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema
		0528	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima
		0532	Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado

ANEXO 3

Quadro de Objetivos do Exercício

PROGRAMA	OBJETIVOS
	0533 Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia
	0534 Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle
	0542 Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística
	0552 Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado
	0554 Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil
	0547 0547 Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional
	0971 Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	123J			Tipo: Projeto		
Título	123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)					
Iniciativa	01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)					
Objetivo	Código: 0464					
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
867.138,00	598.867.138,00	358.720.760,54	92.126.419,02	92.126.419,02	0,00	266.594.341,52
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Helicóptero adquirido		Unidade	12,00	0,00	7,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
443.996.623,12	555.291.068,31	0,00	Helicóptero adquirido	unidade	7,00	

Ação 123J

O Projeto H-XBR tem como finalidade a aquisição de 50 aeronaves tipo EC 725, a serem distribuídas para as três Forças Armadas, sendo duas na versão VIP para o apoio à Presidência da República. A execução física do RAP foi computada em exercícios anteriores. Das 50 aeronaves previstas no contrato já foram entregues 20 até o exercício de 2015.

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20T4			Tipo: Atividade		
Título	20T4 - Manutenção do Sistema Militar de Catalogação					
Iniciativa	00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)					
Objetivo	Código: 0196					
Programa	Desenvolvimento Produtivo			Código: 2055 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.800.000,00	1.800.000,00	958.307,98	838.838,88	765.558,81	73.280,07	119.469,10
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Sistema mantido		Unidade	1,00	0,00	1,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
800.079,81	798.466,14	1.613,67	Sistema mantido	unidade	1,00	

Ação 20T4

Embora tenha tido sua tarefa dificultada, em face da redução de quase 50% de seus recursos em relação ao estabelecido na PLOA, o objetivo da Ação foi atendido, sendo que para isso foram postergadas algumas iniciativas e reprogramadas/redimensionadas algumas outras.

Como principais realizações no período, pode-se enumerar o incremento da atividade de catalogação concretizado por meio das seguintes atividades:

- Implantação da Estrutura de Governança Operacional do SISMICAT – Portaria Normativa nº 2.764/MD, de 14 de dezembro de 2015, aprovou as Normas para a Governança Operacional do Sistema Militar de Catalogação;
- Realizada a verificação em 26% do banco de dados do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CE-CAFA), nos dados cadastrais das empresas que constam na base de dados do SISMICAT. Além da atualização dos registros, destaca-se como resultado dos trabalhos realizados, a exclusão de trinta e duas empresas em virtude do encerramento de suas atividades ou de alterações em seus contratos sociais.
- Realização de palestras para as escolas militares, federações das indústrias e fóruns de defesa sobre a transformação da atividade de catalogação, em função do marco regulatório da BID; e
- Participação em eventos nacionais e internacionais (Fóruns técnicos e conversações bilaterais).
- Realização do Seminário Internacional de Catalogação na Escola de Guerra Naval, nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2015, em coordenação com a NATO Support Agency (NSPA) e com o CDS-UNASUL. Este Seminário foi dividido em dois eventos, tendo como objetivo principal, por meio das palestras e

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

demais atividades, a organização, em caráter permanente, de um Fórum de Catalogação no contexto do Conselho de Defesa da UNASUL (CDS-UNASUL), a ser denominado CATSUL/CATSUR. Destaca-se ainda no escopo da realização do Seminário, o incentivo à cooperação e aumento da interoperabilidade nas operações logísticas dentro da América do Sul, além de incentivo a busca contínua por melhorias para se alcançar uma maior eficiência na codificação de materiais e aumentar a visibilidade da Base Industrial de Defesa dos países.

- Realização do Programa de Treinamento Internacional em Catalogação para a República da África do Sul (PROTIC-RAS). Realizado no mês de agosto, nas dependências do CECAFA para 16 alunos indicados pelo Ministério da Defesa da República da África do Sul.
- Implantação da Solução Tecnológica do SISCAT-BR, dando término ao processo iniciado em 2014, a fim de atender aos protocolos definidos pelos Acordos internacionais do Sistema OTAN de Catalogação (SOC) previstos nos documentos STANAG (Standardization Agreement) 3150, 3151, 4177, 4199 e 4498.

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2452			Tipo: Atividade		
Título	2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte					
Iniciativa	01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte					
Objetivo	Código: 0520					
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.765.480,00	27.765.480,00	9.008.556,17	2.564.235,23	2.289.471,57	274.763,66	6.444.320,94
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pelotão adequado		Unidade	7,00	0,00	1,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.929.771,82	7.054.944,70	465.931,48	Pelotão adequado	Unidade	7,00	

Ação 2452

No período considerado, os seguintes fatores foram determinantes para a baixa execução física: atraso na aprovação da LOA 2015, corte orçamentário, restrições impostas pela Portaria nº 172/MPOG, de 27 de maio de 2015, além das inúmeras mudanças solicitadas pelo Comando do Exército nas trocas de Elementos de Despesa (ED) e das finalidades e de Grupos de Despesa (dentro dos limites estabelecidos), visando os ajustes orçamentário com os recursos destacados pelo Programa.

As metas alcançadas no período, fruto de pequenas e médias intervenções, foram atingidas em função dos valores liquidados de R\$ 2.564.235,23. Por oportuno, é interessante mencionar que o volume de recursos concedidos por conta da dotação vinculada a esta Ação, atingiu a quantia de R\$ 9.008.556,17, cujas metas restantes deverão ser atingidas com a liquidação de restos a pagar da LOA 2015, inscrito pelo Comando do Exército.

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2B28			Tipo: Atividade		
Título	2B28 - Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa					
Iniciativa	00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional					
Objetivo	Código: 0196					
Programa	Desenvolvimento Produtivo			Código: 2055 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
900.000,00	900.000,00	847.162,77	389.491,68	350.580,00	38.911,68	457.671,10
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado - unidade		Unidade	1,00	0,00	1,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
398.712,69	452.451,47	0,16	Projeto apoiado	unidade	2,00	

Ação 2B28

No período considerado, os seguintes fatores foram determinantes para a baixa execução física: atraso na aprovação da LOA 2015, corte orçamentário, restrições impostas pela Portaria nº 172/MPOG, de 27 de maio de 2015, além das inúmeras mudanças solicitadas pelo Comando do Exército nas trocas de Elementos de Despesa (ED) e das finalidades e de Grupos de Despesa (dentro dos limites estabelecidos), visando os ajustes orçamentário com os recursos destacados pelo Programa.

As metas alcançadas no período, fruto de pequenas e médias intervenções, foram atingidas em função dos valores liquidados de R\$ 2.564.235,23. Por oportuno, é interessante mencionar que o volume de recursos concedidos por conta da dotação vinculada a esta Ação, atingiu a quantia de R\$ 9.008.556,17, cujas metas restantes deverão ser atingidas com a liquidação de restos a pagar da LOA 2015, inscrito pelo Comando do Exército.

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8425			Tipo: Atividade		
Título	8425 - Apoio ao Projeto Rondon					
Iniciativa	04GF - Fortalecimento da Consciência Cidadã do Universitário					
Objetivo	Código: 0502					
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000,00	4.000.000,00	2.751.811,26	2.347.800,18	2.308.723,97	39.076,21	404.011,08
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Universitário capacitado		Unidade	900,00	0,00	620,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.496.209,97	1.141.205,91	351.324,75	Universitário capacitado	Unidade	1.317,00	

Ação 8425

A meta física do PPA 2012-2015 para o Projeto Rondon de 2.375 rondonistas ao ano foi reprogramada para 900 rondonistas em 2015. Assim, o Projeto recebeu no orçamento a dotação de R\$ 2.763.313,00 (dois milhões setecentos e sessenta e três mil trezentos e treze reais). Isto representou a redução de 31% referente à dotação da LOA. Também resultaria na capacitação de 620 universitários, entretanto, os esforços de gestão frutos de alianças do MD com os governos estaduais, dos Estados do Mato Grosso e Maranhão, permitiram majorar em 32% a entrega do produto à sociedade.

Então, com o total de 820 universitários capacitados, esta alavancagem fez o MD alcançar os 91% (noventa e um) da meta reprogramada para o exercício de 2015. Os governos estaduais parceiros contribuíram com aporte financeiro e logístico para a Operação Paiaguás com 90 (noventa) rondonistas participantes no Mato Grosso e Operação Bacuri com 110 (cento e dez) rondonistas que atuaram no Estado do Maranhão, totalizando 200 (duzentos) rondonistas.

Por outro lado, o Governo Federal, com recursos exclusivos, contemplou as Operações Itacaiúnas e Bororós, onde os 620 rondonistas, de 62 Instituições de Ensino Superior (IES), atuaram em 30 municípios próximos das cidades sedes de Marabá-PA e de Cuiabá-MT.

Em resumo, com abrangência nacional a Ação 8425 apresentou como produto final entregue à sociedade os 820 rondonistas capacitados, oriundos de 82 IES, situadas em 11 (onze) Estados da Federação (Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Maranhão) e no Distrito Federal, que atuaram em 39 municípios dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Pará.

ANEXO 4

Quadro de Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Referente ao “RAP Não Processado”, cabe registrar que a “Execução Física” correspondente foi computada no Acompanhamento Orçamentário do 2º semestre de 2014.

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	1211		Tipo: Projeto				
Descrição	Implantação da Infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte						
Iniciativa	Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal						
Objetivo	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia						
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	151.000.000,00	151.000.000,00	75.900.000,00	0,00	0,00	0,00	75.900.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001-Nacional	Projeto concluído		Unidade	500,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001-Nacional	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0011- No Estado de Rondônia	72.511.500,00	73.111.500,00	36.420.092,00				36.420.092,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0011- No Estado de Rondônia	Projeto concluído			Unidade	405,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0011- No Estado de Rondônia	52.151.004,00	40.495.625,50	6.937.378,50	Projeto concluído	Unidade	139,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0012- No Estado do Acre	32.293,450,00	32.293.450,00	15.822.388,00	0,00	0,00	0,00	15.822.388,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0012- No Estado do Acre	Projeto concluído			Unidade	207,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0012- No Estado do Acre	32.388.757,50	18.307.500,00	12.538.257,50	Projeto concluído	Unidade	53,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0013- No Estado do Amazonas	57.421.100,00	57.421.100,00	26.401.083,74	0,00	0,00	0,00	26.401.083,74
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0013- No Estado do Amazonas	Projeto concluído			Unidade	234,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0013- No Estado do Amazonas	75.467.135,50	27.558.467,50	30.722.757,00	Projeto concluído	Unidade	39,00	
Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0014- No Estado de Roraima	70.456.100,00	70.456.100,00	26.986.124,00	0,00	0,00	0,00	26.986.124,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0014- No Estado de Roraima	Projeto concluído			Unidade	91,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0014- No Estado de Roraima	82.613.590,13	58.782.330,41	12.200.000,00	Projeto concluído	Unidade	44,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016- No Estado do Amapá	23.374.600,00	23.374.600,00	10.224.775,00	0,00	0,00	0,00	10.224.775,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0016- No Estado do Amapá	Projeto concluído	Unidade	20,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016- No Estado do Amapá	47.718.688,00	27.018.389,50	14.375.086,00	Projeto concluído	Unidade	44,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0100- No Município de Alta Floresta D'Oeste - RO	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0100- No Município de Alta Floresta D'Oeste - RO	Projeto concluído			Unidade	100,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0100- No Município de Alta Floresta D'Oeste -RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0101- No Município de Ariquemes- RO	4.712.300,00	4.712.300,00	2.612.388,00	0,00	0,00	0,00	2.612.388,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0101- No Município de Ariquemes- RO	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0101- No Município de Ariquemes- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0103- No Município de Cocal- RO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0103- No Município de Cocal- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0103- No Município de Cocal- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0104- No Município de Cerejeiras- RO	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0104- No Município de Cerejeiras- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0104- No Município de Cerejeiras- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0107- No Município de Costa Marques- RO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0107- No Município de Costa Marques- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0107- No Município de Costa Marques- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0108- No Município de Espigão D'Oeste- RO	870.000,00	870.000,00	870.000,000	0,00	0,00	0,00	870.000,00
Execução Física da Ação							
Descrição da meta				Meta			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0108- No Município de Espigão D'Oeste- RO	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0108- No Município de Espigão D'Oeste- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0111- No Município de Ji-Paraná- RO	3.750,000,00	3.750,000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0111- No Município de Ji-Paraná- RO	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0111- No Município de Ji-Paraná- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0114- No Município de Ouro Preto do Oeste- RO	122.300,00	122.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0114- No Município de Ouro Preto do Oeste- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0114- No Município de Ouro Preto do Oeste- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0116- No Município de Porto Velho- RO	20.250.000,00	20.250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0116- No Município de Porto Velho- RO	Projeto concluído			Unidade	21,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0116- No Município de Porto Velho- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0121- No Município de Vilhena- RO	2.500.000,00	2.500.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0121- No Município de Vilhena- RO	Projeto concluído			Unidade	4,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0121- No Município de Vilhena- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

0121- No Município de São Miguel do Guaporé- RO	1.162.300,00	1.162.300,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0121- No Município de São Miguel do Guaporé- RO	Projeto concluído			Unidade	51,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0121- No Município de São Miguel do Guaporé- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0127- No Município de Buritis- RO	470.000,00	470.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0127- No Município de Buritis- RO	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0127- No Município de Buritis- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0128- No Município de Novo Horizonte do Oeste- RO	261.000,00	261.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	261.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0128- No Município de Novo Horizonte do Oeste- RO	Projeto concluído			Unidade	100,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0128- No Município de Novo Horizonte do Oeste- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0130 No Município de Nova Olinda- AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0130 No Município de Nova Olinda- AM							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0130 No Município de Nova Olinda- AM	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0132- No Município de Castanheiras- RO	150.000,00	150.000,00	149.999,00	0,00	0,00	0,00	149.999,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0132- No Município de Castanheiras- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0132- No Município de Castanheiras- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0135- No Município de Governador Jorge Teixeira- RO	650.000,00	650.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0135- No Município de Governador Jorge Teixeira- RO	Projeto concluído			Unidade	101,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0135- No Município de Governador Jorge Teixeira- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0145- No Município de São Francisco do Guaporé- RO	1.500.000,00	1.500.000,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

0145- No Município de São Francisco do Guaporé- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0145- No Município de São Francisco do Guaporé- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0150- No Município de Vale do Anari- RO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0150- No Município de Vale do Anari- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0150- No Município de Vale do Anari- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0153- No Município de Assis Brasil- AC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0153- No Município de Assis Brasil- AC							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0153- No Município de Assis Brasil- AC	350.000,00	0,00	350.000,00	Projeto concluído	Unidade		
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0154- No Município de Alto Alegre dos Parecis- RO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0154- No Município de Alto Alegre dos Parecis- RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0154- No Município de Alto Alegre dos Parecis- RO	1.261.320,00	1.261.320,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0155- No Município de Bujari- AC	400.000,00	400.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0155- No Município de Bujari- AC	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0155- No Município de Bujari- AC	500.000,00	500.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0156- No Município de Capixaba- AC	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0156- No Município de Capixaba- AC	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0156- No Município de Capixaba- AC	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0157- No Município de Cruzeiro do Sul- AC	1.500.000,00	1.500.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0157- No Município de Cruzeiro do Sul- AC	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0157- No Município de Cruzeiro do Sul- AC	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0158- No Município de Eptaciolândia- AC	1.662.300,00	1.662.300,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0158- No Município de Eptaciolândia- AC	Projeto concluído			Unidade	5,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0158- No Município de Eptaciolândia- AC	400.000,00	400.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0159- No Município de Feijó- AC	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0159- No Município de Feijó- AC	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0159- No Município de Feijó- AC	400.000,00	400.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0161- No Município de Mâncio Lima- AC	5.562.300,00	5.562.300,00	3.562.300,00	0,00	0,00	0,00	3.562.300,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0161- No Município de Mâncio Lima- AC	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0161- No Município de Mâncio Lima- AC	886.000,00	886.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0162- No Município de Manoel Urbano- AC	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Execução Física da Ação							
Descrição da meta				Meta			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0162- No Município de Manoel Urbano- AC	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0162- No Município de Manoel Urbano- AC	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0163- No Município de Marechal Thaumaturgo- AC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0163- No Município de Marechal Thaumaturgo- AC							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0163- No Município de Marechal Thaumaturgo- AC	0,00	400.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0164- No Município de Plácido de Castro- AC	1.100.000,00	1.100.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0164- No Município de Plácido de Castro- AC	Projeto concluído			Unidade	4,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0164- No Município de Plácido de Castro- AC	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0165- No Município de Porto Walter- AC	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0165- No Município de Porto Walter- AC	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0165- No Município de Porto Walter- AC	800.000,00	800.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0166- No Município de Rio Branco- AC	77.450.000,00	77.450.000,00	3.150.087,00	0,00	0,00	0,00	3.150.087,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0166- No Município de Rio Branco- AC	Projeto concluído			Unidade	13,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0166- No Município de Rio Branco- AC	5.118.200,50	3.200.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	3,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0167- No Município de Rodrigues Alves- AC	700.000,00	700.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0167- No Município de Rodrigues Alves- AC	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0167- No Município de Rodrigues Alves- AC	200.000,00	200.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0168- No Município de Ariquemes- RO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0168- No Município de Ariquemes- RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0168- No Município de Ariquemes- RO	0,00	300.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0169- No Município de Senador Guiomard-AC	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0169- No Município de Senador Guiomard-AC	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0169- No Município de Senador Guiomard-AC	300.000,00	0,00	300.000,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0170- No Município de Sena Madureira- AC	3.300.000,00	3.300.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0170- No Município de Sena Madureira- AC	Projeto concluído			Unidade	16,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0170- No Município de Sena Madureira- AC	850.000,00	850.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0171- No Município de Tarauacá- AC	1.500.000,00	1.500.000,00	725.000,00	0,00	0,00	0,00	725.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0171- No Município de Tarauacá- AC	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0171- No Município de Tarauacá- AC	0,00	0,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0172- No Município de Xapuri- AC	2.300.000,00	2.300.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Execução Física da Ação							
Descrição da meta				Meta			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0172- No Município de Xapuri- AC	Projeto concluído			Unidade	9,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0172- No Município de Xapuri- AC	376.000,00	376.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0173- No Município de Porto Acre- AC	2.400.000,00	2.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0173- No Município de Porto Acre- AC	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0173- No Município de Porto Acre- AC	250.000,00	0,00	250.000,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0174- No Município de Cujubim- RO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0174- No Município de Cujubim- RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0174- No Município de Cujubim- RO	1.000.000,00	0,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0198- No Município de Guajará- AM	400.000,00	400.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0198- No Município de Guajará- AM	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0198- No Município de Guajará- AM	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0205- No Município de Japurá- AM	1.500.000,00	1.500.000,00	812.322,00	0,00	0,00	0,00	812.322,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0205- No Município de Japurá- AM	Projeto concluído	Unidade	1,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0205- No Município de Japurá- AM	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0209- No Município de Manacapuru- AM	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta				Meta		

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0209- No Município de Manacapuru- AM	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0209- No Município de Manacapuru- AM	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0211- No Município de Manaus- AM	12.267.300,00	12.267.300,00	5.743.625,00	0,00	0,00	0,00	5.743.625,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0211- No Município de Manaus- AM	Projeto concluído			Unidade	6,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0211- No Município de Manaus- AM	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0221- No Município de Presidente Figueiredo-AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0221- No Município de Presidente Figueiredo-AM							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0221- No Município de Presidente Figueiredo-AM	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0236- No Município de Amaraji- RR	700.000,00	700.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0236- No Município de Amaraji- RR	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0236- No Município de Amaraji- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0237- No Município de Alto Alegre- RR	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0237- No Município de Alto Alegre- RR	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0237- No Município de Alto Alegre- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0238- No Município de Boa Vista- RR	45.000.000,00	45.000.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0238- No Município de Boa Vista- RR	Projeto concluído			Unidade	21,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0238- No Município de Boa Vista- RR	12.240.000,00	10.260.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0239- No Município de Bonfim- RR	1.000.000,00	1.000.000,00	611.775,00	0,00	0,00	0,00	611.775,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0239- No Município de Bonfim- RR	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0239- No Município de Bonfim- RR	500.000,00	500.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0240- No Município de Cantá- RR	3.000.000,00	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0240- No Município de Cantá- RR	Projeto concluído			Unidade	41,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0240- No Município de Cantá- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0241- No Município de Caracarái-RR	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0241- No Município de Caracarái-RR	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0241- No Município de Caracarái-RR	3.000.000,00	2.000.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	2,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0242- No Município de Caroebe- RR	2.850.000,00	2.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0242- No Município de Caroebe- RR	Projeto concluído	Unidade	5,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0242- No Município de Caroebe- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0244- No Município de Monte Negro- RO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta			Meta			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0244- No Município de Monte Negro- RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0244- No Município de Monte Negro- RO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0247- No Município de Rorainópolis- RR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0247- No Município de Rorainópolis- RR							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0247- No Município de Rorainópolis- RR	1.614.289,50	1.239.911,00	374.378,50	Projeto concluído	Unidade	2,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0248- No Município de São João da Baliza- RR	5.924.600,00	5.924.600,00	3.462.387,00	0,00	0,00	0,00	3.462.387,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0248- No Município de São João da Baliza- RR	Projeto concluída			Unidade	9,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0248- No Município de São João da Baliza- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0394- No Município de Serra João da Baliza- RR	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0394- No Município de Serra João da Baliza- RR	Projeto concluída			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0394- No Município de Serra João da Baliza-RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0395- No Município de Amapá- AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0395- No Município de Amapá- AP							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0395- No Município de Amapá- AP	700.000,00	0,00	700.000,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0396- No Município de Pedra Branca do Amapari- AP	1.340.000,00	1.340.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0396- No Município de Pedra Branca do Amapari- AP	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0396- No Município de Pedra Branca do Amapari- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0397- No Município de Calçoene- AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0397- No Município de Calçoene- AP							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0397- No Município de Calçoene- AP	500.000,00	0,00	500.000,00				

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0398- No Município de Cutias- AP	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0398- No Município de Cutias- AP	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0398- No Município de Cutias- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0399- No Município de Ferreira Gomes- AP	3.000.000,00	3.000.000,00	850.087,00	0,00	0,00	0,00	850.087,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0399- No Município de Ferreira Gomes- AP	Projeto concluído			Unidade	3,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0399- No Município de Ferreira Gomes- AP	500.000,00	0,00	500.000,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0400- No Município de Itaubal- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0400- No Município de Itaubal- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0400- No Município de Itaubal- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0401- No Município de Laranja do Jari- AP	1.800.000,00	1.800.000,00	312.387,00	0,00	0,00	0,00	321.387,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0401- No Município de Laranja do Jari- AP	Projeto concluído			Unidade	5,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0401- No Município de Laranja do Jari- AP	400.000,00	0,00	400.000,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0402- No Município de Macapá- AP	47.672.300,00	47.672.300,00	4.552.647,00	0,00	0,00	0,00	4.552.647,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0402- No Município de Macapá- AP	Projeto concluído			Unidade	30,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0402- No Município de Macapá- AP	12.474.378,50	4.774.378,00	4.800.000,00	Projeto concluído	Unidade	6,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0403- No Município de Mazagão- AP	5.650.000,00	5.650.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0403- No Município de Mazagão- AP	Projeto concluído			Unidade	14,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0403- No Município de Mazagão- AP	3.846.911,00	1.150.000,00	1.696.911,00	Projeto concluído	Unidade	3,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0404- No Município de Oiapoque- AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0404- No Município de Oiapoque- AP							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0404- No Município de Oiapoque- AP	0,00	170.000,000	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0405- No Município de Porto Grande- AP	2.500.000,00	2.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0405- No Município de Porto Grande- AP	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0405- No Município de Porto Grande- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0407- No Município de Santana- AP	3.300.000,00	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00	0,00	3.300.000,00
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta				Meta		

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0407- No Município de Santana- AP	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0407- No Município de Santana- AP	7.043.000,00	1.000.000,00	5.443.000,00	Projeto concluído	Unidade	6,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0408- No Município de Tartarugalzinho- AP	2.112.300,00	2.112.300,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0408- No Município de Tartarugalzinho- AP	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0408- No Município de Tartarugalzinho- AP	800.000,00	800.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0409- No Município de Vitória do Jari- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0409- No Município de Vitória do Jari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0409- No Município de Vitória do Jari- AP	374.378,50	0,00	374.378,50	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3420- No Município de Bálamo- SP	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
3420- No Município de Bálamo- SP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3420- No Município de Bálsamo- SP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6500- Nacional (Crédito Extraordinário)	0,00	136.250.000,00	90.000.000,00	52.500.000,00	21.919.375,37	30.580.624,63	37.500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6500- Nacional (Crédito Extraordinário)	Projeto concluído			Unidade	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6500- Nacional (Crédito Extraordinário)	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7002- Pavimentação Asfáltica no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Município- Porto Velho- RO							
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7002- Pavimentação Asfáltica no Município- Porto Velho- RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7002- Pavimentação Asfáltica no Município- Porto Velho- RO	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7004- Implantação de Quadra Poliesportiva no Conjunto Bela Vista- Rio Branco- AC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7004- Implantação de Quadra Poliesportiva no Conjunto Bela Vista- Rio Branco- AC							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7004- Implantação de Quadra Poliesportiva no Conjunto Bela Vista- Rio Branco- AC	411.200,50	0,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7008- Revitalização da Orla Portuária do Município de Santana- Santana- AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7008- Revitalização da Orla Portuária do Município de Santana- Santana- AP							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7008- Revitalização da Orla Portuária do Município de Santana- Santana- AP	2.250.000,00	0,00	2.000.000,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7040- Edificações- No Estado de Roraima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7040- Edificações- No Estado de Roraima							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7040- Edificações- No Estado de Roraima	0,00	250.000,00	0,00	Projeto concluído	Unidade	1,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7060- Construção de Quadra Poliesportiva e Arena Bali- Itaubal- AP	600.000,00	600.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7060- Construção de Quadra Poliesportiva e				Unidade	2,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Arena Bali- Itaupal- AP							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7060- Construção de Quadra Poliesportiva e Arena Bali- Itaupal- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7062- Construção e Revitalização de Passarelas para Pedestres em Áreas de Ressaca- Macapá- AP	5.000.000,00	5.000.000,00	1.348.358,00	0,00	0,00	0,00	1.348.358,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7062- Construção e Revitalização de Passarelas para Pedestres em Áreas de Ressaca- Macapá- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

7062- Construção e Revitalização de Passarelas para Pedestres em Áreas de Ressaca- Macapá- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7064- Construção de um Terminal Rodoviário de Passageiros- Pedra Branca do Amapari- AP	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7064- Construção de um Terminal Rodoviário de Passageiros- Pedra Branca do Amapari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7064- Construção de um Terminal Rodoviário de Passageiros- Pedra	0,00	0,00	0,00				

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Branca do Amapari-AP							
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7066- Obras de Infraestrutura Viária em Bloquetes- Porto Grande- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7066- Obras de Infraestrutura Viária em Bloquetes- Porto Grande- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7066- Obras de Infraestrutura Viária em Bloquetes- Porto Grande- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7068- Construção de Terminal Rodoviário	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

de Passageiros- Serra do Navio- AP							
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7068- Construção de Terminal Rodoviário de Passageiros- Serra do Navio- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7068- Construção de Terminal Rodoviário de Passageiros- Serra do Navio- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7070- Aquisição de Equipamentos para Ações de Infraestrutura Urbana- JI- Paraná- RO	1.000.000,00	1.000.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7070- Aquisição de Equipamentos para	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Ações de Infraestrutura Urbana- JI- Paraná-RO							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7070- Aquisição de Equipamentos para Ações de Infraestrutura Urbana- JI- Paraná- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7072- Aquisição de Equipamentos para Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária- JI- Paraná-RO	500.000,00	500.000,00	212.275,00	0,00	0,00	0,00	212.275,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7072- Aquisição de Equipamentos para Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária- JI- Paraná-RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7072- Aquisição de Equipamentos para Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária- JI- Paraná- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7074- Aquisição de equipamentos Agrícolas- No Estado de Rondônia	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7074- Aquisição de equipamentos Agrícolas- No Estado de Rondônia	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7074- Aquisição de equipamentos Agrícolas- No Estado de Rondônia	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7076- Construção Feira do Produtor- Presidente Médici- RO	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7076- Construção Feira do Produtor- Presidente Médici- RO	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7076- Construção Feira do Produtor- Presidente Médici- RO	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7078- Construção de Quadras Poliesportivas no Município de Pedra Branca do Amapari- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
	Descrição da meta				Meta		

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador				Unidade de medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7078- Construção de Quadras Poliesportivas no Município de Pedra Branca do Amapari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7078- Construção de Quadras Poliesportivas no Município de Pedra Branca do Amapari- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7080- Construção do Terminal Rodoviário no Município de Porto Grande - AP	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7080- Construção do Terminal Rodoviário no Município de Porto Grande - AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7080- Construção do Terminal Rodoviário no Município de Porto Grande - AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7082- Construção do Centro de Referência no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência- Macapá- AP	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
7082- Construção do Centro de Referência no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência- Macapá- AP	Projeto concluído	Unidade	1,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7082- Construção do Centro de Referência no Atendimento às	0,00	0,00	0,00				

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Mulheres Vítimas de Violência- Macapá- AP							
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7084- Pavimentação de Ruas no Município de Macapá- AP	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7084- Pavimentação de Ruas no Município de Macapá- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7084- Pavimentação de Ruas no Município de Macapá- AP	0,00	0,00	0,00		0,00		
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7086- Pavimentação de Vias Urbanas em Vitória do Jari- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	644.235,00	0,00	0,00	0,00	644.235,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7086- Pavimentação de Vias Urbanas em Vitória do Jari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7086- Pavimentação de Vias Urbanas em Vitória do Jari- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7088- pavimentação de Vias Urbanas no Município de Itaubal- AP	800.000,00	800.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7088- pavimentação de Vias Urbanas no Município de Itaubal- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

7088- pavimentação de Vias Urbanas no Município de Itaubal-AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7090- Construção de Escola de Música Walkiria Lima no Município de Santana-AP	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7090- Construção de Escola de Música Walkiria Lima no Município de Santana-AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7090- Construção de Escola de Música Walkiria Lima no Município de Santana-AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7092- Construção de Centro Comunitário no Bairro Mirilândia em Laranjal do Jari- AP	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7092- Construção de Centro Comunitário no Bairro Mirilândia em Laranjal do Jari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7092- Construção de Centro Comunitário no Bairro Mirilândia em Laranjal do Jari- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7094- Construção de Quadra Coberta no Centro Novo em Pedra Branca do Amapari- AP	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7094- Construção de Quadra Coberta no Centro Novo em Pedra Branca do Amapari- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7094- Construção de Quadra Coberta no Centro Novo em Pedra Branca do Amapari- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7096- Construção de Calçadas em Boa Vista- RR	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7096- Construção de Calçadas em Boa Vista- RR	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7096- Construção de Calçadas em Boa Vista-RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7098- Ampliação de Rede Elétrica e Iluminação Pública em Caroebe- RR	4.112.300,00	4.112.300,00	3.912.387,00	0,00	0,00	0,00	3.912.387,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7098- Ampliação de Rede Elétrica e Iluminação Pública em Caroebe- RR	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7098- Ampliação de Rede Elétrica e Iluminação Pública em Caroebe- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7100- Eletrificação Rural no Município de Bonfim- RR	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7100- Eletrificação Rural no Município de Bonfim- RR	Projeto concluído			Unidade	2,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7100- Eletrificação Rural no Município de Bonfim- RR	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7102- Infraestrutura Urbana em Porto Grande- Porto Grande- AP	1.000.000,00	1.000.000,00	740.277,00	0,00	0,00	0,00	740.277,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

7102- Infraestrutura Urbana em Porto Grande- Porto Grande- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7102- Infraestrutura Urbana em Porto Grande- Porto Grande- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7104- Infraestrutura Urbana no Município de Macapá- AP	2.500.000,00	2.500.000,00	1.322.120,00	0,00	0,00	0,00	1.322.120,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7104- Infraestrutura Urbana no Município de Macapá- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

7104- Infraestrutura Urbana no Município de Macapá- AP	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7108- Aquisição de Equipamentos- No Estado de Rondônia	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7108- Aquisição de Equipamentos- No Estado de Rondônia	Projeto concluído			Unidade	30,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7108- Aquisição de Equipamentos- No Estado de Rondônia	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7110- Construção e pavimentação de estradas vicinais nos Municípios da Região	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Metropolitana de Manaus- AM no Estado do Amazonas							
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7110- Construção e pavimentação de estradas vicinais nos Municípios da Região Metropolitana de Manaus- AM no Estado do Amazonas	Projeto concluído			Unidade	4,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7110- Construção e pavimentação de estradas vicinais nos Municípios da Região Metropolitana de Manaus- AM no Estado do Amazonas	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7112- Na Região metropolitana de Manaus- AM- No Estado do Amazonas	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
7112- Na Região metropolitana de Manaus- AM- No Estado do Amazonas	Projeto concluído		Unidade	10,00	0,0	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7112- Na Região metropolitana de Manaus- AM- No Estado do Amazonas	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7120- Construção de Passarelas de Concreto em Municípios- No Estado do Amapá	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
7120- Construção de Passarelas de Concreto em Municípios- No Estado do Amapá	Projeto concluído		Unidade	10,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7120- Construção de Passarelas de Concreto em Municípios- No Estado do Amapá	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7122- Construção de Passarela de Concreto em Macapá- AP	1.500.000,00	1.500.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7122- Construção de Passarela de Concreto em Macapá- AP	Projeto concluído			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7122- Construção de Passarela de Concreto em Macapá- AP	0,00	0,00	0,00				
Identificação da Ação							
Código	20IG			Tipo: Atividade			
Descrição	20IG- Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Deporto Militar e ao Esporte Nacional						
Iniciativa	Desenvolvimento de Atletas Militares						

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Objetivo	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional						
Programa	Política Nacional de Defesa Código: 2058 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	2.100.000,00	2.100.000,00	1.538.117,37	1.323.069,80	1.298.731,64	24.338,16	215.047,57
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001-Nacional	Pessoa beneficiada			Unidade	16.500,00	0,00	16.282,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001-Nacional	659.123,46	746.038,17	1,00	Pessoa beneficiada	Unidade	16.400,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0027-No Estado de Alagoas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

0027-No Estado de Alagoas	Pessoa beneficiada		Unidade	1,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0027-No Estado de Alagoas	0,00	0,00	0,00				
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7000-Revitalização do Complexo Desportivo do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva- CPOR- na Cidade do Rio de Janeiro- No Estado do Rio de Janeiro	200.000,00	200.000,00	199.046,75	0,00	0,00	0,00	199.046,75
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
7000-Revitalização do Complexo Desportivo do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva- CPOR- na Cidade do Rio de Janeiro- No Estado do Rio de Janeiro	Pessoa beneficiada			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
7000-Revitalização do Complexo Desportivo do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva- CPOR- na Cidade do Rio de Janeiro- No Estado do Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação							
Código	20X6			Tipo: Atividade			
Descrição	20X6- Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte						
Iniciativa	Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte						
Objetivo	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial						
Programa	Política Nacional de Defesa Código: 2058			Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
00011-Nacional	74.234.520,00	74.234.520,00	42.154.259,94	18.670.610,44	12.256.199,58	6.414.410,86	23.483.649,50
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
00011-Nacional	Iniciativa apoiada	Unidade	58,00	0,00	21,00		

ANEXO 5

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00011-Nacional	38.668.505,98	21.417.410,58	424.484,25	Iniciativa apoiada	Unidade	19,00	
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0153-No Município de Assis Brasil- AC	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0153-No Município de Assis Brasil- AC	Iniciativa apoiada			Unidade	1,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0153-No Município de Assis Brasil- AC	0,00	0,00	0,00				

ANEXO 6

Quadro de Ações não Previstas LOA do Exercício Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20SX		Tipo: Atividade		
Título	20SX - Infraestrutura de Unidades militares na Região do Calha Norte				
Iniciativa	01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte				
Objetivo	Código: 0520				
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 Administração Central do Ministério da Defesa				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.435.186,22	662.699,24	0,00			

ANEXO 7

Quadro de Indicadores de Monitoramento do Desempenho da Gestão

INDICADOR:	IARP (Índice de Aplicação dos Recursos referentes ao Programa 2108)			
FINALIDADE:	Avaliar a eficiência da aplicação dos recursos destinados no Programa Orçamentário 2108 (Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa).			
TIPO:	Eficiência			
METODOLOGIA:	Obtenção do percentual, no Programa 2108, da relação entre o valor total recebido e o valor total de empenhos emitidos para mensurar a capacidade de a unidade executar os recursos disponibilizados, dentro de um período considerado.			
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de recursos empenhados no Programa (no período)}}{\text{Recursos Autorizados no Programa (no período)}} \times 100$			
PERIODICIDADE	Apuração Mensal			
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente		

INDICADOR:	IARA (Índice de Aplicação dos Recursos por Ação Orçamentária)			
FINALIDADE:	Mensurar a capacidade de a unidade executar os recursos postos à disposição, dentro de um período considerado.			
TIPO:	Eficiência			
METODOLOGIA:	Obtenção do percentual da relação entre o montante de recursos empenhados por ação (no período) e os recursos autorizados por ação, dentro de um período considerado.			
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de recursos empenhados por ação (no período)}}{\text{Recursos Autorizados por ação (no período)}} \times 100$			
PERIODICIDADE	Apuração Mensal			
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente		
	80% a 94,99%:	muito bom		
	70% a 79,99%:	bom		
	50% a 69,99%:	regular		
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente		

INDICADOR:	IAME (Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos)			
FINALIDADE:	Avaliar a capacidade de atendimento às necessidades de material permanente e de consumo destinados ao funcionamento da ACMD.			
TIPO:	Eficácia			
METODOLOGIA:	Obtenção do percentual da relação entre o total de pedidos atendidos e o total de pedidos autorizados, dentro de um período considerado.			
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de pedidos atendidos (no período)}}{\text{Montante de pedidos autorizados (no período)}} \times 100$			
PERIODICIDADE	Apuração Mensal			
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente		
	80% a 94,99%:	muito bom		
	70% a 79,99%:	bom		
	50% a 69,99%:	regular		
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente		

ANEXO 7

Quadro de Indicadores de Monitoramento do Desempenho da Gestão

INDICADOR:	ISA (Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação)	
FINALIDADE:	Avaliar o nível de satisfação dos usuários do serviço de alimentação, com base em pesquisa de opinião aplicada nos dois refeitórios do MD.	
TIPO:	Efetividade	
METODOLOGIA:	Obtenção do percentual da relação entre a média aritmética da soma dos resultados "ótimo" e "bom" e o total de entrevistados, dentro de um período considerado.	
FÓRMULA:	$\frac{\sum(\text{"ótimo"} \text{ e } \text{"bom"})/2}{\text{Total de Entrevistados}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

INDICADOR:	ISENG (Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção)	
FINALIDADE:	Mensurar a capacidade das equipes de manutenção e setores pertinentes atender as solicitações de serviços de engenharia e manutenção.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	Todos os pedidos realizados no âmbito da administração central do MD são controlados. Verificada a legalidade, os pedidos são classificados como "autorizados" e executados. O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o total de serviços prestados e o total de pedidos autorizados, dentro de um período considerado.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de serviços prestados (no período)}}{\text{Montante de serviços autorizados (no período)}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

INDICADOR:	ICRH (Índice de Capacitação de Recursos Humanos)	
FINALIDADE:	Mensurar a capacidade de execução da capacitação na ACMD, realizada sob a forma de treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	Anualmente é confeccionado o Plano de Capacitação do Ministério da Defesa (PAC) cuja a meta estabelecida é de 30% de capacitação da força de trabalho. O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o total de serviços prestados e o total de pedidos autorizados, dentro de um período considerado. O método envolve a obtenção do percentual da relação entre número de servidores capacitados e o número de servidores previstos para capacitação, por exercício.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de servidores capacitados (no período)}}{\text{Montante de servidores previstos para capacitar (no período)}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

ANEXO 7

Quadro de Indicadores de Monitoramento do Desempenho da Gestão

INDICADOR:	ISTR (Índice de Prestação de Serviços de Transporte)	
FINALIDADE:	Avaliar o nível de atendimento dos pedidos de apoio de transporte na ACMD.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	Todos os pedidos de transporte no âmbito da administração central do MD são controlados por meio do Sistema de Controle de Veículos (SISCOVEL). Verificada a legalidade, os pedidos são classificados como “autorizados”. O índice retrata a capacidade das equipes de manutenção e setores pertinentes em atender as solicitações. O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o número total de saídas de viaturas e o número total de pedidos autorizados, no período.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante saídas de viaturas (no período)}}{\text{Montante de pedidos autorizados (no período)}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

INDICADOR:	IRC (Índice de Restrição Contábil)	
FINALIDADE:	Avaliar a ocorrência de restrições contábeis, evitando lançamentos incorretos no sistema e a utilização de eventos ou situações inadequadas. Permite demonstrar a incidência de restrições contábeis, avaliando a sua frequência, os fatos que contribuíram para a sua ocorrência e o impacto quanto ao registro da conformidade contábil	
TIPO:	Efetividade	
METODOLOGIA:	O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o número total de restrições, diminuído do número de restrições com saldos irrisórios, e o número unidades gestoras, no período.	
FÓRMULA:	$\frac{(\text{Montante de restrições} - \text{Restrições com saldos irrisórios})}{\text{Quantidade de Unidades Gestoras}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

INDICADOR:	ICC (Índice de Conformidade Contábil)	
FINALIDADE:	De maneira análoga ao IRC, visa avaliar a ocorrência de restrições contábeis, evitando lançamentos incorretos no sistema e a utilização de eventos ou situações inadequadas. Permite demonstrar a incidência de restrições contábeis, avaliando a sua frequência, os fatos que contribuíram para a sua ocorrência e o impacto quanto ao registro da conformidade contábil.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o número total de conformidades com restrição e o número total de conformidades contábeis, diminuído do montante de conformidades com restrições, no período.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de conformidades com restrição}}{(\text{Montante de conformidades} - \text{conformidades com restrição})} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	95% a 100%:	excelente
	80% a 94,99%:	muito bom
	70% a 79,99%:	bom
	50% a 69,99%:	regular
	Abaixo de 49,99%:	insuficiente

ANEXO 7

Quadro de Indicadores de Monitoramento do Desempenho da Gestão

INDICADOR:	ITMR (Índice de tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação formulados ao SIC/MD)	
FINALIDADE:	Avaliar o tempo médio de resposta aos pedidos de informação apresentados ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD), considerando o seguinte critério de eficácia: 80% dos pedidos atendidos com critério de avaliação “eficaz”.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	Visa mensurar o atendimento à meta estipulada de atender em até 20 dias, qualquer pedido de acesso à informação, formulado ao SIC/MD, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI). O método envolve a obtenção do percentual da relação entre o número total de atendimentos realizados em prazo menor ou igual a 19 dias e o número total de atendimentos realizados, no período.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante dos atendimentos realizados } \leq 19 \text{ dias}}{\text{Montante dos atendimentos realizados}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	≤ 19 dias	eficaz
	De 20 a 30 dias	regular
	≥ 31 dias	ineficaz

INDICADOR:	ISC (Índice de Satisfação do Cidadão com a Resposta Oferecida)	
FINALIDADE:	Avaliar os serviços prestados ao cidadão por meio do SIC-MD, pela incidência de recursos interpostos pelos cidadãos em relação à resposta oferecida pelo SIC/MD, considerando o seguinte critério de eficácia: menos de 10% dos pedidos de informação respondidos gerem interposição de recurso formulado ao SIC/MD.	
TIPO:	Eficácia	
METODOLOGIA:	Visa mensurar o atendimento à meta estipulada de que menos de 10% dos pedidos de informação respondidos gerem interposição de recurso formulado ao SIC/MD. O método envolve a obtenção do percentual da relação entre a quantidade de recursos interpostos em qualquer grau de instância e o número total de pedidos processados, no período.	
FÓRMULA:	$\frac{\text{Montante de recursos interpostos em qualquer grau de instância}}{\text{Montante dos pedidos processados}} \times 100$	
PERIODICIDADE	Apuração Mensal	
CRITÉRIO:	≤ 9% dos pedidos geraram recurso	eficaz
	De 10% a 15% dos pedidos geraram recurso	regular
	≥ 16% dos pedidos geraram recurso	ineficaz

ANEXO 8

Quadro do Cálculo da Depreciação

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIACÃO	UG 110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIACÃO	VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO			395.852.584,96	27.447.330,96	368.405.254,00
BENS MÓVEIS			63.588.418,87	25.216.271,12	38.372.147,75
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			6.659.312,24	2.194.882,71	4.464.429,53
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 anos	10%	55.704,33	13.952,80	41.751,53
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 anos	20%	2.581.700,24	984.461,45	1.597.238,79
EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICO	15 anos	20%	234.825,83	44.112,24	190.713,59
APARELHO E EQUIPAMENTO PARA ESPORTES	10 anos	10%	1.327,40	983,07	344,33
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10 anos	10%	1.049.441,01	370.463,31	678.977,70
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20 anos	10%	388.560,92	51.045,89	337.515,03
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	10 anos	10%	1.432.577,15	390.833,86	1.041.743,29
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 anos	10%	508.095,45	168.755,08	339.340,37
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10 anos	10%	36.695,51	13.383,87	23.311,64
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P	5 anos	10%	11.705,80	10.535,22	1.170,58
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 anos	10%	2.531,98	67,78	2.464,20
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	10%	4.283,66	-	4.283,66
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10 anos	10%	34.665,12	5.188,86	29.476,26
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10 anos	10%	317.197,84	141.099,28	176.098,56
BENS DE INFORMÁTICA			31.506.019,74	16.298.935,40	15.207.084,34
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 anos	10%	31.506.019,74	16.298.935,40	15.207.084,34
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			16.203.536,97	4.468.329,99	11.735.206,98
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10 anos	10%	2.027.141,99	743.174,20	1.283.967,79
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10 anos	10%	205.230,16	64.671,85	140.558,31
MOBILIÁRIO EM GERAL	10 anos	10%	13.971.164,82	3.660.483,94	10.310.680,88
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO			2.446.631,51	1.012.600,95	1.434.030,56
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10 anos	0%	172.975,66	64.188,65	108.787,01

ANEXO 8**Quadro do Cálculo da Depreciação**

EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 anos	10%	2.266.782,53	948.412,30	1.318.370,23
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			6.873,32	-	6.873,32
VEÍCULOS			5.095.330,49	991.824,05	4.103.506,44
VEÍCULOS EM GERAL	15 anos	10%	316.232,96	79.473,68	236.759,28
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15 anos	10%	4.779.097,53	912.350,37	3.866.747,16
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO			77.600,00	-	77.600,00
ESTOQUE INTERNO			77.600,00	-	77.600,00
ARMAMENTO	20 anos	15%	197.601,35	66.453,90	131.147,45
DEMAIS BENS MÓVEIS			1.402.386,57	183.244,12	1.219.142,45
BENS MÓVEIS A ALIENAR	10 anos	10%	114.549,57	-	114.549,57
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO			108.253,00	-	108.253,00
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 anos	10%	1.172.486,90	183.244,12	989.242,78
MATERIAL DE USO DURADOURO	10 anos	10%	7.097,10	-	7.097,10

BENS IMÓVEIS			332.264.166,09	2.231.059,84	330.033.106,25
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET			330.270.053,56	2.231.059,84	328.038.993,72
IMÓVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS			119.625.600,45	1.597.250,71	118.028.349,74
EDIFÍCIOS			42.791.758,67	633.796,63	42.157.962,04
TERRENOS / GLEBAS			165.814.807,50	-	165.814.807,50
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS			2.037.886,94	12,50	2.037.874,44
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			1.994.112,53	-	1.994.112,53
OBRAS EM ANDAMENTO			1.979.312,53	-	1.979.312,53
ESTUDOS E PROJETOS			14.800,00	-	14.800,00

ANEXO 9

Quadro de Unidades e Subunidades da Administração Central do MD

Unidade Administrativa	Unidade Gestora Responsável – Agregada (Subunidade administrativa)
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO	110526 - Departamento de Saúde em Assistência Social
	110550 - Departamento de Pessoal - DEPES
	110277 - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
	110552 - Departamento de Ensino
	110548 - Departamento de Desporto Militar
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	110448 - Departamento de Catalogação
	110314 - Departamento de Produtos de Defesa
	110531 - Departamento de Ciência/Tecnologia Industrial
	110279 - Secretaria de Produtos de Defesa
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	110597 - Núcleo da Escola Superior de Guerra -ESG/BSB
	110402 - Escola Superior de Guerra
CENTRO GESTOR OPERACIONAL DO SISTEMA PROTEÇÃO AMAZÔNIA	110546 - Centro de Coordenação Geral do SIPAM
	110569 - Centro Técnico Operacional de Belém
	110572- Centro Regional de Porto Velho
	110573- Centro Regional de Manaus
	110511 - Centro Gestor Operacional Sistema Proteção Amazônia
	110570 - Centro Técnico Operacional de Manaus
	110571 - Centro Técnico Operacional de Porto Velho
	110586 - Centro Regional de Belém
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	110403 - Secretaria de Controle Interno/MD
	110404 - Departamento de Administração Interna-MD
	110558 - Gabinete - Departamento Administração Interna
	110405 – Departamento de Administração Interna-MD/Exterior
	110407 Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
	110525 – Departamento de Organização e Legislação
	110527 - Divisão Orçamentária e Financeira - DIOFI

ANEXO 9

Quadro de Unidades e Subunidades da Administração Central do MD

Unidade Administrativa	Unidade Gestora Responsável – Agregada (Subunidade administrativa)
	110528 - Divisão de Patrimônio, Obras e Serviços
	110529 - Divisão de Recursos Humanos
	110999 - DEORF - Diferença Cambial
	110568 - Divisão de contabilidade - DEORF - SEORI/MD
	110549 - Departamento de Tecnologia da Informação
	115405 - Secretaria de Organização Institucional
	110560 - Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro
GABINETE MINISTRO	110541 - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
	110542 - Assessoria Parlamentar - ASPAR
	110540 - Gerência de Atos e Procedimentos - GAP
	110539 - Gabinete Ministro
CONSULTORIA JURIDICA - CONJUR	110544 - Consultoria Jurídica - CONJUR
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	110547 Departamento do Programa Calha Norte
	110594 - Departamento do Programa Calha Norte
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	115403 - Chefia de Logística
	110276 - Chefia de Logística
	115401 - Chefia de Operações Conjuntas
	115402 - Chefia de Assuntos Estratégicos
	110624 - Subchefia de Apoio ao Sistema de Cartografia Logística e Mobilização
	110532 - Subchefia de Política e Estratégia
	110551 - Subchefia de Mobilização - SMOB
	110635 - Assessoria Especial Para Grandes Eventos AEGE
110536 - Subchefia de Operações - SC-3	

ANEXO 9

Quadro de Unidades e Subunidades da Administração Central do MD

Unidade Administrativa	Unidade Gestora Responsável – Agregada (Subunidade administrativa)
	110557 - Subchefia de Logística Operacional
	110556 - Subchefia de Inteligência Operacional
	110535 - Subchefia de Comando e Controle - SC1
	110533 - Subchefia de Assuntos Internacionais
	110553 - Subchefia de Inteligência Estratégica
	110530 - Subchefia de Integração Logística
	110582 - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
	110406 - Representação do Brasil na Junta Interministerial de Defesa
ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO	110588 - Assessoria Especial de Planejamento
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA	110622 - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	112408 - Hospital das Forças Armadas
	110408 - Hospital das Forças Armadas
	110587 - Seccional de Contabilidade do HFA
INSTITUTO PANDIÁ CALÓGERAS	110625 - Instituto Pandiá Calógeras
ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL	110543 - Ordinariado Militar do Brasil
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	113413 - Fundo do Serviço Militar
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	111415 - Fundo do Ministério da Defesa

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
52101 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	2.512.335,31
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	16.604,60
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	6.059.885,02
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	20.470.225,64
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.071.646,19
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	32.637,31
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	159.497.074,97
	339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	39.279,34
	339067	DEPOSITOS COMPULSORIOS	40.483,26
	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	47.277,26
	339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7.043,26
	339147	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	280.383,51
	449030	MATERIAL DE CONSUMO	2.940,69
	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	19.302,00
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.101,60
52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	19.302,00
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.101,60
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	155.640,79
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	226.950,07
	339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	14.400,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	281.215.726,76
	339031	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	15.025,64
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.043.458,66
	339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.900,00
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	647.549,99
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	221.185.693,25
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.681.495,07	

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	70.739,46
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.580,00
52121 - COMANDO DO EXERCITO	339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	2.072.082,94
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	255.139,57
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	13.420.786,08
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	65.070.286,01
	339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	282.914,86
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.899.454,25
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	1.671.734,00
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.075.647,33
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.152.408,50
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	270.627.361,65
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	42.792,81
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.776.484,80
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	493.304.850,23
	339130	MATERIAL DE CONSUMO	511,74
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	775.461,10
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	876.475,20
	449015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	(2.712,50)
	449030	MATERIAL DE CONSUMO	7.457.029,96
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	986.925,00
	449147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	271.727,89
52131 - COMANDO DA MARINHA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	21.617,20
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	107.667,66
	339019	AUXILIO-FARDAMENTO	5.381.841,94
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	16.172.022,82
	339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	7.800,00

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
	339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	7.425,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.580.473,47
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	987.618,04
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	54.420,76
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	311.084.579,48
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	40.510,47
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	214.811,94
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	242.433.019,63
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	800.608,82
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	260.946,04
	339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.875,75
	449014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	(4.253,73)
	449015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	(20.575,95)
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	42.175,56
	449147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	547.508,02
52233 - AMAZONIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.	339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	50.605,80
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	172.485,37
	339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	21.848,12
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	420.816,75
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	209.650,01
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	16.740,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.404.147,63
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	117.922,47
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	187.949,12
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.503,38
	339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	759,25
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	209.564,55

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
52903 - FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	339030	MATERIAL DE CONSUMO	300.958,66
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	81.534,69
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.295.925,99
52911 - FUNDO AERONAUTICO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.336.234,14
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	32.915.410,56
	339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	249.000,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	25.996.917,10
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.952.191,24
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	325.999,98
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	4.567.103,90
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	395.366.435,94
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	55.405,61
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.250.146,14
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	16.722,86
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	535.768,40
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.043.928,04
52921 - FUNDO DO EXERCITO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	81.362,65
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	3.147.074,23
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	385.216,83
	339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	105.901,28
	339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST.GRATUITA	177.083,99
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.901.121,10
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	63.934,00
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	731.935,76
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.420.282,33
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	72.440.822,62
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	253.559,76

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
	339049	AUXILIO-TRANSPORTE	12.765,60
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.636,05
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	776.372,89
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	845.124,56
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	176.285,00
	449030	MATERIAL DE CONSUMO	71.100,00
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	55.045,00
52931 - FUNDO NAVAL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.307,60
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	6.102,60
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.333.129,86
	339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	2.839,50
	339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	13.657,79
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	705.420,94
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.201.189,76
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	50.763,71
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	92.225.212,45
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.450,39
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	47.938,28
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.414,90
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	716.642,53
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	276.896,86
	449030	MATERIAL DE CONSUMO	190.719,29
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.556,52
52932 - FUNDO DE DE-SENV.DO ENS.PROFIS-SIONAL MARITIMO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	22.611,30
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	560.465,17
	339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.498.280,08
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	5.244.938,49

ANEXO 10

Quadro de Custos do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
	339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	33.295,26
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	148.818,85
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	3.187,21
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.192.374,60
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	65.868.516,34
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	31.667,68
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	77.056,21
	339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	100.408,48
	339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	211.015,91
CUSTO TOTAL DO PROGRAMA			2.300.659.399,39

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

ANEXO 11

Quadro de Custos das Ações Orçamentárias do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
147F - IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNETICA PARA A DEFESA NACIONAL	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.243,35
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	165.271,54
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.598,31
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	103.931,36
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.602.873,76
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 147F				1.874.918,32
14SY - APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	652,75
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.031.559,63
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.647.375,61
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	694.773,81
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	28.167.411,51
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 14SY				35.541.773,31
14VW - APOIO LOGISTICO AS FORCAS DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.652.759,21
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	11.975.782,44
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	19.342.434,74
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	80.390.085,75
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.636,53
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	45.079,00
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.338,49
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 14LW				113.412.116,16
151S - IMPLANTACAO DO PROGRAMA ESTRATEGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339030	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	81.746,98
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	613.000,00
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 151S				697.746,98
20IG - APOIO DAS FORCAS ARMADAS AO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO MILITAR	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	991,80
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	74.385,45
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	28.250,40
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	164.583,92
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	191.250,76
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20IG				462.462,33
20X3 - MOBILIZACAO E LOGISTICA PARA A DEFESA NACIONAL	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	9.436,35
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	9.138,54
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	29.699,70
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	4.500,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.592.316,17
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20X3				1.645.090,76
	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	2.512.335,31
		339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.899,60

ANEXO 11

Quadro de Custos das Ações Orçamentárias do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
20X4 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA - SIPAM		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	84.525,05
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	17.130,16
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	178.352,82
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	11.132,78
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	8.090.927,14
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	350,00
		339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	280.383,51
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20X4				11.184.036,37
20X5 - COMANDO E CONTROLE DE DEFESA NACIONAL	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	9.551,55
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	64.621,25
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.235,45
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	7.085.243,31
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20X5				7.177.651,56
20X6 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIAO DO CALHA NORTE	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	43.710,95
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	274.042,02
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.200,88
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	5.974.317,79
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	300,30
		449030	MATERIAL DE CONSUMO	2.940,69
		449051	OBRAS E INSTALACOES	19.302,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.246,60		
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20X6				6.330.061,23
20X7 - EMPREGO CONJUNTO OU COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.817,10
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.861.223,79
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.658.267,96
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.715.578,41
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	12.774.158,97
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.054,47
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	855,00
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 20X7				19.018.955,70
216J - APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NO COMBATE AO AEDS AEGYPTI	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.226,58
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 216J				1.226,58
2452 - ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS PELOTOES ESPECIAIS DE FRONTE	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.540,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	114.575,90
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2452				135.115,90
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	209.564,55

ANEXO 11

Quadro de Custos das Ações Orçamentárias do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
2872 - MOBILIZAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339030	MATERIAL DE CONSUMO	300.958,66
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	81.534,69
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.295.925,99
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2872				2.887.983,89
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.641,35
		339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.098.686,53
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.561.596,52
		339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	500.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.706.025,59
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	29.276,72
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	182.675,14
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	37.658.062,32
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.225,45
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.287,59
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.099,40
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	61.549,82
		339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.718,28
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	133.098,00		
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2000 - UO 52101				44.977.942,71
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	52901 - FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	57.579,48
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2000 - UO 52901				57.579,48
2055 - CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339030	MATERIAL DE CONSUMO	16.521,65
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	112.876,24
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	79.132,32
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2055				208.530,21
2D55 - INTERCAMBIO E COOPERACAO INTERNACIONAL NA AREA DE DEFESA	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	84.820,33
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	716.768,58
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	149.817,52
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	17.004,53
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	5.113.764,68
		339067	DEPOSITOS COMPULSORIOS	40.483,26
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.198,26		
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 2D55				6.124.857,16
6557 - FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVIÇO MILITAR -	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	42.641,17
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	60.276,79
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	30.801,42

ANEXO 11

Quadro de Custos das Ações Orçamentárias do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA		CUSTO (R\$) 2015
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	6.913.344,85
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	35.642,81
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 6557				7.082.707,04
8425 - APOIO AO PROJETO RONDON	52101 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	339030	MATERIAL DE CONSUMO	13.973,58
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	527.949,18
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	872.577,80
CUSTO TOTAL DA AÇÃO 8425				1.414.500,56

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

Anexo 12

Relatório de Custos por Unidade Administrativa - Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DESPESA		CUSTO 2015 (R\$)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA	110406	REPRESENT.DO BRASIL NA JUNTA INTERAM.DEFESA	20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.078,12
					319113	OBRIGACOES PATRONAIS	24.123,58
	110530	SUBCHEFIA DE INTEGRACAO LOGISTICA	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	983,30
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	24.755,00
					339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.321,85
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	36.207,22
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	34.494,90
					339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	286,10
					339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.446,35
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	3.903,85
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	79.653,24
					339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	0,00				
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00				
	110533	SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	37.284,94
2D55			INTERCAMBIO E COOPERACAO INTERNACIONAL NA AREA DE DEFESA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	
				339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	0,00	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00					
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00					

Anexo 12

Relatório de Custos por Unidade Administrativa - Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DESPESA		CUSTO 2015 (R\$)		
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA	110535	SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE - SC1	00P7	TRANSFERENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SATELITE GEOESTACIONÁRIO	459064	AQUISICAO TIT.REPRES.DE CAP.JA INTEGRALIZADO	0,00		
					2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
			339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR			802,75		
			339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			1.047,63		
			20X5	COMANDO E CONTROLE DE DEFESA NACIONAL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	835,25		
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	16.464,05		
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	37.410,45		
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.502.383,31		
					339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00		
			110551	SUBCHEFIA DE MOBILIZACAO - SMOB	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00
							20X3	MOBILIZACAO E LOGISTICA PARA A DEFESA NACIONAL	339014
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR			1.824,55
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			29.108,67				
	2872	MOBILIZACAO PARA O SERVICO MILITAR OBRIGATORIO			339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00		
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.299,60		
	6557	FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR -	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.383,05				
			339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00				
			339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	5.361,80				
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.223,84			

Anexo 12

Relatório de Custos por Unidade Administrativa - Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DESPESA		CUSTO 2015 (R\$)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA	110553	SUBCHEFIA DE INTELIGENCIA ESTRATEGICA	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00
	110556	SUBCHEFIA DE INTELIGENCIA OPERACIONAL	20X5	COMANDO E CONTROLE DE DEFESA NACIONAL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.966,60
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	947,89
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	135.992,00
			2866	ACOES DE CARATER SIGILOSO	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	0,00
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.593,47
	110582	ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORCAS ARMADAS	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	802,75
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	16.492,10
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00
			2D55	INTERCAMBIO E COOPERACAO INTERNACIONAL NA AREA DE DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	3.812,10
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.709,00
	110624	SUBCH DE APOIO A SIST DE CARTOGR LOG E MOBIL.	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00
					20X3	MOBILIZACAO E LOGISTICA PARA A DEFESA NACIONAL	339014
			339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR			0,00
			339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			26.344,67
339036			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.759,40			
339093			INDENIZACOES E RESTITUICOES	381,40			

Anexo 12

Relatório de Custos por Unidade Administrativa - Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DESPESA		CUSTO 2015 (R\$)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA	110635	ASSESSORIA ESPECIAL PARA GRANDES EVENTOS AEGE	14SY	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	3.893,65
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	76.101,56
					339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00
	115401	CHEFIA DE OPERACOES CONJUNTAS	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.966,05
					339030	MATERIAL DE CONSUMO	0,00
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.689,01
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	(956,57)
					339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.655,83
	115402	CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.543,30
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	8.817,00
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.275,52
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00
339093					INDENIZACOES E RESTITUICOES	81,85	
339015					DIARIAS - PESSOAL MILITAR	0,00	
2B28			APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.346,78	

Anexo 12

Relatório de Custos por Unidade Administrativa - Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL		AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DESPESA		CUSTO 2015 (R\$)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA	115402	CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	2B28	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	0,00
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.346,78
			2D55	INTERCAMBIO E COOPERACAO INTERNACIONAL NA AREA DE DEFESA	339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	0,00
					339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	15.387,00
					339030	MATERIAL DE CONSUMO	(7.000,00)
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	88.698,48
					339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	0,00
					339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	10.980,22
					339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.764,76
	339104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	0,00				
	115403	CHEFIA DE LOGISTICA	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.255,74
					339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	39.415,65
					339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	28.764,03
339039					OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00	
CUSTO TOTAL DAS ATIVIDADES DO ESTASO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS							2.404.511,42

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	2.724.756.019,71		Despesas Orçamentárias	1.150.811.533,45	-
Ordinárias	565.754.235,68		Ordinárias	978.610.918,92	-
Vinculadas	2.165.960.748,99		Vinculadas	172.200.614,53	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.119.828.646,88		Seguridade Social (Exceto RGPS)	37.021.538,75	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	98.060.269,65	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	39.002.759,23		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	36.910.989,65	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	7.129.342,88		Outros Recursos Vinculados a Fundos	207.816,48	-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.958.964,96				-
Transferências Financeiras Recebidas	75.929.627.482,69		Transferências Financeiras Concedidas	75.262.254.479,62	-
Resultantes da Execução Orçamentária	72.309.842.168,54		Resultantes da Execução Orçamentária	71.797.934.564,11	-
Cota Recebida	70.695.371.320,93		Cota Concedida		-
Repasse Recebido	851.261.819,95		Repasse Concedido	71.031.624.714,56	-
Sub-repasse Recebido	737.267.312,73		Sub-repasse Concedido	737.267.312,73	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	25.941.714,93		Valores Diferidos - Baixa	25.941.714,93	-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida	3.100.821,89	-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	3.619.785.314,15		Independentes da Execução Orçamentária	3.464.319.915,51	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.619.437.329,86		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.420.827.624,50	-
Demais Transferências Recebidas	74.154,16		Demais Transferências Concedidas	72.799,16	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	273.830,13		Movimento de Saldos Patrimoniais	42.960.940,69	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos	458.551,16	-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	406.701.304,25		Despesas Extraorçamentárias	2.938.165.056,06	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	33.237.098,14		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	86.329,58	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	366.002.846,25		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	194.429.913,50	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.444.784,41		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.226.530,89	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.016.575,45		Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.736.422.282,09	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.598,33		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	86.633.670,95	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.649.788.611,14	-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão	217.470,34		- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	796.506,78				
Saldo do Exercício Anterior	370.748.511,37		- Saldo para o Exercício Seguinte	80.602.248,89	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	370.748.511,37		- Caixa e Equivalentes de Caixa	80.602.248,89	-
TOTAL	79.431.833.318,02		- TOTAL	79.431.833.318,02	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	635.036.743,11	508.586.639,29			
Bens Imóveis	637.419.734,40	510.351.440,55			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.382.991,29	-1.764.801,26			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	402.315.572,51	102.538.995,24			
Softwares	11.585.980,51	8.209.943,24			
Softwares	11.802.408,48	8.209.943,24			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-216.427,97	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	390.729.592,00	94.329.052,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	390.729.592,00	94.329.052,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.219.005.155,20	2.182.148.713,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.219.005.155,20	2.182.148.713,28

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	223.239.031,95	5.232.900.542,30	PASSIVO FINANCEIRO	1.397.312.383,82	6.292.713.713,16
ATIVO PERMANENTE	1.995.766.123,25	-3.050.751.829,02	PASSIVO PERMANENTE	904.676,19	-4.907.792.484,19
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	820.788.095,19	797.227.484,31

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	117.729.912,61	136.297.613,09	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	651.723.100,79	1.034.928.976,07
Execução dos Atos Potenciais Ativos	117.729.912,61	136.297.613,09	Execução dos Atos Potenciais Passivos	651.723.100,79	1.034.928.976,07
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	14.212.311,37	11.067.669,59	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	102.277.186,01	124.319.266,07	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	361.252.148,22	446.364.356,48
Direitos Contratuais a Executar	1.240.415,23	910.677,43	Obrigações Contratuais a Executar	290.470.952,57	588.564.619,59
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	117.729.912,61	136.297.613,09	TOTAL	651.723.100,79	1.034.928.976,07



EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-414.238.046,80
Recursos Vinculados	-759.835.305,07
Educação	314.811,32
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-25.095.890,65
Operação de Crédito	-125.141.353,64
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-274.929.393,25
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-334.983.478,85
TOTAL	-1.174.073.351,87



ANEXO 15
Demonstração das Variações Patrimoniais

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	77.379.021.537,2	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.963.789,85	-
Impostos	-	-
Taxas	2.963.789,85	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.762.011,03	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.762.011,03	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	19.443.686,24	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.192,71	-
Variações Monetárias e Cambiais	14.855.409,70	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.583.083,83	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	75.971.263.921,6	-
Transferências Intragovernamentais	75.930.482.364,8	-
Transferências Intergovernamentais	248.169,51	-
Transferências das Instituições Privadas	390.000,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	40.143.387,23	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.278.859.680,77	-
Reavaliação de Ativos	1.646.894,48	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.950.836,01	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.272.261.950,28	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	79.728.447,80	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	79.728.447,80	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	77.478.171.498,1	-
Pessoal e Encargos	208.443.460,85	-
Remuneração a Pessoal	159.856.376,35	-
Encargos Patronais	32.358.084,81	-
Benefícios a Pessoal	15.038.362,33	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.190.637,36	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	37.756.908,36	-
Aposentadorias e Reformas	30.703.489,81	-
Pensões	6.902.896,13	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	150.522,42	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	229.990.732,47	-
Uso de Material de Consumo	35.365.556,01	-
Serviços	171.710.707,02	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.914.469,44	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	798.036,27	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	532,05	-
Variações Monetárias e Cambiais	780.369,56	-
Descontos Financeiros Concedidos	17.134,66	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	75.410.368.963,8	-
Transferências Intragovernamentais	75.262.254.479,6	-
Transferências Intergovernamentais	105.991.375,11	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	42.123.109,03	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.545.203.616,68	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	4.475.944,09	-
Incorporação de Passivos	1.247.678.078,63	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	293.049.593,96	-
Tributárias	38.162,52	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.162,52	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	45.571.617,22	-
Premiações	33.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.033.797,77	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	42.504.819,45	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-99.149.960,89	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.067.510.017,00	2.067.510.017,00	2.724.756.019,71	657.246.002,71
Receitas Tributárias	3.107.924,00	3.107.924,00	2.963.789,85	-144.134,15
Impostos	-	-	-	-
Taxas	3.107.924,00	3.107.924,00	2.963.789,85	-144.134,15
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	2.022.207.200,00	2.022.207.200,00	2.649.782.581,20	627.575.381,20
Contribuições Sociais	2.022.207.200,00	2.022.207.200,00	2.649.782.581,20	627.575.381,20
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	7.022.232,00	7.022.232,00	8.458.089,00	1.435.857,00
Receitas Imobiliárias	3.256.060,00	3.256.060,00	3.351.497,14	95.437,14
Receitas de Valores Mobiliários	3.038.799,00	3.038.799,00	4.562.069,83	1.523.270,83
Receita de Concessões e Permissões	727.373,00	727.373,00	544.522,03	-182.850,97
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	25.969.108,00	25.969.108,00	22.992.780,34	-2.976.327,66
Transferências Correntes	5.000.000,00	5.000.000,00	360.000,00	-4.640.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	360.000,00	360.000,00
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	5.000.000,00	5.000.000,00	-	-5.000.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.203.553,00	4.203.553,00	40.198.779,32	35.995.226,32
Multas e Juros de Mora	4.203.553,00	4.203.553,00	4.170.745,74	-32.807,26
Indenizações e Restituições	-	-	35.289.876,19	35.289.876,19
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	738.157,39	738.157,39
RECEITAS DE CAPITAL	489.032.520,00	489.032.520,00	-	-489.032.520,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	469.032.520,00	469.032.520,00	-	-469.032.520,00
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	469.032.520,00	469.032.520,00	-	-469.032.520,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	20.000.000,00	20.000.000,00	-	-20.000.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	20.000.000,00	20.000.000,00	-	-20.000.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.556.542.537,00	2.556.542.537,00	2.724.756.019,71	168.213.482,71
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.556.542.537,00	2.556.542.537,00	2.724.756.019,71	168.213.482,71
TOTAL	2.556.542.537,00	2.556.542.537,00	2.724.756.019,71	168.213.482,71
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	551.970.494,00	551.970.494,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	333.470.494,00	333.470.494,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	218.500.000,00	218.500.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.031.562.416,00	1.336.870.020,00	475.554.568,03	431.110.479,44	428.454.005,93	861.315.451,97
Pessoal e Encargos Sociais	234.737.020,00	245.984.067,00	237.861.405,40	237.716.274,57	237.716.274,57	8.122.661,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	796.825.396,00	1.090.885.953,00	237.693.162,63	193.394.204,87	190.737.731,36	853.192.790,37
DESPESAS DE CAPITAL	2.155.094.522,00	2.338.591.338,00	675.256.965,42	353.698.207,76	323.117.583,13	1.663.334.372,58
Investimentos	1.837.994.522,00	2.021.491.338,00	378.856.425,42	57.297.667,76	26.717.043,13	1.642.634.912,58
Inversões Financeiras	317.100.000,00	317.100.000,00	296.400.540,00	296.400.540,00	296.400.540,00	20.699.460,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.186.656.938,00	3.675.461.358,00	1.150.811.533,45	784.808.687,20	751.571.589,06	2.524.649.824,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.186.656.938,00	3.675.461.358,00	1.150.811.533,45	784.808.687,20	751.571.589,06	2.524.649.824,55
SUPERÁVIT	-	-	1.573.944.486,26	-	-	-1.573.944.486,26
TOTAL	3.186.656.938,00	3.675.461.358,00	2.724.756.019,71	784.808.687,20	751.571.589,06	950.705.338,29

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.369.366,08	42.600.922,74	30.437.326,95	30.437.326,95	5.436.106,99	9.096.854,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.369.366,08	42.600.922,74	30.437.326,95	30.437.326,95	5.436.106,99	9.096.854,88
DESPESAS DE CAPITAL	167.854.549,82	211.934.808,37	224.135.712,57	163.992.586,55	100.498.322,43	115.298.449,21
Investimentos	167.854.549,82	211.934.808,37	224.135.712,57	163.992.586,55	100.498.322,43	115.298.449,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	170.223.915,90	254.535.731,11	254.573.039,52	194.429.913,50	105.934.429,42	124.395.304,09

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	86.020,98	85.691,58	329,41	-0,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	209,29	-	209,29	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	85.811,69	85.691,58	120,12	-0,01
DESPESAS DE CAPITAL	-	638,00	638,00	-	-
Investimentos	-	638,00	638,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	86.658,98	86.329,58	329,41	-0,01



ANEXO 17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 04/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.808.373,44	-
INGRESSOS	78.661.842.263,93	-
Receitas Derivadas e Originárias	2.724.396.019,71	-
Receita Tributária	2.963.789,85	-
Receita de Contribuições	2.649.782.581,20	-
Receita Patrimonial	6.417.982,78	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	22.992.780,34	-
Remuneração das Disponibilidades	2.040.106,22	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	40.198.779,32	-
Transferências Correntes Recebidas	360.000,00	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	360.000,00	-
Outros Ingressos das Operações	75.937.086.244,22	-
Ingressos Extraorçamentários	6.444.784,41	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	75.929.627.482,69	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	217.470,34	-
Demais Recebimentos	796.506,78	-
DESEMBOLSOS	-78.636.033.890,49	-
Pessoal e Demais Despesas	-427.009.707,58	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-377.383,64	-
Defesa Nacional	-378.805.793,75	-
Segurança Pública	-614.131,40	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-768.461,22	-
Previdência Social	-38.086.869,97	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 04/03/2016	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-1.172.761,21	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-7.100,58	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-7.179.804,14	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.598,33	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-203.120.890,31	-
Intergovernamentais	-171.156.171,76	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-9.079.100,00	-
A Municípios	-162.077.071,76	-
Intragovernamentais	-31.964.718,55	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-78.005.903.292,60	-
Dispêndios Extraorçamentários	-7.226.530,89	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-75.262.254.479,62	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-86.633.670,95	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-2.649.788.611,14	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-315.954.635,92	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 52000 - MINISTERIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-315.954.635,92	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-312.246.547,90	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-3.708.088,02	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-290.146.262,48	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	370.748.511,37	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	80.602.248,89	-

2015

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO



SUMÁRIO

1. Apresentação.....	4
2. Objetivo.....	5
3. Diretrizes para Elaboração do Plano de Capacitação.....	6
4. Metodologia.....	7
5. Definição e Classificação dos Eventos de Capacitação.....	8
6. Local e Realização dos Cursos e Eventos.....	10
7. Orçamento.....	11
8. Metas.....	11
9. Vigência do Plano Anual de Capacitação.....	13
10. Público-Alvo.....	14
11. Diretrizes para Participação em Eventos de Capacitação.....	14
12. Ações a Serem Desenvolvidas/Áreas Temáticas/Competências Priorizadas.....	14
13. Certificação.....	18
14. Controle da Ação Planejada.....	18
15. Divulgação.....	19
16. Avaliação do Plano.....	19
17. Considerações Gerais.....	20
Anexo I - Metas e Indicadores.....	21
Anexo II – Perfil do Quadro Funcional do Ministério da Defesa.....	22
Anexo III Eventos/Previsão Orçamentária.....	23

ATO DE APROVAÇÃO

Em conformidade com o art. 2º do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 e a Portaria nº 208, de 25 de julho de 2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e a Orientação Normativa nº 001 do Departamento de Administração Interna (DEADI), de 23 de junho de 2004, resolvo aprovar o Plano Anual de Capacitação do Ministério da Defesa para 2015.

Brasília, de março de 2015.

FERNANDO BAUER
Diretor do Departamento de Administração Interna



1. APRESENTAÇÃO

O Decreto nº 5.707/2006 de 23/02/2006 institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, e coloca no foco das prioridades do governo o desenvolvimento de competências institucionais e individuais em toda a administração pública. Essa política tem como base as ações de capacitação, e o objetivo de atender às prerrogativas da eficiência, eficácia e efetividades dos serviços prestados à população.

O Ministério da Defesa (MD) apresenta o Plano Anual de Capacitação (PAC) da Administração Central para o ano de 2015, que tem o propósito de contribuir, por meio de ações a serem realizadas, com a capacitação e o desenvolvimento de competências dos servidores/militares em exercício no órgão, para que a missão e a visão da instituição sejam alcançadas.

O Plano apresentado foi construído, principalmente, com base no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), realizado no final de 2014 e início de 2015. O LNT teve a participação dos dirigentes das Unidades Administrativas – UAs do Órgão, no nível de gerência e coordenação, tendo em vista o conhecimento do pessoal e das necessidades inerentes do setor, permitindo uma visão ampla das necessidades de capacitação individuais e das equipes de trabalho. Também foram consideradas as demandas encaminhadas diretamente pelos servidores/militares, bem como as sugestões extraídas das avaliações de reação.

Com os resultados obtidos nessa consulta, buscou-se identificar e priorizar os temas ou áreas do conhecimento a serem trabalhados e, principalmente, apontar ações de capacitação como meio de desenvolver e/ou aperfeiçoar as competências ancoradas nesses temas ou áreas do conhecimento.

A execução das ações planejadas neste documento constitui-se na principal ferramenta para enfrentar o desafio, estabelecido pela Administração Central do MD, de promover o desenvolvimento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais e/ou grupais.



As ações descritas neste documento estão respaldadas por legislação federal, no Decreto 5.707, de 24 de fevereiro de 2006, que institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e na Portaria nº 208 de 25 de junho de 2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que disciplina os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e interna da Administração Central do Ministério da Defesa - Orientação Normativa DEADI nº 001, de 23 de junho de 2004, por meio das quais se espera enfrentar o desafio de alinhar a capacitação dos servidores/militares à concretização das competências institucionais.

Indicadores foram levantados para monitoramento das ações, os quais servirão para medir o dispêndio com pessoal, as horas gastas com capacitação, o alcance das metas físicas e orçamentárias estabelecidas, bem como gerar informações gerenciais sobre os processos de capacitação e desenvolvimento do servidor da Administração Central do MD.

O planejamento do Plano de Capacitação é competência da Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEP, que também será responsável pela implementação das atividades de capacitação e acompanhamento dos processos e resultados.

2. OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

O Plano Anual de Capacitação tem como objetivo geral oferecer aos servidores/militares, ações de capacitação alinhadas às competências organizacionais das diversas áreas da Administração Central do Ministério da Defesa, visando à aquisição, expansão e reciclagem de conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma planejada e sistemática, para o aperfeiçoamento do desempenho pessoal, profissional e institucional.



2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Assim, o Plano de Capacitação estabelecido para 2015 objetivará:

- a) promover ações de capacitação que propiciem um mínimo de aperfeiçoamento, por servidor, para o bom desempenho de suas atividades;
- b) estabelecer parcerias na execução de ações de capacitação;
- c) possibilitar o acesso, dos servidores da Administração Central do MD, às ações de capacitação, oferecendo, anualmente, pelo menos uma oportunidade de capacitação, para 30 por cento dos servidores, buscando, sempre que possível, o equilíbrio das cargas horárias;
- d) priorizar as ações internas de capacitação que aproveitem habilidades e conhecimentos de servidores da própria instituição e programas de educação continuada que contemplem eventos de curta duração;
- e) otimizar os investimentos em desenvolvimento de pessoas;
- f) propiciar maior envolvimento das chefias e servidores na gestão de pessoas;
- g) dotar a Administração Central do MD de uma força de trabalho qualificada a nível gerencial e técnico para desempenhar as competências institucionais das Secretarias; e
- h) incentivar a participação dos servidores em eventos de capacitação.

3. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

Em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, concebeu-se como fomento para a elaboração do PAC-2015, as diretrizes a seguir:

- Equilíbrio entre as necessidades individuais e as necessidades da instituição;
- Estabelecer oportunidades iguais para todos os servidores que atuam nos diversos setores da administração;
- Distribuir aos servidores as oportunidades de participação em eventos de treinamento de forma proporcional às necessidades das áreas e dos setores administrativos;
- Identificação das eventuais lacunas de competências;



- Identificação e classificação das competências organizacionais e individuais necessárias à consecução dos objetivos organizacionais;
- Promover ações de valorização dos servidores – Programa qualidade de vida;
- Avaliar os resultados das ações de capacitação;
- Disponibilidade orçamentária e a melhor utilização desses recursos, considerando as prioridades levantadas; e
- Priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos oferecidos pelas escolas de governo.

4. METODOLOGIA

Com a finalidade de propiciar a melhoria na qualidade dos serviços prestados, as ações do Plano de Capacitação da Administração do Ministério da Defesa serão realizadas em três dimensões: áreas técnica, operacional/administrativa e gerencial.

Para isso, as atividades serão desenvolvidas conforme as seguintes etapas básicas:

1ª etapa: Levantamento de necessidades de treinamento realizado por intermédio da coleta de informações, junto aos servidores e chefias, das demandas por treinamentos, advindas de processos administrativos;

2ª etapa: Adequação às necessidades institucionais; e

3ª etapa: Elaboração e apresentação do Plano de Capacitação para o ano de 2015.

Na elaboração do Plano Anual de Capacitação buscou-se contemplar ações direcionadas a todos os servidores ou para áreas específicas, de acordo com a atividade de cada servidor.

Após a publicação do Plano Anual de Capacitação de 2015, deve ser iniciada sua implementação e operacionalização. Na sequência, deverá ser realizado um levantamento prévio da média de preços das ações de capacitação e das escolas/instituições que podem oferecer as capacitações planejadas.



Finalmente, deverão ser realizados, com o servidor e a chefia imediata, o acompanhamento e as avaliações de cada evento realizado.

5. DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

5.1. DEFINIÇÃO

De acordo com o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, capacitação é um processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o alcance das competências institucionais, por meio do aperfeiçoamento das capacidades individuais dos servidores.

Eventos de capacitação são todas as oportunidades que propiciem aos servidores o desenvolvimento das competências necessárias para a melhoria do desempenho de suas atribuições, tais como: cursos presenciais; cursos à distância (EaD); oficinas de trabalho e estudo; grupos formais de estudo; intercâmbios; missões; visitas técnicas; estágios; seminários; simpósios; congressos; fóruns; conferências; palestras; e outros que resultem no aperfeiçoamento, atualização de conhecimentos e promovam mudanças comportamentais.

5.2. CLASSIFICAÇÃO

5.2.1 Quanto à duração:

- I - curta: carga horária até 80 horas.
- II - longa: carga horária superior a 80 horas.

5.2.2 Quanto à modalidade:

- I - educação continuada: eventos de curta duração que propiciem a melhoria do desempenho funcional, por meio da aquisição de conhecimento técnico, de novas habilidades, experiências e desafios.



II - lato sensu: pós-graduação, especialização ou Master in Business Administration (MBA).

III - stricto sensu: mestrado ou doutorado.

5.2.3 Quanto ao financiamento:

I - com ônus: quando implicar a concessão total ou parcial de inscrições, de passagens, de diárias ou de outras taxas, assegurados ao servidor o vencimento e demais vantagens do cargo ou função.

II - com ônus limitado: quando implicar apenas a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função.

III - sem ônus: quando não acarretar qualquer despesa para o Ministério, seja de vencimento ou demais vantagens do cargo ou função.

Para o atendimento das necessidades de capacitação previstas neste Plano, a GEPES/CODEP disponibilizará:

- **Cursos presenciais:**

- a) com instrutoria interna – Inscrição sem ônus de servidores/militares em eventos de capacitação ministrados por multiplicadores. Tal medida apresenta melhor relação entre custo-benefício e visa otimizar a relação entre teoria e prática no âmbito da Administração Central do MD;
- b) na modalidade fechada – Inscrições com ônus em cursos com vagas oferecidas em eventos internos, em instituições de ensino públicas ou privadas para atender às necessidades agrupadas que apresentam conteúdo programático similar e cujos programas sejam pertinentes ao desenvolvimento de competências; propiciando maior número de participações e, conseqüentemente, redução dos custos de mobilização de pessoal e outros dispêndios;
- c) na modalidade aberta – Inscrição com ônus de ações de capacitação promovidos por terceiros, na área gerencial e/ ou de desenvolvimento de competências técnicas e operacionais, presenciais ou à distância; e
- d) ministrados por meio de parcerias – Inscrições sem ônus de servidores em eventos de capacitação oferecidos por outros órgãos; e



- **Seminários e congressos** – Inscrição com ônus em encontros de curta duração, para desenvolver ações de capacitação na área gerencial, de desenvolvimento de competências técnicas, e de formação de atitudes e comportamentos.
- **Cursos à distância – EAD**
- **Cursos de curta duração:** Carga horária média de 20 horas;
- **Educação Continuada:** aperfeiçoamento;
- **Com ônus** – até o limite da disponibilidade financeira;
- **Sem ônus;**
- **Cursos** realizados na cidade de trabalho do servidor.

6. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS CURSOS E EVENTOS

As ações de capacitação serão realizadas:

- a) quando tratar-se de evento na modalidade cursos internos, com uso de equipamentos de informática, prioritariamente, na sala de treinamento disponível, ou no local de trabalho do servidor, sem prejuízo às atividades diárias e com anuência da chefia imediata;
- b) auditórios ou salas de reuniões da Administração Central do MD, desde que comportem o número de participantes;
- c) nas instalações dos órgãos públicos que disponibilizem auditórios e salas para eventos, mediante contato prévio, com ou sem ônus para a instituição; ou
- d) nas instalações das empresas contratadas.

A participação do servidor em ações de capacitação, fora da unidade de sua lotação, se dará mediante solicitação e justificativa pela chefia imediata, condicionada à disponibilidade orçamentária e à autorização pelas autoridades competentes, conforme a análise de cada caso.



7. ORÇAMENTO

A GEPES/CODEP planejou ações de capacitação, para o exercício de 2015, para um orçamento no valor total estimado de R\$ 330.050,00 (trezentos e trinta mil e cinquenta reais) de acordo com as seguintes despesas:

- Pagamento de taxas de inscrição em eventos de capacitação;
- Pagamento de Gratificações por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, aguardando aprovação da Portaria.

Entretanto, apesar da estimativa para o orçamento de capacitação para 2015, a Administração Central do MD conhecerá o orçamento, que de fato poderá executar ao longo do exercício, apenas após a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2015 - LOA pelo Governo Federal.

Com a publicação do Decreto 8.389/2015, a execução orçamentária será realizada na forma de 1/18 até a aprovação da LOA.

8. METAS

Com base nos dados da capacitação realizada nos anos anteriores, foram estabelecidas metas intermediárias, para a Administração Central, relativas à capacitação a ser alcançada até 31 de dezembro de 2015, quando finaliza o ciclo do plano de capacitação.

Pretende-se atingir as seguintes metas:

8.1. META FÍSICA

8.1.1 A meta física a ser alcançada prevê:

8.1.1.1 **Número de Inscrições:**



I – Meta: Disponibilizar 651 inscrições em ações e treinamentos para MD:

a) Treinamento com ônus prevê 451 inscrições em ações de capacitação, conforme quadro A.

b) Treinamento sem ônus prevê 200 inscrições em ações de capacitação, conforme quadro B.

Capacitação Externa e com ônus		
Abrangência/Categoria	Quantitativo de inscrições de Servidores	Investimento
Inscrições de servidores em evento aberto	166	R\$ 242.590,00
Inscrições de servidores em turma fechada	285	R\$ 87.460,00
TOTAL PREVISTO	451	R\$ 330.050,00

Quadro A

Capacitação Interna e sem ônus		
Abrangência/Categoria	Quantitativo de inscrições de Servidores	Investimento
Ações Custeadas pelo MD	200	R\$ 0,00
TOTAL	200	R\$ 0,00

Quadro B

8.1.1.2 Número de servidores capacitados com pelo menos uma ação de capacitação:

II - Meta: Aperfeiçoamentos/Treinamentos para 30% dos servidores/militares, em pelo menos uma ação de capacitação, o que corresponde a um quantitativo de **396** servidores, (quantitativo extraído do Sistema de Recursos Humano - SIRHU, em janeiro de 2015). O total de ativos contou 1319 servidores.



8.1.1.3. Carga horária média de capacitação dos servidores/militares capacitados:

III – Meta: Atingir 35h de carga horária média de capacitação por servidor capacitado.

Será considerada para o cômputo da meta a carga horária cumprida pelos servidores durante o período do Plano Anual de Capacitação de 2015. A evolução da meta será medida da seguinte forma: Total de horas de capacitação executadas/Total de servidores capacitados. O resultado final da meta compreende o acumulado das horas de capacitação executadas durante o ciclo, relacionado ao número total de servidores capacitados no período e ao resultado pactuado de 35 horas. Sendo assim, o resultado final dessa meta será 100% se, ao fim do ciclo, forem executadas pelo menos 35 horas de capacitação em média. Caso a média seja inferior a 35, o resultado da meta se dará de forma proporcional. Por exemplo, caso a média seja de 17,5 horas em média, o resultado da meta será de 50%.

8.1.1.4 Execução das atividades programadas no PAC:

IV – Meta: Executar 80% das atividades programadas no PAC

8.2. META ORÇAMENTÁRIA

8.2.1. Meta: Executar 100% da verba orçamentária disponibilizada para a ação após aprovação da LOA: capacitação dos servidores públicos federais.

9. VIGÊNCIA DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

Este Plano estará vigente de janeiro a dezembro de 2015.



10. PÚBLICO–ALVO

A capacitação será direcionada aos servidores/militares lotados e em exercício na Administração Central do Ministério da Defesa.

11. DIRETRIZES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

A inscrição de servidores em cursos externos e/ou a participação em turmas fechadas deverão observar os seguintes requisitos:

- Ser inicialmente autorizadas pela Chefia Imediata;
- Atuar, preferencialmente, em área relacionada ao conteúdo;
- Ter identidade com os objetivos e as prioridades deste Plano de Capacitação;
- Haver coerência entre carga horária, natureza, extensão e complexidade dos conteúdos abordados;
- Haver reconhecimento do padrão de qualidade do curso, do evento e da entidade promotora; e
- Haver razoabilidade na relação custo-benefício do investimento.

12. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS /ÁREAS TEMÁTICAS/COMPETÊNCIAS PRIORIZADAS

O Plano apresenta a definição dos eixos temáticos e os conhecimentos/competências a serem desenvolvidas. Em posse do Levantamento de Necessidade de Capacitação, apresentado pelos setores do MD, categorizou-se estas necessidades em áreas de conhecimentos/competências, priorizando-se as ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos institucionais, estimativas de público e modalidade da ação.



Em continuidade, coube a apresentação do nível de prioridade, isto é, ações presenciais, de curto prazo, com até 40 horas e, por fim, o público estimado, dentre o gerencial, o técnico e o operacional.

Orçamento e Finanças

- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos
- Elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços (Reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico)
- Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público
 - Gestão Orçamentária e Financeira
 - Lei de Responsabilidade Fiscal
 - Formação de Pregoeiro
 - Gestão de Convênios para Concedente
 - 10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros
 - 12ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas
 - Retenção na Fonte
 - Contabilidade Pública
 - Regime Diferenciado de Contratação
 - Conformidades de Registro de Gestão e Contábil, Empenho e suas Peculiaridades
 - Elaboração e Análise de Projetos de Convênios
- Obras e Serviços de Engenharia - do Planejamento e Julgamento da Licitação até a Fiscalização dos Contratos
 - Gerenciamento e Fiscalização de Contratos de TI

Informática

- Planejamento e Gestão Estratégica de TI
- Governança de TI com COBIT
- Gerenciamento de Projetos de TI



- Tecnologias de Redes sem Fio
- Introdução ao Linux
- ITIL Foundation
- Oracle
- MS Project
- MYSQL
- Access Básico
- Excel Básico
- Excel Intermediário
- Word Básico
- Word Intermediário
- Corel Draw
- PowerPoint Intermediário
- PowerPoint Básico

Gestão de Pessoas e Apoio Administrativo

- Análise e Melhoria de Processos
- Gerenciamento de Projetos
- Papel do Gerente na Gestão do Desempenho de Equipe
- Palestra sobre Qualidade de Vida
- Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
- Cerimonial e Protocolo na Administração Pública
- Elaboração de Planos de Capacitação
- Gestão de Pessoas, Fundamentos e Tendências
- Gestão por Competência
- Áudio Digital



- Manutenção de Circuito Fechado de Televisão - CFTV
- Organização e Gestão de Eventos
- Gestão de Materiais

Direito

- Atualização em Direito Administrativo
- Atualização em Direito Constitucional

Comunicação

- Atualização em Língua Portuguesa
- Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas
- Redação de Documentos Oficiais

Segurança

- Brigadista

Auditoria

- Tomada de Contas Especial
- Como o TCU e a CGU Fiscalizam os Convênios, o que Mudou na Fiscalização com a Alteração da Legislação de Convênios
- Avaliação de Controle Interno Baseado no método COSO

Sistemas de Governo

- Tesouro Gerencial
- Novo SIAFI e CPR
- SIAFI Operacional
- SICONV Básico
- SICONV Avançado



- SIASG
- SIOP Básico

Gestão de Documentos

- Gerenciamento de Documentos e Processos
- SGED V2.0

Os eventos previstos encontram-se no Anexo III – Eventos/Previsão Orçamentária, devendo ser detalhados por ocasião de sua implementação, por meio da elaboração de projeto básico, considerando as necessidades específicas do público-alvo/setor participante do evento, justificativa e custo real.

Cabe ressaltar, dada a flexibilidade e dinamicidade deste Plano, que a ele podem ser acrescentados ou retirados eventos, sempre que a Administração Central do MD considerar pertinente.

13. CERTIFICAÇÃO

A certificação está condicionada ao atendimento de critérios como frequência e aprendizagem, de acordo com o tipo de evento de capacitação:

- Em eventos institucionais e de atualização realizados pelo DEADI/GEPES/CODEP, será efetivada pelo SEORI/DEADI-GEPES;
- Em eventos abertos, será feita de acordo com os critérios da instituição responsável pela ação de capacitação.

14. CONTROLE DA AÇÃO PLANEJADA

Com a aprovação do PAC-2015, a CODEP adotará as seguintes providências de modo a permitir o controle da ação planejada:



- Execução dos trâmites burocráticos para realização do treinamento, com o controle financeiro e a apresentação de relatórios referentes à atividade de capacitação;
- Acompanhamento da atividade mediante a frequência e apresentação de certificado pelo servidor;
- Aplicação de questionário de avaliação de reação, ao servidor, quanto ao aproveitamento do treinamento, o desempenho do ministrante e da empresa contratada;
- Registro dos treinamentos na pasta do servidor (GEPES/COAPC e GEPES/COAPM) e publicação em Boletim de Pessoal e Serviço, possibilitando estimular a transmissão de conhecimento entre os servidores e os colegas e também obter dados para a implantação gradativa do Banco de Talentos; e
- Divulgação do acompanhamento da execução deste Plano no Relatório Quadrimestral do DEADI com envio do resultado final para a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento – SEGEP/MP até o dia 31/1/2016, por meio do Relatório de Execução do PAC – 2015.

15. DIVULGAÇÃO

Para alcance dos resultados esperados serão utilizadas estratégias de sensibilização do corpo funcional por meio de: contato periódico com os gerentes, coordenadores e ou representantes de capacitação de cada área; envio de “e-mails–marketing”; afixação de cartazes nos murais; comunicados DEADI; e uso da INTRANET.

16. AVALIAÇÃO DO PLANO

Será feita por meio do monitoramento das ações de capacitação, verificando as metas alcançadas com base nos indicadores propostos e nas percepções e registros dos treinados e suas chefias.



17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As ações de capacitação e de desenvolvimento organizacional se constituem em efetivas estratégias para a melhoria do desempenho dos servidores e militares do Ministério.

O sucesso das ações e o alcance dos resultados esperados dependerão, principalmente, do compromisso, do comprometimento e da participação efetiva de todas as partes envolvidas, direta ou indiretamente, no processo de capacitação e desenvolvimento dos servidores da Administração Central do Ministério da Defesa, que devem investir esforços contínuos na consolidação de uma cultura de capacitação permanente e vai desde o estabelecimento deste Plano até o seu acompanhamento e monitoramento.



ANEXO I – METAS E INDICADORES

Os indicadores propostos para o Plano de Capacitação do MD no exercício 2015 são:

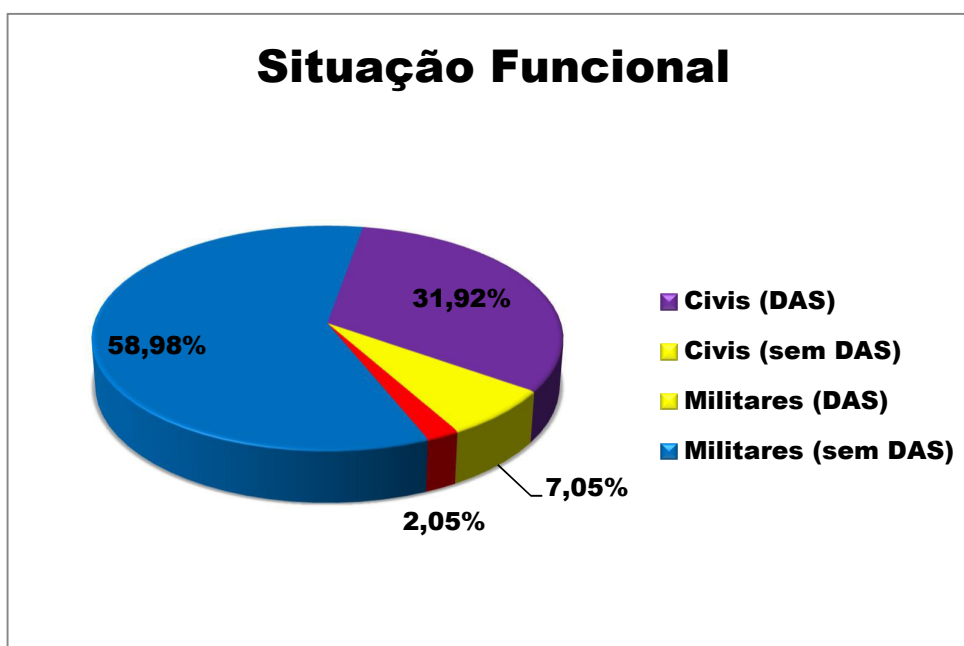
Denominação	Descrição	Fórmula
Alcance da Meta Física AMF	% de servidores capacitados em relação à meta física programada para o exercício	$AMF = \frac{\text{Total anual de Servidores capacitados} \times 100}{\text{Meta física prevista para o ano}}$
Alcance da Meta Orçamentária – AMO	% de execução orçamentária em relação ao total anual disponibilizado pela LOA	$AMO = \frac{\text{Total anual de orçamento} \times 100}{\text{Total anual de orçamento disponibilizado LOA}}$
Horas /servidor dispendidas com capacitação	Carga horária média anual de capacitação por servidor	$HSC = \frac{\text{Total anual de horas de capacitação}}{\text{Total anual de servidores capacitados}}$
Valor	Investimento médio em capacitação por servidor	$A/S = \frac{\text{Total investido em capacitação}}{\text{Total de servidores capacitados}}$



ANEXO II – PERFIL DO QUADRO FUNCIONAL DO MD

Posição: em janeiro 2015.

Situação Funcional	Qtd	%
Civis (DAS)	421	31,92%
Civis (sem DAS)	93	7,05%
Militares (DAS)	27	2,05%
Militares (sem DAS)	778	58,98%
Total	1.319	100%





ANEXO III – EVENTOS/PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PAC 2015						
Área de Capacitação	Classificação do Evento		Curso	Participantes	Valor Individual (R\$)	Valor total/por turma (R\$)
Orçamento e Finanças	Capacitação Externa	Turma Fechada	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	25		2.520
			Elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços (Reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico)	25		18.000
			Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público	25		1.680
		Turma Aberta	Gestão Orçamentária e Financeira	2	0	0
			Lei de Responsabilidade Fiscal	9	1.500	13.500
			Formação de Pregoeiro	1	1.700	1.700
			Gestão de Convênios para Concedente	5	0	0
			10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	2	3.700	7.400
			12ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	3	400	1.200
			Retenção na Fonte	10	1.650	16.500
			Contabilidade Pública	9	1.700	15.300
			Regime Diferenciado de Contratação	4	1.600	6.400
			Conformidades de Registro de Gestão e Contábil, Empenho e suas Peculiaridades	1	1.500	1.600
			Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	1	2.200	2.200
			Obras e Serviços de Engenharia - do Planejamento e Julgamento da Licitação até a Fiscalização dos Contratos	1	3.450	3.450
Gerenciamento e Fiscalização de Contratos de TI	6	1.930	11.580			
Informática	Capacitação Externa	Turma Aberta	Planejamento e Gestão Estratégica de TI	3	1.440	4.320
			Governança de TI com COBIT	3	1.440	4.320
			Gerenciamento de Projetos de TI	3	1.440	4.320
			Tecnologias de Redes sem Fio	4	1.920	7.680
			Introdução ao Linux	2	960	1.920
			ITIL Foundation	5	750	3.750
			Oracle	2	1.700	3.400
			MS Project	5	1.200	6.000
			MYSQL	3	1.400	4.200

Plano Anual de Capacitação – PAC 2015



	Capacitação Interna	Turma Fechada	Access Básico	20	0	0
			Excel Básico	20	0	0
			Excel Intermediário	20	0	0
			Word Básico	20	0	0
			Word Intermediário	20	0	0
			Corel Draw	20	0	0
			PowerPoint Intermediário	20	0	0
			PowerPoint Básico	20	0	0
Gestão de Pessoas e Apoio Administrativo	Capacitação Externa	Turma Fechada	Análise e Melhoria de Processos	25		4.200
			Gerenciamento de Projetos	25		4.200
		Turma Fechada	Papel do Gerente na Gestão do Desempenho de Equipe	25		4.860
			Palestra sobre Qualidade de Vida	20		1.600
		Turma Aberta	Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	4	1.600	6.400
			Cerimonial e Protocolo na Administração Pública	3	2.000	6.000
			Elaboração de Planos de Capacitação	2	0	0
			Gestão de Pessoas, Fundamentos e Tendências	3	0	0
			Gestão por Competência	3	0	0
			Áudio Digital	2	1.400	2.800
			Manutenção de Circuito Fechado de Televisão - CFTV	2	710	1.420
			Organização e Gestão de Eventos	2	1.500	3.000
Gestão de Materiais	2	0	0			
Direito	Capacitação Externa	Turma aberta	Atualização em Direito Administrativo	8	1.300	10.400
			Atualização em Direito Constitucional	8	1.100	8.800
Comunicação	Capacitação Externa	Turma Fechada	Atualização em Língua Portuguesa	30		7.900
			Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas	30		8.000
			Redação de Documentos Oficiais	30		8.000
Defesa e Segurança	Capacitação Externa	Turma Fechada	Brigadista	10		7.500
Auditoria	Capacitação Externa	Turma aberta	Tomada de Contas Especial	6	1.800	10.800
			Como o TCU e a CGU Fiscalizam os Convênios, o que Mudou na Fiscalização com a Alteração da Legislação de Convênios	2	2.290	4.580
			Avaliação de Controle Interno Baseado no método COSO	5	2.290	11.450

Plano Anual de Capacitação – PAC 2015



Sistemas de Governo	Capacitação Externa	Turma Fechada	Tesouro Gerencial	15		19.000
		Turma aberta	Novo SIAFI e CPR	3	1.520	4.560
			SIAFI Operacional	8	1.900	15.200
			SICONV Básico	4	2.000	8.000
			SICONV Avançado	4	2.180	8.720
			SIASG	4	1.980	7.920
			SIOP Básico	7	1.700	11.900
Gestão de Documentos	Capacitação Interna	Turma Fechada	Gerenciamento de Documentos e Processos	20	0	0
			SGED V2.0	20	0	0
TOTAL				651		R\$ 330.050

Submeto à apreciação do Senhor Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas.

Brasília, de março de 2015.

MAGDA ROSELAINÉ DE VARGAS LISBÔA
Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas

Encaminhe-se ao Senhor Diretor do Departamento de Administração Interna.

FERNANDO SIQUEIRA RODRIGUES
Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas

Anexo 20**Cursos e Treinamentos Realizados**

CURSO	PARTICIPANTE	CARGA HORÁRIA
Administração de Sistemas Linux	Hélio	40
Administração de Sistemas Linux	Leandro	40
Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	Hélio	40
Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	Leandro	40
Análise e Melhoria de Processos	Ana Paula	35
Análise e Melhoria de Processos	Sérgio Sudré	35
Atualização em Língua Portuguesa	Eduardo Silva	20
Atualização em Língua Portuguesa	Milton Disegna	20
Auditoria de Tecnologia da Informação	Aécio	24
Auditoria de Tecnologia da Informação	Brandão	24
Auditoria de Tecnologia da Informação	Danil	24
Auditoria de Tecnologia da Informação	Sedenho	24
Elaboração de Documentos Oficiais	Sérgio Sudré	20
Fundamentos do COBIT 5	Allana	24
Fundamentos do COBIT 5	Hamilton	24
Fundamentos do COBIT 5	Marcelo Orrico	24
Fundamentos do COBIT 5	Marcelo Roen	24
Fundamentos do COBIT 5	Vitor Hugo	24
Gerenciamento de Projetos	Ana Paula	21
Gestão Ágil de Projetos de Software	Fábio	10
Gestão de contratos de TI	Alan Matheus	35
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Eliza	21
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Hélio	21
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Hélio	21
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Marcelo Roen	21
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Maria Sandra	21
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Sérgio Sudré	21
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Aécio	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Alexandre	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Ana Paula	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Costa Silva	20
Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia de Informação	Danil	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Edmilson	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Eduardo	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Eliza	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Fábio	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Hélio	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Monteiro	20

Anexo 20**Cursos e Treinamentos Realizados**

CURSO	PARTICIPANTE	CARGA HORÁRIA
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Nunes	20
Gestão e Fiscalização de contratos de tecnologia de Informação	Ricardo Calçado	20
Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação	Consuelo	20
Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação	Sedenho	20
Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia de Informação	Nayara	20
Governança de Ti em COBIT	Allana	24
Governança de TI em COBIT	Valéria Carla	24
Indicadores de Desempenho Institucional	Danil	20
Indicadores de Desempenho Institucional	Sérgio Sudré	20
Introdução ao Linux	Alan Matheus	40
Introdução ao Linux	Edmilson	40
MicroStrategy Administrador	Eduardo da Silva	20
MicroStrategy Administrador	Eduardo José	20
MicroStrategy Administrador	Eliza	20
MicroStrategy Administrador	Milton César	20
MicroStrategy Administrador	Ricardo Luis	20
MicroStrategy Desenvolvedor	Eduardo da Silva	20
MicroStrategy Desenvolvedor	Eduardo José	20
MicroStrategy Desenvolvedor	Eliza	20
MicroStrategy Desenvolvedor	Milton César	20
MicroStrategy Desenvolvedor	Ricardo Luis	20
MicroStrategy Usuário Final	Eduardo José	16
MicroStrategy Usuário Final	Eliza	16
MicroStrategy Usuário Final	Milton César	16
Oracle Database: Program with PL/SQL	Eduardo Silva	40
Oracle Database: Program with PL/SQL	Leandro	40
Oratória	Milton Disegna	20
PHP com Orientação a Objetos	Cleisson	140
PHP com Orientação a Objetos	Eduardo Silva	140
Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores de TI	Eduardo José	63
Planejamento de Contratação e Seleção de Fornecedores de TI	Vitor Hugo	63
Planejamento de Tecnologia da Informação	Allana	35
Planejamento de Tecnologia da Informação	Ana Paula	35
Planejamento e Gestão Estratégica de TI	Alberto Rômulo	24
Planejamento e Gestão Estratégica de TI	Allana	24
Planejamento e Gestão Estratégica de TI	Valéria Carla	24
Retenção na Fonte de tributos e Contribuições	Milton Pereira	20
Tecnologia de Redes sem Fio	Aécio	40

Anexo 20**Cursos e Treinamentos Realizados**

CURSO	PARTICIPANTE	CARGA HORÁRIA
Tecnologia de Redes sem Fio	Alan Matheus	40
Tecnologia de Redes sem Fio	Alexandre Sérgio	40
Tecnologia de Redes sem Fio	Edmilson	40
Tecnologia de Redes sem Fio	Marcelo Orrico	40
Tesouro Gerencial	Danil	8
Tesouro Gerencial	Milton Pereira	8
Teste de Software Essencial	Eliza	20
VNX Unified Storage Management	Hélio	40
VNX Unified Storage Management	Leandro	40
Web Developer	Cleisson	140
Web Developer	Eduardo da Silva	140
XV Simpósio Brasileiro em Segurança de Informação e de Sistemas Computacionais (SBSeg 2015)	Daniel de Souza	30

Anexo 21

Projetos de TI Desenvolvidos no Período (Infraestrutura e Segurança)

PROJETO	RESULTADO	DETALHAMENTO
Autoridade Certificadora (AC/Defesa)	Implantação de uma entidade formalmente reconhecida e autorizada para a emissão de certificados digitais. O sistema está estruturado conforme listado a seguir: — AC principal, hospedada no CITEx, Organização Militar do Exército Brasileiro, Brasília/DF; — AC reserva, hospedada no CTIM, Organização Militar da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro/RJ; — Autoridade de Registro, hospedada no VI COMAR, Organização da Força Aérea Brasileira, Brasília/DF.	ALINHAMENTO PDTIC: OE 11 CONCLUSÃO: Dez 2016 OBSERVAÇÃO: Sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício (executados utilizando os recursos e meios disponíveis, não requerendo contratações). O orçamento é descentralizado para as Forças Armadas e serão detalhados nos respectivos Relatórios de Gestão.
Atualização e revisão da Política de Segurança da Informação (POSIC)	Aperfeiçoamentos da Política de Segurança da Informação e Comunicação aplicadas ao MD. Foram elaborados os seguintes normativos: — POSIC - Portaria Normativa Nº 1.688/MD, de 05/08/2015; — Revisão dos Normativos de Segurança da Informação e Comunicações: — NC01 – Serviços Críticos de Segurança da Informação e Comunicações e Tecnologia da Informação e Comunicações (aguardando aprovação e publicação); NC02 – Utilização de redes Wi-Fi (aguardando aprovação e publicação); — NC03 – Utilização de Internet (aguardando aprovação e publicação); NC04 – Utilização de Correio Eletrônico (aguardando aprovação e publicação)	ALINHAMENTO PDTIC: OE 12 CONCLUSÃO: Dez 2016 OBSERVAÇÃO: sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício (executados utilizando os recursos e meios disponíveis, não requerendo contratações)
Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC 2012/2015)	Fortalecer os mecanismos de gestão e governança pela atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações, alinhando o emprego dos recursos com as necessidades estratégicas do Ministério. O Plano foi revisado e publicado pela Portaria Nº 2.635, de 08/12/2015.	ALINHAMENTO PDTIC: Revisão anual CONCLUSÃO: Concluído OBSERVAÇÃO: sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício (executados utilizando os recursos e meios disponíveis, não requerendo contratações)
Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC 2016-2019	Fortalecer os mecanismos de gestão e governança pela elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações, alinhando o emprego dos recursos com as necessidades estratégicas do Ministério.	ALINHAMENTO PDTIC: Revisão anual CONCLUSÃO: Concluído OBSERVAÇÃO: sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício (executados utilizando os recursos e meios disponíveis, não requerendo contratações)
Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações	Melhoria dos serviços de TIC providos ao Ministério, pela instalação e configuração otimizada dos recursos de TIC e readequação às evoluções do ambiente. Dentre as principais ações realizadas destacaram-se: — Revisão e configuração dos serviços de telefonia VoIP; — Instalação de nova versão da solução de Correio Eletrônico do MD; — Instalação, configuração, migração de dados e conexão de estrutura de armazenamento de dados (storages), possibilitando uma maior disponibilidade no ambiente de produção;	ALINHAMENTO PDTIC: OE 06 CONCLUSÃO: Concluído OBSERVAÇÃO: A execução se deu com recursos adquiridos nos exercícios anteriores.

Anexo 21

Projetos de TI Desenvolvidos no Período (Infraestrutura e Segurança)

PROJETO	RESULTADO	DETALHAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> — Instalação de novos equipamentos de segurança, para o controle da distribuição do tráfego da rede para o canal internet; — Implantação da rede Wi-Fi no edifício sede e no anexo; — Atualização e aperfeiçoamento da configuração das ferramentas de segurança e infraestrutura de TIC; — Instalação de câmara de vídeo e fechadura eletrônica para aperfeiçoar o controle de acesso às instalações do Núcleo de Segurança da Informação; — Atualização do Banco de Dados Oracle, com ações de criação de estrutura virtual e upgrade para versão mais moderna; — Aperfeiçoamento das rotinas de backup; — Implantação do servidor Windows Server Update Services, para a automação da atualização dos produtos Microsoft nos computadores da rede; — Implantação dos serviços de suporte às atividades de gerenciamento de projetos empresariais – Enterprise Project Management – EPM, incluindo a instalação e configuração dos produtos Project Server, SharePoint e SQL Server; — Aperfeiçoamento dos serviços de suporte à impressão de documentos; — Instalação das soluções de exibição de mídia digital interativa, atendendo necessidades da ASCOM/MD; — Montagem e configuração dos ativos de interconexão (pilhas de switches) nas salas técnicas dos andares recentemente reformados no edifício anexo. 	
Implantação de Infraestrutura para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Disponibilizar uma moderna solução de gerenciamento eletrônico de documentos, adequando ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) em implantação na Administração Pública Federal.	ALINHAMENTO PDTIC: OE 04 CONCLUSÃO: Concluído OBSERVAÇÃO: sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício (executados utilizando os recursos e meios disponíveis, não requerendo contratações)
Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações	Aperfeiçoamento da capacidade de processamento de dados em apoio às atividades desenvolvidas no MD, pela instalação e configuração de modernos e potentes servidores de rede.	ALINHAMENTO PDTIC: OE 06 CONCLUSÃO: Concluído OBSERVAÇÃO: sem aporte financeiro orçamentário adicional no exercício. Valores pagos com RP de 2014 no recebimento do material em Jun/2015. VALOR ORÇADO (R\$): 2.915.678,70 VALOR DESPENDIDO (R\$): 2.384.000,00
Instalação e suporte do software Pergamum e treinamento	Renovação do Sistema de Gestão da Biblioteca, provendo os seguintes benefícios: <ul style="list-style-type: none"> — Continuidade da manutenção dos atuais serviços e a implementação de novos serviços e produtos, dando suporte às pesquisas estratégicas realizadas pelos usuários interno e externos. — Integração entre as bibliotecas possibilitando a localização de uma publicação utilizando-se um único catálogo. 	ALINHAMENTO PDTIC: OE 05 CONCLUSÃO: Concluído VALOR ORÇADO (R\$): 39.550,00 VALOR DESPENDIDO (R\$): 39.550,00

Anexo 21

Projetos de TI Desenvolvidos no Período (Infraestrutura e Segurança)

PROJETO	RESULTADO	DETALHAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> — Redução do tempo de busca do usuário na localização do item, beneficiando o empréstimo entre as bibliotecas participantes. — Redução no número de funcionários para a catalogação de uma publicação, utilizando-se o processo de cooperação e aproveitamento do item a ser catalogado. — Uso de uma única porta de consulta no Portal do MD, proporcionando uma maior visibilidade ao conjunto de assuntos pertinentes ao MD e às Forças Armadas. — Uso por parte das mais de cem bibliotecas que integram a rede compartilhada. — Melhora na qualidade global dos serviços, promoção da cooperação no trabalho, e o compartilhamento de recursos de informação. — Adoção de metodologias e padrões que facilitaram a importação e a exportação de registros entre as instituições participantes, com o emprego de padrões internacionais. — Padronização dos processos de catalogação, assimilado pelos profissionais que as integra, permitindo que estes treinem os novos servidores que chegarão. 	
Aquisição de certificados digitais tipo A1 para equipamentos (Expresso V3)	<ul style="list-style-type: none"> — Garantir a privacidade e a integridade das informações trafegadas em meio público (Internet). — Garantir a segurança dos acessos realizados aos Servidores imap.defesa.gov.br e expressov3.defesa.gov.br por meio de troca de chaves criptográficas públicas e privadas. 	ALINHAMENTO PDTIC: OE 12 CONCLUSÃO: Concluído VALOR ORÇADO (R\$): 1.634,68 VALOR DESPENDIDO (R\$): 1.634,68
Aquisição de acesso à ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços	<ul style="list-style-type: none"> — Agilidade na prospecção de soluções de TIC similares na APF e nas pesquisas de preços dos processos de aquisições e atendimento eficiente aos normativos que regem os processos de aquisição de bens e serviços, especificamente na elaboração de pesquisas de preço. 	ALINHAMENTO PDTIC: OE 03 CONCLUSÃO: Concluído VALOR ORÇADO (R\$): 31.960,00 VALOR DESPENDIDO (R\$): 31.960,00
Renovação periódica do parque de desktops	Renovação periódica do parque computacional do MD, conforme previsto no PDTIC, mantendo os equipamentos compatíveis com os padrões de mercado e garantindo a disponibilidade dos equipamentos utilizados pelas áreas clientes.	ALINHAMENTO PDTIC: OE 06 CONCLUSÃO: Concluído VALOR ORÇADO (R\$): 2.665.516,00 VALOR DESPENDIDO (R\$): 2.665.516,00 OBSERVAÇÃO: Os equipamentos foram adquiridos e a distribuição, mediante substituição dos antigos, está ocorrendo em 2016